



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1763

Terça-feira - 16 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2	Herval d'Oeste	149	Paulo Lopes	346
Ascurra	4	Ibiam	151	Penha	347
Balneário Rincão	5	Imarui	153	Petrolândia	348
Benedito Novo	6	Imbituba	226	Pinheiro Preto	349
Biguaçu	7	Indaial	231	Pomerode	374
Blumenau	9	Iomerê	234	Porto Belo	375
Bom Jesus do Oeste	13	Ipumirim	236	Porto União	376
Bom Retiro	14	Irineópolis	248	Presidente Castello Branco	381
Braço do Trombudo	18	Itá	251	Rio do Sul	382
Brunópolis	19	Itaiópolis	252	Salto Veloso	386
Brusque	20	Itapiranga	253	Santa Terezinha do Progresso	387
Caçador	32	Itapoá	257	Santiago do Sul	388
Camboriú	35	Ituporanga	258	São Bento do Sul	389
Campo Alegre	36	Jacinto Machado	259	São Carlos	391
Campos Novos	38	Joaçaba	260	São Cristóvão do Sul	392
Canoinhas	39	Lages	278	São Domingos	393
Capinzal	44	Laguna	280	São João do Oeste	396
Catanduvas	48	Lauro Muller	296	São Joaquim	398
Chapadão do Lageado	49	Leoberto Leal	297	São José	399
Concórdia	50	Luzerna	298	São José do Cedro	405
Cordilheira Alta	60	Macieira	299	São Lourenço do Oeste	406
Coronel Freitas	62	Maracajá	301	São Miguel da Boa Vista	407
Correia Pinto	63	Maravilha	302	São Pedro de Alcântara	414
Curitibanos	64	Marema	303	Schroeder	416
Dionísio Cerqueira	111	Massaranduba	310	Siderópolis	424
Eral Velho	114	Modelo	313	Timbé do Sul	425
Faxinal dos Guedes	115	Monte Carlo	315	Timbó	426
Forquilha	116	Morro da Fumaça	316	Três Barras	429
Fraiburgo	118	Navegantes	320	Treze Tílias	430
Frei Rogério	131	Nova Trento	321	União do Oeste	431
Garopaba	132	Orleans	323	Urussanga	432
Garuva	133	Ouro	324	Vargem Bonita	433
Gaspar	135	Paial	325	Videira	437
Governador Celso Ramos	136	Palhoça	329	Vitor Meireles	449
Grão Pará	143	Palmitos	334	Xanxerê	452
Guaraciaba	144	Papanduva	336	Xavantina	453
Guaramirim	145	Passo de Torres	341	Xaxim	454
Guarujá do Sul	148	Passos Maia	344		

Associações

AMMVI	464
-------------	-----

Consórcios

AGIR	465
ARIS	467
CPIMMOC	469

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 339/2015

PORTARIA Nº 339/2015.

Concede Férias a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora JUCEMERE BARBARA PITZ, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 03/01/2014 a 02/01/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de junho de 2015.

PORTARIA N 340/2015

PORTARIA Nº 340/2015.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ANDREZA SIMAS LOPES, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 01 de julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 14/07/2013 a 13/07/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de junho de 2015.

PORTARIA N 341/2015

PORTARIA Nº 341/2015.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora CINTIA LAURECI COELHO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, a partir de 01 de julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 10/06/2014 a 09/06/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de junho de 2015.

PORTARIA N 342/2015

PORTARIA Nº 342/2015.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora MARIA CAROLINA MANNES, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM VIGILANCIA SANITARIA, a partir de 01 de julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 13/07/2014 a 12/07/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de junho de 2015.

PORTARIA N 343/2015

PORTARIA Nº 343/2015.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor VALDENIR PETRI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, a partir de 01 de julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de 08/03/2013 a 07/03/2014 .

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de junho de 2015.

PORTARIA N 344/2015

PORTARIA Nº 344/2015.

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor ILDEMAR DINIZ DE FARIAS, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO – 20H, a partir de 01 de julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de outubro/2004 a outubro/2009.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de junho de 2015.

PORTARIA N 345/2015

PORTARIA Nº 345/2015.

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, ao servidor LUIZ CLAUDIO DOS REIS, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO – 20H, a partir de 01 de julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de maio/1993 a maio/1998.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de junho de 2015.

PORTARIA N 346/2015

PORTARIA Nº 346/2015.

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora JUCELIA LINO DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 01 de julho de 2015, relativo ao período aquisitivo de agosto/2009 a agosto/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de junho de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de junho de 2015.

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 26/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 26/2015 PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

PROCESSO SELETIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE ASCURRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº26/2015

CONTRATANTE: Município de Ascurra

CONTRATADO: INSTITUTO O BARRIGA VERDE – IoBV.

OBJETO: Celebração de contrato com instituição especializada em concursos públicos e processos de seleção de recursos humanos, que tenha por objeto a prestação de serviços técnico-especializados de organização e promoção de processo seletivo destinado a atender necessidade temporária e formar cadastro de reserva para cargos do quadro de Pessoal do Poder Executivo e Emprego Público – NASF/PSF da Prefeitura Municipal de Ascurra.

VALOR TOTAL: R\$12.800,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser prestados até a data de 17/07/2015.

Ascurra, 17 de junho de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO CONVITE Nº. 013/FMS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO EDITAL DE CARTA CONVITE Nº. 013/FMS/2015.

Considerando a ausência de numero mínimo interessado no certame. A Comissão Permanente de Licitações, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que: A Licitação na modalidade Convite Nº. 013/FMS/2015, cujo objeto é a contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Tiras Reagentes para Medição de Glicemia Capilar, para uso das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2015, com abertura programada para o dia 08/06/2015, às 14h00min horas, SERÁ REVOGADA, face a ausência de numero mínimo de interessados.

Balneário Rincão, 08 de Junho de 2015.

Renato da Silva Vitche

Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO DE ADITIVO - FRANCISCO HORTENCIO MOTTA

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 004/FMS/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 004/FMS/2013, conforme clausula sexta deste contrato, de acordo com o Parecer Jurídico Nº. 93 de 15/05/201, pelo índice INPC/IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses (Maio/2014 a Maio/2015). ASSINATURA: 15/06/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Francisco Hortencio Motta.

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO LICITAÇÃO PP 46/2015

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 46/2015

DATA: 15/06/2015 HORÁRIO DE INÍCIO: 09:04 horas

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 46/2015, com a presença do Pregoeiro JOAO ULLER e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN, ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA, nomeados pela Portaria nº 157/2015. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas:

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME.; (Microempresa) CNPJ nº 13.965.228/0001-68, representada pelo Sr. THIAGO SIMAO WEISS, Rg nº 4307763/SC e CPF nº 077.403.769-57

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME.; (Microempresa) CNPJ nº 14.534.916/0001-36, representada pelo Sr. GENUIR KUREK, Rg nº 52510867/SC e CPF nº 007.192.539-26

CHEIROS DO VALE LTDA - ME.; (Microempresa) CNPJ nº 13.983.109/0001-38, representada pelo Sr. ANDREIA EVARISTO BUZZI, Rg nº 3.915.285-5/SC e CPF nº 004.952.069-54

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.; (Microempresa) CNPJ nº 05.919.156/0001-94, representada pelo Sr. MAIKE EISING, Rg nº 5.011.475/SC e CPF nº 098.338.529-71

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME.; (Microempresa) CNPJ nº 21.593.746/0001-26, representada pelo Sr. MICHEL BERNARDINO DA SILVA, Rg nº 5.774.511/SC e CPF nº 078.382.949-32

CLEITON DE SOUZA.; (Microempresa) CNPJ nº 18.531.205/0001-69, representada pelo Sr. FELIPE DOS SANTOS, Rg nº 6842924/SC e CPF nº 101.943.379-52

Quanto aos documentos apresentados, constatou-se que as empresas participantes apresentaram o credenciamento em conformidade com o exigido no Edital. As licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços apresentados pelas empresas, os mesmos foram disponibilizados a todos os presentes para serem rubricados. Foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e a equipe de apoio inseriu os preços apresentados no sistema. Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, foram desclassificadas as licitantes nos itens:

Fornecedor Desclassificado	Item	Motivo
CLEITON DE SOUZA	00007	licitante solicitou a desclassificação do item
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	00006	erro digitação da proposta

Os demais itens e propostas estão em acordo com o solicitado, sendo as mesmas classificadas, As propostas das demais licitantes

estão em acordo com o exigido, sendo portanto consideradas CLASSIFICADAS. No Ato contínuo abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes, a qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas nos seus respectivos itens vencidos. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS, e portanto foram DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA.

Na oportunidade foi comunicado aos vencedores que a entrega das mercadorias será realizada no período de 06 à 16 de julho do corrente, sendo que os locais de entrega serão remetidos via e-mail aos vencedores pela Secretaria de Educação. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente Ata, que após lida foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 15 de junho de 2015, às 10h38min.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOÃO ULLER Pregoeiro	ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
-------------------------	---	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME.; (Microempresa) CNPJ nº 13.965.228/0001-68, representada pelo Sr. THIAGO SIMAO WEISS, Rg nº 4307763/SC e CPF nº 077.403.769-57

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME.; (Microempresa) CNPJ nº 14.534.916/0001-36, representada pelo Sr. GENUIR KUREK, Rg nº 52510867/SC e CPF nº 007.192.539-26

CHEIROS DO VALE LTDA - ME.; (Microempresa) CNPJ nº 13.983.109/0001-38, representada pelo Sr. ANDREIA EVARISTO BUZZI, Rg nº 3.915.285-5/SC e CPF nº 004.952.069-54

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.; (Microempresa) CNPJ nº 05.919.156/0001-94, representada pelo Sr. MAIKE EISING, Rg nº 5.011.475/SC e CPF nº 098.338.529-71

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME.; (Microempresa) CNPJ nº 21.593.746/0001-26, representada pelo Sr. MICHEL BERNARDINO DA SILVA, Rg nº 5.774.511/SC e CPF nº 078.382.949-32

CLEITON DE SOUZA.; (Microempresa) CNPJ nº 18.531.205/0001-69, representada pelo Sr. FELIPE DOS SANTOS, Rg nº 6842924/SC e CPF nº 101.943.379-52

Biguaçu

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (CAMA PARA PARTO, CENTRÍFUGA SOROLÓGICA, MARCAPASSO CARDÍACO, MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR) PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 18/06/2015, às 13h59min do dia 01/07/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 01/07/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (01/07/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (01/07/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 18/06/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 15 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (MICROSCÓPIO CIRÚRGICO OTORRINOLARINGOLÓGICO E CAPNÓGRAFO) PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 17/06/2015, às 13h59min do dia 30/06/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 30/06/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (30/06/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (30/06/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 17/06/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 15 de junho de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 390/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 390 / 2015 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

no uso de suas atribuições, com base no Artigo 17 da Lei Complementar 870 de 01 de janeiro de 2013, combinado com os artigos 2º, 3º e 8º da Lei complementar nº 84 de 09 de junho de 1995, RESOLVE:
DESIGNAR

Os servidores públicos municipais abaixo relacionados para exercer as atribuições de Fiscal de Serviços em Saúde à contar do dia 01 de junho de 2015.

MAT	NOME
23023-7	José Volnei Oliveira de Ávila
23037-7	Nadine Cristina Felipus

Secretaria Municipal de Saúde, em 15 de junho de 2015.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 18/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 18/2015

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, PARA PARTICIPAÇÃO NO I ENCONTRO ESTADUAL DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações; e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- que compete ao CMDCA promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

- que compete ao CMDCA deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Ordinária realizada em 11/06/2015, conforme consta na Ata Nº. 008/2015, que aprovou a referida despesa,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias com recursos do FIA para 05 (cinco) participantes, sendo 01 (um) Conselheiro Tutelar, 01 (um) Conselheiro do CMDCA, 02 (dois) Profissionais de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento à Medidas Socioeducativas

– SEMUDES e 01 (um) motorista que realizará o deslocamento à Florianópolis – SC, no dia 17 de Junho/2015. O evento será promovido pela Federação Catarinense dos Municípios -FECAM

Parágrafo Único: A referida despesa consta no Plano de Aplicação do Ano 2015 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança E do Adolescente – FIA do Município de Blumenau, no Eixo II – Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Meta 2.2 – Atendimento as Medidas Socioeducativas, na Ação: Promover e Apoiar a realização de capacitações, eventos, seminários, conferências sobre o tema.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 12 de Junho de 2015.

ANELIZE T. SCHOLSSER

Vice - Coordenadora do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

PORTARIA Nº 4805/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4805/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOEMIA BOHN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:
MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de NOEMIA BOHN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB- Fundação Universidade de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00115/14-6, em 06/05/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Companhia Lorenz	12/12/1983 a 11/05/1984
Caixa Econômica Federal	05/07/1984 a 30/04/1997
FURB- Fundação Universidade Regional de Blumenau	01/09/1991 a 28/02/1993

Totaliza o tempo de 4831 (quatro mil, oitocentos e trinta e um) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 2 (dois) meses, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 01946/05/2015.

Blumenau, 27 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4806/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4806/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA SCHMITZ HILLESHEIM.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, artigo 1.º, § único, da Lei Complementar n.º 119, de 31 de maio de 1996, revogada pela Lei Complementar n.º 178, de 6 de agosto de 1998, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

TERESINHA SCHMITZ HILLESHEIM, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 9.671,30 (Nove mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta centavos), a partir de 1 de junho de 2015, conforme Processo n.º 01724/04/2015.

Blumenau, 27 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4807/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4807/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RITA DE CASSIA NUERNBERG ROSSA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 2.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

RITA DE CASSIA NUERNBERG ROSSA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.321,29 (Mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos), a partir de 1 de junho de 2015, conforme Processo n.º 01886/05/2015.

Blumenau, 27 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4808/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4808/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZABETE GONÇALVES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ELIZABETE GONÇALVES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.061,94 (Dois mil, sessenta e um reais e noventa e quatro centavos), a partir de 1 de junho de 2015, conforme Processo n.º 01855/05/2015.

Blumenau, 27 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4809/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4809/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TÂNIA BENTA MATTEUSSI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

TÂNIA BENTA MATTEUSSI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.302,13 (Quatro mil, trezentos e dois reais e treze centavos), a partir de 1 de junho de 2015, conforme Processo n.º 01502/03/2015.

Blumenau, 28 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4810/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4810/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLENE PREBIANCA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

De acordo com os artigos 4.º, inciso III, § 2.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARLENE PREBIANCA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 907,94 (Novecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), a partir de 1 de junho de 2015, conforme Processo n.º 01947/05/2015.

Blumenau, 29 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4811/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4811/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADENITA MARIA NUNES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ADENITA MARIA NUNES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00032/15-1, em 22/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Kuala S.A.	06/09/1977 a 23/11/1981
	13/05/1982 a 27/04/1983
	18/01/1988 a 07/01/1991
Cia de Cigarros Souza Cruz	15/02/1982 a 23/04/1982
	14/01/1985 a 31/05/1985
	24/01/1986 a 27/06/1986
	20/01/1987 a 31/07/1987

Totaliza o tempo de 3529 (três mil, quinhentos e vinte e nove) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 8 (oito) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 01958/05/2015.

Blumenau, 29 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4812/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4812/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUSA BOLL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de NEUSA BOLL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00051/15-6, em 17/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Massa Falida de Sul Fabril S.A.	12/01/1978 a 11/03/1986
Pacifico Sul Indústria Têxtil e Confecções Ltda.	11/04/1994 a 27/07/1995
Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia	16/09/1996 a 15/12/1996
	13/02/1997 a 04/06/1997
	01/10/1997 a 31/12/1997

Totaliza o tempo de 3749 (três mil, setecentos e quarenta e nove) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 3 (três) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 01967/05/2015.

Blumenau, 29 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4813/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4813/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 09 DE JUNHO DE 2015 ÀS 14H.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 9 de junho de 2015, às 14h.

Blumenau, 2 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4814/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4814/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4779/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUZA MARIA MENEZES DE ALENCAR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, incisos III e II, da Lei Complementar nº 932, de 18 de julho de 2014, que concedeu aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, exceto a FURB, o reajuste de 1% (um por cento), incidente sobre a remuneração do mês de abril de 2015, a título de aumento real, e a variação acumulada do INPC no período compreendido entre maio de 2014 e abril de 2015, correspondente a 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), a título de revisão geral anual, ambos com efeitos financeiros a contar de 1º de maio de 2015, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4779/2015, de 8 de maio de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à NEUSA MARIA MENEZES DE ALENCAR, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 2.339,41 (Dois mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e um centavos), para R\$ 2.557,91 (Dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos), a contar de 11 de maio de 2015.

Blumenau, 2 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4815/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4815/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NILZA SCHNAIDER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

De acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 649, de 4 de setembro de 2007, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 40, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 39, inciso IV, § 3.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redações determinadas pelas Leis Complementares n.os 680, de 6 de março de 2008, 732, de 19 de outubro de 2009, e 839, de 19 de novembro de 2011, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, § único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

NILZA SCHNAIDER, servidora pública municipal, ocupante do cargo

de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.924,14 (Dois mil, novecentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), a partir de 2 de junho de 2015, conforme Processo nº 01948/05/2015.

Blumenau, 2 de junho de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

ERRATA 1 - ISSBLU

PUBLICAÇÃO/ERRATA 1 - ISSBLU

RETIFICA erro material existente na PORTARIA Nº 4753/2015 (DOM/SC - Edição Nº 1756), para que, onde consta "... PORTARIA Nº 4753/2015...", e ... PORTARIA N.º 4782/2015..." passe a constar apenas "...PORTARIA Nº 4753/2015..."

EXTRATO Nº 127/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 127/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 067/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de duas resistências de aquecimento para destilador Herzog Optidist, para o Departamento de Engenharia Química da FURB.

Contratados: PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S.A.

Valor/Dotação: R\$ 2.044,98 (dois mil e quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos).

Programa de Trabalho/Elemento de Despesa:

01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/
3.3.90.39.00.00.00.00

Blumenau, 09 de junho de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 131/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 131/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 078/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de cubetas descartáveis para analisador de bioquímica da marca Mindray BS-120®, utilizado pelo para o Departamento de Ciências Farmacêuticas (DCF) da FURB.

Contratados: J. R. EHLKE e CIA LTDA.

Valor/Dotação: R\$ 2.080,75 (dois mil e oitenta reais e setenta e cinco centavos).

Programa de Trabalho/Elemento de Despesa:
01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/
3.3.90.39.00.00.00.00

Blumenau, 11 de junho de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 9912323198

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912323198

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste/SC

CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato nº 9912323198 por mais 12 meses

VALOR: R\$ 500,00 (Quinhentos reais)

DATA DE EMISSÃO: 21 de maio de 2015

VENCIMENTO: 20 de maio de 2016

Janiara Keller Ceccon

Presidente

Bom Retiro

PREFEITURA

40.15 - DECR.SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO.ESCOLA SÃO JOSÉ.REND.

Decreto N.º 40/15 de 15 de junho de 2015.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.01 – SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0018.1001 - CONSTR. REFORMA E AMPLIAÇÃO UND. ESC. ENS. FUND.

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.32 - Recursos Transf.Conv.Educação/União
R\$ 2.937,13

Total R\$ 2.937,13

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso os rendimentos da receita: FNDE- PLANO DE AÇÃO ARTICULADA – TRANSFERÊNCIA DIRETA – INFRAESTRUTURA ESCOLAR – FUND. CONSTRUÇÃO ESCOLA BAIRRO SÃO JOSÉ, fonte de Recurso 01.32 - Transferência de Convênio –Educação/União, receita: 13.25.01.05 – Rendimentos de Aplicações Financeiras - MDE – com objetivo construção de uma escola de Ensino Fundamental localizada no Bairro São José no município de Bom Retiro – SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 15 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

567.06.15 - P. FÉRIAS ANTONIO ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 567/15 de 09.06.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze)

ao funcionário Antonio da Rosa, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 09 de junho com término no dia 08 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

568.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TANIA T. G. NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 568/15 de 09.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 08 de junho com término no dia 10 de junho de 2015, a funcionária Tânia Terezinha Goedert Neckel, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte – Ginásio de Esportes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

569.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DAIANA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 569/15 de 09.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 08 e 09 de junho de 2015, a funcionária Daiana da Silva, Ocupante do cargo de Chefe de Serviços - Padrão I – Nível 30, do

quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

570.06.15 - P. FÉRIAS DAURI DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 570/15 de 09.06.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) ao funcionário Dauri Deucher, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 035/2015 de 08 de junho de 2015, para gozá-las a contar de 09 de junho com término no dia 08 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

571.06.15 - PORT. INTERROMPE FÉRIAS JOCEMAR DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Portaria n.º 571/15 de 09.06.15.
Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

Resolve:

Interromper, por necessidade do serviço, considerando a falta de Pregoeiro Oficial substituto, as férias do Servidor Jocemar da Silva, concedida pela portaria nº 536/15 de 27.05.15, ora exercendo o cargo em caráter efetivo, de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, restando-lhe 14 (quatorze) dias, onde serão interrompido 01 (um) dia, conforme acordo estabelecido, devendo assim, o restante ser gozado em seguida.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC,
09 de junho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Secret. Munic. Adm. e Fazenda

572.06.15 - P. NOM. ARLINDO WALTRICH SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 572/15 de 09.06.15
Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Arlindo Waltrich de Souza, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 3º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Motorista - Padrão I – Nível – 4 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 08 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

573.06.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE CELI ALVES HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 573/15 de 09.06.15
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 01 de julho de 2015, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde – Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS – São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

574.06.15 - P. FÉRIAS IVONE NEUHAUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 574/15 de 09.06.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Ivone Neuhaus, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 08 de junho com término no dia 07 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de junho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

575.06.15 - P. FÉRIAS GISELLE B. RAMOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 575/15 de 10.06.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Giselle Bley Ramos, ocupante do cargo de Fonoaudióloga - Padrão 1 – Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para gozá-las a contar de 10 de junho com término no dia 09 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de junho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

576.06.15 - P. DES. SERV. PATRICIA F. S. SCOTTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 577/15 de 12.06.15
Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Morgana Cabral Godinho, do Cargo de Professor I - 3 – Padrão I - Nível – 22, do Quadro de Pessoal Nomeada através da Portaria n.º 547/2015 de 02.06.2015, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 12 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de junho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

577.06.15 - P. EXON. MORGANA C. GODINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 577/15 de 12.06.15
Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Morgana Cabral Godinho, do Cargo de Professor I - 3 – Padrão I - Nível – 22, do Quadro de Pessoal Nomeada através da Portaria n.º 547/2015 de 02.06.2015, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 12 de junho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de junho de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

578.06.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA B. V. GODINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 578/15 de 12.06.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 11 e 12 de junho de 2015, a funcionária Angelita Bernadete Velho Godinho, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

579.06.15 - P. DES. AG. SAUDE MORGANA C. GODINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 579/15 de 13.06.15

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Morgana Cabral Godinho, para exercer o cargo de Agente de Saúde - Nível – 01, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – Barreiros, a contar do dia 13 de junho de 2015 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de junho de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

PORTARIA 098/2015

PORTARIA Nº 098/2015

SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO PROCESSANTE DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 090/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.1999 e,

Considerando o requerimento apresentado pela servidora, membro da Comissão Processante designada pela portaria nº 090/2015, Sra. Alair Franz Hein, conforme requerimento, datado do dia 09.06.2015:

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a substituição da servidora Alair Franz Hein, Escriturária, nomeada pela Portaria nº 024/1995, pela servidora Bianca Beatriz Alvisi, Dentista (ESF) – Emprego Público, nomeada pela portaria nº 037/2012, para ocupar a função de membro da Comissão Processante, designada pela portaria nº 090/2015, a partir de 10.06.2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 10.06.2015.

Braço do Trombudo, 12 de junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 30/2015 - Edital de Pregão Presencial nº 27/2015

Objeto: Contratação de serviços de coleta, análise e tratamento de água. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 26/06/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1114/2015

PORTARIA Nº 1114/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. JULIANA KOHLER RAUBER, matrícula nº 473219, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 06/05/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 21/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1232/2015

PORTARIA Nº 1232/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. GABRIELA PORTO MANFREDINI, matrícula nº 1017993, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria de Saúde, em decorrência do atestado do dia 14/05/2015 de 03 (três) meses, sendo seu afastamento no dia 29/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1469/2015

PORTARIA Nº 1469/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Chefe Operacional o Sr. HAMILTON PEREIRA RODRIGUES, matrícula nº 640034, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, a contar de 01/06/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6098115510.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1490/2015

PORTARIA Nº 1490/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. ISAURA NUNES, matrícula nº 745324, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 18/05/2015 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 02/06/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2015

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

001/2015

A Prefeitura Municipal de Brusque torna Público que fará realizar

Audiência Pública para Demonstração e Avaliação das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2015, nos termos do parágrafo 4º, Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF.

Local: Câmara Municipal de Brusque

Data: 19/06/2015.

Hora: 16:00 horas.

Brusque, 15 de junho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1088/2015

PORTARIA Nº 1088/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Serviços Especiais a Sra. MARGARETE BONSEGNOR, matrícula nº 831670, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/05/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6097005869.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1531/2015

PORTARIA Nº 1531/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Servete Serviços Gerais a Sra. DJANE DEUCHER FIGUEIREDO, matrícula nº 4125983, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 04/06/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6104935099.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1046/2015

PORTARIA Nº 1046/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. OSMAR REINOLDO KRUGER, matrícula nº 739944, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 27/04/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 12/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/04/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1087/2015

PORTARIA Nº 1087/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MONICA DUARTE DORIGON IGNACIO, matrícula nº 1017969, ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria de Saúde, em decorrência do atestado do dia 04/05/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 19/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1132/2015

PORTARIA Nº 1132/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ANGELO LOFFI, matrícula nº 680788,

ocupante do cargo de provimento efetivo de Porteiro Zelador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 07/05/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 22/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1133/2015

PORTARIA Nº 1133/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ADEMIR LOFY, matrícula nº 723398, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 07/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 22/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1134/2015

PORTARIA Nº 1134/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. NEIDE MARIA DUTRA DUARTE, matrícula nº 11932, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 07/05/2015 de 01 (hum) dia, do dia 08/05/2015 de 07 (sete) dias e do dia 15/05/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 22/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1176/2015

PORTARIA Nº 1176/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. MARGARETE BONSEGNOR, matrícula nº 831670, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 10/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1210/2015

PORTARIA Nº 1210/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. KATIUSCIA VIVIANE LIESENBERG, matrícula nº 1028820, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 12/05/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1233/2015

PORTARIA Nº 1233/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. JOSE AUGUSTO TILLMANN, matrícula nº 672211, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 14/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1256/2015

PORTARIA Nº 1256/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. JUCINEIA RIBEIRO, matrícula nº 1066668, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 15/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 14/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1271/2015

PORTARIA Nº 1271/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ISAURA NUNES, matrícula nº 745324, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde, em decorrência do atestado do dia 18/05/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 02/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1272/2015

PORTARIA Nº 1272/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. ELISANGELA ANDREIA SOMAVILA, matrícula nº 479934, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1275/2015

PORTARIA Nº 1275/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. ADEMIR MAURICIO BREHM, matrícula nº 2461, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Públicos, lotado na Secretaria da Fazenda, a contar de 17/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1276/2015

PORTARIA Nº 1276/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. VIVIANA RAUX LASCH, matrícula nº 1066218, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1291/2015

PORTARIA Nº 1291/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência

- IBPREV, a servidora Sra. KELLE CRISTINA LEITE HENSCHER, matrícula nº 16764, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 19/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 03/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1294/2015

PORTARIA Nº 1294/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. ELIANE MONTIBELLER, matrícula nº 676373, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, a contar de 19/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1312/2015

PORTARIA Nº 1312/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. JESSICA PAMELLA BENEDET DE MORAES, matrícula nº 1026976, exercendo as funções de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 20/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 19/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1314/2015

PORTARIA Nº 1314/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. MARINALVA RAMOS WIEDERMANN FERNANDES, matrícula nº 789305, lotada na Secretaria de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 20/05/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1315/2015

PORTARIA Nº 1315/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. MARINALVA RAMOS WIEDERMANN FERNANDES, matrícula nº 789305, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 20/05/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1334/2015

PORTARIA Nº 1334/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. IVO MATTIOLLI, matrícula nº 1376, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 21/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1353/2015

PORTARIA Nº 1353/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório o servidor Sr. ANGELO LOFFI, matrícula nº 680788, ocupante do cargo de provimento efetivo de Porteiro Zelador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 07/05/2015 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 22/05/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1370/2015

PORTARIA Nº 1370/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CLAUDIA APARECIDA FOGAÇA, matrícula nº 376590, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 25/05/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 09/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1372/2015

PORTARIA Nº 1372/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. LUCIANO BATISTI, matrícula nº 681156, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 25/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1373/2015

PORTARIA Nº 1373/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. NEIDE AGOSTINI DALMOLIN, matrícula nº 944190, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 25/05/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1450/2015

PORTARIA Nº 1450/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. GABRIELA PORTO MANFREDINI, matrícula nº 1017993, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 14/05/2015 de 03 (três) meses, ficando suspenso a contar de 29/05/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº. 7.610, DE 08 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº. 7.610, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 775.000,00 (Setecentos e setenta e cinco mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHIS
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 65.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHIS
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 65.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 08/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de junho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO 064/2015 SAMAE EXTRATO DO CONTRATO 064/2015

ESPÉCIE: Serviço de manutenção das motocicletas do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 015/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390399900.20000; VIGÊNCIA: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 15/06/2015; VALOR: R\$ 24.000,00. CONTRATADA: Chico Motos Ltda ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 15 de junho de 2015.
PUBLIQUE-SE
Roberto Bolognini

PORTARIA Nº 191/2015 SAMAE PORTARIA Nº 191/2015

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Carlos Pereira Moreira Junior, ocupante do cargo de Agente de Lei-tura e Inspeção, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-02B passando

para o padrão de vencimento 3GF-02C por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/06/2015.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 12 junho de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 192/2015 SAMAE PORTARIA Nº 192/2015

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Denise Bruns, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enqua-drado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-02B passando para o padrão de venci-mento 3GF-02C por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/06/2015.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 12 junho de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 193/2015 SAMAE PORTARIA Nº 193/2015

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional vertical para o servidor Ednilson José da Cruz, ocupante do cargo de Agente de ETA, en-quadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brus-que, no padrão de vencimento 4GF-01B passando para o padrão de vencimento 4GF-02B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/06/2015.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 12 junho de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 1174/2015

PORTARIA Nº 1174/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Acidente de Trabalho – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ADIR JOSE DE OLIVEIRA, matrícula nº 851981, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 11/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 26/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1175/2015

PORTARIA Nº 1175/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. ANA PAULA MARCHI BREM, matrícula nº 446939, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde, em decorrência do atestado do dia 11/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 11/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1213/2015

PORTARIA Nº 1213/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. FRANCIELE ANDRADE LOPES, matrícula nº 679291, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, em decorrência do atestado do dia 13/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu

afastamento no dia 28/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1273/2015

PORTARIA Nº 1273/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ELISANGE-LA ANDREIA SOMAVILA, matrícula nº 479934, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 16/05/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1274/2015

PORTARIA Nº 1274/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CLARISA DOS SANTOS PADILHA, matrícula nº 1043463, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista, lotada na Secretaria de Comunicação Social, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18/05/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1292/2015

PORTARIA Nº 1292/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspende do Estágio Probatório a servidora Sra. MONICA DUARTE DORIGON IGNACIO, matrícula nº 1017969, ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada no Secretaria de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 04/05/2015 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 19/05/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1316/2015

PORTARIA Nº 1316/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. MARIA BERNADETE DE ANDRADE, matrícula nº 403474, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 20/05/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1354/2015

PORTARIA Nº 1354/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspende do Estágio Probatório a servidora Sra. NEIDE MARIA DUTRA DUARTE, matrícula nº 11932, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência dos atestados do dia 07/05/2015 de 01 (hum) dia, do dia 08/05/2015 de 07 (sete) dias e do dia 15/05/2015 de 60 (sessenta) dias, ficando suspenso a contar de 22/05/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1371/2015

PORTARIA Nº 1371/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. LUCINEIA APARECIDA CURILASO LYRA, matrícula nº 673560, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 25/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 09/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1374/2015

PORTARIA Nº 1374/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. JOSE FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 443050, exercendo as funções de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 23/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 22/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 23/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1392/2015

PORTARIA Nº 1392/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. JULIANA SIMON WOLFF, matrícula nº 720410, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 26/05/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1411/2015

PORTARIA Nº 1411/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. FATIMA ZIANE OLIVEIRA MACHADO, matrícula nº 801070, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 27/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1570/2015

PORTARIA Nº 1570/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. LUCINEIA PARECIDA CURILASO LYRA, matrícula nº 673560, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 25/05/2015 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 09/06/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel César Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 189/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 189/2015

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

1) Rescindir Contrato por tempo determinado, a pedido, do servidor ROBSON DO PRADO, matrícula 2473.2-1, do cargo de Agente de Obras;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 10 de junho de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 190/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 190/2015

O Diretor Presidente do SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

1) Rescindir Contrato por tempo determinado, a pedido, do servidor OSVALDO DOS SANTOS MORAES JUNIOR, matrícula 2680.8-1, do cargo de Agente de Serviços Especiais;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 10 de junho de 2015.

ROBERTO BOLOGNINI
DIRETOR PRESIDENTE

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6434

DECRETO Nº 6.434, de 15 de junho de 2015.

Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e

Considerando o infausto passamento do Senhor ANTONIO JOSÉ SCHMITZ, ocorrido neste dia 15 de junho de 2015;

Considerando que o ilustre cidadão teve destacada atuação nos cenários político, empresarial, contábil, tradicionalista, esportivo, familiar e na Administração Pública do Município de Caçador;

Considerando ter exercido com dignidade e esforço inigualável o ofício de contabilista e o mandato de representante no Conselho Regional de Contabilidade/SC;

Considerando que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial, por três dias, em todo o território do Município, em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor ANTONIO JOSÉ SCHMITZ, ocorrido em 15 de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de junho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.516 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO (INCOMPLETA)

PORTARIA Nº 25.516, de 30 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome dos servidores e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo	Nome	Período Gozo		
2651	05/07/2012	04/07/2013	Adão Juarez Rosa de Oliveira	01/04/2015	30/04/2015
1453	02/08/2010	01/08/2011	Alvaro Santos de Castro	01/04/2015	30/04/2015
11775	10/04/2013	09/04/2014	Ariel Bleichuehl Dallazem	21/04/2015	30/04/2015
10345	01/01/2014	31/12/2014	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	01/04/2015	30/04/2015
8	01/01/2013	31/12/2013	Darci Alves	03/04/2015	02/05/2015
10551	16/02/2013	15/02/2013	Dayana Holz	06/04/2015	20/04/2015
12579	01/03/2014	28/02/2015	Deoclides Sabedot	01/04/2015	30/04/2015
529	01/01/2012	31/12/2012	Edilene Terezinha de Mello Figueroa	10/04/2015	29/04/2015
874	14/06/2013	13/06/2014	Elisabete de Liz Leite	06/04/2015	05/05/2015
7785	13/08/2013	12/08/2014	Elizete Farias	01/04/2015	10/04/2015
830	20/11/2011	19/11/2012	Eloir do Carmo Correia Antunes	01/04/2015	30/04/2015
1278	01/01/2014	31/12/2014	Eurico Antonio de Oliveira	01/04/2015	30/04/2015
12055	01/08/2014	31/07/2015	Franciele Carneiro	13/04/2015	27/04/2015
10532	01/02/2014	31/01/2015	Franciele Escher	06/04/2015	05/05/2015
10496	09/02/2012	08/02/2013	Gerusa Belo	27/04/2015	11/05/2015
10047	02/02/2013	01/02/2013	Gilmar Alves	01/04/2015	30/04/2015
13289	19/02/2014	18/02/2015	Giovana Mabel da Silva Berardi	01/04/2015	30/04/2015
2917	01/01/2014	31/12/2014	Greci Salete Coelho	08/04/2015	07/05/2015
3750	17/03/2013	16/03/2014	Ireni Aparecida Macedo	01/04/2015	30/04/2015
1146	01/01/2014	31/12/2014	Julio Cesar Mosquetta da Silva	10/04/2015	30/04/2015

12831	05/11/2013	04/11/2014	Kamila de Andrade Mroz	01/04/2015	30/04/2015
645	01/01/2012	31/12/2012	Klaiton Strey	01/04/2015	10/04/2015
12009	18/07/2012	17/07/2013	Luana Lourenço Longhi	01/04/2015	10/04/2015
11055	01/01/2012	31/12/2012	Luciana Aparecida Cristaldo	22/04/2015	06/05/2015
1020	01/12/2013	30/11/2014	Luiz Carlos Loch	01/04/2015	30/04/2015
1033	01/01/2013	31/12/2013	Marcio Ernandes Teles de Oliveira	01/04/2015	30/04/2015
3352	16/08/2013	15/08/2014	Marlei Kehler	19/04/2015	18/04/2015
7676	12/07/2013	11/07/2014	Marlene Aparecida Ribeiro	01/04/2015	10/04/2015
11964	18/06/2013	17/06/2014	Neuza Pes de Farias Fenili	01/04/2015	30/04/2015
11138	04/07/2012	03/07/2013	Noeli Gonçalves de Queiros	01/04/2015	30/04/2015
59	01/01/2013	31/12/2013	Pedro Antonio Masiero	01/04/2015	30/04/2015
67	25/02/2014	24/02/2015	Raquel Gomes de Almeida	21/04/2015	30/04/2015
229	01/01/2013	31/12/2013	Selia Fatima Panini	21/04/2015	30/04/2015
859	01/01/2014	31/12/2014	Teresa Eclair Cardoso	07/04/2015	06/05/2015
7678	16/07/2011	15/07/2012	Terezinha Dobler Hugulak	06/04/2015	15/04/2015
11347	02/01/2014	01/01/2015	Thiago Augusto Duarte	01/04/2015	20/04/2015
806	10/03/2014	09/03/2015	Valdir Alves	01/04/2015	30/04/2015
8546	02/06/2012	01/06/2013	Valdomiro Rodrigues de Oliveira	01/04/2015	30/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 69-2015, PR – Nº 48-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 69-2015, PR – Nº 48-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2015 TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE PESSOAS, PARA EFETUAR O DESLOCAMENTO DE ALUNOS ATÉ OS PROJETOS EXTRACURRICULARES, PROMOVIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM PARCERIA COM AS FUNDAÇÕES DE CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/07/2015 as 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 06/07/2015 as 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 12 de junho de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 70-2015, PR – Nº 49-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 70-2015, PR – Nº 49-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015 TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE CERCA EM GRADE DE FERRO PARA CRECHE DA VILA SANTA TEREZINHA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/07/2015 as 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 06/07/2015 as 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 15 de junho de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**PORTARIA N.º 821, DE 29 DE MAIO DE 2015**

PORTARIA n.º 821, de 29 de maio de 2015.

Rescinde contrato de FABRIZIO JOÃO BOGONI.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, mais o previsto no art. 2º, inciso I, e art. 5º, §3º, ambos da Lei Complementar Municipal nº 163/2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato por prazo determinado de FABRIZIO JOÃO BOGONI, aprovado em Processo de Seleção Simplificado, conforme Edital nº 01/2014, de 14/05/2014, para exercer o cargo de Contador do IPASC, a contar de 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 29 de Maio de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

PORTARIA N.º 822, DE 12 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA n.º 822, de 12 de junho de 2015.

Concede férias à Servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar Municipal nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador e dá outras providências

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, ocupante do cargo de Advogada do IPASC, referentes ao período aquisitivo de 25/03/2014 a 24/03/2015, a serem gozadas a contar do dia 06/07/2015 até 25/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 12 de Junho de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Camboriú

PREFEITURA

RESUMO DE CONTRATO ADITIVO 053/2014

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FME

Primeiro termo aditivo

Contrato nº 053/2014

Processo: Concorrência Pública nº. 004/2014

Contratado: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Data: 05/03/2015

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual/execução da obra por mais 120 dias, ou seja, 10 de julho de 2015, para a finalização da obra, conforme justificativa apresentada pela empresa e Secretaria de Educação.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.054 DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 9.054 DE 15 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação				
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação				
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação				
300000.00.519 -	Despesas Correntes				
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.519 -	Aplicações Diretas				
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação				
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação				
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação				
300000.00.519 -	Despesas Correntes				
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.519 -	Aplicações Diretas				
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 15.000,00			

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2015

Objeto: Aquisição de gasolina comum para o veículo Fiat Doblò MIV6305, nº 82, da frota municipal, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 123/2014.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	02.00	Gabinete do Prefeito
Unidade	02.01	Chefia de Gabinete
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	3	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania
Projeto	2.101	Manut. e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

Vigência: 12/06/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 2.796,27 (Dois mil setecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos).



Contratada: AUTO POSTO JK LTDA.
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 11.935 DE 15 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.935 DE 15 DE JUNHO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A AGENTE DE CONTROLE INTERNO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CAMILA BRAUN MACHADO, Matrícula Funcional nº 000698, Registro no Sistema sob nº 955139, ocupante do Cargo Público de Contador, exercendo a Função no Cargo de Provimento em Comissão Agente de Controle Interno, deste Município.

Parágrafo único – As férias de que trata o caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Agente de Controle Interno gozará as férias no período de 16 de Junho de 2015 á 25 de Junho de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.309/15 DE 12/06/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.309/15 DE 12/06/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementados no orçamento do Município o valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 09– SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 –DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção do Departamento de Esportes

Elementos de despesa: 127- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000
Aplicações DiretasR\$ 37.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 09– SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 –DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção do Departamento de Esportes

Elementos de despesa: 126- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000
Aplicações DiretasR\$ 37.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.138/15

PORTARIA Nº 1.138/15 DE 29/05/15

PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA NADIR DOS ANJOS STEFANES DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Prorrogar Licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares a servidora NADIR DOS ANJOS STEFANES DA SILVA, PROFESSORA, no período de 04 de junho de 2015 por até dois anos.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.156/15

PORTARIA Nº 1.156/15 de 02/06/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO WILSIANE APARECIDA GRASSI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, WILSIANE APARECIDA GRASSI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.163/15

PORTARIA Nº 1.163/15 DE 10/06/15

EXONERA O SERVIDOR LORI CORONA POR APOSENTADORIA, POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1547625411 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera o servidor LORI CORONA, por aposentadoria, por tempo de contribuição, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 10 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 130/2015

DECRETO Nº. 130/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o compromisso desta municipalidade com a completa transparência de seus atos, bem como pelo perfeito processo operacional administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara no exercício de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº130/2015

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 144 – RECURSOS VINCULADOS CONVÊNIO ESTADO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
002720/14	10/07/2014	Kerner & Cia Ltda	33,25
002882/14	24/07/2014	Univale União Plant.Vale Canoinhas	1.620,00
002966/14	31/07/2014	Auto Mecânica e Peças Leo Ltda	1.596,00
003073/14	06/08/2014	Auto Posto Pwiedade Ltda	527,62
003254/14	20/08/2014	Kerber & Cia.Ltda	3.450,00
003256/14	21/08/2014	BT Comercial Imp. E Exp.Ltda	7.600,00
003351/14	26/08/2014	Cimentela Ind. De Telas e Art.de Concr.	1.013,75
004576/14	10/11/2014	Auto Posto Pwiedade Ltda	6.798,02
		TOTAL	22.638,64

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

LEI Nº 5584/2015

LEI Nº. 5.584 DE 11/06/2015

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 4.673 DE 13 DE JANEIRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei Municipal nº. 4.673 de 13 de janeiro de 2011, ficando com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a cessão de uso ao Estado de Santa Catarina através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – PMSC, de uma motocicleta Kasinski/CRZ 150, veículo zero km, com capacidade para 02 pessoas, ano de fabricação 2010, modelo 2011, combustível Gasolina, cor Branca, Placa MJH 4419, Renavam 273300482, sendo que a vigência do termo de cessão de uso poderá ser prorrogado, conforme interesse das partes."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5585/2015

LEI Nº. 5.585 DE 11/06/2015

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR DESPESAS RELATIVAS AO TRANSPORTE DOS DANÇARINOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE BALLET DA CASA DA CULTURA DE JOINVILLE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a custear as despesas de transporte necessárias, dos dançarinos da Escola Municipal de Ballet da Casa da Cultura de Joinville, para esta cidade de Canoinhas/SC no dia 19 de junho de 2015, visando à participação dos referidos dançarinos na "III Mostra de Dança Clássica" que se realizará neste município de Canoinhas neste mesmo dia.

Art. 2º - A despesa constante na presente Lei será custeada através de recursos ordinários da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000, atividade 2033, dotação 3.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 531/2015

PORTARIA Nº. 531/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, que é de interesse público manter o servidor contratado nos serviços;

CONSIDERANDO, conformidade com a Lei Municipal nº 5.528 de 25/03/2015, Art. 2º; Parágrafo 1º; Inciso II;

CONSIDERANDO, que a titular da vaga está em licença para maternidade; Resolve:

PRORROGAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da profissional JOICE FIDENCIO DA COSTA GUZINSKI, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 17/06/2015 a 07/11/2015; em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da monitora de educação infantil Jaqueline Aparecida Alves, a qual está em licença maternidade, conforme comunicação interna nº 296/DP/2015.

Art. 2º - Fica prorrogada a contratação temporária do profissional WILLIAM CORDEIRO DE SOUZA, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 10 horas semanais, 09 aulas ministradas, 01 aula excedente e 15% de regência, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 27/06/2015 a 25/09/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, vaga vinculada da professora Ana Claudia Staskovian de Barros, a qual está em licença maternidade, conforme comunicação interna nº 283/DP/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 532/2015

PORTARIA Nº. 532/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo

disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI
3. FERNANDO LUIS TOKARSKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito em anexo na Comunicação Interna nº 190/2015 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Fica a funcionária, nos termos do artigo 167 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas, da Lei nº 2.305/90, por medida cautelar, afastada do exercício do cargo, pelo prazo inicial de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de junho de 2.015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 533/2015

PORTARIA Nº. 533/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. MARISTELA MURARA BURGARDT
2. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
3. ROSELI DOBROSHINSKEI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito em anexo na Comunicação Interna nº 190/2015 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos

do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Fica a funcionária, nos termos do artigo 167 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas, da Lei nº 2.305/90, por medida cautelar, afastada do exercício do cargo, pelo prazo inicial de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de junho de 2.015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 534/2015

PORTARIA Nº. 534/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a ERM Bonetes de Cima e para a ERM Professora Edemita Conceição Rosa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional PRISCILA LACOWICTZ VEIGA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 033/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/06/2015, conforme comunicação interna nº 298/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 535/2015

PORTARIA Nº. 535/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a EBM Alberto Wardenski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional QUÊNIA LOTTERMANN BRUN, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 033/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 12/06/2015, conforme comunicação interna nº 301/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 536/2015

PORTARIA Nº. 536/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada ROSANGELA MARIA DA SILVEIRA DO NASCIMENTO, efetiva no cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/06/2015 por motivo de falecimento, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 537/2015

PORTARIA Nº. 537/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 5.441/2014, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Encanador, para atuar junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, o profissional JAIR ALVES PEREIRA, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 42.167, e convocado conforme Edital nº 031 de 12 de maio de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/07/2015, conforme comunicação interna nº 045/SMODU/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 538/2015

PORTARIA Nº. 538/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Odontólogo, para atuar na Unidade Prisional Avançada – UPA e na Unidade Básica de Saúde de Marcílio Dias, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional BRUNAH DE OLIVEIRA BUCHE, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 44604, e convocada conforme Edital nº 033 de 18 de Maio de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 16/06/2015, conforme comunicação interna nº 198/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 539/2015

PORTARIA Nº. 539/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;
CONSIDERANDO; a necessidade de suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino;
CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional NADIRA PEREIRA DO NASCIMENTO GUESSER, na função de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar no Programa Mais educação, na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 15/06/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei Municipal Nº 5.528/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão de instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 302/SME/2015.

Art. 2º - Fica contratada a profissional PATRICIA CAMILO, na função de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar no Programa Mais Educação na EBM Benedito Thérézio de Carvalho, no período de 15/06/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei Municipal Nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissional da educação para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 302/SME/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 540/2015

PORTARIA Nº. 540/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal Nº 5.563/2015; Resolve:
NOMEAR LEILOEIRO

Art. 1º - Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, em especial o art. 53, fica nomeado o servidor público municipal, PAULO CESAR SAFANELLI, como Leiloeiro, para atuar em leilão público cujo objeto é a alienação da área de 8.943,60m², matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob Nº 38.520, conforme a Lei Municipal Nº 5.563/2015.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 67/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 110/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 67/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/06/2015, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 30/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

EDITAL 015/2015

EDITAL Nº 015, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Estabelece normas para a chamada pública de Professores, destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino

Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no disposto na Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999 e 3.149, de 30 de outubro de 2014,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 029/2014,

Torna público os procedimentos para a chamada pública de Professores, destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2015 na rede municipal de ensino;

1. DA DATA E DAS VAGAS

1.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 18 de junho (quinta - feira), das 14h às 16h, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, sito à Rua Ernesto Hachmann, Centro, Andar térreo do Centro Educacional Prefeito Celso Farina.

1.2

HISTÓRIA	
EM Ernesto Hachmann	20h

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- RG, CPF;
- Diploma de Licenciatura – Ensino Superior na área escolhida;
- Certificado de Pós – Graduação na área escolhida;
- Comprovante de tempo de serviço na área de atuação

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- Professores com Pós-Graduação na área em que pretendam atuar;
- Professores com Graduação na área em que pretendam atuar;
- Professores cursando licenciatura na área em que pretendam atuar, de forma decrescente, conforme a fase;
- Professores com Magistério completo;
- Professores cursando licenciatura em qualquer área;
- Maior tempo de serviço na área de atuação.

3.2 Havendo dois ou mais professores habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Capinzal e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

3.3 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Capinzal e, persistindo a igualdade, precederá o de

maior idade.

Capinzal, em 12 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0198/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0198/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: ALTO URUGUAI SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA - EPP Valor : 14.766,00 (quatorze mil setecentos e sessenta e seis reais) Vigência : Início: 15/06/2015 Término: 15/09/2015 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 23/2015 Processo_Licitatório....: 000116 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para Elaboração de Novo Projeto Urbanístico do Loteamento Nova Capinzal com Memorial Descritivo, planta georreferenciada dos lotes, áreas verdes, equipamentos públicos e áreas públicas Capinzal, 15 de Junho de 2015		

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C21

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2015 C21 - Contrato Nº.: 0021/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: DORVALINO BARETA O BORRACHEIRO - ME Valor : 2.873,00 (dois mil oitocentos e setenta e três reais) Vigência : Início: 15/06/2015 Término: 08/02/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015 Processo_Licitatório....: 00013 / 2015 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 2.873,00 (dois mil e oitocentos e setenta e três reais). Conforme justificativa e parecer jurídico. Capinzal, 15 de Junho de 2015		

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C89

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2015 C89 - Contrato Nº: 089/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: TRANSPORTES NATALIO LTDA ME		
Valor : 13.207,50 (treze mil duzentos e sete reais e cinquenta centavos)		
Vigência : Início: 15/06/2015 Término: 23/03/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 13.207,50 (treze mil e duzentos e sete reais e cinquenta centavos). Conforme justificativa e parecer jurídico.		
Capinzal, 15 de Junho de 2015		

PORTARIA 1013/2015

PORTARIA Nº 1013, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme A Lei Complementar nº 140/2011, que dispõe sobre a Lei de Parcelamento de Solo, resolve:

Art. 1º Compôr a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, sendo:

I – Ruites Valmir Andrioni Jr., engenheiro civil, portador do CPF nº 598.459.459-53, registro no CREA nº 031.257-1 e CRECI nº 008.351;

II – Roberto Baretta, inscrito no CPF sob o nº 386.213.479-20, e no CREA sob o nº 22.047-2;

III - Sergio Luiz Riquetti, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e no CRECI sob o nº 6614;

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação de quantidade e valor de lotes do Loteamento Residencial Parque Outeiro do Sol, de propriedade do sr. Marco Antonio Santos, inscrito sob o CPF nº 551.606.629-87, que deverão permanecer caucionados como garantia de execução dos projetos de infraestrutura do loteamento.

Art. 3º A avaliação deverá totalizar o valor de R\$ 1.402.500,00 (hum milhão, quatrocentos e dois mil e quinhentos reais), equivalendo a uma vez e meia o custo dos serviços e obras de infraestrutura apresentado pelo proprietário, ou seja, R\$ 935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil reais).

Art. 3º A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 12 de junho de 2015

Capinzal, em 12 de junho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1014/2015

PORTARIA Nº 1014, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre Comissão Especial de Tomada de Contas Especial, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Compôr a Comissão Especial de Tomada de Contas Especial, com os seguintes servidores:

I – Alexandre Roca Nascimento, matrícula nº 407441/01,

II – Leandro Jacó Paza, matrícula nº 313076/01;

III – Maria Dagmar Wolff Surdi, matrícula nº 110370/01.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, abrir a Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade pela má utilização dos recursos federais referentes a pendências na prestação de contas do exercício de 2009 – Processo nº 71001.021024/2010-11 – recursos transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social para execução das ações da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, cumprindo assim, a determinação da Súmula TCU nº 230.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 12 de junho de 2015

Capinzal, em 12 de junho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

portaria 468/2015

PORTARIA Nº 468, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 468/2015, Noeli Teresinha Pieri Lopes, matrícula nº 324779/04, para exercer as funções do cargo de Monitor de Atividade Física, nível 407, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 469/2015

PORTARIA Nº 468, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 468/2015, Noeli Teresinha Pieri Lopes, matrícula nº 324779/04, para exercer as funções do cargo de Monitor de Atividade Física, nível 407, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 470/2015

PORTARIA Nº 470, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeada, a contar de 04 de março de 2015, Kelly Cristina Lopes Moschen, matrícula 330418/04, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível 246, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Kelly Cristina Lopes Moschen

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Kelly Cristina Lopes Moschen, matrícula 330418/04, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nomeada pela Portaria nº 470, de 12 de março de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 471/2015

PORTARIA Nº 471, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 471/2015, Tailania Pereira Dias, matrícula nº 333719/03, para exercer as funções do cargo de Monitor de Arte Cênica, nível 412, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de trinta (30) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 472/2015

PORTARIA Nº 472, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 472/2015, Daniela Juliana Costa, matrícula nº 334707/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 473/2015

PORTARIA Nº 473, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 473/2015, Daniela Raquel Pereira, matrícula nº 399612/03, para exercer as funções do cargo de Monitor de Recreação, nível 417, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 474/2015

PORTARIA Nº 474, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 474/2015, Edson Francisco Ribeiro Junior, matrícula nº 399639/03, para exercer as funções do cargo de Monitor de Informática, nível 415, referência A, conforme o anexo III

da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 475/2015

PORTARIA Nº 475, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 475/2015, Robson Diego Esganzela, matrícula nº 399680/03, para exercer as funções do cargo de Monitor de Arte Cênica, nível 412, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no CECON.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

PORTARIA N º 43/2015/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 43/2015/SIMAE-CAO, de 15 de junho de 2015.

Exonera a pedido, servidora que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, a servidora DIENIFFER MICHELI HACHMANN, nascida em 13/11/1992, do cargo de Agente Administrativo I, Padrão 03, Nível 01, Referência A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a partir de 15 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Catanduvás

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.072, DE 08 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 2.072, de 08 de junho de 2015.

"HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 04, DE 08 DE JUNHO DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica Homologada a Resolução n.º 04, de 08 de junho de 2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que "Dispõe sobre a convocação para a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 08 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO 004/2015- CMDCA

Dispõe sobre a convocação da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Catanduvás e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na lei municipal nº. 2.384/2012 e na resolução 116 do CONANDA resolve:

Art. 1º - Convocar a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 2º - Estabelecer o dia 19/06/2015 para a realização da referida conferência municipal.

Art. 3º - Instituir a Comissão Organizadora Municipal, sob a coordenação da Presidente do CMDCA, com composição paritária entre representantes do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil, incluindo crianças e adolescentes.

§ 1º - A comissão organizadora municipal será representado por:

I – Claudia Vieira

II – Dilson Rizi

III – Rosa Fabri

IV – Marilete Chilanti

V – Adriane Signori

VI – Silvia Talini

§ 2º - A Comissão Organizadora Municipal poderá convidar profissionais do setor público e privado, que desenvolvam atividades relacionadas ao tema objeto da X Conferência, quando entender relevante para a consecução das suas finalidades.

§ 3º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social proporcionará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Organizadora Municipal.

Art. 4º - Compete à Comissão Organizadora:

I - definir plano de ação e metodologia de trabalho;

II – elaborar regimento interno;

III - elaborar a proposta metodológica e a programação da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV – Divulgar o evento;

V – elaborar documento com as diretrizes para a realização das conferências livres;

VI – organizar material necessário à realização da conferência;

VII – selecionar os facilitadores para o trabalho de grupo no dia da conferência

VIII – organizar todos os procedimentos necessários à realização da conferência.

IX – Elaborar relatório da conferência municipal.

Art. 5º - O CMDCA encaminhará esta resolução ao Executivo Municipal para elaboração do decreto municipal.

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvás – SC, 08 de Junho de 2015.

Sandra Dilda Bucco

Presidente do CMDCA

DECRETO Nº 2.074, DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 2.074, de 15 de junho de 2015.

"CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS/SC"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Saúde do Município de Catanduvás/SC, a ser realizada no dia 09 de julho de 2015, no período vespertino, junto a casa Multiuso localizada no Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, com o tema "Saúde Pública de Qualidade Para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 15 de junho de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

275.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 275/2015

- CONSIDERANDO, o recebimento da Comunicação de Decisão do Benefício nº 6097743576, referente ao requerimento de Auxílio-doença à Previdência Social, da servidora LUCELIA KEMPNER INACIO;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº. 194/2015 de 10.04.2015, que concede licença para tratamento de saúde, a servidora LUCELIA KEMPNER INACIO, no que se refere ao período de concessão da Licença, passando este para 32 (trinta e dois) dias, no período de 06.04.15 a 07.05.15, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07.05.2015.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 15 de junho de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de café colonial (produtos, utensílios e decoração típica) para o lançamento da EXPO AGRO 2015, na data de 30 de junho de 2015, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 09h00min do dia 26/06/2015.

Abertura: dia 26/06/2015 às 10h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 15 de junho de 2015.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2015- PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de refil e serviço de instalação para purificadores de água para as Unidades SEMED, SEMAD, FMC, FMAS, FMEC e FUMDEMA Com recursos próprios, FUNDEB 40% e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 29/06/2015.

Abertura: dia 30/06/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 15 de junho de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 8/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015-CMDCA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 8/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Convoca Encontro Municipal das Entidades Não Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Encontro Municipal, com o objetivo de escolher os representantes das entidades Não Governamentais de atendimento, defesa, estudos e pesquisa e de garantia dos direitos da criança e do adolescente, para integrarem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 2º O Encontro de que trata o art. 1º deste Edital será realizado no dia 1º de julho de 2015, das 8h30min às 11h, na Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Leonel Mosele, 96, Centro, Concórdia, SC.

Art. 3º Fica constituída Comissão Organizadora com a incumbência de viabilizar os procedimentos necessários à realização do Encontro.

Parágrafo único. Ficam designadas, para integrar referida Comissão, as seguintes pessoas:

I – presidente: LETICIA FARINA PUNTEL;

II – membros:

a) DIOMAR JOSÉ PERIN;

b) MARCEL ALAN HAEFLIGER;

c) PEDRO GIMARÃES DOS SANTOS.

Art. 4º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, situada na Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3442 0118.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2015 – IPRECON

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2015 – IPRECON

Contrato nº: 3/2015, de 15 de junho de 2015

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: Ortopedia Concórdia Serviços Hospitalares Ltda. – ME

Objeto: prestação de serviços médicos, por profissional devidamente habilitado nessa condição, para composição de junta médica, constituída anualmente com a finalidade de avaliar a capacidade laborativa dos segurados aposentados por invalidez, bem como dos segurados ativos que se encontram em gozo de auxílio-doença por longo período

Vigência: Início: 15.6.2015 Término: 31.12.2015

Data da assinatura: 15 de junho de 2015

Valor: R\$ 200,00 (duzentos reais), por cada servidor avaliado

Dotação orçamentária nº: 3339039990000, código reduzido 322/2015

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2015 – IPRECON

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2015 – IPRECON

Contrato nº: 4/2015, de 15 de junho de 2015

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: SEGURMED – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO SOCIEDADE SIMPLES

Objeto: prestação de serviços médicos, por profissional devidamente habilitado nessa condição, para composição de junta médica, constituída anualmente com a finalidade de avaliar a capacidade laborativa dos segurados aposentados por invalidez, bem como dos segurados ativos que se encontram em gozo de auxílio-doença por longo período

Vigência: Início: 15.6.2015 Término: 31.12.2015

Data da assinatura: 15 de junho de 2015

Valor: R\$ 200,00 (duzentos reais), por cada servidor avaliado

Dotação orçamentária nº: 3339039990000, código reduzido 322/2015

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PRÓXIMA SESSÃO TP 01/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015 - PMC

Objeto: contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada à instituição de ensino superior, para realização de concurso público, com provas escritas, títulos, práticas e de aptidão física para cargos de nível fundamental incompleto, médio, técnico e superior, de acordo com as especificações constantes nos Anexos "D", "E" e "F" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: LEGALLE CONCURSOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, JOSÉ ELIAS RIBEIRO CONCURSOS – ME, EPL EMPRESA PARANAENSE DE LICITAÇÕES, INSTITUTO EDUCACIONAL TERRA DAS AGUAS, GLOBAL CONCURSOS ORGANIZAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS LTDA, INSTITUTO O BARRIGA VERDE, CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME e CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. As licitantes GLOBAL CONCURSOS ORGANIZAÇÃO EM

CONCURSOS PÚBLICOS LTDA, CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME e EPL EMPRESA PARANAENSE DE LICITAÇÕES comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que são Micro-empresas (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, constatando-se que: após a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação, no envelope da licitante INSTITUTO EDUCACIONAL TERRA DAS AGUAS estava sua Proposta de Preços e não os documentos de Habilitação e por assim ser, a licitante restou DESQUALIFICADA. As licitantes GLOBAL CONCURSOS ORGANIZAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS LTDA e EPL EMPRESA PARANAENSE DE LICITAÇÕES, não apresentaram documento comprobatório do exigido no item 2.2 do edital, qual seja: "O objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e compatível com o objeto disposto no item 2.1.", qual seja o item 2.1, "A presente licitação tem por objeto a contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada à instituição de ensino superior, para realização de concurso público, com provas escritas, títulos, práticas e de aptidão física para cargos de nível fundamental incompleto, médio, técnico e superior". A empresa CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME, também não apresentou comprovação para o item 2.2 do edital e para o item 5.1 alínea "i": "Atestado de capacidade técnica, por execução de Concurso Público com no mínimo 10 cargos diferentes, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e expedido em nome da licitante", não atestou o mínimo de cargos exigidos. Ainda, a licitante JOSÉ ELIAS RIBEIRO CONCURSOS – ME, não comprovou o item 2.2 e apresentou o exigido no item 5.1 alínea "d" "Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante", com prazo de validade vencido, e, sendo assim foram consideradas INABILITADAS. Já as INSTITUTO O BARRIGA VERDE, LEGALLE CONCURSOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA e CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA, atenderam plenamente aos requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório e, por conseguinte, foram julgadas HABILITADAS. De ressaltar que as licitantes INSTITUTO EDUCACIONAL TERRA DAS AGUAS e CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME, renunciaram ao direito de recorrer do julgamento relativo à fase de Habilitação anexando o termo de renúncia a documentação. Em decorrência da ausência de representantes legais das licitantes a presidente da Comissão oficializa que será publicado o resumo da sessão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação, e, se não houver interposição de recursos desde já convoca as licitantes a comparecer neste mesmo local às 14h (quatorze horas) do próximo dia 26 (vinte e seis) de junho, para participarem da sessão de abertura e julgamento de suas propostas de preços., para participar da sessão de abertura e julgamento do envelope nº 2, contendo a proposta.

Concórdia, SC, 15 de junho de 2015.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da C.P.L

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	459.408,90	0,00	Ordinária	1.040.553,12	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	50.517,80	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	825.720,62	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	48.909,98	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	782.709,86	0,00
Vinculada	1.607,82	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc. Anterior	329,16	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	408.891,10	0,00	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	38.794,90	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	408.891,10	0,00	Vinculada	3.886,70	0,00
	0,00	0,00	01080000 - Contribuição - COSIP	214.832,50	0,00
			01340000 - Transferências de Convênios - União	62.300,00	0,00
				152.532,50	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	808.300,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recbimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	1.121.445,92	0,00	Pagamento de restos a pagar	1.620.335,41	0,00
Valores restituíveis	1.040.553,12	0,00	Valores restituíveis	1.539.442,61	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	80.892,80	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	80.892,80	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
	845.508,28	0,00		573.774,57	0,00
TOTAL (V) = (I)+(II)+(III)+(IV)			TOTAL (X) = (VI)+(VII)+(VIII)+(IX)		
	3.234.663,10	0,00		3.234.663,10	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 15/06/2015 Hora emissão 08:18:55

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

ROSA MARIA SELA SGAROTTO
Encarregada do Serviço

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 05.2015.

FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
AN 13 - Balanço Financeiro
 Período de Referência: Maio / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	78.558,23	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	800.815,34	0,00
Ordinária	11.105,17	0,00	Ordinária	646.500,02	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	10.519,85	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	640.916,09	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	585,32	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	360,00	0,00
Vinculada	67.453,06	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	5.223,93	0,00
013400000 - Transferências de Convênios - União	67.165,44	0,00	Vinculada	154.315,32	0,00
028900000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	287,62	0,00	013400000 - Transferências de Convênios - União	19.615,32	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	033400000 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à edu	134.700,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	480.160,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	480.160,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	843.497,75	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	492.443,78	0,00
Inscrição de restos a pagar	800.815,34	0,00	Pagamento de restos a pagar	449.761,37	0,00
Valores restituíveis	42.682,41	0,00	Valores restituíveis	42.682,41	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	421.905,32	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	530.862,18	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.824.121,30	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.824.121,30	0,00

FONTE: Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 15/06/2015, Hora emissão 08:35:31

Notas:

LEIUELOI DOS SANTOS
ORDENADOR DA DESPESA

ARCEU ALBIEIRO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 05.2015

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
 AN 13 - Balanço Financeiro
 Período de Referência: Maio / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	54.325,12	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	3.139.313,51	0,00
Ordinária	54.325,12	0,00	Ordinária	2.959.313,51	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	22.929,03	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	2.664.488,87	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	31.396,09	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	9.272,24	0,00
Vinculada	0,00	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	278.264,78	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	7.287,62	0,00
			Vinculada	180.000,00	0,00
			01080000 - Contribuição - COSIP	180.000,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.924.550,89	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	1.924.550,89	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3.229.477,42	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.786.619,92	0,00
Inscrição de restos a pagar	3.139.313,51	0,00	Pagamento de restos a pagar	1.696.456,01	0,00
Valores restituíveis	90.163,91	0,00	Valores restituíveis	90.163,91	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	85.591,60	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	368.011,60	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	5.293.945,03	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	5.293.945,03	0,00

FONTE: Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 15/06/2015, Hora emissão 08:20:04

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
 Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
 Contadora
 CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 05.2015

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AN 13 - Balanço Financeiro
 Período de Referência: Maio / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	130.696,12	0,00	Ordinária	1.759.347,53	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	4.901,31	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.270.655,15	0,00
Vinculada	125.794,81	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	1.238.212,17	0,00
01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	23.060,80	0,00	Vinculada	32.442,98	0,00
01350002 - Programa Erradicação Trab.Infantil -PETI	386,47	0,00	01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	488.692,38	0,00
01350003 - PAEFI	18.373,35	0,00	01350003 - PAEFI	23.060,80	0,00
01350004 - PAIF	25.550,10	0,00	01350004 - PAEFI	42.903,12	0,00
01350005 - IGD-SUAS	3.167,40	0,00	01350004 - PAIF	77.240,32	0,00
01350006 - Fortalecimento de Vínculos	42.163,44	0,00	01350005 - IGD-SUAS	5.120,28	0,00
01350007 - Programa ACESSUAS	1.589,34	0,00	01350006 - Fortalecimento de Vínculos	141.927,63	0,00
01350008 - Criança e Adolescente	1.454,85	0,00	01350007 - Programa ACESSUAS	12.626,67	0,00
01350009 - Bolsa Família	6.904,25	0,00	01350008 - Criança e Adolescente	469,44	0,00
01610001 - Benefícios Eventuais	117,87	0,00	01350009 - Bolsa Família	17.236,65	0,00
01610002 - Básica Custeio	1.015,18	0,00	01610002 - Básica Custeio	37.542,90	0,00
01610003 - CREAS	1.268,98	0,00	01610003 - CREAS	1.288,40	0,00
01610004 - ABRIGO	742,78	0,00	03350003 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	24.254,94	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	03350004 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	20.543,19	0,00
			03350005 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	810,40	0,00
			03350006 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	40.701,97	0,00
			03350007 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	10.959,15	0,00
			03350008 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	28.209,76	0,00
			03610001 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social- Benefícios	3.044,29	0,00
			03610002 - Transferências de Convênios - Básica Custeio - Estado/Assistência S	772,47	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	670.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	670.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recbimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	1.764.850,70	0,00	Pagamento de restos a pagar	694.661,48	0,00
Valores restituíveis	1.759.347,53	0,00	Valores restituíveis	689.191,82	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	5.503,17	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	5.469,66	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
	507.667,01	0,00		619.204,82	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	3.073.213,83	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	3.073.213,83	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 15/06/2015, Hora emissão 08:32:39

Notas:

LAURI GARBOSA
 Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
 Contadora
 CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 05.2015

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
AN 13 - Balanço Financeiro
 Período de Referência: Maio / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	6.056,67	0,00	Ordinária	167.924,65	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	3.815,22	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	97.796,38	0,00
Vinculada	3.815,22	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	87.344,65	0,00
02060001 - FIA Demais Recursos	2.241,45	0,00	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	5.121,65	0,00
02090000 - FIA Imposto de Renda	168,48	0,00	Vinculada	5.330,08	0,00
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	2.063,75	0,00	02090000 - FIA Imposto de Renda	70.128,27	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	9,22	0,00	06060001 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fui	30.000,00	0,00
	0,00	0,00	06090000 - FIA Imposto de Renda - Superavit Exercício Anterior	5.110,89	0,00
				35.017,38	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	87.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	87.000,00	0,00		0,00	0,00
Recbimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	168.012,90	0,00	Pagamento de restos a pagar	97.725,43	0,00
Valores restituíveis	167.924,65	0,00	Valores restituíveis	97.637,18	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	88,25	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	88,25	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
	142.556,31	0,00		137.975,80	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)			TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		
	403.625,88	0,00		403.625,88	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 15/06/2015, Hora emissão 08:33:42

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 05.2015.

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
AN 13 - Balanço Financeiro
 Período de Referência: Maio / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	14.710.669,62	0,00	Ordinária	44.193.788,78	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	171.120,73	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	144.424,89	0,00
Vinculada	14.539.548,89	0,00	06000000 - Recursos Ordinários - Anterior Outros	126.746,49	0,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	45.463,85	0,00	Vinculada	17.678,40	0,00
01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	116.650,13	0,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	44.049.363,89	0,00
01380002 - Atenção Básica	1.926.462,36	0,00	01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU	11.152.022,20	0,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	11.813.002,65	0,00	01380002 - Atenção Básica	125.393,34	0,00
01380004 - Vigilância em Saúde	427.954,13	0,00	01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar	3.426.249,16	0,00
01380005 - Assistência Farmacêutica Básica	208.013,76	0,00	01380004 - Vigilância em Saúde	28.425.394,51	0,00
01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional	5,11	0,00	01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional	213.755,72	0,00
02880000 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	1.709,79	0,00	03020000 - Receitas de Impostos - Saúde - Exerc Ant	4,21	0,00
03380002 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	287,11	0,00	03380001 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	462.325,48	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	03380002 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	924,53	0,00
			03380003 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	1.600,00	0,00
			03380004 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	187.940,09	0,00
			03380005 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	16.023,42	0,00
			03380006 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	37.310,00	0,00
			03380006 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Superavit E	421,23	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	8.750.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transf. Financeira Recebida	8.750.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
Recabimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	45.652.409,85	0,00	Pagamento de restos a pagar	25.198.271,71	0,00
Valores restituíveis	44.193.788,78	0,00	Valores restituíveis	23.739.650,64	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	1.458.621,07	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	1.458.621,07	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)			Saldo em Espécie do Exercício (IX)		
	3.807.592,33	0,00		3.528.611,31	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	72.920.671,80	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	72.920.671,80	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA, Data Emissão 15/06/2015, Hora emissão 08:17:27

Notas:

 ALESSANDRO VERNIZE
 Ordenador de Despesa

 LEANDRO BOEIRA ZORZAN
 Contador
 CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 05.2015.

MUNICÍPIO DE CONCORDIA
AN 13 - Balanço Financeiro
 Período de Referência: Maio / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			Despesa Orçamentária (VI)		
Ordinária	70.162.228,93	0,00	Ordinária	64.230.182,52	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	38.738.949,77	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	33.570.190,14	0,00
01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	35.696.643,23	0,00	01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	27.396.035,24	0,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	171.462,21	0,00	01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	7.000,00	0,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	2.276.574,01	0,00	01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	2.528.059,91	0,00
01000005 - Recursos Ordinários - FMHS	38.574,94	0,00	01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	14.424,00	0,00
01830000 - Recursos Ordinários - Outros Programas	1.339,28	0,00	01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	1.400.000,00	0,00
02000000 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	554.348,18	0,00	01830000 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	838.856,51	0,00
02000000 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	7,92	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	310.000,00	0,00
Vinculada	38.788.848,99	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	310.000,00	0,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	11.895.001,59	0,00	03000002 - Recursos Ordinários FMDD - superavit exercício anterior	49.575,00	0,00
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	7.136.998,53	0,00	03000003 - Recursos Ordinários - Exercício anterior	1.026.239,48	0,00
01070000 - Contribuição - CIDE	1.355,51	0,00	Vinculada	30.659.992,38	0,00
01080000 - Contribuição - COSIP	1.531.920,80	0,00	01010000 - Recaixas de Impostos de Educação	6.082.704,77	0,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	169.431,37	0,00	01070000 - Contribuição - CIDE	50,00	0,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	169.375,00	0,00	01080000 - Contribuição - COSIP	1.919.137,60	0,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	285.841,56	0,00	01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	210.277,20	0,00
01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	11.459.308,19	0,00	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	289.930,90	0,00
01190000 - Transferências do FUNDEB 60%	1.273.256,55	0,00	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	337.621,04	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	283.522,27	0,00	01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	8.850.454,15	0,00
01360000 - Salário Educação	1.519.282,64	0,00	01190000 - Transferências do FUNDEB 60%	2.308.097,66	0,00
01370001 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.060,00	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	473.305,90	0,00
01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	275.962,85	0,00	01360000 - Salário Educação	2.464.013,50	0,00
01370003 - Programa Nac.Apelo ao Transporte - PNATE	37.102,92	0,00	01370001 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.060,00	0,00
01370004 - Outros Recursos do FNDE	31.967,56	0,00	01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	565.180,31	0,00
01390001 - Fundo Especial do Petróleo	134.030,92	0,00	01370003 - Programa Nac.Apelo ao Transporte - PNATE	190.756,36	0,00
01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	2.153.988,34	0,00	01370004 - Outros Recursos do FNDE	1.223,88	0,00
01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	323.482,00	0,00	01390001 - Fundo Especial do Petróleo	86.255,16	0,00
01640001 - Transferências de Convênios - Estado	74.919,46	0,00	01390002 - Outras Transf.Decor.Comp. Financeira	2.995.680,20	0,00
01800000 - Outras Especificações	3.953,83	0,00	01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.436.213,86	0,00
01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	27.087,10	0,00	01640001 - Outras Especificações	374,32	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	7.365.569,83	0,00	03010000 - Recaixas de Impostos - Educação	285.619,93	0,00
			03080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - CC	255.133,19	0,00
			03100000 - Convênio de Trânsito - Militar - Superavit Exercício Anterior	33.355,40	0,00
			03110000 - Convênio de Trânsito - Civil - Superavit Exercício Anterior	53.874,80	0,00
			03180000 - Transf fundeb - Sup. Exerc. Anter	570.532,78	0,00
			03190000 - Transf. FUNDEB 40% - Sup. Exerc. Anter	357.000,00	0,00
			03340000 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à edu	6.918,21	0,00
			03360000 - Salário-Educação - Superavit Exercício Anterior	171.104,16	0,00
			03370004 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ed	37.827,75	0,00
			033900001 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compe	116.265,52	0,00
			033900002 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compe	560.043,83	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)			Transferências Financeiras Concedidas (VII)		
Transf. Financeira Recebida	0,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	14.716.777,37	0,00
Aportes	0,00	0,00		14.716.777,37	0,00
Recabimentos Extraorçamentários (III)			Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		
Inscrição de restos a pagar	70.624.179,94	0,00	Pagamento de restos a pagar	49.794.997,39	0,00
Valores restituíveis	64.230.182,52	0,00	Valores restituíveis	43.965.300,80	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	5.838.590,94	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	5.829.696,59	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
	555.416,48	0,00		0,00	0,00



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2015

Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	22.688.033,56	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	34.732.485,15	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	163.474.442,43	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	163.474.442,43	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCORDIA, Data Emissão 15/06/2015, Hora emissão 08:15:02

Notas:

JOAQUIM BICCAN, SEGUNDO
Secretário de Finanças

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MARLON DE LAI DENEGA
Contador
CPF: 073.699.249-98

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 285/2015

DECRETO N. 285/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. JULIANA BREANCINI, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 286/2015

DECRETO N. 286/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. CARMEN APARECIDA TRESSOLDI WARKEN, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 287/2015

DECRETO N. 287/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família ao Servidor Municipal, Sr. OSCAR BORSOI, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 12 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 289/2015

DECRETO N. 289/2015

“REVOGA O DECRETO N. 68/2015, QUE SUSPENDEU EFEITOS DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no artigo 9º c/c as disposições contidas no artigo 70, ambos da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que através do Decreto n. 68/2015 o município decidiu acatar orientação do Ministério Público do estado de Santa Catarina, da 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapecó, e suspendeu efeitos do Concurso Público n. 001/2014;

Considerando que o Concurso Público foi deflagrado para o preenchimento imediato de vagas, algumas essenciais ao desenvolvimento dos serviços prestados à coletividade, o que exige imediata nomeação;

Considerando que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina vem instaurando procedimentos visando à regularização da situação dos cargos de Professor, Procurador jurídico, Contador, Fiscal de Tributos e Auditor Fiscal de Tributos.

Considerando que o município contratou empresa especializada, através de competente procedimento licitatório, não impugnado e questionado, para realização de todos os atos inerentes ao Concurso em comento, e não teve qualquer participação nos mesmos, e que até o momento não houve oferta de denúncia acompanhada de provas suficientes que ensejassem a anulação ou continuidade da suspensão do certame;

DECRETA:

Art. 1º Fica REVOGADO o Decreto Municipal n. 68/2015, de 06 de fevereiro de 2015, que declarou SUSPENSO por prazo indeterminado o Concurso Público n. 001/2014, que tem por objeto selecionar candidatos para o preenchimento de vagas no quadro permanente de pessoal do Poder Executivo municipal.

Art. 2º Fica determinada a continuidade dos demais atos do Concurso Público n. 001/2014, com posterior chamamento dos aprovados na medida das necessidades e no prazo da lei.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 290/2015

DECRETO N. 290/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. ADEMIR PEDRO GROLLE, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 11/06/2015.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N.284/2015

DECRETO N. 284/2015 DE 10 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. SANDRA FIGUEIRÓ PEDROSO CENCI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 09/06/2015.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP FMS Nº 08/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 08/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 h do dia 26/06/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 26/06/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 15 de JUNHO de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP FMS Nº 09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 09/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 h do dia 29/06/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 29/06/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 15 de JUNHO de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 39/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 39/2015 AO CONTRATO Nº 40/2015

Contratado: AIRTON KERBES ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO inicialmente licitado do contrato nº 40/2015, a execução do serviço licitado para 15/07/2015.

Vigência: 31/12/2015

Correia Pinto

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO 32/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 33/2015

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A LOCAÇÃO DO IMÓVEL MATRÍCULA 7.099 DO 3º OFÍCIO DE LAGES, DESTINADO À EXPLORAÇÃO DE CASCALHO SITUADO NA LOCALIDADE ÁGUA BRANCA, CORREIA PINTO/SC. O valor será de 1.576,00 (Um mil, quinhentos e setenta e seis reais) mensais. A contratada é Maria Branco Liposcki, CPF 480.414.679-20. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 16 de junho de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

LEI N 5.467/2015

LEI N 5.467/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Eva Silva Dias, inscrita no CPF sob n. 017.307.419-75, do lote urbano, Bairro São José, com área de 260,40m² (duzentos e sessenta metros e quarenta décimos quadrados), situado no lado oeste da Rua Aparício Ouro Preto de Moraes, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 31,00 metros com Neusa Aparecida Ribeiro Santos;
Ao Sul, 31,00 metros com Clovis Jose Menegatti;
Ao Leste, 10,90 metros com a Rua Salvador Inacio Pereira;
Ao Oeste, 5,90 metros com Helio Anjos Ortiz.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 29 de maio de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.594/2015

DECRETO Nº 4.594/2015

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, e.e., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma determinada pela Lei Complementar nº 005/91 com as alterações da Lei Complementar nº 037/2005:

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Educação, para a gestão 2015/2017 na forma estabelecida pela Lei Complementar nº. 05/1991 com as alterações promovidas pela Lei complementar nº 037/2005 e 41/2005:

a) Um professor, de Livre indicação do Poder Executivo Municipal:

- Rosimara Dall'igna – titular
- Juliana Paula Inácio Belizário - suplente

b) Cinco professores da Rede Municipal de Ensino, indicados pelos Núcleos Municipais e Centros de Educação Infantil;

- Fernanda Calomeno - titular
- Tania Fontana Maria – suplente

- Patrícia Maciel Bastos – titular
- Andressa Banderlof – suplente
- Vera Lucia Ribeiro Couto – titular
- Viviane Buzinski França – suplente
- Michella Silva Neves – titular
- Elis Regina F. Do Carmo - suplente
- Nair Viviane Vieira dos Santos - titular
- Marcia Catchor - suplente

a) Um representante da Secretaria da Educação, Cultura e Ação Social ;

- Valdir Sartor – titular
- Gesiele Moraes do Prado de Almeida – suplente

b) Um representante dos Diretores dos Núcleos Municipais e Centros de Educação Infantil;

- Daniele de Oliveira – titular
- Kelly Beatriz Ribeiro – suplente

c) Um representante de Escolas Particulares;

- Marina Ferrari – titular
- Solange Monica Ferreti Cheffer – suplente

d) Um representante da Secretaria Estadual de Educação;

- Eliane Aparecida Faedo Fontana – titular
- Cleusa Maria Olivo Pellizzaro – suplente

e) Um representante da Universidade do Contestado, Campus de Curitibanos

- Simone Rocha – titular
- Kátia Schumann Zilio – suplente

f) Um representante da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Curitibanos

- Viviane Glaser – titular
- Kauê Tortato Alves - suplente

g) Um representante dos Programas Sócio-educacionais;

- Ana Cristina Santos – titular
- João Carlos Martins – suplente

h) Um representante da Câmara de Vereadores;

- Ivonete Aparecida Ribeiro Pasa - titular
- Joseli Jacon Guimarães – suplente

i) Um representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

- Sandra Bastos – titular
- Neide Ariotti - suplente

j) Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitibanos

- Vera Fabiana Almeida Borges de Souza – titular
- Joelma Aparecida Vargas – suplente

k) Dois representantes de Pais;

- Luciano Pires – titular
- Pedro Célio Padilha de Goes - suplente

l) Um representante dos estudantes de Maioridade

- Janaina dos Prazeres Perroni – titular

m) Um representante do Sistema S do Município (SENAI SENAC, SESI)

- Luciane Carvalho Bastos Fernandes

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos oito dias do mês de junho do ano de ano de dois mil e quinze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.595/2015

DECRETO Nº 4.595/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.480/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n . 5.480/2015,

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.3011 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n . 5.480/2015, no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.3011 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 70.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.596/2015

DECRETO Nº 4.596/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA FORMA DA LEI Nº 5.481/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014:

INCLUI FONTE DE RECURSO

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0005.2012 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

3350000000.00.3000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0005.2012 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOL.

3350000000.00.3000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR
.....R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PARA PLACA PROMOCIONAL NO PAÇO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 30/06/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a

Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 30/06/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 12 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS REALIZADOS PELA SMELC NO ANO DE 2015, CONFORME PREVISÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS ESPORTIVOS DESTE ANO, MEMORANDO E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 30/06/2015. A partir das 18:00 horas do dia 30/06/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 15 de Junho de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015

O Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MADEIRA E ETERNIT PARA USO DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 30/06/2015. A partir das 16:00 horas do dia 30/06/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 15 de Junho de 2015.

Ângelo Sclaro

Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

LEI Nº 5.466/2015

LEI Nº 5.466/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO A ATIVIDADE E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como, utilizar recursos da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, para promover ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura desde a fase da implantação até a comercialização do produto final, visando à produção e comercialização de peixes, o aumento da renda das famílias nas áreas rurais, em especial, as de baixa renda e de médias e pequenas propriedades, e o incentivo do consumo de peixe com melhor qualidade e menor preço, por toda a população.

Parágrafo único: As ações de apoio e incentivo que trata este artigo serão regulamentadas por meio de Lei Ordinária própria.

Art. 2º As ações que trata esta Lei, para receberem o apoio do Poder Público Municipal previsto no parágrafo único do artigo anterior, deverão preferencialmente ser executadas por organizações de piscicultores de abrangência Municipal, Estadual ou Federal, desde que legalmente constituída, sem fins lucrativos, que tenham como objetivo atender em caráter econômico e social a produção do peixe, o consumo pela população, além da promoção da melhor qualidade e o menor preço, criando alternativa de renda as famílias dos pequenos produtores e pequenos proprietários rurais.

Art. 3º Poderá formar parcerias com a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Curitiba, bem como, com as Organizações de Associações dos Piscicultores que trata o artigo anterior, para a realização das ações previstas nesta Lei, a Universidade Federal (UFSC) – Campus de Curitiba, através do curso de Veterinária.

Art. 4º As Associações de Piscicultores mencionados no artigo 2º desta Lei, para usufruírem dos benefícios prestados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Curitiba, pelo Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, deverão estar com a Instituição devidamente cadastrada no Departamento competente da Secretaria Municipal de Agricultura na forma determinada pela Lei regulamentadora a ser emanada do Poder Executivo.

Art. 5º Os beneficiários diretos, deste programa, deverão ser:

§ 1º Pessoas físicas ou jurídicas residentes ou que explorem a atividade no território do Município de Curitiba – SC, compreendidos:

I. Produtores de peixe, proprietários ou arrendatários de pequenas ou médias propriedades rurais;

II. Pescadores cuja família retira o sustento desta atividade;

III. Agricultores que se enquadrem no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

a) O beneficiário direto deverá fazer cadastro junto a Instituição que se associará, na forma exigida pela Lei regulamentadora.

§ 2º O cadastramento que trata este artigo, para o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, deverá ser previamente analisado e aprovado por um Comitê de Gestão Municipal que será constituído por Um Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca a ser formado nas conformidades da Lei Regulamentadora a ser expedido por ato do Poder Executivo.

Art. 6º Os recursos Municipais a serem utilizados no Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, serão os provenientes da Lei Orçamentária própria, da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, além das provenientes de convênios do Município com Entes Estadual e Federal e outras Entidades interessadas no desenvolvimento do programa, bem como, da iniciativa privada que queira fazer doações para o desenvolvimento da atividade em caráter social.

Art. 7º O atendimento do Programa será de acordo com a disponibilização de recursos e estrutura que este disponibilizar, desde que consiga atender os produtores da pesca, ao menos em condição satisfatória.

Art. 8º Como forma de incentivo aos produtores da piscicultura no município, a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural oferecerá cursos profissionalizantes na área específica.

Art. 9º As Associações de Piscicultores cadastradas na Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural poderão, da forma que acordarem com o Departamento competente do poder público Municipal, devolver as benfeitorias recebidas, ao menos uma vez ao ano, preferencialmente nas vésperas da páscoa, fazendo a doação em peixes, na seguinte forma:

I - Os peixes serão entregues no Departamento competente, da Secretaria Municipal de Agricultura;

II - A quantia recebida será registrada em livro próprio que ficará a disposição no referido Departamento, de maneira legível e de fácil entendimento, para que qualquer um do povo que queira, possa tomar conhecimento.

III - A produção que for recebida pelo Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, terá como destino a doação à famílias de baixa renda que estiverem cadastradas junto a Secretaria Municipal de Ação Social, sendo expressamente proibida a revenda destes produtos.

Art. 10 O Poder Executivo tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta, para regulamentar a presente Lei.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 22 de maio de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos Vinte e dois dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Neide Terezinha Furlan
Secretaria da Agricultura, Abastecimento,
Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

LEI Nº 5.468/2015

LEI Nº 5.468/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Carlos Gomes, inscrito no CPF sob n. 794.983.299-15, do lote urbano, Bairro São Luiz, com área de 256,55m² (duzentos e cinquenta e seis metros e cinquenta e cinco décimos quadrados), situado no lado norte da Rua Vergílio Dolberth, distando 15,50 metros ao oeste da Rua Frei Gaspar, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,40 metros com a Rua Vergílio Dolberth;
Ao Sul, 12,40 metros, sendo 10,90 metros com o lote 02 e 1,50 metros com o lote 07;
Ao Leste, 20,55 metros com o lote 01;
Ao Oeste, 20,83 metros com lote 06.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 29 de maio de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.469/2015

LEI Nº 5.469/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Neusa Aparecida Borba, inscrita no CPF sob n. 016.085.869-01, do lote urbano, Bairro São Luiz, com área de 343,40m² (trezentos e quarenta e três metros e quarenta décimos quadrados), situado no lado norte da Rua Vergílio Dolberth, distando 44,50 metros ao oeste da Rua S/D, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 17,00 metros com a lote 24;
Ao Sul, 17,00 metros com a Rua Vergílio Dolberth;
Ao Leste, 20,20 metros com o lote 14;
Ao Oeste, 20,20 metros com lote 12.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 29 de maio de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.470/2015

LEI Nº 5.470/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Gilberto Soett, inscrito no CPF sob n. 028.285.589-08, do lote urbano, Bairro Getulio Vargas, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado norte da Av. Lucindo Domingos Gava, distando 12,00 metros ao oeste da Rua Luiz Carlos de Souza, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,00 metros com a lote 13;
Ao Sul, 12,00 metros com a Av. Lucindo Domingos Gava;
Ao Leste, 25,00 metros com o lote 15;
Ao Oeste, 25,00 metros com lote 17.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 29 de maio de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.471/2015

LEI Nº 5.471/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Darvina de Jesus Liz, inscrita no CPF sob n. 032.934.189-88, do lote urbano, Bairro Getulio Vargas, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado no lado sul da Rua Edgar Ko Freitag, distando 76,00 metros ao leste da Av. Fernando Damiani, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,00 metros com a Rua Edgar Ko Freitag;
Ao Sul, 12,00 metros com o lote 23;
Ao Leste, 25,00 metros com o lote 09;

Ao Oeste, 25,00 metros com lote 07.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 29 de maio de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.472/2015

LEI Nº 5.472/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

I – Ruas área Total

R. Guerino Fontana entre as ruas Capitão Potiguara a Salvador Calomeno	332m X 9m	2.988 m²
R. Manoel Francisco Almeida	297m X 8 m	2.376 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 29 de maio de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.473/2015

LEI Nº 5.473/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE UVA DE CURITIBANOS – APRUVAC

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Produtores de Uva de Curitiba/SC – APRUVAC" entidade dedicada a integrar as famílias no trabalho coletivo, promovendo cidadania e bem estar social; desenvolver ações destinadas ao desenvolvimento da agricultura; promover o plantio de hortifrutigrangeiros; realizar projetos e convênios com órgãos públicos e privados; desenvolver atividades de viticultura, piscicultura, plantio de oliveiras, produção de leite, e demais atividades voltadas a aumentar a renda familiar do homem do campo, combatendo o êxodo rural no município de Curitiba/SC.

Art. 2º Fica assegurado a "Associação dos Produtores de Uva de Curitiba/SC – APRUVAC", todos os benefícios da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de maio de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Neide Terezinha Furlan

Secretaria da Agricultura, Abastecimento,

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

LEI Nº 5.474/2015

LEI Nº 5.474/2015

DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DOS GABINETES DE APLICAÇÃO DE TATUAGEM E DE PIERCING, DOS PROFISSIONAIS QUE APLICAM OS ADEREÇOS E DOS USUÁRIOS, NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, DA FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA AOS RESPECTIVOS ESTABELECIMENTOS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos e normas para a realização de tatuagens e aplicação de piercing no território do Município de Curitiba - SC.

§ 1º A prática de tatuagem consiste na realização técnica de caráter estético, com o objetivo de pigmentar a pele com a introdução intradérmica de substâncias corantes, por meio de agulhas ou similares.

§ 2º A prática de aplicação de piercing consiste no emprego de técnicas próprias com o objetivo de fixar adornos, tais como brincos, argolas, alfinetes e assemelhados, no corpo humano.

§ 3º Gabinete de tatuagem é o local onde se desenvolve a prática de tatuagem ou de aplicação de piercing.

**DOS PROFISSIONAIS E DOS GABINETES
PARA OS FINS QUE TRATA ESTA LEI**

Art. 2º Os gabinetes de tatuagem, os profissionais liberais, ou qualquer pessoa que aplique tatuagem permanente em outrem, ou a colocação de piercing e adornos, tais como brincos, argolas, alfinetes e outros, que perfurem o corpo humano, ainda que a título não oneroso, ficam obrigados a observar as condições de funcionamento da atividade fixadas nesta Lei.

Art. 3º Os gabinetes de tatuagem e de aplicação de piercing sediados no Município de Curitiba - Estado de Santa Catarina, somente poderão funcionar quando estiverem devidamente autorizados pelo órgão sanitário competente da Secretaria Municipal de Saúde, depois de atendidas todas as exigências previstas nesta Lei e regulamento próprio, na Lei 15.122/2010 do Estado de Santa Catarina e a Legislação Federal sobre a matéria.

§ 1º O Alvará de Funcionamento e o alvará de Autorização Sanitária serão expedidos pelo órgão municipal competente, na forma adotada pela respectiva lei regulamentadora.

§2º Todo o particular que fizer a aplicação de tatuagem e ou piercing, a título oneroso ou não, deverá atender as exigências deste artigo, e só poderá realiza-lo se em ambiente de Gabinete na forma prevista no artigo 1º, § 3º c/c artigo 7º, todos desta Lei.

Art. 4º Os Gabinetes de que trata esta Lei deverão ter:

I - identificação clara e precisa do Estabelecimento, de forma que a sua finalidade seja facilmente compreendida pelo público;

II - o seu horário de funcionamento informado em local apropriado e visível ao público, devidamente autorizado por quem de direito, devendo ser preferencialmente em horário comercial seguido pelo comércio geral do município, bem como, deverá ser afixado ao público, informação capaz de identificar o nome do responsável pela execução dos procedimentos;

III - ter livro próprio devidamente numerado e paginado considerando-o como prontuário individual, autenticado na Vigilância Sanitária, contendo as seguintes informações individuais de seus clientes que se submeterem à tatuagem e transfixação dérmica de adereços:

a) nome completo, alcunha, idade, sexo, endereço, telefone, número de documento de Identidade ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

b) data dos atendimentos realizados;

c) indicação da região corpórea submetida à tatuagem e sua descrição detalhada, como desenhos, cores e escritos em idioma nacional ou estrangeiro;

d) quando a tatuagem e a aplicação de piercing for realizada em região íntima do corpo humano, o preenchimento do campo se dará pela identificação como "particular"; e

e) anotação da existência de outras tatuagens, descrevendo-as nos termos do presente inciso.

IV - arquivo próprio contendo:

a) as autorizações com firma reconhecida, dos pais ou responsável, para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos de idade, organizado de tal forma que possa ser objeto de rápida verificação por parte das autoridades sanitárias competentes;

b) obrigatoriamente a cópia do documento de identidade ou do cartão do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos seus clientes.

V - livro de registro de acidentes, autenticado na Vigilância Sanitária, contendo:

a) anotação de acidente, de qualquer natureza, que envolva o cliente ou o executor de procedimentos;

b) no caso da prática de tatuagem, inclui-se a anotação de reação alérgica aguda após o emprego de substância corante, bem como reação alérgica tardia comunicada pelo cliente ao responsável pelo estabelecimento;

c) no caso da prática de piercing, inclui-se a anotação de complicações que o cliente venha a comunicar ao responsável pelo estabelecimento, tais como: infecção localizada, dentre outras; e

d) data da ocorrência do acidente.

Art. 5º Os arquivos das autorizações dos pais ou responsáveis indicados no inciso IV, letra "a", e os documentos de identificação listados na letra "b" do mesmo inciso, ambos do artigo antecedente, deverão ser correlacionados com o livro prontuário de forma que a fiscalização possa identificar facilmente ao confrontá-los.

Art. 6º Os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata esta Lei devem fixar cartazes informando a todos os clientes sobre os riscos decorrentes da execução dos procedimentos, bem como sobre o Livro de Registro de Acidentes em caso de ocorrência de eventuais complicações.

Parágrafo Único - Todos os clientes deverão ser informados, antes da execução dos procedimentos, sobre as dificuldades técnico-científicas que podem envolver a posterior remoção de tatuagens, assinando em documento próprio que recebeu tal informação.

Art. 7º No que se refere à estrutura física, os gabinetes de tatuagem e de piercing deverão ser dotados de:

I - interligação com os sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário;

II - ambiente para a realização de procedimentos inerentes à prática de tatuagem e de piercing, com dimensão mínima de 6 m² (seis metros quadrados) e largura mínima de 2,5 m (dois vírgula cinco metros) lineares;

III - piso e paredes revestidos de material liso, impermeável e lavável; e

IV - pia com bancada e água corrente.

Art. 8º É proibido o funcionamento de gabinetes de tatuagem e de piercing em sótãos e porões de edificações, assim como em edificações insalubres.

DA HIGIENE NO LOCAL E DOS EQUIPAMENTOS A SEREM USADOS

Art. 9º Na execução de procedimentos inerentes às práticas de tatuagem e de piercing, antes de atender cada cliente, o tatuador prático e o prático em piercing deverá primar pela higiene do local e pessoal como:

I - realizar a lavagem das mãos com água e sabão/detergente, escovando a região entre os dedos e sob as unhas, seguida de antissepsia com álcool etílico iodado a 2% ou álcool etílico a 70%;

II - calçar um par de luvas, obrigatoriamente descartável e de uso único;

III - realizar a limpeza da pele do cliente com água potável e sabão/detergente apropriado e eficaz para esta finalidade; e

IV - após a limpeza da pele descrita no inciso anterior, proceder a antissepsia da pele do cliente empregando álcool etílico iodado a 2% ou álcool etílico a 70%, com tempo de exposição mínimo de 3 (três) minutos.

Art. 10. Todo o instrumental empregado na execução de procedimentos inerentes à prática de tatuagem e de piercing deverá, obrigatoriamente, ser submetido a processos de descontaminação, limpeza e esterilização.

§ 1º As agulhas, lâminas ou dispositivos destinados a remover pelos empregados na prática de tatuagem, deverão ser descartáveis e de uso único.

§ 2º Antes de serem introduzidos e fixados no corpo humano, os adornos deverão ser submetidos a processo de esterilização.

Art. 11. Somente poderão ser empregadas para a execução de procedimentos inerentes à prática de tatuagem, tintas atóxicas fabricadas especificamente para tal finalidade.

Art. 12. Nos gabinetes de tatuagem e de piercing, produtos, artigos e materiais descartáveis destinados à execução de procedimentos deverão ser acondicionados em armários exclusivos para tal finalidade, limpos, sem umidade e que sejam mantidos fechados.

§ 1º Os produtos empregados na higienização ambiental deverão ser acondicionados em locais próprios.

§ 2º Os restos dos materiais usados na aplicação de tatuagem e piercing, como luvas, esparadrapos, curativos, gazes, agulhas, seringas e outros são considerados lixo hospitalar, devendo ser embalados de acordo com a Norma EB 588/1977 e entregues à coleta seletiva apropriada.

DOS USUÁRIOS

Art. 13. É expressamente proibida a realização de tatuagem ou aplicação de piercing em menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo com expressa autorização judicial.

I - Aos maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos somente será permitido tal prática se apresentada a respectiva autorização dos pais ou responsável legal, assinada com firma reconhecida.

Parágrafo Único - A autorização de que trata este artigo deverá ficar em arquivo próprio durante 3 (três) anos, pelo profissional que realizou o serviço no gabinete onde ele exerce sua atividade.

Art.14 Ficam excetuados das exigências desta Lei, a colocação de brincos nos lóbulos das orelhas.

Art. 15 Fica proibido aos órgãos de saúde, no território do Município de Curitiba, para fins de doação, além das demais precisões editadas na Portaria do Ministério da Saúde – MS nº 1.353, de 13.06.2011 a coleta de sangue de pessoas consideradas inaptas.

§ 1º São considerados candidatos inaptos para doação de sangue:

I – Definitivo, quem possuir piercing na cavidade oral e/ou na região genital;

II – Temporário quem nos últimos 12 meses tenham em seu corpo aplicado piercing, tatuagem ou maquiagem definitiva, sem condições de avaliação quanto à segurança do procedimento realizado.

§ 2º No caso previsto no inciso I do § 1º do art. 15, a pessoa poderá candidatar-se a nova doação, 12 meses após a retirada do adereço.

DAS PENALIDADES

Art. 16 O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator, sem prejuízos da aplicação do Código Civil e da Legislação Penal, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa; e

III - cassação do Alvará de Funcionamento de Gabinetes.

§ 1º Os valores das multas e demais condições exigíveis para aplicação das penalidades serão definidos em decreto regulamentador, a ser editado pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 2º Fica concedido o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação desta lei, aos responsáveis pelos gabinetes em funcionamento, bem como, aos profissionais e outros, que aplicam piercing e/ou tatuagem, para adequarem-se às normas exigidas por esta Lei.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 01 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei ao primeiro dia do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

LEI Nº 5.475/2015

LEI Nº 5.475/2015

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a política municipal da criança e do adolescente e as normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Curitiba será feito com absoluta prioridade, através das Políticas Públicas, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiência das políticas sociais do Município, sem a prévia concordância do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

TÍTULO II DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida, ainda, através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I DA NATUREZA DO CONSELHO

Art. 4º - Fica criado o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA - como órgão deliberativo consultivo e controlador das ações em todos os níveis, das ações da política de atendimento, nos termos dos artigos 204 e 227, § 7º da Constituição Federal e do art. 88, II da Lei Federal nº 8.069 de 13.07.90.

Parágrafo Único - Os atos normativos e decisórios emanados do CMDCA serão formalizados sob a denominação de Resolução e publicados no Diário Oficial do Município.

SEÇÃO II DAS FUNÇÕES DO CONSELHO

Art. 5º São atribuições do CMDCA:

I - Formular a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridade para as ações de atendimento e para a aplicação de recursos do Fundo.

II - Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo.

III - Zelar para a execução dessa Política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos Adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem.

IV - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições da vida das crianças e dos adolescentes.

V - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações.

VI - Receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

VII - Registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

a) Orientação e apoio sócio familiar;

b) Apoio socioeducativo em meio aberto;

c) Colocação familiar;

d) Abrigo;

e) Liberdade assistida;

f) Semiliberdade;

g) Internação;

VIII - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

IX - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

X - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno e declarar vago o cargo por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.

XI - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação de dois terços (2/3) do total de seus membros.

XII - Desempenhar quaisquer atividades outras, desde que compatíveis com as suas finalidades, para o mais perfeito esgotamento de sua instituição.

SEÇÃO III DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado para efeito de apoio político-administrativo, ao Gabinete do Prefeito, é composto de 12 (doze) membros, sendo:

I - Seis titulares e seus respectivos suplentes, representando a área governamental, de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal.

II - Seis titulares e seus respectivos suplentes, escolhidos pelo Poder Executivo dentre organizações representativas da participação popular, exceto partidos políticos, e nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º O mandato dos conselheiros é de dois (2) anos, facultada a recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado, salvo as disposições desta Lei.

SEÇÃO IV DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 8º O Conselheiro que, no exercício da titularidade, faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco (05) alternadas, salvo justificativa por escrito aprovada por maioria simples de seus pares, perderá o mandato, vedada a recondução para o mesmo período.

§ 1º - Perdendo o mandato um Conselheiro, representante de órgão ou entidade governamental, o Chefe do Poder Executivo nomeará outro representante do mesmo órgão ou entidade e seu suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

§ 2º - No caso de perda do mandato de Conselheiro Não-Governamental, os suplentes pela ordem assumirão as vagas abertas, facultado o aproveitamento do seu suplente anterior.

§ 3º - Executada a posse inicial, dos primeiros Conselheiros, que será dada pelo Prefeito Municipal, em todos os demais casos de renovação de Conselheiros, estes tomarão posse perante seus pares.

Art. 9º A representação do Conselho será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício, e deverá ser escolhido dentre e por seus membros efetivos, assim como o vice-presidente e o secretário.

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO, NATUREZA E RECURSOS DO FIA

Art. 10 Fica criado o Fundo Municipal da Infância Adolescência - FIA como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos ao qual é vinculado.

Art. 11. Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - Doação de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais.

II - Dotação configurada anualmente na legislação orçamentária Municipal.

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências, legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais.

IV - Remuneração oriunda de aplicações financeiras.

V - Produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados.

VI - Receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município.

VII - Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais, que tenham destinação específica.

VIII - Outros recursos que lhe forem destinados.

SEÇÃO II DA GESTÃO DO FIA

Art. 12. Cabe ao Gestor do FIA:

I - Registrar os recursos orçamentários, próprios do Município ou ele transferido em benefícios das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União.

II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao fundo.

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos do Conselho de Direitos.

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos.

V - Praticar todos os demais atos necessários à eficiente gestão do FIA, de acordo com as normas em vigor.

VI - Apresentar, mensalmente, em reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o registro dos recursos captados pelo FIA, bem como o seu destino.

VII - Apresentar os planos de aplicação e a prestação de contas ao Estado, a União, ao Município e à Câmara de Vereadores, conforme origem da dotação orçamentária.

VIII - Publicar mensalmente suas atividades para conhecimento da comunidade e colaboradores.

Art. 13. Decreto do Poder Executivo regulamentará a gestão contábil e financeira do FIA, na esfera da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo Único - O Presidente do CMDCA será o ordenador de suas despesas, respeitadas as diretrizes e o plano de aplicação dos seus recursos, baixado pelo Plenário do Conselho.

TÍTULO III DA CRIAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES

Art. 14. O Conselho Tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990.

Art. 15. A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, preferencialmente, dotação específica para implantação, manutenção, funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como para o processo de escolha dos conselheiros tutelares, custeio com remuneração, formação continuada e execução de suas atividades.

§1º Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes despesas:

- a) custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, entre outros necessários ao bom funcionamento dos Conselhos Tutelares;
- b) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;
- c) custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, inclusive diárias e transporte, quando necessário deslocamento para outro município;
- d) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;
- e) transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção e segurança da sede e de todo o seu patrimônio; e
- f) processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§2º A gestão orçamentária e administrativa do Conselho Tutelar será a cargo da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

§3º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer fins que não sejam destinados à formação e à qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares.

CAPÍTULO II DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 16. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, observar as seguintes diretrizes:

I - Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;

III - fiscalização pelo Ministério Público; e

IV - a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 17. Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo municipal e os demais candidatos seguintes serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

§1º O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§2º O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 18. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência de no mínimo 06 (seis) meses, publicar o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, e na legislação local referente ao Conselho Tutelar.

Parágrafo Único: O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei Municipal de criação dos Conselhos Tutelares;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha;
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

Art. 19. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros para o Conselho Tutelar, mediante publicação de Edital de Convocação do pleito no diário oficial do Município ou meio equivalente, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio, jornais e outros meios de divulgação.

§1º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

§2º Obter junto à Justiça Eleitoral, se for o caso, o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como contratar serviços de suporte de software, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

§3º Em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que votação seja feita manualmente.

Art. 20. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá delegar a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar local a uma comissão especial, a qual deverá ser constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observados os mesmos impedimentos legais previstos nesta lei.

§1º A composição, assim como as atribuições da comissão referida no caput deste artigo, devem constar em resolução regulamentadora do processo de escolha.

§2º A comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha deverá analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando

a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§3º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§4º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§5º Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§6º Cabe ainda à comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração; (emenda Legislativa)

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

§7º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 21. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 anos, tendo por referência a data da posse; (emenda Legislativa)

III - Residir no Município de Curitiba;

IV - Reconhecida experiência de no mínimo dois (02) anos na política de defesa e garantia

de direitos da criança e do adolescente;

V - comprovação de, no mínimo, conclusão de ensino médio;

VI - Atingir média 5 (cinco) em prova de conhecimento sobre informática e dos direitos da criança e do adolescente, prova objetiva de caráter eliminatório, facultada a aplicação de uma prova prática de informática, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto à Comissão Eleitoral Especial, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município ou meio equivalente. (emenda Legislativa)

Art. 22. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados no ato da inscrição.

§1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

§2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art. 23. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§1º O resultado do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, site do município ou outro meio equivalente.

§2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 24. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

Art. 25. Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Poder Executivo Municipal convocará imediatamente o suplente para o preenchimento da vaga. (emenda Legislativa)

§1º Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças.

§2º No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

§3º A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar a cargos eletivos deverá implicar em afastamento do mandato, por incompatibilidade com o exercício da função.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 26. O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população.

§1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I - placa indicativa da sede do Conselho;
- II - sala reservada para o atendimento e recepção ao público;
- III - sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV - sala de reunião de colegiado dos Conselheiros Tutelares.

§2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 27. Observados os parâmetros e normas definidas pela Lei nº 8.069, de 1990 compete ao Conselho Tutelar a elaboração e aprovação do seu Regimento.

§1º A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado, o envio de propostas de alteração. (emenda Legislativa)

§2º Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado, afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

Art. 28. O Conselho Tutelar estará em atendimento ao público por oito horas diárias.

§1º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a fiscalização do cumprimento do horário de funcionamento do Conselho Tutelar e da jornada de trabalho de seus membros.

§2º Pelo fato dos Conselheiros Tutelares passarem por períodos de sobreaviso, os mesmos terão direito a uma folga semanal (8 horas) que deve ser retirada em único dia;

Art. 29. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

Parágrafo único. O disposto no caput não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

Art. 30. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

§1º As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os planos, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§2º As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho.

§3º Se não localizado, o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do Conselho Tutelar, admitindo-se outras formas de publicação, de acordo com o disposto na legislação local.

§4º É garantido ao Ministério Público e à autoridade judiciária o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, resguardado o sigilo perante terceiros.

§5º Os demais interessados ou procuradores legalmente constituídos terão acesso às atas das sessões deliberativas e registros do Conselho Tutelar que lhes digam respeito, ressalvadas as informações que coloquem em risco a imagem ou a integridade física ou psíquica da criança ou adolescente, bem como a segurança de terceiros.

§6º Para os efeitos deste artigo, são considerados interessados os pais ou responsável legal da criança ou adolescente atendido, bem como os destinatários das medidas aplicadas e das requisições de serviço efetuadas.

Art. 31. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Art. 32. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, ou sistema equivalente.

§1º O Conselho Tutelar encaminhará relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

§2º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas e deficiências das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição do plano de implantação do SIPIA para o Conselho Tutelar.

CAPÍTULO IV DA AUTONOMIA DO CONSELHO TUTELAR E SUA ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 33. A autoridade do Conselho Tutelar para tomar providências e aplicar medidas de proteção, e/ou pertinentes aos pais e responsáveis, decorrentes da lei, sendo efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 34. O Conselho Tutelar exercerá exclusivamente as atribuições previstas na Lei nº 8.069, de 1990, não podendo ser criadas novas atribuições por ato de quaisquer outras autoridades do Poder Judiciário, Ministério Público, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo municipal.

Art. 35. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos

adolescentes, ressalvado as disposições previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado, sempre que necessário.

Art. 36. As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

§1º Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8.069, de 1990.

§2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 37. É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas ao órgão ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade no processo democrático a que alude o Capítulo II desta Resolução, sendo nulos os atos por elas praticados

Art. 38. O Conselho Tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Parágrafo único. Articulação similar será também efetuada junto às Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário.

Art. 39. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§1º Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, deverá o órgão noticiar às autoridades responsáveis para apuração da conduta do agente violador para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

§2º Os Conselhos Estadual, Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente também serão comunicados na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, para acompanhar a apuração dos fatos. (emenda Legislativa)

Art. 40. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.

CAPÍTULO V DOS PRINCÍPIOS E CAUTELAS A SEREM OBSERVADOS NO ATENDIMENTO PELO CONSELHO TUTELAR

Art. 41. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21

de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do CONANDA, especialmente:

I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
II - proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;
III - responsabilidade da família, da comunidade da sociedade em geral, e do Poder Público pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes;
IV - municipalização da política de atendimento a crianças e adolescentes;
V - respeito à intimidade, e à imagem da criança e do adolescente;
VI - intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;
VII - intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;
VIII - proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;
IX - intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e o adolescente;
X - prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, em família substituta;
XI - obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e
XII - oitiva obrigatória e participação da criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Art. 42. No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de quilombo e outras comunidades tradicionais, o Conselho Tutelar deverá:

I - submeter o caso à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como os representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e
II - considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sociocultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 43. No exercício da atribuição prevista no art. 95, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, constatando a existência de irregularidade na entidade fiscalizada ou no programa de atendimento executado, o Conselho Tutelar comunicará o fato ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público, na forma do art. 191 da mesma lei.

Art. 44. Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II - nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;
III - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e
IV - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 45. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar.

§1º O membro do Conselho Tutelar poderá se abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão.

§2º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

§3º A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a disposição do Conselho Tutelar.

Art. 46. As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal serão cumpridas de forma gratuita e prioritária, respeitando-se os princípios da razoabilidade e legalidade. (emenda Legislativa)

CAPÍTULO VI DA FUNÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIREITOS DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 47. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 48. O cargo de Conselheiro Tutelar será considerado Categrorial Especial com o cargo de Agentes Públicos Municipais, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Habitação, para fins de dotação orçamentária, com orçamento próprio e suporte funcional.

Art. 49. O Conselheiro Tutelar, Categoria Especial com o cargo de Agentes Públicos Municipais, serão remunerados mensalmente, com remuneração equivalente a este cargo, sendo reajustado pelo Executivo com base no índice geral concedido ao funcionalismo público municipal.

§ 1º - Será garantido aos Conselheiros Tutelares durante o exercício de suas funções, seguridade social, férias remuneradas, gratificação natalina, licenças para tratamento de saúde e maternidade remuneradas.

§ 2º - O suplente somente assumirá o cargo no caso de perda, renúncia e nos casos de licença para tratamento de saúde e desincompatibilização do conselheiro Tutelar, que candidatar-se a outro cargo eletivo durante os meses que antecederem o pleito, e demais afastamentos por prazo superior a 30 (trinta) dias. (emenda Legislativa)

§3º. O Conselheiro tutelar que se desincompatibilizar para se candidatar tanto à recondução quanto a outro cargo eletivo nos três meses que antecederem ao pleito, não sofrerá prejuízo em sua remuneração. (emenda Legislativa)

CAPÍTULO VII DOS DEVERES E VEDAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 50. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I - manter conduta pública e particular ilibada;
- II - zelar pelo prestígio da instituição;
- III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
- IV - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;
- V - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;

VI - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII - declarar-se suspeitos ou impedidos, nos termos desta Lei; (emenda Legislativa)

VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

IX - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - residir no Município;

XI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XII - identificar-se em suas manifestações funcionais; e

XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

Art. 51. É vedado aos membros do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - exercer atividade no horário fixado na lei municipal para o funcionamento do Conselho Tutelar; (emenda Legislativa)

III - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

IV - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

V - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VIII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

XI - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;

XII - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990; e

XIII - descumprir os deveres funcionais mencionados no art. 41 desta Lei. (emenda Legislativa)

Art. 52. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

I - a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive; IV - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§2º O interessado poderá requerer ao Colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas

hipóteses desse artigo.

CAPÍTULO VIII DO PROCESSO DE CASSAÇÃO E VACÂNCIA DO MANDATO

Art. 53. A vacância da função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada;
- III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
- IV - falecimento; ou
- V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art. 54. Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função; e
- III - destituição do mandato.

Art. 55. Na aplicação das penalidades administrativas, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal.

Art. 56. As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao Conselheiro Tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Parágrafo único. De acordo com a gravidade da conduta ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar, poderá ser determinado o afastamento liminar do Conselheiro Tutelar até a conclusão da investigação.

Art. 57. Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar correlato ao funcionalismo público municipal.

§1º As situações de afastamento ou cassação de mandato de Conselheiro Tutelar deverão ser precedidas de sindicância e processo administrativo, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, e o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§2º O processo administrativo para apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por membros do Conselho Tutelar deverá ser realizado por membros do serviço público municipal.

Art. 58. Havendo indícios da prática de crime por parte do Conselheiro Tutelar, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente ou o órgão responsável pela apuração da infração administrativa, comunicará o fato ao Ministério Público para adoção das medidas legais.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e do CONANDA, deverão estabelecer, em conjunto com o Conselho Tutelar, uma política de qualificação profissional permanente dos seus membros, voltada à correta identificação e atendimento das demandas inerentes ao órgão.

Parágrafo único. A política referida no caput compreende o estímulo e o fornecimento dos meios necessários para adequada

formação e atualização funcional dos membros dos Conselhos e seus suplentes, o que inclui, dentre outros, a disponibilização de material informativo, realização de encontros com profissionais que atuam na área da infância e juventude e patrocínio de cursos e palestras sobre o tema.

Art. 60. Qualquer cidadão, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é parte legítima para requerer aos Poderes Executivo e Legislativo, assim como ao Tribunal de Contas competente e ao Ministério Público, a apuração do descumprimento das normas de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente as contidas na Lei nº 8.069, de 1990 e nesta Lei, bem como requerer a implementação desses atos normativos por meio de medidas administrativas e judiciais. (emenda Legislativa)

Art. 61. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com os Conselhos Tutelares, deverão promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar. (emenda Legislativa)

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 63- Ficam revogadas as Leis nº 2.742/1993 e 3.313/1999.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.476/2015

ALEI Nº 5.476/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIA COM O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de parceria com o Serviço Social do Comércio – SESC, com sede na capital, inscrito no CNPJ nº 03.603.595/0001-68, objetivando a parceria para o desenvolvimento do projeto SESC móvel no município de Curitiba, nos termos do anexo, que fica fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de das seguintes dotações:

04. 00 – Fundo Municipal de Assistência Social
04 . 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.0005.2083 – Manutenção das Ações do FNAS- IGD/PBF
33902.00000 3035 – Aplicações Diretas

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.477/2015

LEI Nº 5.477/2015

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI N. 3.813/2005 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E SERVIÇOS – COMICTS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O artigo 3º da lei n. 3.813 de 06 de dezembro de 2005 que cria o Conselho Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços – COMICTS passa a vigorar com as alterações desta lei:

Art. 3º. O Conselho Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Serviço será composto de membros efetivos e membros suplentes advindos das seguintes entidades representativas e nomeados pelo Prefeito:

- I - Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Turismo que será o Presidente nato do Conselho;
- II – Secretário Municipal de Administração e Finanças;
- III – Um representante da Câmara de Vereadores do Município;
- IV - Um representante efetivo e um suplente da Associação Comercial e Industrial de Curitiba - ACIC;
- V - Um representante efetivo e um suplente da Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL;
- VI - Um representante efetivo e um suplente dos Hotéis, Bares, Restaurantes e similares;
- VII - Um representante efetivo e um suplente do Sindicato da Indústria Florestal de Curitiba.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de junho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Luiz Carlos Righes Junior
Secretário da Indústria, Comércio e Turismo

LEI Nº 5.478/2015

LEI Nº 5.478/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES E RANICULTORES DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de cessão de uso com a Associação dos Piscicultores e Ranicultores de Curitiba, inscrita no CNPJ sob n.22.308.242/0001-80, objetivando a cessão de uma área de terras situada no lugar denominado

Fazenda do Marco, com a área superficial de 30.002,00 m² (trinta mil e dois metros quadrados) objeto da matrícula imobiliária n. 9.681 do Cartório de Registro de Imóveis, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a contar da assinatura do termo.

Art. 2º - Fica permitido à cessionária a construção de benfeitorias sobre o imóvel cedido, as quais integram o patrimônio público para todos os fins.

Art. 3º. É vedado à entidade gravar qualquer ônus do imóvel cedido, oferecê-lo em garantia de dívida ou obrigação de qualquer espécie.

Art. 4º - A beneficiária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel, sem prejuízo da finalidade prevista nesta lei.

Art. 5º - Findas as razões justificadoras da cessão, o imóvel e suas benfeitorias serão restituídos ao município.

Art. 6º - Caso a área cedida seja utilizada de forma contrária à prevista nesta lei, em desvio de finalidade ou ocorrendo cessação de suas atividades a que se propõe, o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, independentemente de indenização.

Art. 7º - A conservação, zelo e segurança do imóvel cedido constituem obrigações permanentes e indeclináveis da beneficiária.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Neide Terezinha Furlan
Secretaria da Agricultura, Abastecimento,
Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E O A ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES E RANICULTORES DE CURITIBANOS

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, sito à Avenida Coronel Vidal Ramos, n.º 860, neste ato representado pelo Exmo. Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado CEDENTE e de outro lado ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES E RANICULTORES DE CURITIBANOS, inscrita no CNPJ sob n.22.308.242/0001-80, doravante denominado CESSIONÁRIO celebram, de comum acordo, o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 5.478/2015 de 08 de junho de 2015 e no § 1º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O MUNICÍPIO, através do presente instrumento, permite ao CESSIONÁRIO a utilização, de forma gratuita, de uma área de terras situada no lugar denominado Fazenda do Marco, com a área superficial de 30.002,00 m² (trinta mil e dois metros quadrados) objeto da matrícula imobiliária n. 9.681 do Cartório de Registro de Imóveis, pelo prazo de 15 (quinze) anos conforme documentos constantes do presente termo

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo da presente cessão de uso será de 15 (quinze) anos, iniciando-se em maio de 2015, podendo ser renovada pelo mesmo

período se for requerido antes do vencimento e existir interesse público que o justifique, mediante prévia anuência da Câmara Municipal.

§1º Poderá o imóvel retornar à posse do Município de Curitiba, antes do prazo previsto nesta cláusula, mediante notificação prévia de 30 dias.

§2º Findo o prazo da presente cessão e se o mesmo não tiver sido expressamente renovado, o CESSIONÁRIO se obriga a devolver o imóvel ao Município sem direito a reembolso de quaisquer despesas que haja tido no imóvel, ou retenção de benfeitorias que desde logo passam a integrar o Patrimônio Municipal, sem direito a qualquer indenização.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS BENFEITORIAS

O cessionário obriga-se a conservação do imóvel cedido, podendo fazer sobre ele as construções e benfeitorias necessárias ao funcionamento de suas atividades no prazo máximo de 02 (dois anos) a partir da data da assinatura do presente termo, sob pena de reverter a posse da área ao Patrimônio Municipal.

Parágrafo Primeiro: as obras e benfeitorias edificadas pelo cessionário são inalienáveis, impenhoráveis e incomunicáveis, passando a integrar o Patrimônio Municipal após o vencimento do prazo da presente cessão, ou ainda em caso de dissolução da associação ou alteração da destinação de seus objetivos.

Parágrafo Segundo : As construções e benfeitorias edificadas passam a integrar o Patrimônio Municipal ao final do prazo contratual ou nos casos previstos neste termo.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES

2.1. São obrigações do Cessionário:

a) zelar pela limpeza e cuidado com o patrimônio público, promovendo a limpeza do local.

b) devolver o imóvel no estado que se encontra após o termino da presente cessão.

c) Zelar pela conservação do local, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos por si, ou por seus equipamentos, causados na realização dos serviços.

d) Suportar o pagamento de todos os tributos eventualmente incidentes sobre o imóvel.

CLÁUSULA QUINTA – USO E ATIVIDADE

3.1. A presente cessão destina-se ao uso exclusivo do cessionário, vedada sua utilização, a qualquer título, bem como a sua cessão ou transferência, para pessoa ou entidade estranha a este Termo.

3.2. É vedado o uso do local para a realização de serviços não ligados à atividade ou para eventos particulares.

CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES

6.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar a CESSIONÁRIA as seguintes penalidades, além das já mencionadas expressamente neste instrumento:

a) advertência;

b) multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais)

c) suspensão temporária de receber auxílios ou subvenções financeiras nos dois anos seguintes ou

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo de ressarcimento aos cofres públicos dos danos causados.

e) revogação da Cessão de Uso;

6.2. As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando tal for viável, ou sucessivamente, a critério do MUNICÍPIO, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo especialmente aberto para tal fim.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. As construções edificações e manutenções do espaço permitido correrão à conta da cessionária

7.5. Havendo uso indevido do imóvel, o MUNICÍPIO poderá exigir a imediata paralisação das atividades do Cessionário bem como a devolução do bem sem prejuízo das demais penalidades.

CLÁUSULA OITAVA - REVOGAÇÃO

8.1. Constituem motivos para a revogação da presente cessão de

uso:

a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicável à espécie;

b) o atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo MUNICÍPIO;

c) o cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;

d) a alteração das finalidades institucionais do Cessionário sem prévia e expressa concordância do MUNICÍPIO;

e) razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificada a conveniência do ato;

f) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da cessão de uso;

8.2. Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em processo administrativo especialmente aberto para tal fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Revogada a cessão de uso por qualquer dos motivos previstos neste Termo, será expedido aviso para desocupação do espaço permitido, onde será consignado um prazo máximo de 30 (trinta) dias para a desocupação completa e entrega do espaço.

CLÁUSULA NONA - FORO

9.1. Fica, desde já, eleito o foro desta Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente cessão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

9.2 Do que, para valer e constar celebrou-se o presente Termo de Cessão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

Curitiba (SC), 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Associação dos Piscicultores e Ranicultores
--	--

LEI Nº 5.479/2015

LEI Nº 5.479/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR EQUIPAMENTO E DESAFETAR DO USO PÚBLICO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei n.º 8.666/93, a alienar Um trator Ford 6610, série U189534, ano 1986 do patrimônio Municipal, autorizando ainda a sua desfetação pública:

Art. 2º. O Poder Executivo promoverá a abertura de conta corrente bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda do veículo descrito no artigo 1º, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal procederá a desfetação e a baixa do veículo descrito nesta lei do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.480/2015

LEI Nº 5.480/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.3011 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.3011 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 70.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 70.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.481/2015

LEI Nº 5.481/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014:

INCLUI FONTE DE RECURSO

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0005.2012 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

33500000000.00.3000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

08.243.0005.2012 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOL.

33500000000.00.3000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR

.....R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

LEI Nº 5.482/2015

LEI Nº 5.482/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CRIANÇA CURITIBANENSE E REGIÃO – AACCR.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com Associação Amigos da Criança Curitibanense e Região - AACCR inscrita no CNPJ sob nº 05.791.242/0001-64 objetivando o repasse de

recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2.º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em duas parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 6.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal
João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVENIO Nº 08/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado Associação Amigos da Criança Curitibanense e Região - AACCR inscrita no CNPJ sob nº 05.791.242/0001-64, neste ato representado por sua coordenadora, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em duas parcelas mensais, vencendo-se a primeira no prazo de 10 dias após a assinatura do presente termo, por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 6.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir á CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.482/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitibanos, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	AACR
--	------

LEI Nº 5.483/2015

LEI Nº 5.483/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO E SOCIAL DE CURITIBANOS E REGIÃO - ADESC

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com Associação para o Desenvolvimento Esportivo e Social de Curitiba e Região – ADESC inscrita no CNPJ sob nº 21.612.245/0001-40 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) em duas parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 7.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação
TERMO DE CONVENIO Nº 009/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado Associação para o Desenvolvimento Esportivo e Social de Curitiba e Região – ADESC inscrita no CNPJ sob nº 21.612.245/0001-40, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas

aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) em duas parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 7.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.483/2015 de 08 de junho de 2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos participantes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai

devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitibanos, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Ramon Diego Waltrick
ADESC

LEI Nº 5.484/2015

LEI Nº 5.484/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS DE CURITIBANOS APADAC.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Curitibanos - APADAC inscrita no CNPJ sob nº 78.497.989/0001-88 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em quatro parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 11.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação
TERMO DE CONVENIO Nº 10/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado

Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Curitiba - APADAC inscrita no CNPJ sob nº 78.497.989/0001-88, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em quatro parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 11.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.484/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um

dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Irene Pivetta Sonda APADAC
--	-------------------------------

LEI Nº 5.485/2015

LEI Nº 5.485/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001-28 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em duas parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 4.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVENIO Nº 11/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001-28, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em quatro parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 4.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término

em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.485/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Ricardo Stanguerlin APAE
--	-----------------------------

LEI Nº 5.486/2015

LEI Nº 5.486/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com Associação de Voluntários Herdeiros do Futuro inscrita no CNPJ sob nº 06.345.463/0001-71 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2.º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em cinco parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 15.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVENIO Nº 012/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado Associação de Voluntários Herdeiros do Futuro inscrita no CNPJ sob nº 06.345.463/0001-71, neste ato representado por sua coordenadora, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em cinco parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 15.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

- I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.
- II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.
- III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;
- IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;
- V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
- VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.
- VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

- I – Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.
- II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.486/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Giovana Aparecida Kruker coordenadora
--	--

LEI Nº 5.487/2015

LEI Nº 5.487/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A LAR NOVA ALVORADA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com Lar Nova Alvorada inscrita no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2.º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em cinco parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 20.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVENIO Nº 013/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado com Lar Nova Alvorada inscrita no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, neste ato representado por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em cinco parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 20.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir á CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.487/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Monica Vettori Medeiros Dresch Presidente

LEI Nº 5.488/2015

LEI Nº 5.488/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM BENEFICÊNCIA A CASA DOS HUMILDES

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com Beneficência A Casa dos Humildes, inscrita no CNPJ sob nº 83.699.751/0001-75 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação
TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado com Beneficência A Casa dos Humildes, inscrita no CNPJ sob nº 83.699.751/0001-75, neste ato representado por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas á ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 5.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de

direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir á CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.488/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Beneficência A Casa dos Humildes Presidente
--	--

LEI Nº 5.489/2015

LEI Nº 5.489/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com Pastoral da Criança Imaculada Conceição, inscrita no CNPJ sob nº 04.821.073/0001-03 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em duas parcelas, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação
TERMO DE CONVENIO Nº 015/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado com Pastoral da Criança Imaculada Conceição, inscrita no CNPJ sob nº 04.821.073/0001-03, neste ato representado por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas á ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em duas parcelas mensais, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 4.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos

válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir á CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.489/2015 DE 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Pastora da Criança Imac. Conceição Presidente
--	--

LEI Nº 5.490/2015

LEI Nº 5.490/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com a União das Associações de Bairros de Curitiba, inscrita no CNPJ sob nº 01.020.462/0001-33 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas, para atendimento do projeto " Oficinas Pedagógicas CASEP" aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA .

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar

contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVENIO Nº 016/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado com União das Associações de Bairros de Curitiba, UAB I inscrita no CNPJ sob nº 01.020.462/0001-33 neste ato representado por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas á ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015, projeto " Oficinas Pedagógicas CASEP"

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas , para atendimento do projeto "Oficinas Pedagógicas CASEP" aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 5.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva

prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.490/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	União das Associações de bairros Presidente
--	--

LEI Nº 5.491/2015

LEI Nº 5.491/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA – CRAVI.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com a Casa de Recuperação Água da Vida – CRAVI, inscrita no CNPJ sob n. 02.011.065/0002-49 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2.º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em cinco parcelas, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA .

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 15.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação
TERMO DE CONVENIO Nº 017/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado com Casa de Recuperação Água da Vida – CRAVI, inscrita no CNPJ sob n. 02.011.065/0002-49 neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em cinco parcelas , para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 15.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir á CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.491/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	CRÁVI Presidente
--	---------------------

LEI Nº 5.492/2015

LEI Nº 5.492/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL TANIA MARIA GABOARDI - ATG

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com a Associação Cultural Tania Maria Gaboardi – ATG, inscrita no CNPJ sob n. 07.383.696/0001-21 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2.º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas, para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA .

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação
TERMO DE CONVENIO Nº 018/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado com Associação Cultural Tânia Maria Gaboardi – ATG, inscrita no CNPJ sob n. 07.383.696/0001-21 neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas á ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em cinco parcelas , para atendimento do projeto aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 5.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir á CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.492/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	ATG Presidente
--	-------------------

LEI Nº 5.493/2015

LEI Nº 5.493/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente autorizado a firmar convênio com a União das Associações de Bairros de Curitiba, inscrita no CNPJ sob nº 01.020.462/0001-33 objetivando o repasse de recursos financeiros para as atividades da entidade.

Art. 2.º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em duas parcelas, para atendimento do projeto " Canto Coral – Infante Juvenil ÁGAPE" aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA .

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014 sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 3.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação
TERMO DE CONVENIO Nº 019/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e de outro lado com União das Associações de Bairros de Curitiba, inscrita no CNPJ sob nº 01.020.462/0001-33 neste ato representado por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas á ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA conforma Ata n. 034/2015, projeto " Canto Coral – Infante Juvenil ÁGAPE".

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação a importância de R\$ 3.000,00 (tres mil reais) em duas parcelas , para atendimento do projeto "Oficinas Pedagógicas CA-SEP" aprovado através da Ata n. 034/2015 do CMDCA.

05 . 00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
05 . 01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0005.2012 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolesc.
3350000000.00.3000 – Transferências a Inst. Privadas s/ fins lucrativos R\$ 3.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I – Executar o objeto do projeto aprovado pela CMDCA, conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II – apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI – não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Transferir á CONVENIENTE o valor destinado e previsto constante do projeto.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.493/2015 de 08/06/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos participantes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

União das Associações de bairros
Presidente

LEI Nº 5.494/2015

LEI Nº 5.494/2015

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma dos Anexos I e II, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Anexo II – Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II - Conselho Municipal de Educação – CME;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3o A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4o O investimento público em educação a que se refere a meta do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5o Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6o O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação ou pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1o O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2o As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1o Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2o As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3o O sistema de ensino municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4o Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5o O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6o O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8o O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9o O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, ordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

LEI Nº 5.496/2015

LEI Nº 5.496/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO AGUA SANTA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Leidir Sales, inscrito no CPF sob n. 477.935.629-68, do lote urbano, Bairro Água Santa, com área de 366,45m² (trezentos e sessenta e seis metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), situado no lado oeste da Rua Cel. Vidal Ramos, esquina ao norte da Rua João Ribas de Macedo, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 22,00 metros com Eliane dos Santos Silva;
Ao Sul, 20,00 metros com a Rua João Ribas de Macedo;
Ao Leste, 16,50 metros com a Rua Cel. Vidal Ramos;
Ao Oeste, 18,40 metros com Jose Antonio de Oliveira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois

mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.497/2015

LEI Nº 5.497/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO AGUA SANTA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Flaviano de Jesus, inscrito no CPF sob n. 043.603.069-11, do lote urbano, Bairro Água Santa, com área de 269,80m² (duzentos e sessenta e nove metros e oitenta décimos quadrados), situado no lado sul da Rua Celina Anjos Ortiz, esquina com a Rua Wolny Westphal, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 31,00 metros com a Rua Celina Anjos Ortiz;
Ao Sul, 31,00 metros com a Rua Wolny Westphal;
Ao Leste, 13,50 metros com a Francisca Ribeiro Rigo;
Ao Oeste, 4,10 metros com a Rua Celina Anjos Ortiz.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.498/2015

LEI Nº 5.498/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Ana Alves Pereira, inscrita no CPF sob n. 038.830.289-59, do lote urbano, Bairro Getulio Vargas, com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado a noroeste da Rua José Fioravante Moraes, entre o lote 13 e o lote 15 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,00 metros com o lote 03 e parte do lote 02 da mesma quadra;
Ao Sul, 12,00 metros com a Rua José Fioravante Moraes;
Ao Leste, 25,50 metros com o lote 13 da mesma quadra;
Ao Oeste, 25,50 metros com o lote 15 e parte do lote 02 da mesma quadra.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.499/2015

LEI Nº 5.499/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "DANTE BECCARI".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "DANTE BECCARI" a Rua sem denominação n.º 52, a qual tem início ao lado norte da Rua Florianópolis, seguindo sentido norte até encontrar a Rua Maximino Fontana, seguindo paralelamente ao lado leste da Rua Assis Camargo de Souza, no Bairro São Luiz, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.500/2015

LEI Nº 5.500/2015

DENOMINA DE "GINÁSIO DE ESPORTES ALMIR FERREIRA APPIO" O PRÉDIO PÚBLICO EM CONSTRUÇÃO AO LADO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NORMA BERNECK.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominado de "Ginásio de Esportes Almir Ferreira Appio" o prédio público em construção ao lado do Centro de Educação Infantil Norma Berneck, no Bairro do Bosque, Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 08 de junho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5465/2015

LEI Nº 5465/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA NA ÁREA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DOS CURSOS DE CIÊNCIAS RURAIS, ENGENHARIA FLORESTAL, AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA "NOVA JR".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Assistência na Área Agropecuária e Florestal dos cursos de Ciências Rurais, Engenharia Florestal, Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade Federal de Santa Catarina – 'NOVA JR'" entidade dedicada ao aperfeiçoamento do estudante e à promoção da integração social e profissional de seus membros, segundo princípios de ética, cidadania e justiça, no âmbito do Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Fica assegurado a "Associação de Assistência na Área Agropecuária e Florestal dos cursos de Ciências Rurais, Engenharia Florestal, Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade Federal de Santa Catarina – 'NOVA JR'", todos os benefícios da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 22 de maio de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos Vinte e dois dias do mês de maio do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Neide Terezinha Furlan
Secretaria da Agricultura, Abastecimento,
Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 39/2015

Contrato Nº.: 39/2015

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada.: PERSIANAS CRISDAN LTDA - EPP

Valor : 1.149,30 (um mil cento e quarenta e nove reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (4), 2.067.4.4.90.00.00.00.00 (5)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 7/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 7/2015

Contrato Nº.: 7/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada.: PANINI BRASIL LTDA

Valor : 819,20 (oitocentos e dezenove reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 08/05/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 92.376,08

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE REVISTAS, PARA USO NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E ÔNIBUS-BIBLIOTECA ITINERANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, PELO PERÍODO DE UM ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E CONFORME ART 25 INCISO I DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 8/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 8/2015

Contrato Nº.: 8/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada.: SAN FRANCISCO TRANSPORTES E SONORIZAÇÕES LTDA.-ME

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência : Início: 15/05/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015

Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 83.677,68

Objeto : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA APRESENTAÇÃO NA PRAÇA CENTENÁRIO NO DIA 11/06/2015 EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DE 146 ANOS DO MUNICÍPIO, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 25, INCISO III E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 9/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 9/2015

Aditivo Nº : 9/2015 - Contrato Nº: 12/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS
Contratada...: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
Valor : 1.735,56 (um mil setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 20/05/2015 Término: 22/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 63.677,68

Objeto : TERMO ADITIVO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, REAJUSTADO 8,3407% PELO ÍNDICE INPC, CONFORME ART. 57 E 65 DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 144/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 144/2015

Contrato Nº.: 144/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ABRIL COMUNICAÇÕES SA
Valor : 5.097,60 (cinco mil e noventa e sete reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 08/05/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 23/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (42)

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE REVISTAS, PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E ÔNIBUS-BIBLIOTECA ITINERANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, PELO PERÍODO DE UM ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E CONFORME ART 25 INCISO I DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 145/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 145/2015

Contrato Nº.: 145/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: PANINI BRASIL LTDA
Valor : 5.696,80 (cinco mil seiscentos e noventa e seis reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 08/05/2015 Término: 08/05/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 23/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (42)

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE REVISTAS, PARA USO NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PELO PERÍODO DE UM ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E CONFORME ART 25 INCISO I DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 146/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 146/2015

Contrato Nº.: 146/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 3.209.242,16 (três milhões duzentos e nove mil duzentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos)
Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 11/01/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 17/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : construção nova da Escola Núcleo Municipal Rotary conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 147/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 147/2015

Contrato Nº.: 147/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME

Valor : 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 427.368,72

Objeto : AQUISIÇÃO DE BATERIAS ESTACIONARIAS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 148/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 148/2015

Contrato Nº.: 148/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda
Valor : 3.311,40 (três mil trezentos e onze reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 149/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 149/2015

Contrato Nº.: 149/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD
Valor : 2.935,40 (dois mil novecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 150/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 150/2015

Contrato Nº.: 150/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
Valor : 1.030,50 (um mil e trinta reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 13/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLICIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 151/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 151/2015

Contrato Nº.: 151/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: INSTITUTO OUSAR - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 37.842,00 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta

e dois reais)

Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015

Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (52)

Objeto : LOCAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONFECCÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA II SEMANA LITERÁRIA QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 28/05 A 03/06, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 152/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 152/2015

Contrato Nº.: 152/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

Valor : 3.550,00 (três mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015

Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (52)

Objeto : LOCAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONFECCÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA II SEMANA LITERÁRIA QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 28/05 A 03/06, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 153/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 153/2015

Contrato Nº.: 153/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA ME

Valor : 6.410,00 (seis mil quatrocentos e dez reais)

Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015

Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (52)

Objeto : LOCAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONFECCÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA II SEMANA LITERÁRIA QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 28/05 A 03/06, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 154/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 154/2015

Contrato Nº.: 154/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO CAMPUS CTBANOS

Valor : 120.000,00 (cento e vinte mil e reais)

Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 25/01/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DO NÚCLEO MUNICIPAL ROTARY, DURANTE O PERÍODO DE EXECUÇÃO DA OBRA, REFEDEnte A CONCORRÊNCIA Nº 17/2015, CONFORME CHAMADA PÚBLICA 001/2015, PELO PERÍODO DE 25/05/2015 A 25/01/2016, PODENDO SER PRORROGADO OU RESCINDIDO CONFORME CRONOGRAMA DA OBRA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 155/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 155/2015

Contrato Nº.: 155/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: BRINQMÓVEIS LTDA

Valor : 43.168,00 (quarenta e três mil cento e sessenta e oito reais)

Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015

Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (14) Saldo: 43.414,20

Objeto : AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS PARA REFEITÓRIOS, DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 156/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 156/2015

Contrato Nº.: 156/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: POSITIVO INFORMATICA S/A
Valor : 47.880,00 (quarenta e sete mil oitocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE 19 PROJETO PROINFO COM LOUSA DIGITAL (COMPUTADOR INTERATIVO) PARA USO NO ENSINO FUNDAMENTAL, CONFORME PAR Nº 4031/2012, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO 71/2013/FNDE/MEC, CONTA Nº 29.943-X BANCO DO BRASIL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 157/2015

Contrato Nº.: 157/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
Valor : 986,32 (novecentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 20/05/2015 Término: 20/07/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 25/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 281.847,60

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DO VEÍCULO MICROONIBUS PLACA QHE4195, EM USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 158/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 158/2015

Aditivo Nº : 158/2015 - Contrato Nº: 163/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
Valor : 53.719,92 (cinquenta e três mil setecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos)
Vigência : Início: 21/05/2015 Término: 22/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : TERMO ADITIVO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, REAJUSTADO 8,3407% PELO ÍNDICE INPC, CONFORME ART. 57 E 65 DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 159/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 159/2015

Contrato Nº.: 159/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMÁTICA LTDA ME
Valor : 9.200,70 (nove mil e duzentos reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 21/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DA AGRICULTURA, BOMBEIRO, POLÍCIA AMBIENTAL, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 161/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 161/2015

Contrato Nº.: 161/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: GLORIA LUCIA CAETANO CORREA NETO MOTTA ME
Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 25/05/2015 Término: 25/07/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 27/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 223.675,48

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO JORNALISTA MÁRIO MOTTA PARA MINISTRAR PALESTRA NO DIA 30/05/2015 ÀS 16H, EM VIRTUDE DA SEGUNDA SEMANA LITERÁRIA, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 162/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 162/2015

Contrato Nº.: 162/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: VIDELIVROS COM.DE LIVROS E JOGOS PEDAGOG
Valor : 5.965,80 (cinco mil novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 26/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS OFICIAIS PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTA LEI.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 163/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 163/2015

Contrato Nº.: 163/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: CHARLES ZIMMERMANN
Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 28/07/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 29/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 204.423,36

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO CANTOR EDUARDO VILLA LOBOS, ESCRITORES PEDRO BANDEIRA E CHARLES ZIMMERMANN E A CIA ARTÍSTICA AVENIDA LAMPARINA PARA ATRAÇÕES DA SEGUNDA SEMANA LITERÁRIA, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 164/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 164/2015

Contrato Nº.: 164/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: INSTITUTO OUSAR - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 28/05/2015 Término: 28/07/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 29/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO CANTOR EDUARDO VILLA LOBOS, ESCRITORES PEDRO BANDEIRA E CHARLES ZIMMERMANN E A CIA ARTÍSTICA AVENIDA LAMPARINA PARA ATRAÇÕES DA SEGUNDA SEMANA LITERÁRIA, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 17/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 17/2015

Contrato Nº.: 17/2015
Contratante.: IPESMUC
Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
Valor : 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais)
Vigência : Início: 20/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (2)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE

INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLÍCIA CIVIL, MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 18/2015

Contrato Nº.: 18/2015

Contratante.: IPESMUC

Contratada.: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Valor : 85,00 (oitenta e cinco reais)

Vigência : Início: 29/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (2)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLÍCIA CIVIL, MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO100/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato100/2015

Contrato Nº.: 100/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: ANTONIO SERGIO CURIONI

Valor : 2.000,00 (dois mil reais)

Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 11/07/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2015

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 83.517,63

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA NA CONFERENCIA MUNICIPAL DO IDOSO, NO DIA 14/05/2015 - AUDITÓRIO DA UNC, NA FORMA DO ARTIGO 25, II DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO101/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato101/2015

Aditivo Nº : 101/2015 - Contrato Nº: 23/2014

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Valor : 1.283,63 (um mil duzentos e oitenta e três reais e sessenta e três centavos)

Vigência : Início: 12/05/2015 Término: 21/03/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 22.582,84

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, FIA, SEGURO DO EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SEGURO AOS ESTAGIÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NO PERÍODO DE UM ANO COM FRANQUIA NORMAL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO102/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato102/2015

Aditivo Nº : 102/2015 - Contrato Nº: 53/2014

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Valor : 5.672,64 (cinco mil seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 20/05/2015 Término: 22/05/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 75.925,13

Objeto : TERMO ADITIVO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, REAJUSTADO 8,3407% PELO ÍNDICE INPC, CONFORME ART. 57 E 65 DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO103/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato103/2015

Contrato Nº.: 103/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA - ME
Valor : 1.970,00 (um mil novecentos e setenta reais)
Vigência : Início: 21/05/2015 Término: 21/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.014.4.4.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 7.180,10

Objeto : AQUISIÇÃO DE RELOGIO PONTO TIPO BIOMÉTRICO PARA CONTROLE DE FUNCIONARIOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTE E LAZER, PLANEJAMENTO E URBANISMO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO3/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato3/2015

Contrato Nº.: 3/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC.DA CRIANCA E DO ADOLESC. CURITIBANOS
Contratada...: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA
Valor : 1.040,00 (um mil e quarenta reais)
Vigência : Início: 19/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 180/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 49.406,85

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO4/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Janeiro/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato4/2015

Contrato Nº.: 4/2015
Contratante.: FUNDO MUNIC.DA CRIANCA E DO ADOLESC. CURITIBANOS
Contratada...: INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA COR
Valor : 2.000,00 (dois mil reais)
Vigência : Início: 26/05/2015 Término: 26/07/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 48.366,85

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PALESTRA MAGNA COM O PROFISSIONAL CLAYTON ZANELLA, NO DIA 27/05/2015 ÀS 13 HORAS, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO92/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato92/2015

Contrato Nº.: 92/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PERSIANAS CRISDAN LTDA - EPP
Valor : 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.087.3.3.90.00.00.00.00 (36), 2.087.4.4.90.00.00.00.00 (37)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO93/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato93/2015

Contrato Nº.: 93/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
Valor : 6.752,50 (seis mil setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (34), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO94/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato94/2015

Contrato Nº.: 94/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: A SEMANA EDITORA LTDA
Valor : 7.548,00 (sete mil quinhentos e quarenta e oito reais)
Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 91.328,41

Objeto : AQUISIÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA PUBLICAÇÕES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO96/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato96/2015

Contrato Nº.: 96/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA
Valor : 1.421,20 (um mil quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38),

2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (43), 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE DE BRINQUEDOTECA E BRINQUEDOS COMPLEMENTARES PARA UTILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS E DA EQUIPE DE REFERENCIA DO CRAS E CREAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO97/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato97/2015

Contrato Nº.: 97/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: REJANE COMERCIO DE PRODUTOS PEDAGOGICOS LTDA - ME
Valor : 976,00 (novecentos e setenta e seis reais)
Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (43), 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE DE BRINQUEDOTECA E BRINQUEDOS COMPLEMENTARES PARA UTILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS E DA EQUIPE DE REFERENCIA DO CRAS E CREAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO98/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato98/2015

Contrato Nº.: 98/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE - ME
Valor : 458,04 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos)
Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015
Recursos : Dotação: 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (43), 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE DE BRINQUEDOTECA E BRINQUEDOS COMPLEMENTARES PARA UTILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS E DA EQUIPE DE REFERENCIA DO CRAS E CREAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO99/2015

9ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO /2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato99/2015

Contrato Nº.: 99/2015

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: VIDELIVROS - COM. LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA

Valor : 7.472,76 (sete mil quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 05/05/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação: 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (43), 2.078.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.082.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : AQUISIÇÃO DE DE BRINQUEDOTECA E BRINQUEDOS COMPLEMENTARES PARA UTILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS E DA EQUIPE DE REFERENCIA DO CRAS E CREAS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RETIFICAÇÃO 01/2015 EDITAL Nº 001/2015, DE 08 DE JUNHO DE 2015

RETIFICAÇÃO 01/2015

EDITAL Nº 001/2015, DE 08 DE JUNHO DE 2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica do Município de Curitiba, a Lei Complementar nº 24 de 25 de abril de 2002, a Lei Complementar nº 26 de 17 de junho de 2002, a Lei Complementar nº 43, de 29 de maio de 2006, a Lei Complementar nº 76, de 12 de janeiro de 2012 e demais legislações aplicáveis, torna público, pela presente divulgação Edital a RETIFICAÇÃO das normas para realização de CONCURSO PÚBLICO de ingresso e formação de cadastro de reserva de servidores em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos seguintes termos.

1. Acrescenta-se no conteúdo programático específico para o cargo de agente de saúde (ANEXO IV) conhecimentos básicos em informática.

Publicado em 15 de junho de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

Cláudio Vieira França

Membro da Comissão

Elizete Bueno

Presidente da Comissão

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECISÃO IMPUGNAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO EDITAL 3/2015**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 03/2015

Fase: Impugnação de Edital

DECISÃO

A empresa SUPERAR EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.482.516/0001-61, com sede à Rua Joaquim Nabuco, nº 40, Bairro Velha, em Blumenau/SC, ofereceu IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, através de petição datada de 08 de junho de 2015, recebida por esta Casa Legislativa em 10 de junho do corrente ano, através da empresa de Correios, referente ao Pregão Presencial nº 03/2015, que objetiva a aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado modelo split, para a sede da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC.

I – DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A empresa apresentou impugnação ao referido edital em 10/06/2015. A licitação está marcada para o dia 17/06/2015, às 15:00h, sendo, portanto, tempestiva a presente impugnação, conforme dispõe o item 11.1 do Edital.

II – DO PLEITO

A impugnante requer que o edital seja refeito para que seja incluída na fase de habilitação, a exigência de documentos e comprovações de capacidade técnica e comprovação da competência para emissão de ART., sugerindo:

1º Registro ou inscrição na entidade profissional competente, nesse caso se tratando do registro do CREA-SC da empresa licitante,

OU visto em certidão emitido pelo CREA-SC possibilitando à empresa a participação em licitações.

2º Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, ENGENHEIRO MECANICO devidamente reconhecido pela entidade competente, nos termos do inciso I do § 1º do artigo 30 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94.

3º Acervo técnico e atestado devidamente registrado no CREA, comprovando que o responsável técnico da proponente tenha sido responsável pela execução de obra com características semelhantes ao objeto licitado. O acervo ou atestado só será aceito se o profissional em pauta integrar o quadro permanente da licitante na data marcada para a entrega dos envelopes, comprovado mediante a apresentação da ficha de registro de empregado ou através do contrato de prestação de serviços e, para dirigente de empresa, tal comprovação deverá ser feita através da ata da assembleia de sua investidora no cargo ou do contrato social, independente de terem apresentado o mesmo quando do registro cadastral.

Por fim, a empresa solicita caso seja indeferida esta Impugnação que seja enviada para a Autoridade Hierárquica superior, para que esta possa tomar ciência do assunto abordado e emitir seu parecer.

III – DA ANÁLISE À IMPUGNAÇÃO

O objeto da licitação é aquisição de equipamentos de ar condicionado com sua instalação, portanto a contratada assumirá a obrigação principal de entregar coisa certa. Como obrigação acessória terá que providenciar a instalação dos equipamentos por sua conta e risco, sendo, portanto, a obrigação secundária uma obrigação de fazer coisa certa.

Diante dos fatos, não seria razoável exigir que os interessados

comprovassem que possuem capacidade técnica para cumprirem a obrigação secundária ou acessória, uma vez que se estaria restringindo de forma arbitrária a participação de empresas que apenas fornecem os equipamentos, indo de encontro ao que dispõe o art. 3º e art. 30 ambos da Lei 8.666/1993.

Dessa forma tem-se que o Edital não deve ser alterado nesse ponto, compreendido é que a capacidade de instalação do equipamento não é um requisito para participação ou condição para habilitação no certame do caso em tela.

Indo ao encontro do parágrafo segundo do art. 30 da Lei 8666/93, o Acórdão 1229/2008 do Tribunal de Contas da União se pronunciou dando legitimidade em que só deverão ser feitas exigências em torno da qualificação técnica que sejam indispensáveis a garantia do cumprimento do objeto licitado.

Segue parte do voto do Ministro Relator:

"As exigências quanto à qualificação técnico-profissional e técnico operacional devem se limitar às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação e, no caso destas, restringirem-se a aspectos de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do futuro contrato."

Ora, na presente licitação os serviços de instalação correspondem a uma parte ínfima do valor estimado para a contratação, demonstrando que, sem dúvidas, a aquisição dos equipamentos é a parcela mais importante de todo o procedimento.

A discricionariedade para fazer escolhas e julgar a necessidade de qualificação técnica é da Administração, sempre o fazendo de forma a garantir a ampla concorrência e assegurando que os documentos ali solicitados deverão assegurar a garantia do cumprimento do objeto em questão. É pertinente trazer os ensinamentos de Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 11ª edição, pag. 336, ao comentar o art. 30 da Lei nº8.666/1993, que trata da qualificação profissional do licitante:

"Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observe-se que a natureza do requisito é incompatível com a disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da Administração a fixação dos requisitos de habilitação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. (...) Talvez até se pudesse caracterizar a competência da Administração, na hipótese da fixação dos requisitos de qualificação técnica, como sendo de discricionariedade técnica. (...). Nos casos de discricionariedade técnica, a decisão do administrador será válida na medida em que for respaldada pelo conhecimento especializado. É isso que se passa com a competência para disciplinar a qualificação técnica na licitação. A Administração não está autorizada a fixar exigências fundando-se na simples e pura "competência" para tanto. Sempre que estabelecer exigência restritiva, deverá apresentar fundamento técnico-científico satisfatório. Deve evidenciar motivos técnicos que conduzam à similitude entre o objeto licitado e a exigência constante do edital. No entanto, o ônus da prova recai sobre a Administração. Ou seja, diante da dúvida, cabe à Administração demonstrar a necessidade da exigência formulada. Não é encargo do particular evidenciar a desnecessidade do requisito imposto pela Administração. Afinal, quem elaborou o ato convocatório foi a Administração. Não seria possível invocar a mera presunção de legitimidade dos atos administrativos para afastar o dever de a Administração explicar o motivo e o conteúdo das escolhas realizadas."

Assim, visto que não se tem como principal objeto da Licitação a instalação dos equipamentos de ar condicionado e sim o mero complemento ao objeto que é a aquisição desses equipamentos, entendem-se excessivas as exigências feitas pela impugnante para assegurar o cumprimento do objeto, que acabariam por restringir a ampla concorrência do certame em questão.

É sabido no meio comercial, que os aparelhos de ar-condicionado tipo split são comercializados por diversos tipos de empresas, registradas ou não em Conselhos Regionais e tal prática não fere as legislações e normas vigentes.

Da mesma forma, é sabido que a instalação dos citados aparelhos, deve ser feita pela assistência técnica credenciada do fabricante ou, ainda, por técnicos autônomos legalmente habilitados para executá-las, para que não haja prejuízo da garantia.

Portanto, o fato de se adquirir os aparelhos de empresas não registradas em conselhos e nem por isso ilegais, não significa que a instalação dos equipamentos será realizada por pessoa não habilitada legalmente, conforme quer fazer crer a empresa impugnante, sendo faculdade do Contratante a exigência de documentos que comprovem a aptidão do Contratado e de suas subcontratadas a qualquer momento da execução do objeto.

Posto isso, entendemos que não há ilegalidades nos termos do edital que retrata situação comercial rotineira. A não exigência da ART não impede que os seus detentores participem, também, em iguais condições. Sendo assim, seria inadequado por parte da administração fazer restrições no âmbito da qualificação técnica, que acabariam por ferir a competitividade e a isonomia do certame em questão.

Convergente ao requerimento da empresa impugnante, de caso seja indeferida esta Impugnação que seja enviada para a Autoridade Hierárquica superior, para que esta possa tomar ciência do assunto abordado e emitir seu parecer, considero pertinente tal solicitação, e encaminho a presente decisão ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, para conhecimento e análise.

IV – DA DECISÃO

Assim, pelos motivos expostos decido por negar o pedido de impugnação impetrado pela empresa SUPERAR EIRELI – EPP.

Encaminhe-se a presente decisão ao Presidente da Câmara de Vereadores para análise e considerações.

Publique-se, Registre-se e intime-se.

Curitiba/SC, 10 de junho de 2015.

Ronaldo Spricigo

Pregoeiro

DECISÃO IMPUGNAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PRESIDENTE DO EDITAL 3/2015

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 03/2015

Fase: Impugnação de Edital

DECISÃO

A empresa COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LAGES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 13.598.570/0001-77, com sede na Av. Dom Pedro II nº 829 Bairro São Cristóvão, Lages/SC, ofereceu IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, através de e-mail enviado para o endereço eletrônico desta Casa Legislativa (compras@camaracuritiba.sc.gov.br) em 10 de junho do corrente ano, referente ao Pregão Presencial nº 03/2015, que objetiva a aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado modelo split, para a sede da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC.

I – DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A empresa apresentou impugnação ao referido edital em 10/06/2015. A licitação está marcada para o dia 17/06/2015, às 15:00h, sendo, portanto, tempestiva a presente impugnação, conforme dispõe o item 11.1 do Edital.

II – DO PLEITO

A impugnante requer que o edital seja refeito para que seja incluída na fase de habilitação, a exigência de documentos e comprovações de capacidade técnica e comprovação da competência para emissão de ART., sugerindo:

1º Registro ou inscrição na entidade profissional competente, nesse caso se tratando do registro do CREA-SC da empresa licitante;
2º Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, ENGENHEIRO MECANICO e ELETRICISTA devidamente reconhecido pela entidade competente, nos termos do inciso I do § 1º do artigo 30 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94.

3º Acervo técnico e atestado devidamente registrado no CREA, comprovando que o responsável técnico da proponente tenha sido responsável pela execução de obra com características semelhantes ao objeto licitado. O acervo ou atestado só será aceito se o profissional em pauta integrar o quadro permanente da licitante na data marcada para a entrega dos envelopes, comprovado mediante a apresentação da ficha de registro de empregado ou através do contrato de prestação de serviços e, para dirigente de empresa, tal comprovação deverá ser feita através da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou do contrato social, independente de terem apresentado o mesmo quando do registro cadastral.

Por fim, a empresa solicita caso seja indeferida esta Impugnação que seja enviada para a Autoridade Hierárquica superior, para que esta possa tomar ciência do assunto abordado e emitir seu parecer.

III – DA ANÁLISE À IMPUGNAÇÃO

O objeto da licitação é aquisição de equipamentos de ar condicionado com sua instalação, portanto a contratada assumirá a obrigação principal de entregar coisa certa. Como obrigação acessória terá que providenciar a instalação dos equipamentos por sua conta e risco, sendo, portanto, a obrigação secundária uma obrigação de fazer coisa certa.

Diante dos fatos, não seria razoável exigir que os interessados comprovassem que possuem capacidade técnica para cumprirem a obrigação secundária ou acessória, uma vez que se estaria restringindo de forma arbitrária a participação de empresas que apenas fornecem os equipamentos, indo de encontro ao que dispõe o art. 3º e art. 30 ambos da Lei 8.666/1993.

Dessa forma tem-se que o Edital não deve ser alterado nesse ponto, compreendido é que a capacidade de instalação do equipamento não é um requisito para participação ou condição para habilitação no certame do caso em tela.

Indo ao encontro do parágrafo segundo do art. 30 da Lei 8666/93, o Acórdão 1229/2008 do Tribunal de Contas da União se pronunciou dando legitimidade em que só deverão ser feitas exigências em torno da qualificação técnica que sejam indispensáveis a garantia do cumprimento do objeto licitado.

Segue parte do voto do Ministro Relator:

"As exigências quanto à qualificação técnico-profissional e técnico operacional devem se limitar às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação e, no caso destas, restringirem-se a aspectos de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do futuro contrato."

Ora, na presente licitação os serviços de instalação correspondem a uma parte ínfima do valor estimado para a contratação, demonstrando que, sem dúvidas, a aquisição dos equipamentos é a parcela mais importante de todo o procedimento.

A discricionariedade para fazer escolhas e julgar a necessidade de qualificação técnica é da Administração, sempre o fazendo de forma a garantir a ampla concorrência e assegurando que os documentos ali solicitados deverão assegurar a garantia do cumprimento do objeto em questão. É pertinente trazer os ensinamentos de Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 11ª edição, pag. 336, ao comentar o art. 30 da Lei nº8.666/1993, que trata da qualificação profissional do licitante:

"Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observe-se que a natureza do requisito é incompatível com a disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da Administração a fixação dos requisitos de habilitação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. (...) Talvez até se pudesse caracterizar a competência da Administração, na hipótese da fixação dos requisitos de qualificação técnica, como sendo de discricionariedade técnica. (...) Nos casos de discricionariedade técnica, a decisão do administrador será válida na medida em que for respaldada pelo conhecimento especializado. É isso que se passa com a competência para disciplinar a qualificação técnica na licitação. A Administração não está autorizada a fixar exigências fundando-se na simples e pura "competência" para tanto. Sempre que estabelecer exigência restritiva, deverá apresentar fundamento técnico-científico satisfatório. Deve evidenciar motivos técnicos que conduzam à similitude entre o objeto licitado e a exigência constante do edital. No entanto, o ônus da prova recai sobre a Administração. Ou seja, diante da dúvida, cabe à Administração demonstrar a necessidade da exigência formulada. Não é encargo do particular evidenciar a desnecessidade do requisito imposto pela Administração. Afinal, quem elaborou o ato convocatório foi a Administração. Não seria possível invocar a mera presunção de legitimidade dos atos administrativos para afastar o dever de a Administração explicar o motivo e o conteúdo das escolhas realizadas."

Assim, visto que não se tem como principal objeto da Licitação a instalação dos equipamentos de ar condicionado e sim o mero complemento ao objeto que é a aquisição desses equipamentos, entendem-se excessivas as exigências feitas pela impugnante para assegurar o cumprimento do objeto, que acabariam por restringir a ampla concorrência do certame em questão.

É sabido no meio comercial, que os aparelhos de ar-condicionado tipo split são comercializados por diversos tipos de empresas, registradas ou não em Conselhos Regionais e tal prática não fere as legislações e normas vigentes.

Da mesma forma, é sabido que a instalação dos citados aparelhos, deve ser feita pela assistência técnica credenciada do fabricante ou, ainda, por técnicos autônomos legalmente habilitados para executá-las, para que não haja prejuízo da garantia.

Portanto, o fato de se adquirir os aparelhos de empresas não registradas em conselhos e nem por isso ilegais, não significa que a instalação dos equipamentos será realizada por pessoa não habilitada legalmente, conforme quer fazer crer a empresa impugnante, sendo faculdade do Contratante a exigência de documentos que comprovem a aptidão do Contratado e de suas subcontratadas a qualquer momento da execução do objeto.

Posto isso, entendemos que não há ilegalidades nos termos do edital que retrata situação comercial rotineira. A não exigência da ART não impede que os seus detentores participem, também, em iguais condições. Sendo assim, seria inadequado por parte da administração fazer restrições no âmbito da qualificação técnica, que acabariam por ferir a competitividade e a isonomia do certame em questão.

Convergente ao requerimento da empresa impugnante, de caso seja indeferida esta Impugnação que seja enviada para a Autoridade Hierárquica superior, para que esta possa tomar ciência do assunto abordado e emitir seu parecer, considero pertinente tal solicitação, e encaminho a presente decisão ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, para conhecimento e análise.

IV – DA DECISÃO

Assim, pelos motivos expostos decido por negar o pedido de impugnação impetrado pela empresa COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LAGES LTDA.

Encaminhe-se a presente decisão ao Presidente da Câmara de Vereadores para análise e considerações.

Publique-se, Registre-se e intime-se.

Curitiba/SC, 10 de junho de 2015.

Ronaldo Spricigo

Pregoeiro

Gabinete da Presidência

Pregão Presencial Nº 03/2015

Fase: Impugnação de Edital

DECISÃO

A empresa COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LAGES LTDA, já qualificada, postula o reexame da decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, que negou o pedido de impugnação do Edital de Pregão identificado em epígrafe.

Por entender que a decisão denegatória não proporciona prejuízo à empresa impugnante, nem a impede de participar do procedimento licitatório, mantenho a decisão proferida em todos os seus termos.

Curitiba/SC, 12 de junho de 2015.

Arcílio Alves

Presidente

DECISÃO IMPUGNAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PRESIDENTE DO EDITAL 3/2015

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 03/2015

Fase: Impugnação de Edital

DECISÃO

A empresa AR TECH CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 17.613.341/0001-35, com sede na Rua Dom Bosco, 1031, Centro, Rio do Sul/SC, ofereceu IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, através de petição datada de 11 de junho de 2015, recebida por esta Casa Legislativa em 15 de junho do corrente ano, através da empresa de Correios, referente ao Pregão Presencial nº 03/2015, que objetiva a aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado modelo split, para a sede da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC.

I – DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A empresa apresentou impugnação ao referido edital em 15/06/2015. A licitação está marcada para o dia 17/06/2015, às 15:00h, sendo, portanto, tempestiva a presente impugnação, conforme dispõe o item 11.1 do Edital.

II – DO PLEITO

A impugnante requer que o edital seja refeito para que seja incluída qualificação técnica no item 04, e qualificação técnica da contratada e dos profissionais para o lote 01, exigindo-se:

a) Atestado de capacidade técnica devidamente registrado no CREA, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedida por esse Conselho, que comprove que a licitante tenha executado para o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou ainda, para empresas privadas, serviços de características técnicas similares ao objeto da presente licitação;

b) Certidão de Registro da Empresa onde deverá constar o(s) responsável(is) técnico(s), Engenheiro Mecânico ou Técnico Mecânico ou Técnico em Refrigeração no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia – CREA (empresa com o ramo de atividade compatível com o objeto);

c) Certidão de Pessoa Física (CREA), engenheiro Mecânico ou Técnico Mecânico ou Técnico em Refrigeração;

d) Caso seja indeferida esta Impugnação que seja enviada para a Autoridade Hierárquica superior, para que esta possa tomar ciência do assunto abordado e emitir seu posicionamento.

III – DA ANÁLISE À IMPUGNAÇÃO

O objeto da licitação é aquisição de equipamentos de ar condicionado com sua instalação, portanto a contratada assumirá a obrigação principal de entregar coisa certa. Como obrigação acessória terá que providenciar a instalação dos equipamentos por sua conta e risco, sendo, portanto, a obrigação secundária uma obrigação de fazer coisa certa.

Diante dos fatos, não seria razoável exigir que os interessados comprovassem que possuem capacidade técnica para cumprirem a obrigação secundária ou acessória, uma vez que se estaria restringindo de forma arbitrária a participação de empresas que apenas fornecem os equipamentos, indo de encontro ao que dispõe o art. 3º e art. 30 ambos da Lei 8.666/1993.

Dessa forma tem-se que o Edital não deve ser alterado nesse ponto, compreendido é que a capacidade de instalação do equipamento não é um requisito para participação ou condição para habilitação no certame do caso em tela.

Indo ao encontro do parágrafo segundo do art. 30 da Lei 8666/93, o Acórdão 1229/2008 do Tribunal de Contas da União se pronunciou dando legitimidade em que só deverão ser feitas exigências em torno da qualificação técnica que sejam indispensáveis a garantia do cumprimento do objeto licitado.

Segue parte do voto do Ministro Relator:

"As exigências quanto à qualificação técnico-profissional e técnico operacional devem se limitar às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação e, no caso destas, restringirem-se a aspectos de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do futuro contrato."

Ora, na presente licitação os serviços de instalação correspondem a uma parte ínfima do valor estimado para a contratação, demonstrando que, sem dúvidas, a aquisição dos equipamentos é a parcela mais importante de todo o procedimento.

A discricionariedade para fazer escolhas e julgar a necessidade de qualificação técnica é da Administração, sempre o fazendo de forma a garantir a ampla concorrência e assegurando que os documentos ali solicitados deverão assegurar a garantia do cumprimento do objeto em questão. É pertinente trazer os ensinamentos de Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 11ª edição, pag. 336, ao comentar o art. 30 da Lei nº 8.666/1993, que trata da qualificação profissional do licitante:

"Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observe-se que a natureza do requisito é incompatível com a disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da Administração a fixação dos requisitos de habilitação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. (...) Talvez até se pudesse caracterizar a competência da Administração, na hipótese da fixação dos requisitos de qualificação técnica, como sendo de discricionariedade técnica. (...). Nos casos de discricionariedade técnica, a decisão do administrador será válida na medida em que for respaldada pelo conhecimento especializado. É isso que se passa com a competência para disciplinar a qualificação técnica na licitação. A Administração não está autorizada a fixar exigências fundando-se na simples e pura "competência" para tanto. Sempre que estabelecer exigência restritiva, deverá apresentar fundamento técnico-científico satisfatório. Deve evidenciar motivos técnicos que conduzam à similitude entre o objeto licitado e a exigência constante do edital.

No entanto, o ônus da prova recai sobre a Administração. Ou seja, diante da dúvida, cabe à Administração demonstrar a necessidade da exigência formulada. Não é encargo do particular evidenciar a desnecessidade do requisito imposto pela Administração. Afinal, quem elaborou o ato convocatório foi a Administração. Não seria possível invocar a mera presunção de legitimidade dos atos administrativos para afastar o dever de a Administração explicar o motivo e o conteúdo das escolhas realizadas."

Assim, visto que não se tem como principal objeto da Licitação a instalação dos equipamentos de ar condicionado e sim o mero complemento ao objeto que é a aquisição desses equipamentos, entendem-se excessivas as exigências feitas pela impugnante para assegurar o cumprimento do objeto, que acabariam por restringir a ampla concorrência do certame em questão.

É sabido no meio comercial, que os aparelhos de ar-condicionado tipo split são comercializados por diversos tipos de empresas, registradas ou não em Conselhos Regionais e tal prática não fere as legislações e normas vigentes.

Da mesma forma, é sabido que a instalação dos citados aparelhos, deve ser feita pela assistência técnica credenciada do fabricante ou, ainda, por técnicos autônomos legalmente habilitados para executá-las, para que não haja prejuízo da garantia.

Portanto, o fato de se adquirir os aparelhos de empresas não registradas em conselhos e nem por isso ilegais, não significa que a instalação dos equipamentos será realizada por pessoa não habilitada legalmente, conforme quer fazer crer a empresa impugnante, sendo faculdade do Contratante a exigência de documentos que comprovem a aptidão do Contratado e de suas subcontratadas a qualquer momento da execução do objeto.

Posto isso, entendemos que não há ilegalidades nos termos do edital que retrata situação comercial rotineira. A não exigência da ART não impede que os seus detentores participem, também, em iguais condições. Sendo assim, seria inadequado por parte da administração fazer restrições no âmbito da qualificação técnica, que acabariam por ferir a competitividade e a isonomia do certame em questão.

Convergente ao requerimento da empresa impugnante, de caso seja indeferida esta Impugnação que seja enviada para a Autoridade Hierárquica superior, para que esta possa tomar ciência do assunto abordado e emitir seu parecer, considero pertinente tal solicitação, e encaminho a presente decisão ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, para conhecimento e análise.

IV – DA DECISÃO

Assim, pelos motivos expostos decido por negar o pedido de impugnação impetrado pela empresa AR TECH CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO LTDA.

Encaminhe-se a presente decisão ao Presidente da Câmara de Vereadores para análise e considerações.

Publique-se, Registre-se e intime-se.

Curitiba/SC, 15 de junho de 2015.

Ronaldo Spricigo

Pregoeiro

Gabinete da Presidência

Pregão Presencial Nº 03/2015

Fase: Impugnação de Edital

DECISÃO

A empresa AR TECH CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO LTDA, já qualificada, postula o reexame da decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, que negou o pedido de impugnação do Edital de Pregão identificado em epígrafe.

Por entender que a decisão denegatória não proporciona prejuízo à

empresa impugnante, nem a impede de participar do procedimento licitatório, mantenho a decisão proferida em todos os seus termos.

Curitiba/SC, 15 de junho de 2015.

Arcílio Alves

Presidente

DECISÃO IMPUGNAÇÃO PRESIDENTE DO EDITAL 3/2015

Gabinete da Presidência

Pregão Presencial Nº 03/2015

Fase: Impugnação de Edital

DECISÃO

A empresa SUPERAR EIRELI – EPP, já qualificada, postula o reexame da decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, que negou o pedido de impugnação do Edital de Pregão identificado em epígrafe.

Por entender que a decisão denegatória não proporciona prejuízo à empresa impugnante, nem a impede de participar do procedimento licitatório, mantenho a decisão proferida em todos os seus termos.

Curitiba/SC, 12 de junho de 2015.

Arcílio Alves

Presidente

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

LEI 4432/2015 INSTITUI O REFIS 2015

LEI Nº. 4432/2015.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, FIXA O VALOR MÍNIMO PARA A EXECUÇÃO FISCAL VIA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização dos créditos de receitas orçamentárias em favor deste Ente Federado, de pessoas físicas e/ou jurídicas, cujo vencimento seja até 31 de Dezembro de 2014, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, ou ainda em fase de cobrança administrativa ou judicial, bem como, os que venham a ser efetivados por ato constitutivo de lançamento em confissão espontânea e/ou por levantamento efetuado pelo Fisco Municipal.

Art. 2º O interessado a ingressar Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, deverá formalizar seu requerimento até 31 de Dezembro de 2015, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, sob as condições e normas preconizadas na presente matéria.

Art. 3º O requerente poderá optar pelo pagamento do total de seus débitos consolidados em cota única, nas seguintes condições:

I - com recolhimento a vista em cota única, com remissão de até 100% (Cem por cento) dos juros e multas definidos pela legislação;

Art. 4º O sujeito passivo poderá igualmente ingressar no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, através do parcelamento de seus débitos, formalizando seu pedido até 31 de dezembro de 2015, junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

I - Com recolhimento até 6 (seis) parcelas, com remissão de 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas definidos pela legislação;

II - com recolhimento até 12 (doze) parcelas, com remissão de 25% (vinte e cinco por cento) dos juros e multas definidos pela legislação;

III - com recolhimento até 24 (vinte e quatro) parcelas, com remissão de 10% (dez por cento) dos juros e multas definidos pela legislação;

IV. A parcela da opção constante do caput deste artigo, não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 5º O sujeito passivo que já tenha parcelamento em andamento junto a Fazenda Pública Municipal, não poderá requerer novo re-parcelamento de seus débitos com base nesta Lei.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suspender todas as execuções e procedimentos que estiverem em tramitação junto as repartições administrativa e judicial, até atingir os prazos previstos nesta Lei, mediante requerimento da parte interessada.

§ 1º No caso de solicitação de parcelamento de executivos fiscais ajuizados, as custas processuais serão à conta do inadimplente, sendo compulsório o recolhimento antecipado em favor do Erário

Público Municipal, como ato indispensável ao deferimento em primeira fase do pleito.

Art. 7º Os optantes pelo pagamento a vista, ficam dispensados na forma desta Lei, dos honorários advocatícios constantes da sucumbência.

Art. 8º O sujeito passivo que ingressar no presente Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, ficará sujeito a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos incluídos no pedido por opção do contribuinte; e,

II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como, desistência dos já interpostos, relativamente a esses débitos.

Art. 9º O sujeito passivo optante pelos benefícios desta Lei será excluído das seguintes hipóteses:

I – inobservância de quaisquer exigências prevista nesta Lei;

II – inadimplência por três meses ou parcelas consecutivas, ou seis meses ou parcelas inalteradas, de quaisquer concessões abrangidas por esta Lei; e,

III – declaração de insolvência ou decretação de falência ou ainda, extinção por liquidação da pessoa jurídica.

Parágrafo Único. Ocorrendo à exclusão, implicará na imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago podendo a Fazenda Pública Municipal, promover o ajuizamento e/ou prosseguimento dos executivos ajuizados, constantes dos débitos remanescentes do parcelamento advindos desta Lei, restabelecendo os acréscimos legais sobre os saldos devedores, na forma da legislação aplicável desde a época da ocorrência do lançamento original das respectivas receitas.

Art. 10. A pessoa física ou jurídica que suceder ao beneficiado por esta Lei, deverá solicitar a convalidação da opção feita pela sucedida, junto a Fazenda Municipal, aderindo por completo ao REFIS.

CAPÍTULO II

DO VALOR MÍNIMO PARA EXECUÇÃO FISCAL

Art. 11. Fica fixado o valor de 01 (um) salário mínimo vigente, como limite mínimo para a execução fiscal via judicial, na cobrança da Dívida Ativa de pessoas físicas e/ou jurídicas, inadimplentes para com a Fazenda Pública Municipal, compreendendo o valor consolidado constante do principal atualizado, acrescidos dos juros e multas previstos em Lei.

Parágrafo Único. Na atualização dos valores serão observados os prescritos nesta Lei.

Art. 12. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador do Município, os autos das execuções de débitos inscritos em Dívida Ativa, no valor consolidado, inferior ao valor previsto no anterior desta Lei.

Parágrafo Único. Os autos de execução fiscal arquivados a que se refere o presente artigo, serão automaticamente reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites fixados no caput do artigo 11, deste ato.

Art. 13. No caso de reunião de processos contra o mesmo sujeito passivo, aplicar-se-à os prescritos constantes do art. 28, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

**CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 14. Na atualização dos valores de que trata a presente Lei, levar-se-á em consideração os índices e fórmulas estabelecidos pelo Código Tributário Municipal.

Art. 15. Os prazos fixando nesta Lei, serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento. Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal neste Ente Federado.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 11/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA
Secretário Municipal

LEI 4433/2015 ALTERA O ARTIGO 44, DA LEI Nº. 4.410/2015

LEI Nº. 4433/2015.

ALTERA O ARTIGO 44, DA LEI Nº. 4.410/2015, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 44, da Lei Municipal nº. 4.410, de 25 de março de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. Os Conselheiros Tutelares, no exercício de suas funções receberão subsídio mensal de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), vedada à remuneração dos sobreavisos feitos além da carga horária.”

Art. 2º Com a edição desta Lei ficam ajustadas automaticamente as Leis Orçamentárias em execução, compreendidas as constantes do PPA, LDO e LOA.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 11/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA
Secretário Municipal

LEI 4434/2015 AUTORIZA CONVÊNIO COM O CORPO DE BOMBEIROS

LEI Nº. 4434/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL À FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ASTRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar e o município de Dionísio Cerqueira, objetivando o repasse de recursos financeiros na ordem de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, ao Corpo de Bombeiros Militar com sede em Dionísio Cerqueira/SC, para o atendimento de despesas de manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades realizadas neste Ente Federado.

Art. 2º A transferência dos Recursos Financeiros de que trata esta Lei será efetivada mediante depósito bancário junto ao banco nº 001 - Banco do Brasil, com sede neste Ente Federado, na agência nº 1055-3 e conta nº. 69.851-2, cujas despesas serão realizadas em conformidade com o disposto no orçamento em execução.

Art. 3º Com a edição do presente ato ficam ajustadas as matérias concernentes ao PPA, LDO e LOA em execução.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 11/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA
Secretário Municipal

LEI 4435/2015 INSTITUI O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

LEI Nº. 4435/2015.

INSTITUI O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio-Alimentação de caráter indenizatório, no valor de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais) a ser pago mensalmente a partir de maio corrente, aos Servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, mais propriamente aos de provimento efetivo, emprego público, contratados temporariamente – ACT, que percebem um vencimento máximo de até R\$ 3.230,00 (três mil duzentos e trinta reais).

Parágrafo Único. O Auxílio-Alimentação não será devido aos Agentes Políticos deste Ente Federado, Cargos em Comissão e Funções de Confiança, Assessores, Professores e demais Servidores da Administração Direta e Indireta que percebem mais do que o vencimento máximo estipulado no caput deste artigo.

Art. 2º O Auxílio-Alimentação de que trata esta Lei também será devido aos Conselheiros Tutelares deste Ente Federado.

Art. 3º O Auxílio-Alimentação instituído por esta Lei não se incorpora ao vencimento do Servidor e também não gera direito adquirido em qualquer forma e/ou circunstância.

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão por conta de dotações consignadas nos orçamentos deste Ente Federado, contabilizadas na categoria econômica 3 – despesas correntes, no grupo de natureza 3 – outras despesas correntes, modalidade de aplicação 90 – aplicações diretas e no elemento de despesa n. 46 – auxílio-alimentação, de acordo com a legislação vigente.

Art.5º Ficam ajustadas automaticamente as matérias orçamentárias constantes do PPA, LDO e LOA em execução, objetivando o atendimento das despesas ora instituídas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 11/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

LEI Nº 4436/2015 PROMOVE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº. 4436/2015.

PROMOVE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DESTES ENTE FEDERADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em conformidade com o disposto no Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e demais disposições legais vigentes, fica concedida a Revisão Geral Anual nos vencimentos dos Servidores do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, bem como dos agentes políticos vereadores, em 8,34 % (oito vírgula trinta e quatro por cento), a partir do mês de maio de 2015, correspondendo ao INPC do período de maio de 2014 a abril de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JUNHO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 11/06/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

LICITAÇÕES 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira,, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e considerando a Lei 11.947 e o disposto no Art. 21, da Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de Julho de 2009, convoca Agricultores e Empreendedores Rurais ou suas organizações a comparecer na Prefeitura Municipal – Secretaria da Educação - durante o período de 16 a 19/06/2015, Com finalidade de apresentar proposta e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios que serão utilizados na merenda escolar.

ÍTEM	UN	QUANT.
Bolacha caseira	kg	250
Macarrão caseiro	Kg	090

Dionísio Cerqueira, 15 de Junho de 2015.

Altair Cardoso Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 078/2015. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza para a Secretaria de Educação de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 26/06/2015 no Depto.. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto.. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 15/06/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

RESULTADO LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 066/2015. Modalidade: LEILÃO nº 066/2015, Objeto Venda de bens inservíveis da Administração Municipal.. Vencedores: LOTE 001 - Elio Roberto Hartmann –Valor R\$ 26.000,00.LOTE 002 -Gilmar Duarte – Valor R\$ 11.500,00 LOTE 005 - Guilherme Fiad Lemos-- Valor R\$ 52.500,00 LOTE 006 - Edison Tarcisio Holz –Valor R\$ 26.500,00 LOTE 007 - Elisane Barbieri- Valor R\$ 700,00 LOTE 009 - Simone Maria Goetz- Valor R\$ 200,00 LOTE 010 - Moacir De Sousa Lima- Valor R\$ 2.000,00 LOTE 011 - Antônio Aparecido Dantas Valor R\$ 400,00 LOTE 012 - Moacir de Sousa Lima Valor R\$ 300,00 LOTE 013 - Moacir De Sousa Valor R\$ 400,00 LOTE 015 - Moacir De Sousa Lima Valor R\$ 400,00 LOTE 016 - Gilberto Zacheo Epp. - Valor R\$ 800,00 LOTE 018 - Antônio Natario Fernandes- Valor R\$ 1.600,00 LOTE 019 - Elisane Barbieri - Valor R\$ 1.100,00 LOTE 020 - Jail Coelho De - Valor R\$ 1.700,00 LOTE 021 - Ademir Jose Gasperin- - Valor R\$ 600,00 LOTE 022 -Gustavo Bocianoski Rebelo Valor R\$ 700,00.LOTE 023 - Rafael Dedonatti- - Valor R\$ 600,00 LOTE 024 - Rafael Dedonatti -Valor R\$ 600,00 LOTE 025 - Rafael Dedonatti - Valor R\$ 600,00 LOTE 026 - Rafael Dedonatti - Valor R\$ 600,00 LOTE 027 - Rafael Dedonatti- Valor R\$ 600,00.LOTE 028 - Rafael Dedonatti -Valor R\$ 600,00 LOTE 029 - Joao Vair Palu Junior - Valor R\$ 800,00 LOTE 030 - Gustavo Bocianoski - Valor R\$ R\$ 700,00 LOTE 031 - Sandro Luiz Bassaneze – Valor R\$ 700,00 LOTE 032 - Gustavo Bocianoski Rebelo - R\$ 700,00 LOTE 033 - Ailton Jose Alberton - R\$ 1.250,00

Dionísio Cerqueira 15/05/2015

Altair Rittes

Prefeito Municipal.

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 027/2015

Edital de Pregão Presencial nº 013/2015

Objeto: Aquisição de material de construção para pequenos reparos.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 30/06/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 028/2015

Edital de Pregão nº 014/2015

Objeto: Aquisição de tubos em concreto para drenagem pluvial .

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 30/06/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO 03 FMAS

Resolução Normativa 03/2015

A Comissão Especial Eleitoral Permanente, delegada pelo CMDCA a conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, dispõe sobre a regularização e definição dos números correspondentes a identificação dos candidatos aptos a serem votados no pleito de 04 de outubro do ano de 2015.

Art.1º Os números de identificação atribuídos aos candidatos aptos a serem votados, será por meio de sorteio, com a descrição do nome de acordo com documento oficial de identificação com o Registro Geral.

Parágrafo Único: O sorteio será realizado em reunião da Comissão Especial Eleitoral com representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser divulgada por meio de convite eletrônico aos candidatos, os quais poderão participar e acompanhar o sorteio.

Art.2º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Erval Velho, 15 de junho de 2015.

Adriana Canci

Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE 1 EDITAL CREDENCIAMENTO CINTILOGRAFIAS

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

CREDENCIAMENTO SAÚDE 0007/2015

Credenciamento de pessoas jurídicas realização de exames de cintilografias.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de junho de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE 1 EDITAL REGISTRO DE PREÇOS - FRALDAS

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

Processo licitatório nº: 0032/2015

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0010/2015

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de fraldas descartáveis destinadas ao fundo municipal de saúde.

Data do Recebimento: 26/06/2015 às 14h00min

Data da abertura: 26/06/2015 às 14h15min

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a

Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de junho de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PUBLICA

EXTRATO DE 1 EDITAL_REG PREÇOS MERENDA ESCOLAR E EVENTOS EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVO PARA ME E EPP

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0023/2015

Processo licitatório nº: 0047/2015

Objeto: Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para complemento da alimentação escolar da rede municipal de ensino e eventos da secretaria municipal de educação.

Data do Recebimento: 29/06/2015 as 09h00 min.

Data da abertura: 29/06/2015 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a

Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/PMF/2015 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 31/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 10/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de aparelhos de ar condicionado, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/03/2016
2ª Publicação.

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015

SEXTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE AGÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO: PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E DE MAIS SERVIÇOS DESCRITOS NO § 1º DO ART. 2º DA Lei 12.232/10.

Às dezessete horas do dia quinze do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se o Procurador Geral do Município de Forquilha, Dr. Ander Luiz Warmling, juntamente com a Comissão Permanente de Licitações do Município, para os procedimentos inerentes ao EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 40/PMF/2015. Decorridos os prazos recursais previstos em lei, o Presidente da Comissão Sr. Valdecir Tiscoski, informou aos presentes que nada resta senão o cumprimento com o item 7.9 do edital de chamamento onde diz: "serão convocadas as licitantes classificadas no julgamento final das Propostas Técnica e de Preços, para apresentarem os envelopes lacrados contendo a Documentação relativa à HABILITAÇÃO". Assim, decide esta comissão, por unanimidade, convocar as empresas CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA, DMPA COMUNICAÇÕES, ALVO GLOBAL PUBLICIDADE E PROPAGANDA e ÚNICA COMUNICAÇÃO E ASSOCIADOS LTDA para apresentação dos documentos de habilitação, conforme item 04 do edital, num prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir da notificação das mesmas. Ficam também convocados para a abertura dos respectivos envelopes de nº. 05 – Da Habilitação das licitantes acima citadas para as 14:00 horas do dia 22 de junho de 2015, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios

(www.diariomunicipal.sc.gov.br), a partir desta, ficam todos os interessados notificados para fins de direito. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 15 de junho de 2015.

VALDECIR TISCOSKI Presidente da Comissão de Licitação	KEND BERNARDO TROMBIM Membro da Comissão
RENATA PEREIRA FRITZEN Membro da Comissão	ANDER LUIZ WARMLING Procurador Geral do Município

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 87/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 87/PMF/2015

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 87/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO A BASE DE LAJOTAS SEXTAVADAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO DE CIMENTO PORTLAND EM LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA/SC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às dezessete horas e quinze minutos do dia quinze do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 87/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01 estando autorizado, assim, o prosseguimento do processo, abertura do envelope nº. 02 (proposta de preços). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitante BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM, CREMA CONSTRUÇÕES LTDA, LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, conforme habilitação estabelecida na Ata nº. 01, para as 09:00 horas do dia 17 de junho de 2015, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). A empresas habilitada será comunicada por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 15 de junho de 2015.

VALDECIR TISCOSKI KEND BERNARDO TROMBIM RENATA PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/PMF/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
(REGISTRO DE PREÇOS)

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 100/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de televisores, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Forquilha, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de julho de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 15 de junho de 2015.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 99/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 99/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de diversas placas, tubos galvanizados e afins para sinalização horizontal e vertical viária nas ruas e logradouros públicos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de junho de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 15 de junho de 2015.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

ACÓRDÃOS CONSELHO CONTRIBUINTES 2015

Acórdão 01

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo - SC

Processo Administrativo nº 2975/2014

Protocolo nº 3366

Auto de Infração nº 006/2014

Recorrente: AD - ANALISES CLINICAS LTDA ME

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTABIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por AD - ANALISES CLINICAS LTDA ME com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fis. 07/10, que indeferiu a defesa de fl 04, mantendo na Integra o auto de infração nº 006/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 23/04/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 006/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 12/2012 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a pratica existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação da não observância da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrario a divergência permanecera, demanda tempo da parte contraria (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 006/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 05-08, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 006/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls.09-10, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente,

em 04/06/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 006/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650,I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - FRAIBURGO - SC

Processo Administrativo nº 2975/2014

Protocolo nº 3366

Auto de Infração nº 006/2014

Recorrente: AD - ANALISES CLINICAS LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe contábil de Fraiburgo SC

VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento e o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envios dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida

pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 006/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLADI ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTÁBIL DE FRAIBURGO SC

Acórdão 02

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo – SC

Processo Administrativo nº 3001/2014

Protocolo nº 3394

Auto de Infração nº 032/2014

Recorrente: AMARILDO MENDES - ME

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTÁBIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por AMARILDO MENDES - ME com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fis. 07 a 09, que indeferiu a defesa de fl 04, mantendo na Integra o auto de infração nº 032/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 05/05/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 032/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 09/2012 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a pratica existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação do não cumprimento da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrario a divergência permanecera, demanda tempo da

parte contraria (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 032/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 05 a 06, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 032/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls.07a - 09, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 032/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650,I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - FRAIBURGO – SC

Processo Administrativo nº 3001/2014

Protocolo nº 3394

Auto de Infração nº 032/2014

Recorrente: AMARILDO MENDES - ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe contábil de Fraiburgo SC

VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento e o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos

parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº032/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLADI ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTABIL DE FRAIBURGO SC

Acórdão 03

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo - SC

Processo Administrativo nº 3018/2014

Protocolo nº 3410

Auto de Infração nº 048/2014

Recorrente: APOIO CAPACITAÇÃO LTDA ME

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTABIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por APOIO CAPACITAÇÃO LTDA ME com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fls. 07 a 09, que indeferiu a defesa de fl 04, mantendo na Integra o auto de infração nº 048/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 05/05/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 048/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 10 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia

espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a pratica existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação do não cumprimento da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrario a divergência permanecera, demanda tempo da parte contraria (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 048/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 05 a 06, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 048/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls.07a - 09, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 048/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650,I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - FRAIBURGO - SC

Processo Administrativo nº 3018/2014

Protocolo nº 3410

Auto de Infração nº 048/2014

Recorrente: APOIO CAPACITAÇÃO LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe contábil de Fraiburgo SC

VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento e o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação

de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatório.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº048/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLADI ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTABIL DE FRAIBURGO SC

Acórdão 04

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo - SC

Processo Administrativo nº 3027/2014

Protocolo nº 3420

Auto de Infração nº 058/2014

Recorrente: AUTO MECANICA MOOLI LTDA ME

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTABIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por AUTO MECANICA MOOLI LTDA ME com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fis. 08 a 10, que indeferiu a defesa de fl 04, mantendo na Integra o auto de infração nº 058/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 05/05/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 058/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 09/2012 e 06/2013 08/2013 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 29/05/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a pratica existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação do não cumprimento da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrario a divergência permanecera, demanda tempo da parte contraria (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 074/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 06 a 07, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 091/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls.08a - 10, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 058/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650,I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - FRAIBURGO – SC
Processo Administrativo nº 3027/2014

Protocolo nº 3420

Auto de Infração nº 058/2014

Recorrente: AUTO MECANICA MOOLI LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe contábil de Fraiburgo SC

VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justa tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento e o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará

fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal. Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº058/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLADI ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTABIL DE FRAIBURGO SC

Acórdão 05

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo - SC

Processo Administrativo nº 3043/2014

Protocolo nº 3441

Auto de Infração nº 074/2014

Recorrente: CAETANO E MARCON ADVOGADOS ASSOCIADOS

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTABIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por CAETANO E MARCON ADVOGADOS ASSOCIADOS com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fis. 08 a 10, que indeferiu a defesa de fl 04, mantendo na Integra o auto

de infração nº 074/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 05/05/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 074/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 11 e 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 29/05/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a pratica existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação do não cumprimento da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrario a divergência permanecera, demanda tempo da parte contraria (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 074/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 06 a 07, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 074/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls.08a - 10, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 29/05/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 074/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650,I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - FRAIBURGO – SC

Processo Administrativo nº 3043/2014

Protocolo nº 3441

Auto de Infração nº 074/2014

Recorrente: CAETANO E MARCON ADVOGADOS ASSOCIADOS

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe contábil de Fraiburgo SC

VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e

jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justa tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº074/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLADI ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTABIL DE FRAIBURGO SC

Acórdão 06

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo - SC

Processo Administrativo nº 3060/2014

Protocolo nº 3458

Auto de Infração nº 091/2014

Recorrente: CLEI WIL COM. DE CHAVES LTDA ME

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTABIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por CLEI WIL COM. DE CHAVES LTDA ME com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fls. 07 a 09, que indeferiu a defesa de fl 04, mantendo na Inteira o auto de infração nº 091/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 05/05/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 097/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 08/2010 a 07/2011; 09/2011 a 12/2011; 07/2012 10/2013 e 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a pratica existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação do não cumprimento da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrario a divergência permanecera, demanda tempo da parte contraria (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 074/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 05 a 06, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 091/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls.07a - 10, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 091/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650,I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - FRAIBURGO - SC

Processo Administrativo nº 3060/2014

Protocolo nº 3458

Auto de Infração nº 091/2014

Recorrente: CLEI WIL COM. DE CHAVES LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe

contábil de Fraiburgo SC
VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº091/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLADI ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTABIL DE FRAIBURGO SC

Acórdão 07

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo - SC

Processo Administrativo nº 3063/2014

Protocolo nº 3461

Auto de Infração nº 094/2014

Recorrente: CLINICA ODONTOLOGICA ADRIANA/HUGO LTDA FILIAL II

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTABIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por CLINICA ODONTOLOGICA ADRIANA/HUGO LTDA FILIAL II com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fis. 08/10, que indeferiu a defesa de fl 05, mantendo na Integra o auto de infração no 094/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 05/05/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 097/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 07/2010 a 01/2011; 03/2011 a 06/2011 08/2011 /10/2011 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a pratica existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação do não cumprimento da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrario a divergência permanecera, demanda tempo da parte contraria (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 094/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 06 a 07, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 097/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls.0a - 10, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento

do Auto de Infração nº 094/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE - FRAIBURGO - SC

Processo Administrativo nº 3063/2014

Protocolo nº 3461

Auto de Infração nº 094/2014

Recorrente: CLINICA ODONTOLOGICA ADRIANA HUGO LTDA FILIAL II

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe contábil de Fraiburgo SC

VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu

com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 094/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLADI ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTÁBIL DE FRAIBURGO SC

Acórdão 08

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo - SC

Processo Administrativo nº 3066/2014

Protocolo nº 3464

Auto de Infração nº 097/2014

Recorrente: CLINICA ODONTOLOGICA REFERENCIADA CAMPINAS S/S ME

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTABIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por CLINICA ODONTOLOGICA REFERENCIADA CAMPINAS S/S ME com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fis. 08/10, que indeferiu a defesa de fl 04, mantendo na Integra o auto de infração nº 097/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 05/05/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 097/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 12/2012; 10 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a prática existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação do não cumprimento da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrário a divergência permanecera, demanda tempo da parte contrária (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 097/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 07-08, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 097/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls. 07a - 09, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 097/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650, I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - FRAIBURGO – SC
Processo Administrativo nº 3066/2014

Protocolo nº 3464

Auto de Infração nº 097/2014

Recorrente: CLINICA ODONTOLOGICA REFERENCIADA CAMPINAS S/S ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe contábil de Fraiburgo SC

VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/ quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento é o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatório.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da

proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº 097/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLADI ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTÁBIL DE FRAIBURGO SC

Acórdão 09

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo - SC

Processo Administrativo nº 3071/2014

Protocolo nº 3470

Auto de Infração nº 102/2014

Recorrente: COLEGIO POSIFRAI LTDA

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTÁBIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por COLEGIO POSIFRAI LTDA com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fls. 08/10, que indeferiu a defesa de fl 04, mantendo na Integra o auto de infração nº 102/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 05/05/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 128/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 12/2012: 10 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a prática existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação do não cumprimento da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação

exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrário a divergência permanecera, demanda tempo da parte contrária (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 102/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 07-08, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 097/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls.08-09-10, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 102/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650,I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - FRAJBURGO – SC

Processo Administrativo nº 3071/2014

Protocolo nº 3470

Auto de Infração nº 102/2014

Recorrente: COLEGIO POSIFRAI LTDA

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe contábil de Fraiburgo SC

VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento e o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais

da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº102/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLAIR ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTÁBIL DE FRAIBURGO SC

Acórdão 10

Conselho Municipal de Contribuintes - Fraiburgo - SC

Processo Administrativo nº 3097/2014

Protocolo nº 3497

Auto de Infração nº 128/2014

Recorrente: S&B – SERVIÇOS RADIOLOGICOS LTDA ME

Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI REPRESENTANTE CLASSE CONTABIL FRAIBURGO SC

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto por S&B – SERVIÇOS RADIOLOGICOS LTDA - ME com fundamento no Art. 620 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, contra decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa pela Sra. Auditora Fiscal as fls. 09/10, que indeferiu a defesa de fl 04, mantendo na Integra o auto de infração nº 128/2014.

Para melhor compreensão por parte dos demais conselheiros, prudente historiar resumidamente os fatos relevantes que ensejaram o presente procedimento administrativo.

Em 05/05/2014 foi lavrado o Auto de Infração nº 128/2014, o qual descrevia que o contribuinte havia descumprido obrigação fiscal acessória, relativa ao dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços tomados nas competências 10/2013 a 12/2013, através do envio do Livro Fiscal Eletrônico, nos termos da Lei Municipal nº 1.934/2007.

Tal infração resultaria na aplicação da pena de multa, no valor de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais).

Devidamente intimado do presente Auto de Infração em 05/05/2014 o contribuinte protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, sua DEFESA ADMINISTRATIVA à fl. 04 alegando em síntese: a) que não foi emitida uma intimação previa para que fossem efetuados os devidos acertos, conforme as divergências apontadas no Livro Eletrônico na qual poderia ter dado um prazo para regularização antes da intimação da notificação, o que configuraria a denúncia

espontânea; b) que nas esferas Estaduais e Federais, e comum a prática existente de se intimar o contribuinte a prestar as informações dando um determinado prazo, para prévia regularização das divergências apontadas, e caso isso não fosse cumprido, sim caberia uma notificação do não cumprimento da obrigação acessória. c) a dificuldade de obter as informações dos serviços tomados, uma vez que as informações já foram repassadas pelo contribuinte prestador do serviço D - No caso de divergências nos livros com relação aos serviços tomados, os escritórios precisam obter a informação exata, como a data correta, da nota fiscal, o valor devido, caso contrario a divergência permanecera, demanda tempo da parte contraria (contribuinte/contador) em fornecer as informações quando da apuração dos impostos mensalmente. E - a maior parte das notificações apontadas foram pelo não encerramento de períodos, nos livros fiscais eletrônicos, sendo que os profissionais contábeis desconheciam que tal fato iria gerar esta multa. - Ao final, requereu o cancelamento do Auto de Infração nº 102/2014, em razão de tais fundamentos.

Em "contestação" de fls. 07-08, o Sr. Auditor Fiscal (Georges dos Reis Santos), fundamentou sua análise e requereu a manutenção do Auto de Infração nº 128/2014.

Por sua vez, em decisão fundamentada de fls.09-10, a Sra. Auditora Fiscal (Adélia. A. Pierdoná Balestrin - Matrícula 875), indeferiu a defesa administrativa, mantendo intacto o referido auto de infração.

Por derradeiro, inconformado com a decisão prolatada em 1ª Instância Administrativa, o recorrente protocolizou, tempestivamente, em 04/06/2014, Recurso Voluntário à fl. 04, reiterando as alegações trazidas na Defesa Administrativa, requerendo o cancelamento do Auto de Infração nº 128/2014.

O referido recurso será apreciado por este Conselho Municipal de Contribuinte, nos termos do Art. 650,I da Lei Complementar 053/2003.

E o Relatório.

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - FRAJBURGO – SC

Processo Administrativo nº 3097/2014

Protocolo nº 3497

Auto de Infração nº 102/2014

Recorrente: S&B SERVIÇOS RADIOLOGICOS LTDA ME

Relatora: Cladi Ana Frozza Vescovi - Representante da classe contábil de Fraiburgo SC

VOTO

Antes de se adentrar ao mérito do recurso em julgamento, importante se faz registrar algumas considerações acerca da atuação e função do Conselho Municipal de Contribuintes.

No entendimento desta relatora, já manifestado em outros processos de sua relatoria, o Conselho Municipal de Contribuinte, ao analisar os recursos que lhe compete tem o dever de promover a mais ampla discussão fática e jurídica, observando os princípios e preceitos constitucionais, leis federais e estaduais, doutrina e jurisprudência, não se limitando a aplicação do Código Tributário Municipal, conforme dispõe o próprio Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, no intuito maior de fazer efetivamente justiça tributária.

Neste mesmo prisma, as decisões do Conselho devem ser fundamentadas e isentas, a fim de convencer tanto o contribuinte/quanto o Fisco Municipal de que tal entendimento e o correto, evitando/ ações judiciais desnecessárias, o que já vem acontecendo nas esferas Estaduais e Federais.

Se agir de forma diversa, este importante órgão julgador estará fadado ao fracasso, já que não atenderá a sua função legal.

Assim, atentando a tal entendimento, serão analisados todos os fundamentos apresentados pelo recurso em análise.

Primeiramente, cumpre destacar que, no entendimento desta relatora, o Município de Fraiburgo agiu de maneira equivocada, já que ao invés de comunicar previamente os contadores para que verificassem a situação dos envio dos livros fiscais eletrônicos, concedendo prazo para regularização, sob pena de multa, simplesmente, surpreendeu a todos (contadores e contribuintes) com a aplicação

de penalidade que, muito embora prevista em lei, teve unicamente, no meu entendimento, o condão arrecadatário.

Historicamente, os contadores sempre auxiliaram o Fisco na arrecadação de tributos, principalmente no caso da Municipalidade que, no caso em tela, somente implantou o Livro Fiscal Eletrônico com a ajuda direta dos escritórios de contabilidade.

Registra-se aqui a indignação desta relatora quanto a postura da Municipalidade com seus contribuintes e os contadores locais, considerando uma afronta e desrespeito, uma vez que nos profissionais da contabilidade sempre trabalhamos em união e somos parceiros em prol de nosso município.

De outra forma, lembrando que a maior parte dos contribuintes, ao receber tal notificação surpreende-se pelo fato de ter em mãos a devida Negativa Municipal dentro do prazo de validade.

De outro norte, em se tratando de notificação pelo atraso no envio de Livro Fiscal Eletrônico com declarações de serviços tomados, entendo que ferir frontalmente o princípio do não -confisco, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Embora previsto na Legislação Municipal, a informação trazida pelos serviços tomados em nada contribuiu com a arrecadação ou mesmo contra a eventual evasão fiscal, não possuindo condão de fiscalização.

No meu entendimento, a exigência de tal obrigação acessória, possui o único objetivo de, em não sendo observado, gerar receita ao Erário, em razão da aplicação de penalidade, o que por si só fere princípio da proporcionalidade e razoabilidade, sem contar o caráter confiscatório.

Assim, exigir a escrituração dos serviços tomados não contribuiu com a fiscalização, já que o devedor do tributo é quem prestou o serviço e não quem tornou o serviço, razão pela qual tal exigência fere a razoabilidade, proporcionalidade e pode ser considerada confiscatória.

DO VOTO

Diante de todo o exposto, por entender presente o instituto da denúncia espontânea e a afronta aos princípios do não- confisco, razoabilidade e proporcionalidade, conheço do Recurso Voluntário de fl. 09 e dou-lhe provimento, para cancelar o Auto de Infração nº128/2014.

E assim que voto.

Fraiburgo(SC), 31 de março de 2015.

CLADI ANROZZA VESCOVI

CONSELHEIRA —RELATORA REPRESENTANTE DA CLASSE CONTÁBIL DE FRAIBURGO SC

AVISO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002 - DOM MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0014/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0001/2015 – PMF

Objeto: Concorrência pública visando a contratação de 03 (três) empresas para prestação de serviços funerários, condicionada a outorga onerosa, ou seja, melhor técnica e maior oferta de preços. Modalidade: Concorrência Pública; Tipo: Maior Oferta e Melhor Técnica; Protocolo dos Envelopes: Obrigatoriamente até as 14:00 horas do dia 04/03/2015; Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, nº 185. Informações Fone (49) 3256-3000 – ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de junho de 2015.

Ivo Biazzolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0077_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0077/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de uma impressora multifuncional para uso da polícia militar, um microcomputador e um monitor para a uso de controladoria interna do município. Julgamento: Menor preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 02.07.2015. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de junho de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

DECRETO Nº 119/2015

DECRETO Nº 119, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, considerando a Deliberação do Conselho Municipal da Assistência Social CMAS, nos termos da Lei Municipal nº 2140, de 12 de abril de 2012, e de acordo com a reunião ordinária de 26 de maio de 2015, na sala de reuniões da Secretaria de Ação Social,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada à X Conferência Municipal da Assistência Social, para avaliação da Política de Assistência Social, para avaliação da Política de Assistência Social no Município de Fraiburgo.

Art. 2º. O evento terá como tema “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026.”

Art. 3º. A Conferência Municipal da Assistência Social, será realizada no dia 30 de junho de 2015 das 8h30min às 16h30 min em Fraiburgo/SC, no Clube de Convivência da Melhor Idade – Flor da Maçã, sito a Rua René Frey s/nº, Centro.

Art. 4º. O relatório da Conferência Municipal será arquivado junto ao CMAS de Fraiburgo.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 15 DE JUNHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1282/2015

PORTARIA Nº 1282, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de CARLOS EDUARDO

PROENCIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 005.755.879-54, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1283/2015

PORTARIA Nº 1283, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de GILCEU DIAS MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 899.910.109-63, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1284/2015

PORTARIA Nº 1284, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 052/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CARLOS EDUARDO PROENCIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 005.755.879-54, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1285/2015

PORTARIA Nº 1285, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 052/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MIGUEL OTAVIO HUNING, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 345.986.939-91, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1286/2015

PORTARIA Nº 1286, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 052/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GILCEU DIAS MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 899.910.109-63, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1287/2015

PORTARIA Nº 1287, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º. 443.917.149-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1288/2015

PORTARIA Nº 1288, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 052/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANTONIO NUNES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 443.917.149-49, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2015 até 30 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1289/2015

PORTARIA Nº 1289, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora ELIZÂNGELA DE BASTIANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º. 071.096.669-56, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 720/2015 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO 706/2015 QUE NOMEIA OS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 720/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO 706/2015 QUE NOMEIA OS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

CONSIDERANDO as decisões do Conselho Municipal de Saúde de Frei Rogério:

DECRETA:

Art. 1.º - Alterar a partir desta data os efeitos do decreto nº 706/2015, alterando um representante do Conselho Municipal de Saúde:

I – Representantes do Governo:

Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social: Roseni Alves Borges Ribeiro para Eliane Maximiano Mazzuco

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º Registre-se e publique-se.

Frei Rogério, 15 de junho de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N°01 AO CONTRATO N° 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 008/2015; Processo nº. 004/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: ISRAEL GONÇALVES ME. CNPJ: 17.349.871/0001-18. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto o aumento quantitativo de seu objeto no valor de R\$ 18.916,77 (Dezoito mil novecentos e dezesseis reais com setenta e sete centavos), conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura anexado a este termo.; Data da Assinatura: 31/03/2015.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE PMG Nº 038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo PMG nº 038/2015

Objeto: Contratação da empresa Everton Stach - ME, para a apresentação artística da banda "Grupo Marcação", na 22ª Festa do Colono.

CNPJ: 06.879.144/0001-46
Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Garuva, 15 de junho de 2015.
José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 91/2015

DECRETO Nº. 091 de 11 de junho de 2015

“Dispõe sobre a nomeação da servidora Daniele Monney, para a função de confiança de Secretária Administrativa.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a servidora DANIELE NONNEY, para exercer a função de confiança de Secretária Administrativa, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 11 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 93/2015

DECRETO Nº. 093 de 15 de junho de 2015

“Dispõe sobre a nomeação do senhor Joelcio de Andrade, para o cargo comissionado de Diretor de Esportes.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeado o senhor JOELCIO DE ANDRADE, portador de CPF nº 027.227.119-58, para o cargo comissionado de Diretor de Esportes – CC2, subordinado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 15 de junho de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 94/2015

DECRETO Nº 094, de 15 de junho de 2015

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NO DECRETO Nº 83/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
CONSIDERANDO erro no Parecer nº 03/2015 do CMDE

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º do Decreto nº 83/2015 de 21 de maio de 2015, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Fica concedido incentivo econômico fiscal previsto na Lei Complementar nº 80/2014, à empresa CX MS PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 11.134.734/0003-41, de acordo com o Parecer nº. 003/2015, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE.

Parágrafo único - O benefício a que se refere este artigo consiste em redução da base de cálculo do ISS (Imposto sobre serviço) em 63% (sessenta e três por cento) pelo período de 05 (cinco) anos, destinado aos serviços de publicidade da empresa, condicionado a legislação atual."

ART. 2o. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 22/2015

OBJETO: Aquisição de tubos e conexões.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 02/07/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 02/07/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 12 de junho de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO N.º 12/2015 - ALTERA O DECRETO N.º 162, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O ANO DE 2015.

DECRETO N.º 12/2015.

ALTERA O DECRETO N.º 162, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O ANO DE 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito do Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe confere o art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as disposições da Lei Municipal 130, de 18 de dezembro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 162, de 09 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica determinado o Calendário Fiscal para o ano de 2015, como segue:

I – o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) será fracionado em 08 (oito) parcelas mensais sendo os vencimentos respectivamente nos dias 13/03/2015, 13/04/2015, 13/05/2015, 13/06/2015, 13/07/2015, 13/08/2015, 13/09/2015 e 13/10/2015;

II – o contribuinte poderá optar pelo pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em parcela única, pelo qual terá o desconto de 15% (quinze por cento), para o pagamento até o dia 13/03/2015, e desconto de 10% (dez por cento), para o pagamento até o dia 13/04/2015;

III – o pagamento da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento e do Alvará Sanitário será em cota única, sendo o seu vencimento para o dia 10/02/2015;

IV – o pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sob base de cálculo fixa (ISS-Fixo), prestados por pessoas físicas ou sociedades, será fracionado em 03 (três) parcelas mensais, sendo o vencimento respectivamente nos dias 10/02/2015, 10/03/2015 e 10/04/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 23 de fevereiro 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N.º 19/2015. APROVA O DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS, FÍSICAS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015 EM METAS QUADRIMESTRAIS.

DECRETO N.º 19/2015.

APROVA O DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS, FÍSICAS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015 EM METAS QUADRIMESTRAIS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º, §4º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento das metas fiscais, físicas e financeiras para o exercício de 2015 em metas quadrimestrais, na forma estabelecida nos anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º As metas quadrimestrais serão objeto de demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, mediante chamamento público, registro de presença, ata em livro próprio e remessa desses documentos ao Tribunal de Contas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de Fevereiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº013/2015 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015.

DECRETO Nº013/2015

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), por conta da Suplementação na dotação abaixo indicada:

Suplementar

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria Da Assistência Social	
08.244.0006.2.042	Fundo Municipal de Assistência Social	
4.4.00.00	Outros Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.05.000022	Recursos do FNAS	10.000,00
TOTAL		10.000,00

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria Da Assistência Social	
08.244.0006.2.042	Fundo Municipal de Assistência Social	
4.4.00.00	Outros Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.05.000022	Recursos do FNAS	10.000,00
TOTAL		10.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 23 de Fevereiro de 2015.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº015/2015 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015.

DECRETO Nº015/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 39.169,08 (Trinta e nove mil, cento e sessenta e nove reais e oito centavos), por conta da Suplementação na dotação abaixo indicada:

Suplementar

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2.019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	39.169,08
3.1.00.00	Outras Despesas Correntes	39.169,08
3.1.30.00	Aplicações Diretas	39.169,08
0.1.02.000000	Recursos de Impostos ASPS	39.169,08
TOTAL		39.169,08

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2.019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	39.169,08

3.3.00.00	Outras Despesas Corrente	39.169,08
3.3.90.00	Aplicações Diretas	39.169,08
0.1.02.000000	Recursos de Impostos ASPS	39.169,08
TOTAL		39.169,08

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de abril de 2015.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº018 /2015. APROVA O DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA EM METAS MENSAS DE ARRECAÇÃO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO PARA 2015.

DECRETO Nº018 /2015.

APROVA O DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA EM METAS MENSAS DE ARRECAÇÃO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO PARA 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento da receita prevista para 2015, das diversas Unidades Gestoras, em metas mensais de arrecadação, na forma do anexo I deste Decreto.

Art. 2º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para 2015 das diversas Unidades Gestoras, na forma estabelecida no anexo II deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de fevereiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº14/2015 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015.

DECRETO Nº14/2015

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), por conta da Suplementação na dotação abaixo indicada:

Suplementar

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2.026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	
3.3.00.00	Outras Despesas Corrente	10.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.2.28.000148	Recursos do SUS	10.000,00
TOTAL		10.000,00

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2.026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	10.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.2.28.000148	Recursos do SUS	10.000,00

TOTAL		10.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 23 de Fevereiro de 2015.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº20/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015.

DECRETO Nº20/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil reais), por conta da Suplementação na dotação abaixo indicada:

Suplementar

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	Secretaria De Desenvolv. Econômico Turismo Cult. Esp. Lazer	
23.695.0007.2.053	Apoio a Realização de Eventos	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
0201	Gabinete do Prefeito	
04.122.0001.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	20.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
0301	Secretaria de Administração	
04.122.0002.2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	20.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
0701	Secretaria da Educação	
12.392.0003.2.018	Manutenção da Biblioteca Pública	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Total:		95.000,00

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	Secretaria De Desenvolv. Econômico Turismo Cult. Esp. Lazer	
23.695.0007.2.053	Apoio a Realização de Eventos	50.000,00
3.3.00.00	Outros Investimentos	50.000,00
3.3.50.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
0201	Gabinete do Prefeito	
04.122.0001.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
0301	Secretaria de Administração	
04.122.0002.2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração	20.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.392.0003.2.018	Manutenção da Biblioteca Pública	5.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Total:		95.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos 23 de Fevereiro de 2015.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº21/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015.

DECRETO Nº21/2015

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 39.169,08 (Trinta e nove mil, cento e sessenta e nove reais e oito centavos), por conta da Suplementação na dotação abaixo indicada:

Suplementar

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2.024	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Corrente	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.2.28.000145	NASF	50.000,00
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.305.004.2.030	Vigilância Epidem. E Ambiental de Saúde	40.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Corrente	40.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.2.28.000151	Recursos ECD	40.000,00
TOTAL		90.000,00

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2.024	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	50.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	50.000,00
3.1.90.00	Aplicações Correntes	50.000,00
0.2.28.000145	NASF	50.000,00
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.305.004.2.030	Vigilância Epidem. E Ambiental de Saúde	40.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	40.000,00
3.1.90.00	Aplicações Correntes	40.000,00
0.2.28.000151	Recursos ECD	40.000,00
TOTAL		90.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos 15 de abril de 2015.

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 016/ 2015 - TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE

DECRETO Nº 016/ 2015

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º – Fica transferido dentro da mesma categoria de programação do orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo especificadas:

17.512.0004.2.032	Captação, Tratamento e Distribuição Água	
ANULA		
(8) 3.3.90.00.00.00.0604	Aplicações Diretas	80.000,00
SUPLEMENTA		
(9) 4.4.90.00.00.00.0604	Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de fevereiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 017/ 2015 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 017/ 2015

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º – Fica transferido dentro da mesma categoria de programação do orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo especificadas:

ANULA		
01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.031	PROCESSO LEGISLATIVO	
3.3.90.00.00.00.00	Outras despesas correntes	R\$25.000,00
SUPLEMENTA		
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.031	PROCESSO LEGISLATIVO	
4.4.90.00.00.00.00	Investimentos/Aplicação direta	R\$25.000,00

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de fevereiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº62/2014

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 062/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 062/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a prorrogação do contrato nº062/2014 pelo período de 12 meses a contar da data de 31/12/2014 e o reajuste dos valores contratuais conforme resolução 78/2014 IPM.

Governador Celso Ramos, 15 de junho de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2012

Extrato do Quarto Termo Aditivo referente ao contrato nº 064/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 064/2012

Pregão nº 37/2012

Processo nº 37/2012.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Fica suprimido do objeto contratado a 'Home Page Contas Públicas', no valor mensal de R\$ 165,09 (cento e sessenta e cinco reais de nove centavos), e acrescido em seu lugar o módulo 'Transparência Fly', que compreenderá as funcionalidades do módulo suprimido bem como funções para atendimento das exigências da Lei Federal nº 12.527/2011, Lei Complementar Federal nº 131/2009 e Lei Federal nº 9.755/1998, no valor mensal de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais).

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2015

Aviso de Dispensa de Licitação 05/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

Câmara Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.703.018/0001-14

Processo Licitatório nº 005/2015

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL COM INSERÇÕES DE 01 (UM) ANUNCIO RODAPE 26 X 09 CM, UMA VEZ POR MES PELO PERIODO DE 06 (SEIS) MESES PARA A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Valor: R\$ 1.200,00 (Um mil, e duzentos reais).

Governador Celso Ramos, 12 de Junho de 2015.

LEONARDO OSNI QUINTINO

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO 01/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato Contrato nº 001/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: Barros Toschi Empresa Jornalística Ltda – ME (A CIDADE)

OBJETO: Contratação de Empresa para prestar serviços de publicidade Institucional com inserções de 01 (um) anuncio rodapé 26 X 09 CM, uma vez por mês, pelo período de 06 (seis) meses, para a Câmara Municipal de Vereadores de Governador celso Ramos

PRAZO: 16/06/2015 à 14/12/2015

VALOR: R\$: 1.200,00 (Um mil e duzentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal: 3.3.90.39.88.00.00.00

Governador Celso Ramos, 16 de Junho 2015

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente da Camara

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos de limpeza para a Rede Municipal de Ensino.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público.

Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, em razão de a continuidade do fornecimento desses produtos ser condição necessária ao prosseguimento dos serviços públicos de ensino, o que revela relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Quimigrap Comércio e Representações de Produtos de Limpeza Ltda ME

Restos a Pagar: 1206, 1207, 1281, 1361, 0012, 0013, 0374, 0444, 1250, 1251, 1252, 1411, 0992, 0994, 1615, 1616, 1617, 1671, 2141, 2145, 2203, 2227, 2262 e 2559.

Valor: R\$ 4.860,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 15 de junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 50.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 50/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada...: POSTO BALBINOT LTDA
Valor : 10.844,00 (dez mil oitocentos e quarenta e quatro reais)
Vigência : Início: 15/06/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS LUBRIFICANTE PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GUARACIABA/SC.

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 81.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015
PROCESSO Nº 81/2015 HOMOLOGAÇÃO: 15/06/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS LUBRIFICANTE PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GUARACIABA/SC.

CONTRATADO: POSTO BALBINOT LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.844,00 (dez mil oitocentos e quarenta e quatro reais)

RESOLUÇÃO Nº 08/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 08/2015

Dispõe sobre a concessão de cesta básica à munícipes em situação de vulnerabilidade social e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.742 de 07/12/1993, Lei Municipal Nº 1.628 de 17/10/2001, Lei Municipal Nº 1.939 de 27/11/2006 e em reunião ordinária no dia 15 de junho de 2015;

Considerando a Lei Municipal nº 2535/2013 que dispõe sobre a regulamentação da concessão de benefícios eventuais, especificamente na seção três que dispõe da Situação de Vulnerabilidade Temporária;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder cestas básicas à população em situação de vulnerabilidade social, em caráter eventual, à munícipes, através de parecer social emitido por equipe responsável que acompanha a família.

Art. 2º - A cesta básica será composta de: 05 kg de farinha de trigo

comum, 02 kg de açúcar branco, 05 kg de arroz branco, 02 kg de feijão preto; 02 kg de macarrão com ovos, 02 kg de coxa e sobrecoxa de frango, 01 kg de farinha de milho, 01 kg de sal refinado iodado, 02 lata de óleo de soja, 800 gramas de leite em pó integral, 02 pacotes de biscoito doce tipo Sortido, 01 dúzia de ovos, 01 café solúvel 200g.

Art.3º - A Secretaria Municipal de Assistência Social, na pessoa do Gestor, fornecerá autorização conforme modelo aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social para retirada da cesta básica no fornecedor vencedor da licitação.

Art. 4º - A família poderá ser beneficiada com uma cesta básica por mês por até quatro meses, sendo que caberá a equipe técnica avaliar o período necessário que a mesma será atendida.

Guaraciaba/SC, 15 de junho de 2015.

Sueli Ludwig
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

Dispõe sobre a inscrição da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraciaba/SC (APAE), junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Guaraciaba/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.742 de 07/12/1993, Lei Municipal Nº 1.628 de 17/10/2001, Lei Municipal Nº 1.939 de 27/11/2006 e em reunião ordinária no dia 15 de junho de 2015,

RESOLVE:

Aprovar a inscrição da Entidade Escola Especial Sonho Meu de Guaraciaba/SC (APAE), junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Guaraciaba/SC, estando de acordo com a resolução nº 04/2011 do CMAS, como também da resolução nº 16/2010 do CNAS, que dispõe sobre a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Guaraciaba/SC, 15 de junho de 2015.

Sueli Ludwig
Presidente do CMAS

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 492/2015

DECRETO Nº. 492/2015

Designa Gestor e Fiscal do Contrato nº. 08/2015-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 46/2015-PMG, que tem por objeto a locação de imóvel (duas salas comerciais) localizado na rua Henrique Noernberg, 10, salas 01 e 02, Guaramirim – SC, para instalação dos setores de identidade e junta militar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor Ailor Rodolfo Gobi, matrícula 291129, Digitador, como gestor e a servidora Doris Marcellino, matrícula 65528, Agente Administrativo II, como fiscal, do contrato nº. 08/2015-PMG, firmado em decorrência da Dispensa de Licitação nº. 46/2015-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e Sra. Miriam Elisabeth Forbici.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá o acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 493/2015

DECRETO Nº. 493/2015

Designa Gestor e Fiscal do Contrato nº. 06/2015-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 34/2015-PMG, que tem por objeto a locação e implantação de sistema integrado de segurança em TI, conforme termo de referência;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Sr. Paulo Sergio Rodrigues, matrícula

387711, Gerente de Tecnologia da Informação, como gestor e o servidor Tarcizio Rodrigues Pinto, matrícula 410209, Analista de Sistemas, como fiscal, do contrato nº. 06/2015-PMG, firmado em decorrência do Pregão nº. 34/2015-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e a empresa Seti Segurança e Tecnologia na Internet Ltda.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá o acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 494/2015

DECRETO Nº. 494/2015

Designa Gestor e Fiscal do Contrato nº. 11/2015-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 59/2015-PMG, que tem por objeto contrato de rateio celebrado entre o Município de Guaramirim e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para o programa de gestão tributária;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor Jonas Verbinen, matrícula 65536, como gestor e o servidor Altair Buzzi, matrícula 371904, Fiscal Tributarista, como fiscal, do contrato nº. 11/2015-PMG, firmado em decorrência da Dispensa de Licitação nº. 59/2015-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá o acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de junho de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 495/2015

DECRETO Nº. 495/2015

Designa Gestor e Fiscal do Contrato nº. 10/2015-PMG.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 58/2015-PMG, que tem por objeto contrato de rateio celebrado entre o Município de Guaramirim e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para as publicações oficiais do Município conforme lei nº 3.684/2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor Jonas Verbinen, matrícula 65536, como gestor e o servidor Altair Buzzi, matrícula 371904, Fiscal Tributista, como fiscal, do contrato nº. 10/2015-PMG, firmado em decorrência da Dispensa de Licitação nº. 58/2015-PMG, celebrado entre o Município de Guaramirim e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá o acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, priorizando o atendimento às necessidades do Município, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de junho de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 424/2015

PORTARIA Nº. 424/2015

NOMEIA membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Paulo Roberto dos Santos Lima – presidente
Paola Vieira Carriço Finatti – membro

Carlos Felipe Fischer – membro
Emily Sasse Jordan – suplente
Elisangela Fenrich – suplente

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de junho de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

REAJUSTE CONTRATO 15/2013

PROCESSO LICITATORIO TOMADA DE PREÇOS N.º 98/2012 - PMG
OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de ponte de concreto sobre o rio putanga, com extensão de 28 metros, no município de Guaramirim e Massaranduba, Projeto Badesc Cidades.

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 15/2013

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 15/2013 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM E A EMPRESA BTN – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta nos autos do processo acima especificado, vêm, consoante disposição no art. 65, §8 da Lei 8.666/93, lavrar o presente termo de apostilamento de reajuste de valor contratual, ao instrumento celebrado com a empresa BTN – Construtora de Obras Ltda, nos termos que se seguem:

1 - O valor do realinhamento do contrato, previsto na cláusula quarta para o período compreendido de 05 de dezembro de 2012 a 04 de setembro de 2013 é de R\$ 36.439,77 (trinta e seis mil e quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e sete centavos), resultante da aplicação do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre) de 4,98% (quatro vírgula noventa e oito por cento), e no período compreendido de 05 de setembro de 2013 e 04 de setembro de 2014 é de R\$ 21.458,96 (vinte e um mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), resultante da aplicação do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre) de 5,21 % (cinco vírgula vinte e um por cento) adotado pelos contratantes e especificado na cláusula quarta do contrato 15/2013, o que perfaz um total de R\$ 57.898,73 (cinquenta e sete mil e oitocentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos).

2 - As despesas decorrentes desse reajustamento, no presente exercício, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
08 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
001 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
1017 – Construindo Pontes e pontilhões
44905198- OBRAS CONTRATADAS
10000 – Recursos Ordinários

3 - Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, não alteradas ou contrárias ao presente Termo de Apostilamento.

Guaramirim (SC), 12 de junho de 2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUN DE GUARAMIRIM

BTN CONSTRUTORA DE OBRA LTDA
JOSÉ ALFREDO SINGH
CPF nº 674.487.638-49

TERMO DE INTIMAÇÃO 01 - PATRICIA TORIZANI MORBIS
TERMO DE INTIMAÇÃO

PROCESSO F.A. Nº: 0114-001.891-1

Reclamante: Patricia Torizani Morbis

Reclamadas: Herbalist (B. G. Comércio Eireli).

CNPJ: 17.184.096/0001-98

Tendo em vista a impossibilidade de intimação pessoal ou por via postal, INTIMA-SE a Reclamada por Edital, para, querendo, apresentar documentos comprobatórios de faturamento mensal, relativo aos três últimos meses, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios. Ficando, desde já, ciente de que em caso de não apresentação, os valores de faturamento ficarão sujeitos à estimativa ou arbitramento por este órgão, nos termos do art. 34, da Lei Complementar municipal nº. 12/2009.

Guaramirim, 15 de junho de 2015.

Cristian Vogel Ferreira

Gerente de Assuntos Jurídicos

PROCON de Guaramirim

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PL 41

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 41/2015 - Pregão Presencial Nº. 23/2015.

Objeto: Aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10) para a manutenção da frota de maquinas e veículos da município de Guarujá do Sul, Fundo Municipal e Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Propostas e Habilitação: 29/06/2015 (13:30 Documentação - 13:45 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 15 de junho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE HERVAL D OESTE -SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, com sede administrativa sito a Rua Nereu Ramos, 389, Centro deste Município e Comarca, vem através de seu Prefeito Sr. NELSON GUINDANI e por meio da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico através do seu Secretário Sr. TOMAZ CONRADO no cumprimento de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, torna público e convoca aos interessados para a realização da 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA a fim de tratar do projeto urbanístico de regularização fundiária do bairro Jardim José Rupp - PROGRAMA LAR LEGAL -

1. A Audiência Pública será realizada na data de 29 de junho de 2015 (segunda-feira), à partir das 19:30 horas, no Pavilhão da Igreja do Bairro Jardim José Rupp - Herval d Oeste - SC;
2. Ficam convocados (as) todos (as) os (as) moradores (as) do bairro Jardim José Rupp, que residem em ÁREAS PÚBLICAS, invadidas ou não, que não possuem escrituras ou títulos de propriedade das suas residências, para exposição dos motivos e adesão ao instrumento jurídico de regularização fundiária;
3. A Audiência Pública será realizada com a garantia do direito de manifestação de todos os presentes, individualmente, ou representantes devidamente constituídos;
4. Outras informações poderão ser obtidas junto à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico do Município de Herval d Oeste - SC, sito junto ao Paço Municipal, ou através do telefone (49) 3554-0922.

Herval d Oeste (SC), 15 de junho de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

TOMAZ CONRADO

Secretário de Habitação e Desenvolvimento Econômico

PORTARIA Nº 716/2015

PORTARIA Nº 716/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora CLARA MARIA SABOTKA TIEPO (Matr. 62), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Professor, Nível – 5, Referência "D", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 15 de junho de 2015 a 26 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Junho de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 717/2015

PORTARIA Nº 717/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 677/2015, da Servidora SHEILA APARECIDA MARTINAZZO PAGLIOSA (Matr. 4115), a qual exerce a função de Professor, Nível – 1 – Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir à servidora Clara Maria Sabotka Tiepo, que se encontra em gozo de licença prêmio, a contar de 15 de junho de 2015 a 26 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Junho de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 718/2015

PORTARIA Nº 718/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora INÊS RECH MARIN (Matr. 86), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "D", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 15 de junho de 2015 a 08 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Junho de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 719/2015

PORTARIA Nº 719/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor CELITO BRANDALISE (Matr. 155) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "I", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de outubro de 2013 e 30 de setembro de 2014, para serem gozadas a partir de 15 de junho de 2015 a 14 de julho de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 720/2015

PORTARIA Nº 720/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora MARIA MARGARETE RAMOS (Matr. 3887), a partir de 15 de junho de 2015, a qual exercia a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 721/2015

PORTARIA Nº 721/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor MARCOS HITOSHI YAMADA (Matr. 4145), a partir de 15 de junho de 2015, aprovado e classificado em 1º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Biólogo, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, de conformidade com a LC Nº 293/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D' Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2808/2015

DECRETO Nº 2808/2015

“APROVA REGULAMENTO DO PROGRAMA - NOTA PREMIADA VOCÊ É QUEM GANHA PARA O ANO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a implementação do Programa Nota Premiada Você é Quem Ganha, criado pela Lei nº 219 de 18 de Dezembro de 2002;

Considerando o disposto no Artigo 8º da Lei nº 219 de 18 de Dezembro de 2002;

Considerando o disposto no artigo 88, Inciso VII da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Programa Nota Premiada Você é Quem Ganha, para o Ano de 2015 na forma da minuta anexa a este Decreto, que passará a integrá-lo independente de transcrição.

Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE JUNHO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

REGULAMENTO DO PROGRAMA “NOTA PREMIADA – VOCÊ É QUEM GANHA” ANO 2015.

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 1º. A execução do PROGRAMA NOTA PREMIADA – VOCÊ É QUEM GANHA, instituído pela Lei nº 219, de 18 de Dezembro de 2002, para o Ano de 2015, será desenvolvida segundo normas deste regulamento e demais instruções que se fizerem necessárias.

Art. 2º. A Coordenação Geral do Programa, será exercida pela Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal, competindo-lhe organizar e determinar a execução das tarefas inerentes.

Art. 3º. O PROGRAMA NOTA PREMIADA – VOCÊ É QUEM GANHA, Ano 2015, tem por objetivo conscientizar e mobilizar os contribuintes, através de ações de educação fiscal da importância de efetuar suas compras no comércio local, da necessária emissão da nota fiscal, e com isso promover o aumento da arrecadação municipal, através do estímulo a emissão de notas fiscais, pagamento de tributos e conscientização da população sobre os fins sociais da tributação.

Art. 4º. As ações para atingir os objetivos mencionados no artigo anterior consistirão na apresentação:

I – da 1ª via ou via original ou cupom fiscal de compra de

mercadorias no comércio local e nota fiscal de pagamento de prestação de serviço;

II – da via amarela da nota fiscal de venda de produtor rural, acompanhada da contra nota de compra;

III- do carnê do IPTU correspondente ao exercício que se efetua o sorteio devidamente quitado nos prazos de vencimento;

IV – do carnê de Contribuição de Melhoria correspondente ao exercício que se efetua o sorteio devidamente quitado nos prazos de vencimento;

V – do comprovante de pagamento do IPVA;

VI – Comprovante de pagamentos de serviços prestados pelo Município: ISS, Alvarás, ISTR, ITBI, horas máquinas, correspondente ao exercício que se efetua o sorteio devidamente quitado nos prazos de vencimento.

Art. 5º. Serão desenvolvidas ações, através dos meios de comunicação, publicação de cartazes e folders, objetivando a participação e conscientização da população para que façam a apresentação dos documentos previstos no artigo anterior.

Art. 6º. A participação no programa é voluntária e facultativa às pessoas físicas, jurídicas, entidades, associações, que apresentarem os documentos fiscais mencionados no artigo 4º.

CAPÍTULO II – DA APRESENTAÇÃO E VALIDADE DOS DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 7º. Caberá a Comissão Coordenadora do Programa realizar a verificação dos documentos fiscais para entrega dos cupons de premiação na forma deste regulamento.

Parágrafo único. A documentação fiscal para verificação da validade, e consequente recebimento dos cupons de premiação, poderão ser apresentados e retirados, junto ao posto instalado na Secretaria Municipal de Agricultura.

CAPÍTULO III – DOS CUPONS DE PREMIAÇÃO

Art. 8º. Os cupons de premiação, serão entregues aos participantes do Programa, apresentando os documentos fiscais previstos no art. 4º, ensejando o direito:

I – para notas ou cupons fiscais de compra de mercadorias no comércio local e nota fiscal de pagamento de prestação de serviço, a cada R\$ 100,00 (cem reais), um cupom branco;

II – Para nota fiscal de venda de produtor rural, acompanhada da contra nota de compra, a cada R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), um cupom verde;

III – A cada R\$100,00 (cem reais) de comprovantes apresentados e relativo a pagamentos mencionados no art. 4º, itens III, IV, V e VI, um cupom branco.

§ 1º. Os documentos apresentados para troca por cupons prevista neste artigo, serão carimbados e devolvidos.

§ 2º. Os participantes do Programa poderão acumular os documentos fiscais até perfazer, no mínimo, os valores que darão direito a um cupom de premiação, desconsiderando-se as frações e sobras encontradas.

§ 3º. Os documentos fiscais apresentados para a troca por cupons, para o Ano de 2015, serão aceitos com data a partir do dia 01 de janeiro de 2015, até às 12 horas do dia do Sorteio, previsto no art. 9º.

CAPÍTULO IV – DO SORTEIO E PRÊMIOS

Art. 9º. O sorteio será realizado nas festividades natalinas, em data a ser definida posteriormente, e de ampla divulgação.

Art. 10º. Os prêmios a serem entregues serão os constantes nos cartazes de divulgação do Programa.

Art. 11º. O sorteio dos cupons a serem premiados, será realizado em local de livre acesso ao público em dia e horário a ser amplamente divulgado.

Art. 12º. O sorteio será devidamente fiscalizado pela Comissão Coordenadora do Programa, e, se dará pelo lançamento para alto de cupons, e uma pessoa escolhida aleatoriamente dentre o público presente, apanhará ainda no ar um cupom somente, e tal cupom sorteado será entregue a Comissão do Programa, que verificará sua autenticidade, e, em seguida será divulgado ao público presente o nome do respectivo ganhador do prêmio.

Parágrafo único. A premiação será efetuada, iniciando-se a apuração pelo 15º até o 1º prêmio.

Art. 13º. A divulgação do resultado dos sorteios, também será efetuada através dos meios de comunicação, rádio, jornal, site oficial do Município.

Art. 14º. Os prêmios deverão ser reclamados até 90 (noventa) dias a contar da data do sorteio, perdendo o direito aos mesmos depois desta data.

Art. 15º. Após o sorteio os cupons que não foram premiados serão incinerados.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Programa.

Art. 17º. A Comissão Coordenadora do Programa, poderá recusar notas fiscais e cupons fiscais de empresas estabelecidas no Município, e que não estão em condições de regularidade fiscal.

Art. 18º. Este regulamento entra em vigor na data da aprovação, decretada pelo Prefeito Municipal.

Ibiam, 12 de Junho de 2015.

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº. 003/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de materiais para oficinas de artesanato para uso da Secretária Municipal de Promoção Social.
Tipo: Pregão Presencial, menor preço por lote, registro de preço. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 29 de junho de 2015, às 09h00min. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí - SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 13h00min às 17h00min, no Setor de Compras e Licitações e também pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 15 de Junho de 2015.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

AVISO DE TOMADA DE PREÇO PMI Nº. 002/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pavimentação com lajotas, drenagem pluvial, acessibilidade e sinalização viária na Rua Serafim Barbosa Cabral e na Rua Alberto Luciano, no Bairro Praia do Lessa, no Município de Imaruí/SC, atendendo o convênio nº 785595/2013 e proposta nº 034496/2013.

Tipo: Tomada de preço, menor preço. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 06 de julho de 2015, às 14h00min horas.
Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2º à 6º feira, das 13h00min às 17h00min no setor de compras e licitações ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 15 de junho de 2015.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal de Imaruí

RGF 1 QUADRIMENSTRE (ANEXO 1 A)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	10.993.528,18	251.165,38
Pessoal Inativo e Pensionista	10.796.655,15	251.165,38
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	196.873,03	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	567.695,48	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	436.513,92	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	131.181,56	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.425.832,70	251.165,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.786.272,80	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	10.676.998,08	53,96
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.684.587,31	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.150.357,95	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.616.128,58	48,60
FONTE:		

RGF 1 QUADRIMENSTRE (ANEXO 1 B)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.574.558,66	251.165,38
Pessoal Ativo	11.338.055,29	251.165,38
Pessoal Inativo e Pensionista	236.503,37	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	567.695,48	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	436.513,92	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	131.181,56	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.006.863,18	251.165,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	19.786.272,80	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	11.258.028,56	56,90
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.871.763,68	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.278.175,50	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.684.587,31	54,00
FONTE:		

RGF 1 QUADRIMENSTRE (ANEXO 2)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.594.905,15	2.481.442,98	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.304.815,97	2.191.353,80	0,00	0,00
Interna	2.304.815,97	2.191.353,80	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	290.089,18	290.089,18	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.482.093,49	2.217.643,69	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.135.308,81	3.949.641,25	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	-39.473,43	-53.993,72	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	613.741,89	1.678.003,84	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	112.811,66	263.799,29	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.199.753,43	19.786.272,80	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	13,52%	12,54%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,59%	1,33%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	23.039.704,12	23.743.527,36	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	20.735.733,70	21.369.174,62	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.304.815,97	2.191.353,80	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.304.815,97	2.191.353,80	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.304.815,97	2.191.353,80	0,00	0,00
Previdenciárias	69.720,76	41.537,56	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	2.235.095,21	2.149.816,24	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	296.514,64	316.984,03	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.178.936,57	4.473.081,63	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

IMARUI, 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

RGF 1 QUADRIMENSTRE (ANEXO 3)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.199.753,43	19.786.272,80	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.223.945,75	4.352.980,02	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.801.551,18	3.917.682,01	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

IMARUI, 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 1 QUADRIMENSTRE (ANEXO 4)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.786.272,80	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.165.803,65	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.849.223,28	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.385.039,10	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI, 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 1 QUADRIMENSTRE (ANEXO 5)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Alienação de Bens destinados a Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens destinados a Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens destinados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	12.557,31	15.442,24	0,00	1.950,35	0,00	(4.835,28)	0,00	0,00
Atenção Básica	335.863,49	161,21	123.024,18	9.607,73	166.667,50	36.402,87	124.057,24	0,00
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	67.330,06	4.752,86	0,00	430,40	0,00	62.146,80	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Perfeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 40%	558.254,73	4.214,00	46.354,40	141,92	120.929,45	386.614,96	16.428,26	0,00
FUNDEB 60%	(56.637,23)	0,00	56.083,65	3.500,10	252.122,51	(368.343,49)	1.800,00	0,00
Fundo da Procuradoria Jurídica	4.537,28	0,00	0,00	0,00	(2.951,15)	7.488,43	399,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - BF	50.097,90	0,00	189,11	10.174,45	389,31	39.345,03	392,51	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	8.296,96	0,00	196,00	0,00	196,00	7.904,96	255,20	0,00
Operações de Crédito Internas - Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do FNAS	38.936,03	0,00	0,00	0,00	0,00	38.936,03	0,00	0,00
Outros Recursos do FNDE	925,70	0,00	0,00	0,00	0,00	925,70	0,00	0,00
Outros Recursos do FNS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	1.820,37	0,00	306,37	0,00	2.704,46	(1.190,46)	13.930,12	0,00

Continua 1/5

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/5
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Piso Básico Variável II - API/PAC	54.773,61	0,00	0,00	0,00	209,70	54.563,91	0,00	0,00
Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAC	5.350,40	0,00	0,00	0,00	0,00	5.350,40	0,00	0,00
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	22.040,79	0,00	0,00	0,00	0,00	22.040,79	0,00	0,00
PNAE	95.618,89	0,00	32.504,97	0,00	32.504,97	30.608,95	24.903,55	0,00
PNATE	26.747,74	0,00	8.976,92	0,00	8.976,92	8.793,90	49.559,50	0,00
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	117.059,20	94,00	16.463,62	7.078,41	16.874,98	76.548,19	14.082,75	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	342.200,43	4.457,90	44.651,17	20.740,46	47.474,46	224.876,44	102.323,34	0,00
SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	299.816,34	0,00	0,00	0,00	156,00	299.660,34	0,00	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Atenção Básica	(147.499,41)	0,00	0,00	0,00	0,00	(147.499,41)	68.180,00	0,00
Superavit - Atenção de Mac Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(55.000,44)	0,00	0,00
Superavit - FUNDE 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Índice de Gestão Descentralizada - BF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.636,00	0,00
Superavit - Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Piso Básico Variável II - API/PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/5

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/5

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Superavit - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.593,10	0,00
Superavit - PNAT	0,00	0,00	3.339,00	0,00	3.339,00	(6.678,00)	20.405,00	0,00
Superavit - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	4.506,80	0,00	4.506,80	(9.013,60)	24.373,20	0,00
Superavit - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.068,00	0,00
Superavit - Transferência de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	600,00	0,00	600,00	(1.200,00)	6.818,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios-Fundo Municipal de Saúde- Exerc. A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.636,00	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	12.936,23	0,00	0,00	0,00	66,60	12.869,63	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.000,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	653.375,73	77,07	7.512,43	86.336,38	13.422,83	546.027,02	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	249.618,56	11.958,00	0,00	3.855,03	2.083,49	231.722,04	33.090,00	0,00
Vigilância em Saúde	81.257,02	0,00	4.516,55	4.572,22	4.538,60	67.629,65	2.449,30	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.835.278,13	41.157,28	376.725,39	148.387,45	702.312,65	1.566.695,36	1.214.380,07	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	291,00	0,00	0,00	0,00	(291,00)	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	445,00	0,00	0,00	0,00	(445,00)	0,00	0,00
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo da Procuradoria Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - BF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/5

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/5
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Piso Básico Variável II - API/PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	1.049.939,28	0,00	0,00	0,00	966.179,15	83.760,13	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	67.141,48	0,00	0,00	0,00	26.337,70	40.803,78	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	9.632,62	926.433,47	26.857,99	0,00	(962.924,08)	1.365.956,29	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	(254.728,60)	309.253,43	0,00	540.398,25	(79.254,14)	(1.025.126,14)	0,00	0,00
Serviços de Saúde	252.010,96	14.065,65	0,00	23.742,06	4.567,53	209.635,72	1.153.359,52	0,00
Superavit - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.114.363,12	333.687,70	926.433,47	590.998,30	917.830,24	(1.654.586,59)	2.519.315,81	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.949.641,25	374.844,98	1.303.158,86	739.385,75	1.620.142,89	(87.891,23)	3.733.695,88	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 4/5

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 5/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF 1 QUADRIMENSTRE (ANEXO 7)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	19.786.272,80	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.258.970,56	56,90
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.871.763,68	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.278.175,50	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	263.799,29	1,33
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.743.527,36	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.352.980,02	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.165.803,65	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.385.039,10	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.733.695,88	(87.891,23)

FONTE:

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 10)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 27/02/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IMARUI , 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 11)

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	42.400,00	0,00	42.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	42.400,00	0,00	42.400,00
TOTAL	42.400,00	0,00	42.400,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

IMARUI , 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 12)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.263.630,00	2.263.630,00	68.197,20	3,01		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	2.998,10	0,29		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	21.079,67	9,94		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	281.642,00	281.642,00	23.829,58	8,46		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	14.621,72	6,96		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.120,00	2.120,00	483,75	22,82		
Dívida Ativa dos Impostos	532.650,00	532.650,00	3.266,73	0,61		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.420,00	7.420,00	1.917,65	25,84		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.860.340,00	11.860.340,00	2.244.171,06	18,92		
Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	1.614.855,02	20,31		
Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	687,90	6,49		
Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	69.831,43	10,98		
Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	549.037,20	17,27		
Cota-Parte IPI-Exportação	68.900,00	68.900,00	9.759,51	14,16		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.840,00	14.840,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.840,00	14.840,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.123.970,00	14.123.970,00	2.312.368,26	16,37		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	82.362,00	82.362,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	45.580,00	45.580,00	14.607,53	32,05		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	127.942,00	127.942,00	14.607,53	11,42		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.952.093,43	4.952.093,43	975.163,40	19,69	746.071,48	15,07
Pessoal e Encargos Sociais	2.710.950,00	2.710.950,00	394.926,42	14,57	394.926,42	14,57
Outras Despesas Correntes	2.241.143,43	2.241.143,43	580.236,98	25,89	351.145,06	15,67
DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20	1.985.136,20	1.176.303,29	59,26	0,00	0,00
Investimentos	1.985.136,20	1.985.136,20	1.176.303,29	59,26	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20	1.985.136,20	1.176.303,29	59,26	0,00	0,00
Investimentos	1.985.136,20	1.985.136,20	1.176.303,29	59,26	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.937.229,63	6.937.229,63	2.151.466,69	31,01	746.071,48	10,75
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.443.901,60	4.443.901,60	1.709.248,02	79,45	349.637,21	46,86
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.443.901,60	4.443.901,60	1.709.248,02	79,45	349.637,21	46,86
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.443.901,60	4.443.901,60	1.709.248,02	79,45	349.637,21	46,86
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.493.328,03	2.493.328,03	442.218,67	20,55	396.434,27	53,14
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,14
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						49.579,03

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	0,00			0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00			0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
Atenção Básica	6.901.719,63	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
Vigilância Sanitária	12.720,00		6.901.719,63	Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100
Vigilância Epidemiológica	22.790,00		12.720,00	2.148.316,09	99,85
Outras Subfunções	10.600,00		22.790,00	1.900,60	0,09
			10.600,00	1.250,00	0,06
				0,00	0,00
TOTAL	6.947.829,63		6.947.829,63	2.151.466,69	100,00
				744.170,88	99,75
				1.900,60	0,25
				0,00	0,00
				0,00	0,00
				746.071,48	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times Ilb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

IMARUI , 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoVERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 03EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 13)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

IMARUI , 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 14)

Município de IMARUI - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		25.019.440,92	
Previsão Atualizada		25.019.440,92	
Receitas Realizadas		3.602.481,76	
Déficit Orçamentário		783.430,64	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		25.019.440,92	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		25.019.440,92	
Despesas Empenhadas		5.694.374,95	
Despesas Liquidadas		2.684.960,96	
Despesas pagas		1.700.951,44	
Superavit Orçamentário		917.520,80	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		5.694.374,95	
Despesas Liquidadas		2.684.960,96	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		19.503.771,93	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-1.563.142,61
Resultado Primário		0,00	1.043.515,56
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.178.936,57	0,00	266.217,47
EXECUTIVO	1.178.936,57	0,00	266.217,47
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	613.741,89	0,00	157.808,01
EXECUTIVO	613.741,89	0,00	157.808,01
TOTAL:	1.792.678,46	0,00	424.025,48
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		220.961,11	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		457.332,74	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.530,00
Despesa de Capital Líquida		112.631,73	4.949.014,47

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IMARUI - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos						0,00	42.400,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					396.434,27	15,00	17,14
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)							0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUI, 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 2)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RRR - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	25.019.440,92	25.019.440,92	5.694.374,95	100,00	19.325.065,97	2.684.960,96	100,00	22.334.479,96	
	Ação Legislativa	890.000,00	890.000,00	129.176,22	2,27	760.823,78	97.897,33	3,65	792.102,67	
	Judiciária	248.040,00	248.040,00	30.236,02	0,53	217.803,98	30.236,02	1,13	217.803,98	
	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	248.040,00	248.040,00	30.236,02	0,53	217.803,98	30.236,02	1,13	217.803,98	
	Administração	5.515.361,99	5.515.361,99	1.197.838,59	21,04	4.317.523,40	593.252,10	22,10	4.922.109,89	
	Planejamento e Orçamento	119.356,00	119.356,00	17.370,30	0,31	101.985,70	16.434,19	0,61	102.921,81	
	Administração Geral	419.230,00	419.230,00	74.886,58	1,32	344.343,42	63.957,92	2,38	355.272,08	
	Administração Financeira	4.683.049,99	4.683.049,99	1.074.807,09	18,87	3.608.242,90	504.212,46	18,78	4.178.837,53	
	Controle Interno	31.270,00	31.270,00	4.932,18	0,09	26.337,82	4.932,18	0,18	26.337,82	
	Educação de Jovens e Adultos	212.000,00	212.000,00	25.842,44	0,45	186.157,56	3.715,35	0,14	208.284,65	
	Extensão Rural	50.456,00	50.456,00	0,00	0,00	50.456,00	0,00	0,00	50.456,00	
	Segurança Pública	54.802,00	54.802,00	2.596,71	0,05	52.205,29	897,98	0,03	53.904,02	
	Policimento	54.802,00	54.802,00	2.596,71	0,05	52.205,29	897,98	0,03	53.904,02	
	Assistência Social	622.008,00	622.008,00	64.063,90	1,13	557.944,10	58.717,66	2,19	563.290,34	
	Assistência ao Idoso	12.720,00	12.720,00	1.940,00	0,03	10.780,00	1.940,00	0,07	10.780,00	
	Assistência ao Portador de Deficiência	8.586,00	8.586,00	0,00	0,00	8.586,00	0,00	0,00	8.586,00	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	161.650,00	161.650,00	14.355,65	0,25	147.294,35	13.444,39	0,50	148.205,61	
	Assistência Comunitária	431.420,00	431.420,00	47.768,25	0,84	383.651,75	43.333,27	1,61	388.086,73	
	Habitação Urbana	7.632,00	7.632,00	0,00	0,00	7.632,00	0,00	0,00	7.632,00	
	Saúde	6.937.229,63	6.937.229,63	2.151.466,69	37,78	4.785.762,94	746.071,48	27,79	6.191.158,15	
	Atenção Básica	6.901.719,63	6.901.719,63	2.148.316,09	37,73	4.753.403,54	744.170,88	27,72	6.157.548,75	
	Vigilância Sanitária	12.720,00	12.720,00	1.900,60	0,03	10.819,40	1.900,60	0,07	10.819,40	
	Vigilância Epidemiológica	22.790,00	22.790,00	1.250,00	0,02	21.540,00	0,00	0,00	22.790,00	
	Trabalho	80.878,00	80.878,00	16.680,90	0,29	64.197,10	16.680,90	0,62	64.197,10	
	Promoção da Produção Agropecuária	80.878,00	80.878,00	16.680,90	0,29	64.197,10	16.680,90	0,62	64.197,10	
	Educação	7.022.669,60	7.022.669,60	1.171.221,55	20,57	5.851.448,05	774.201,40	28,83	6.248.468,20	
Alimentação e Nutrição	331.631,60	331.631,60	81.234,72	1,43	250.396,88	5.461,87	0,20	326.169,73		
Ensino Fundamental	5.246.152,00	5.246.152,00	916.653,92	16,10	4.329.498,08	595.406,62	22,18	4.650.745,38		
Ensino Superior	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00		
Educação Infantil	1.423.686,00	1.423.686,00	173.332,91	3,04	1.250.353,09	173.332,91	6,46	1.250.353,09		
Cultura	106.212,00	106.212,00	0,00	0,00	106.212,00	0,00	0,00	106.212,00		
Difusão Cultural	106.212,00	106.212,00	0,00	0,00	106.212,00	0,00	0,00	106.212,00		
Urbanismo	2.050.886,00	2.050.886,00	737.750,11	12,96	1.313.135,89	271.450,21	10,11	1.779.435,79		
Infra-Estrutura Urbana	34.238,00	34.238,00	0,00	0,00	34.238,00	0,00	0,00	34.238,00		

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	25.019.440,92	5.694.374,95	5.694.374,95	100,00	19.325.065,97	2.684.960,96	2.684.960,96	100,00	22.334.479,96
Urbanismo	2.050.886,00	2.050.886,00	737.750,11	737.750,11	12,96	1.313.135,89	271.450,21	271.450,21	10,11	1.779.435,79
Serviços Urbanos	1.635.578,00	1.635.578,00	479.314,92	479.314,92	8,42	1.156.263,08	203.874,32	203.874,32	7,59	1.431.703,68
Energia Elétrica	381.070,00	381.070,00	258.435,19	258.435,19	4,54	122.634,81	67.575,89	67.575,89	2,52	313.494,11
Saneamento	334.970,00	334.970,00	57.230,52	57.230,52	1,01	277.739,48	18.000,00	18.000,00	0,67	316.970,00
Saneamento Básico Urbano	334.970,00	334.970,00	57.230,52	57.230,52	1,01	277.739,48	18.000,00	18.000,00	0,67	316.970,00
Gestão Ambiental	100.266,00	100.266,00	3.230,52	3.230,52	0,06	97.035,48	0,00	0,00	0,00	100.266,00
Preservação e Conservação Ambiental	100.266,00	100.266,00	3.230,52	3.230,52	0,06	97.035,48	0,00	0,00	0,00	100.266,00
Agricultura	413.930,00	413.930,00	85.485,23	85.485,23	1,50	328.444,77	34.164,06	34.164,06	1,27	379.765,94
Extensão Rural	413.930,00	413.930,00	85.485,23	85.485,23	1,50	328.444,77	34.164,06	34.164,06	1,27	379.765,94
Comércio e Serviços	80.560,00	80.560,00	5.398,53	5.398,53	0,09	75.161,47	5.398,53	5.398,53	0,20	75.161,47
Turismo	80.560,00	80.560,00	5.398,53	5.398,53	0,09	75.161,47	5.398,53	5.398,53	0,20	75.161,47
Transporte	144.372,00	144.372,00	0,00	0,00	0,00	144.372,00	0,00	0,00	0,00	144.372,00
Infra-Estrutura Urbana	109.286,00	109.286,00	0,00	0,00	0,00	109.286,00	0,00	0,00	0,00	109.286,00
Promoção da Produção Agropecuária	29.044,00	29.044,00	0,00	0,00	0,00	29.044,00	0,00	0,00	0,00	29.044,00
Transporte Rodoviário	6.042,00	6.042,00	0,00	0,00	0,00	6.042,00	0,00	0,00	0,00	6.042,00
Desporto e Lazer	364.255,70	364.255,70	41.999,46	41.999,46	0,74	322.256,24	37.993,29	37.993,29	1,42	326.262,41
Desporto Comunitário	364.255,70	364.255,70	41.999,46	41.999,46	0,74	322.256,24	37.993,29	37.993,29	1,42	326.262,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	25.019.440,92	25.019.440,92	5.694.374,95	5.694.374,95	100,00	19.325.065,97	2.684.960,96	2.684.960,96	100,00	22.334.479,96

FONTE:

IMARUI , 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRICIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 3)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mar/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sem/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (UL 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.660.761,37	1.740.886,25	1.791.209,96	1.501.383,27	1.533.504,67	1.947.260,53	1.774.233,43	1.701.732,01	1.768.233,80	2.287.760,59	2.203.235,30	1.846.875,63	21.757.086,81
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.183,52	62.519,42	47.284,41	24.279,63	37.185,16	74.550,31	234.827,71	78.938,20	55.419,43	123.266,74	47.754,28	22.827,36	848.046,17
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.552,14	121.459,54	16.086,34	4.192,94	8.733,16	2.950,87	47,23	165.022,22
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	12.531,18	22.407,82	16.621,49	7.453,81	13.111,11	11.794,63	18.979,93	15.922,25	10.157,56	79.175,45	13.904,49	9.925,09	231.984,81
LTB.I.	19.008,90	7.814,14	7.244,83	4.449,54	9.492,00	13.967,12	12.449,46	3.598,68	3.600,37	5.814,11	12.496,92	8.582,75	108.518,82
Outras Receitas Tributárias	7.643,44	32.297,46	23.398,09	12.376,28	14.582,05	37.236,42	81.938,78	43.330,93	37.468,56	29.574,02	18.402,00	4.272,29	342.520,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	33.761,12	35.262,81	32.551,11	32.056,68	31.052,17	31.175,77	39.800,14	37.091,38	36.413,21	72.367,36	94.149,79	52.511,28	519.192,82
RECEITA PATRIMONIAL	12.048,01	14.613,60	13.471,62	12.095,71	15.417,01	15.513,74	16.238,70	16.983,71	15.488,56	18.853,62	18.884,23	17.231,54	186.739,05
RECEITA AGROPECUÁRIA	379,42	70,00	927,50	420,00	2.240,00	1.260,00	2.975,00	2.506,00	4.100,00	1.425,00	665,00	140,00	17.107,92
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.477.232,42	1.593.108,41	1.705.937,95	1.411.490,74	1.432.872,66	1.796.697,29	1.474.980,52	1.528.414,18	1.634.498,82	2.051.145,93	2.031.813,79	1.727.426,79	19.855.619,50
Cota-Parte do FPM.	502.391,05	573.394,80	764.119,07	573.039,99	492.169,85	597.901,41	524.110,57	495.338,47	655.643,81	1.054.541,43	799.114,21	815.740,81	7.847.504,47
Cota-Parte do I.C.M.S.	243.842,57	237.954,94	241.879,41	245.983,56	228.039,61	239.238,61	258.522,24	264.474,80	291.787,06	281.055,51	290.288,14	258.749,08	3.079.225,51
Cota-Parte do IPVA.	48.217,21	55.395,82	59.761,14	61.780,68	64.165,24	51.200,69	57.334,06	49.079,03	36.557,70	26.725,52	29.933,99	39.897,44	580.148,52
Outras Transferências Correntes	160,20	1.793,57	1.859,21	184,80	178,38	149,89	5.452,76	20.343,48	1.960,68	975,40	294,85	393,05	33.745,27
Transferências da LC 61/1989	329.000,37	366.930,58	247.375,33	161.084,91	305.202,08	541.332,83	257.593,90	308.406,15	240.202,69	281.093,65	404.256,82	142.847,55	3.585.336,56
Transferências da LC 87/1996	3.375,08	3.677,35	3.999,71	3.909,51	3.913,55	4.034,01	3.796,21	4.065,42	4.668,32	4.606,26	6.119,08	3.840,43	49.709,93
Transferências da LC 87/1996	0,00	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	2.134,64	0,00	0,00	10.675,20
Transferências do FUNDEB	350.245,94	352.894,03	385.857,76	365.149,97	338.117,63	361.652,83	369.103,46	385.639,51	402.611,24	400.013,52	501.806,70	486.158,45	4.679.281,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	98.156,88	35.312,01	-8.942,63	21.040,51	14.737,67	28.045,42	14.411,36	37.918,54	22.313,78	20.691,94	9.988,21	26.738,66	320.392,35
DEDUÇÕES (II)	159.597,05	174.656,55	214.540,83	177.054,76	157.910,37	175.730,20	169.656,41	166.873,50	198.336,77	207.134,59	225.149,84	223.883,99	2.353.324,88
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	159.597,05	174.656,55	214.540,83	177.054,76	157.910,37	175.730,20	169.656,41	166.873,50	198.336,77	207.134,59	225.149,84	223.883,99	2.353.324,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.501.164,32	1.566.229,70	1.576.669,13	1.324.328,49	1.375.594,30	1.765.530,33	1.604.577,02	1.534.858,51	1.569.897,03	2.080.646,00	1.978.085,46	1.623.191,64	19.803.771,93

FONTE:

IMARUI - 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRICIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRQ/SC 037.448/O-6

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 4)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015	2014		
Caixa			0,00	0,00		

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015		2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)			

Continua 3/4

Município de IMARUI - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI , 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA	PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIC	VERONICE HIEHUES	EMANOEL MATOS
Prefeito Municipal	Chefe de Auditoria e Controle Interi	Técnica Contábil CRC/SC 037448/	Secretário de Administração e Fina

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 5)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.594.905,15	2.594.905,15	2.519.902,79
DEDUÇÕES (II)	2.482.093,49	2.482.093,49	2.986.344,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.135.308,81	3.135.308,81	4.587.032,83
Demais Haveres Financeiros	-39.473,43	-39.473,43	-47.489,50
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	613.741,89	613.741,89	1.553.199,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	112.811,66	112.811,66	-466.441,43
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	282.374,86	282.374,86	282.374,86
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-169.563,20	-169.563,20	-748.816,29

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2015 (C - A)
VALOR	-579.253,09	-579.253,09

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI , 30/03/2015

 MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

 PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

 VERONICE HIEHUES
 Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

 EMANOEL MATOS
 Secretário de Administração e Finanças

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 6)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS PRIMÁRIAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	22.761.613,20	3.565.161,33	3.273.723,94
Receita Tributária	2.193.246,00	70.581,64	66.422,14
I.P.T.U.	1.017.600,00	2.998,10	1.639,51
I.S.S.	281.642,00	23.829,58	34.293,57
I.T.B.I.	212.000,00	21.079,67	14.210,84
I.R.R.F.	210.198,00	14.621,72	15.170,22
Outras Receitas Tributárias	471.806,00	8.052,57	1.108,00
Receita de Contribuição	477.000,00	146.661,07	65.766,57
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	477.000,00	146.661,07	65.766,57
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	39.750,00	36.115,77	23.534,66
(-) Aplicações Financeiras	39.750,00	36.115,77	23.534,66
Transferências Correntes	19.341.735,20	3.310.406,75	3.095.515,87
F.P.M.	6.381.200,00	1.291.884,07	1.312.025,94
I.C.M.S.	2.569.440,00	439.229,89	394.407,87
Convênios	56.922,00	7.229,71	104.624,80
Outras Transferências Correntes	10.334.173,20	1.572.063,08	1.284.457,26
Demais Receitas Correntes	749.632,00	37.511,87	46.019,36
Dívida Ativa	548.550,00	10.191,99	7.982,89
Diversas Receitas Correntes	201.082,00	27.319,88	38.036,47
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.218.077,72	1.204,66	24.390,00
Operações de Crédito (III)	2.000.530,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	42.400,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	175.147,72	1.204,66	24.390,00
Convênios	175.147,72	1.204,66	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	24.390,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	175.147,72	1.204,66	24.390,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	22.936.760,92	3.566.365,99	3.298.113,94

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.904.794,72	4.404.028,09	4.394.118,28	2.572.329,23	2.499.261,65
Pessoal e Encargos Sociais	12.170.907,98	1.674.338,11	1.858.850,99	1.674.338,11	1.853.303,43
Juros e Encargos da Dívida (IX)	420.260,00	52.465,83	10.867,35	52.465,83	10.867,35
Outras Despesas Correntes	7.313.626,74	2.677.224,15	2.524.399,94	845.525,29	635.090,87
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.484.534,72	4.351.562,26	4.383.250,93	2.519.863,40	2.488.394,30
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.061.646,20	1.290.346,86	451.370,60	112.631,73	102.135,78
Investimentos	4.531.146,20	1.179.389,32	378.493,82	2.987,03	29.259,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	530.500,00	110.957,54	72.876,78	109.644,70	72.876,78
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.531.146,20	1.179.389,32	378.493,82	2.987,03	29.259,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	53.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	24.068.680,92	5.530.951,58	4.761.744,75	2.522.850,43	2.517.653,30
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.131.920,00	-1.964.585,59	-1.463.630,81	1.043.515,56	780.460,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

IMARUI , 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 7)

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		Inscritos			Pagos		Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadas	Pagos	Cancelados	Saldo (b)			
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDO MUNDOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO AD FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURIS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN																	

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2014							
REESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (f)	286.044,91	347.696,98	157.808,01	-	455.933,88	135.766,08	1.043.170,49	379.593,18	286.217,47	-	912.719,10	1.388.652,98	R\$ 1,00	
EXECUTIVO	220.615,44	277.861,84	126.865,49	0,00	371.611,79	49.075,01	870.759,66	306.036,81	207.297,43	0,00	712.537,24	1.084.149,03		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.018,60	0,00	0,00	0,00	1.018,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.018,60		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79,00	0,00	0,00	0,00	79,00	79,00		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.915,00	0,00	0,00	0,00	3.915,00	2.366,47	0,00	0,00	0,00	0,00	2.366,47	6.281,47		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413,00	0,00	0,00	0,00	413,00	413,00		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.155,00	0,00	0,00	0,00	1.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.155,00		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	644,82	0,00	0,00	0,00	644,82	644,82		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	543,00	0,00	0,00	0,00	543,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	543,00		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	649,00	0,00	0,00	0,00	649,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	649,00		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485,92	0,00	0,00	0,00	485,92	485,92		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	169,00	0,00	0,00	0,00	169,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169,00		
SECRETARIA DE DESENV. RURAL, PESCA E MEIO	25.903,20	0,00	0,00	0,00	25.903,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.903,20		
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PE	0,00	3.241,90	1.568,00	0,00	1.673,90	0,00	51.125,10	7.895,16	5.028,37	0,00	46.096,73	47.770,63		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	34.292,55	0,00	32.649,00	0,00	1.643,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.643,55		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	1.113,20	0,00	0,00	1.113,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.113,20		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	8.400,35	0,00	0,00	0,00	8.400,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.400,35		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	2.268,10	0,00	0,00	2.268,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.268,10		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	7.499,55	0,00	0,00	0,00	7.499,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.499,55		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	97,90	0,00	0,00	97,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,90		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	1.423,50	0,00	0,00	0,00	1.423,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.423,50		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	30.841,55	13.233,45	0,00	17.608,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.608,10		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	432,80	0,00	0,00	0,00	432,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	432,80		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	10.112,68	10.112,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	931,30	0,00	0,00	0,00	931,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	931,30		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	1.166,10	0,00	0,00	1.166,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,10		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	152,92	0,00	0,00	152,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,92		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	7.079,02	0,00	0,00	0,00	7.079,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.079,02		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	6.531,70	0,00	0,00	6.531,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.531,70		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	107,60	0,00	0,00	0,00	107,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,60		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	1.437,65	0,00	0,00	1.437,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.437,65		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	3.562,90	0,00	0,00	0,00	3.562,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.562,90		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	12.795,60	0,00	0,00	12.795,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.795,60		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	987,45	0,00	0,00	0,00	987,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	987,45		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	2.850,00	0,00	0,00	2.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.850,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	223,00	0,00	0,00	0,00	223,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	43.380,20	0,00	0,00	43.380,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.380,20		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	705,00	0,00	0,00	0,00	705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	705,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170,00	0,00	0,00	0,00	2.170,00	2.170,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	222,50	0,00	0,00	0,00	222,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222,50		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,48	0,00	0,00	0,00	110,48	110,48		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	369,31	0,00	0,00	0,00	369,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369,31		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	436,20	436,20	0,00	0,00	0,00	273.673,64	117.203,59	107.923,84	0,00	165.749,80	165.749,80		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.890,04	24.724,40	24.362,52	0,00	2.527,52	2.527,52		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	25,80	0,00	0,00	25,80	0,00	36.413,42	19.953,27	0,00	0,00	36.413,42	36.413,42		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	129,00	0,00	0,00	129,00	0,00	18.395,98	3.886,54	490,08	0,00	17.905,90	18.034,90		
SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	826,32	826,32	826,32	0,00	0,00	0,00		

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadas	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
	EXECUTIVO											
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	220.615,44	277.861,84	126.865,49	0,00	371.611,79	49.075,01	870.759,66	306.038,81	207.297,43	0,00	712.537,24
	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	2.629,50	628,00	380,00	0,00	2.877,50	0,00	6.674,00	1.384,94	1.384,94	0,00	5.289,06
	SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV	0,00	14.012,08	5.379,91	0,00	8.632,17	0,00	367.371,81	95.308,73	42.095,59	0,00	325.276,22
	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	67.174,77	0,00	0,00	0,00	67.174,77	46.708,54	0,00	0,00	0,00	0,00	46.708,54
	FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMARUI	496,00	1.216,00	0,00	0,00	1.672,00	0,00	5,24	5.192,04	5.192,04	0,00	113.883,31
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.898,12	6.433,66	3.242,13	0,00	9.089,65	0,00	15.123,56	2.913,73	1.435,40	0,00	1.721,32
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	69,00	0,00	0,00	69,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	2.985,85	1.752,82	0,00	1.233,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.233,03
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	19,50	0,00	0,00	0,00	19,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,50
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.095,36	1.095,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	266,99	266,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	15,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	668,00	0,00	0,00	668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.299,00	0,00	0,00	0,00	1.299,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.299,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.221,50	0,00	0,00	1.221,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.221,50
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	176,00	0,00	0,00	0,00	176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	60,79	60,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	340,00	0,00	0,00	0,00	340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	66,17	66,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.683,62	0,00	0,00	0,00	3.683,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.683,62
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.123,56	2.913,73	1.435,40	0,00	13.688,16
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMARUI	39.531,35	63.401,48	27.700,39	0,00	75.232,44	86.691,07	157.287,27	70.642,64	57.484,64	0,00	186.493,70
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	63.401,48	27.700,39	0,00	35.701,09	0,00	157.287,27	70.642,64	57.484,64	0,00	135.503,72
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE:	39.531,35	0,00	0,00	0,00	39.531,35	86.691,07	0,00	0,00	0,00	0,00	126.222,42
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
	TOTAL (III) = (I + II):	266.044,91	347.696,98	157.808,01	0,00	455.933,88	135.766,08	1.043.170,49	379.593,18	266.217,47	0,00	912.719,10
	FONTE:											
	IMARUI	30032015										
	MANOEL VIANA DE SOUSA											
	Prefeito Municipal											
	EMANOEL MATOS											
	Secretário de Administração e Finanças											
	PATRICIO ANGELO COSTA JÚNIOR											
	Chefe de Auditoria e Controle Interno											
	VERONICE HIEHUES											
	Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6											

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 8)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.263.630,00	2.263.630,00	68.197,20	3,01
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.554.490,00	1.554.490,00	8.582,82	0,55
1.1.1- IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	2.998,10	0,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	530,00	530,00	400,34	75,54
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	530.000,00	530.000,00	3.266,73	0,62
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.360,00	6.360,00	1.917,65	30,15
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	21.079,67	9,94
1.2.1- ITBI	212.000,00	212.000,00	21.079,67	9,94
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	286.942,00	286.942,00	23.912,99	8,33
1.3.1- ISS	281.642,00	281.642,00	23.829,58	8,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.590,00	1.590,00	83,41	5,25
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.650,00	2.650,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.060,00	1.060,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	14.621,72	6,96
1.4.1- IRRF	210.198,00	210.198,00	14.621,72	6,96
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.860.340,00	11.860.340,00	2.244.171,06	18,92
2.1- Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	1.614.855,02	20,31
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.950.000,00	7.950.000,00	1.614.855,02	20,31
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	549.037,20	17,27
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	14.840,00	14.840,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	68.900,00	68.900,00	9.759,51	14,16
2.5- Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	687,90	6,49
2.6- Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	69.831,43	10,98
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.123.970,00	14.123.970,00	2.312.368,26	16,37
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	836.191,60	836.191,60	189.630,35	22,68
5.1- Transferências do Salário-Educação	434.600,00	434.600,00	159.027,07	36,59
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	119.631,60	119.631,60	20.848,00	17,43
5.4- Transferências Diretas - PNATE	69.960,00	69.960,00	8.855,28	12,66
5.5- Outras Transferências do FNDE	212.000,00	212.000,00	900,00	0,42
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	424,00	424,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	424,00	424,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	39.750,00	39.750,00	14.136,18	35,56
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	876.365,60	876.365,60	203.766,53	23,25
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.305.288,00	2.305.288,00	448.833,83	19,47
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.568.800,00	1.568.800,00	322.970,95	20,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	610.560,00	610.560,00	109.807,31	17,98
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.968,00	2.968,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.600,00	10.600,00	1.951,88	18,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.120,00	2.120,00	137,56	6,49
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	110.240,00	110.240,00	13.966,13	12,67
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.208.200,00	4.208.200,00	972.501,15	23,11
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.197.600,00	4.197.600,00	967.965,15	23,06
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.600,00	10.600,00	4.536,00	42,79
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.892.312,00	1.892.312,00	519.131,32	27,43
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.349.600,00	3.349.600,00	457.332,74	13,65	457.332,74	13,65
13.1- Com Educação Infantil	1.079.080,00	1.079.080,00	163.397,30	15,14	163.397,30	15,14
13.2- Com Ensino Fundamental	2.270.520,00	2.270.520,00	293.935,44	12,95	293.935,44	12,95
14- OUTRAS DESPESAS	848.000,00	848.000,00	311.633,32	36,75	279.444,32	32,95
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	848.000,00	848.000,00	311.633,32	36,75	279.444,32	32,95
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.197.600,00	4.197.600,00	768.966,06	18,32	736.777,06	17,55
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%					—	
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					736.777,06	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					47,03	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					28,73	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					24,24	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	3.530.992,50	3.530.992,50	578.092,06	16,37		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.400.260,00	1.400.260,00	165.332,91	11,81	165.332,91	11,81
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.995.140,00	3.995.140,00	735.633,55	18,41	579.295,52	14,50
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.118.520,00	3.118.520,00	605.568,76	19,42	573.379,76	18,39
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	876.620,00	876.620,00	130.064,79	14,84	5.915,76	0,67
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.395.400,00	5.395.400,00	900.966,46	16,70	744.628,43	13,80
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					519.131,32	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.536,00	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					523.667,32	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					220.961,11	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					9,56	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	434.600,00	434.600,00	153.377,37	35,29	23.068,10	5,31
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	839.838,00	839.838,00	35.643,00	4,24	1.043,00	0,12
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.274.438,00	1.274.438,00	189.020,37	14,83	24.111,10	1,89
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.669.838,00	6.669.838,00	1.089.986,83	16,34	768.739,53	11,53

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		967.965,15	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.536,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		972.501,15	0,00

IMARUI, 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO 9)

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)					
	2.000.530,00	0,00		2.000.530,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.061.646,20	1.290.346,86	112.631,73	3.771.299,34	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.061.646,20	1.290.346,86	112.631,73	3.771.299,34	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.061.116,20	-1.290.346,86	-	-1.770.769,34	
FONTE:					

FONTE:

IMARUI , 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

RREO 1 BIMENSTRE (ANEXO I)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	25.019.440,92	25.019.440,92	3.602.481,76	14,40	3.602.481,76	21.416.959,16
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.801.363,20	22.801.363,20	3.601.277,10	15,79	3.601.277,10	19.200.086,10
IMPOSTOS	2.193.246,00	2.193.246,00	70.581,64	3,22	70.581,64	2.122.664,36
TAXAS	1.721.440,00	1.721.440,00	62.529,07	3,63	62.529,07	1.658.910,93
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	424.000,00	424.000,00	7.972,57	1,88	7.972,57	416.027,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	477.000,00	477.000,00	80,00	0,17	80,00	47.726,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	477.000,00	477.000,00	146.661,07	30,75	146.661,07	330.338,93
RECEITA PATRIMONIAL	39.750,00	39.750,00	36.115,77	90,86	36.115,77	330.338,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	39.750,00	39.750,00	36.115,77	90,86	36.115,77	3.634,23
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.900,00	15.900,00	805,00	5,06	805,00	3.634,23
Outras Receitas Agropecuárias	15.900,00	15.900,00	805,00	5,06	805,00	15.095,00
RECEITA DE SERVIÇOS	636,00	636,00	0,00	0,00	0,00	636,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.341.735,20	19.341.735,20	3.310.406,75	17,12	3.310.406,75	16.031.328,45
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.284.813,20	19.284.813,20	3.303.177,04	17,13	3.303.177,04	15.981.636,16
Transf. de Conv.	56.922,00	56.922,00	7.229,71	12,70	7.229,71	49.692,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	733.096,00	733.096,00	36.706,87	5,01	36.706,87	696.389,13
Multas e Juros de Mora	18.020,00	18.020,00	7.121,95	39,52	7.121,95	10.898,05
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.420,00	7.420,00	10.406,05	140,24	10.406,05	-2.986,05
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	548.550,00	548.550,00	10.191,99	1,86	10.191,99	538.358,01
RECEITAS DIVERSAS	159.106,00	159.106,00	8.986,88	5,65	8.986,88	150.119,12
RECEITAS DE CAPITAL	2.218.077,72	2.218.077,72	1.204,66	0,05	1.204,66	2.216.873,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00
Operações de Crédito Internas	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00
ALIENAÇÃO DE BENS	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00
Alienação de Bens Móveis	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	175.147,72	175.147,72	1.204,66	0,69	1.204,66	173.943,06
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	175.147,72	175.147,72	1.204,66	0,69	1.204,66	173.943,06
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.602.481,76	14,40	3.602.481,76	21.416.959,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		0,00	3.602.481,76	14,40	3.602.481,76	14,40
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)		25.019.440,92	3.602.481,76	14,40	3.602.481,76	14,40
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro		0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	—	—	0,00	—
		0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.019.440,92	25.019.440,92	5.694.374,95	5.694.374,95	19.325.065,97	2.684.960,96	2.684.960,96	22.334.479,96	1.700.951,44
DESPESAS CORRENTES	19.904.794,72	19.904.794,72	4.404.028,09	4.404.028,09	15.500.766,63	2.572.329,23	2.572.329,23	17.332.465,49	1.588.319,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.170.907,98	12.170.907,98	1.674.338,11	1.674.338,11	10.496.569,87	1.674.338,11	1.674.338,11	10.496.569,87	1.033.514,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	420.260,00	420.260,00	52.465,83	52.465,83	367.794,17	52.465,83	52.465,83	367.794,17	52.252,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.313.626,74	7.313.626,74	2.677.224,15	2.677.224,15	4.636.402,59	845.525,29	845.525,29	6.468.101,45	502.553,08
DESPESAS DE CAPITAL	5.061.646,20	5.061.646,20	1.290.346,86	1.290.346,86	3.771.299,34	112.631,73	112.631,73	4.949.014,47	112.631,73
INVESTIMENTOS	4.531.146,20	4.531.146,20	1.179.389,32	1.179.389,32	3.351.756,88	2.987,03	2.987,03	4.528.159,17	2.987,03
Amortização da Dívida	530.500,00	530.500,00	110.957,54	110.957,54	419.542,46	109.644,70	109.644,70	420.855,30	109.644,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	25.019.440,92	25.019.440,92	5.694.374,95	5.694.374,95	19.325.065,97	2.684.960,96	2.684.960,96	22.334.479,96	1.700.951,44

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.019.440,92	25.019.440,92	5.694.374,95	5.694.374,95	19.325.065,97	2.684.960,96	2.684.960,96	22.334.479,96	1.700.951,44
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	917.520,80	—	3.602.481,76
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.019.440,92	25.019.440,92	5.694.374,95	5.694.374,95	—	2.684.960,96	3.602.481,76	—	5.303.433,20

FONTE:

IMARUI , 30/03/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

VERONICE HIEHUES
Técnica Contábil CRC/SC 037448/O-6

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 10)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERN
Contadora CRC/SC 030561/C

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 11)

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	42.400,00	0,00	42.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	42.400,00	0,00	42.400,00
TOTAL	42.400,00	0,00	42.400,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISANE DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 8)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.263.630,00	2.263.630,00	131.303,64	5,80
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.554.490,00	1.554.490,00	17.343,55	1,12
1.1.1- IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	3.130,53	0,31
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	530,00	530,00	400,34	75,54
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	530.000,00	530.000,00	7.312,20	1,38
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.360,00	6.360,00	6.500,48	102,21
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	36.789,67	17,35
1.2.1- ITBI	212.000,00	212.000,00	36.789,67	17,35
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	286.942,00	286.942,00	52.064,94	18,14
1.3.1- ISS	281.642,00	281.642,00	51.041,03	18,12
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.590,00	1.590,00	244,52	15,38
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.650,00	2.650,00	616,13	23,25
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.060,00	1.060,00	163,26	15,40
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	25.105,48	11,94
1.4.1- IRRF	210.198,00	210.198,00	25.105,48	11,94
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.860.340,00	11.860.340,00	4.153.615,61	35,02
2.1- Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	2.850.244,80	35,85
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.950.000,00	7.950.000,00	2.850.244,80	35,85
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	1.088.225,05	34,22
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	14.840,00	14.840,00	4.422,76	29,80
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	68.900,00	68.900,00	17.070,72	24,78
2.5- Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	942,97	8,90
2.6- Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	192.709,31	30,30
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.123.970,00	14.123.970,00	4.284.919,25	30,34
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	836.191,60	836.191,60	324.749,52	38,84
5.1- Transferências do Salário-Educação	434.600,00	434.600,00	249.646,24	57,44
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	119.631,60	119.631,60	65.348,00	54,62
5.4- Transferências Diretas - PNATE	69.960,00	69.960,00	8.855,28	12,66
5.5- Outras Transferências do FNDE	212.000,00	212.000,00	900,00	0,42
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	424,00	424,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	424,00	424,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	39.750,00	39.750,00	34.650,42	87,17
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	876.365,60	876.365,60	359.399,94	41,01
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.305.288,00	2.305.288,00	830.722,35	36,04
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.568.800,00	1.568.800,00	570.048,87	36,34
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	610.560,00	610.560,00	217.644,69	35,65
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.968,00	2.968,00	884,55	29,80
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.600,00	10.600,00	3.414,14	32,21
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.120,00	2.120,00	188,57	8,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	110.240,00	110.240,00	38.541,53	34,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.208.200,00	4.208.200,00	1.929.821,13	45,86
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.197.600,00	4.197.600,00	1.914.513,32	45,61
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.600,00	10.600,00	15.307,81	144,41
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.892.312,00	1.892.312,00	1.083.790,97	57,27
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.349.600,00	3.349.600,00	1.100.070,17	32,84	1.098.270,17	32,79
13.1- Com Educação Infantil	1.079.080,00	1.079.080,00	378.361,65	35,06	376.561,65	34,90
13.2- Com Ensino Fundamental	2.270.520,00	2.270.520,00	721.708,52	31,79	721.708,52	31,79
14- OUTRAS DESPESAS	848.000,00	949.778,25	601.275,21	63,31	584.846,95	61,58
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	848.000,00	949.778,25	601.275,21	63,31	584.846,95	61,58
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.197.600,00	4.299.378,25	1.701.345,38	39,57	1.683.117,12	39,15
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.683.117,12	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					56,91	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					30,31	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					12,78	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	3.530.992,50	3.530.992,50	1.071.229,81	30,34		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.400.260,00	1.400.260,00	382.328,61	27,30	378.497,26	27,03
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.995.140,00	4.096.918,25	1.511.598,03	36,90	1.342.103,93	32,76
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.118.520,00	3.220.298,25	1.322.983,73	41,08	1.306.555,47	40,57
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	876.620,00	876.620,00	188.614,30	21,52	35.548,46	4,06
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.395.400,00	5.497.178,25	1.893.926,64	34,45	1.720.601,19	31,30
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.083.790,97	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					15.307,81	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.099.098,78	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					621.502,41	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					14,50	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	434.600,00	556.173,69	203.924,11	36,67	98.532,77	17,72
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	839.838,00	1.600.424,24	780.949,61	48,80	32.985,11	2,06
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.274.438,00	2.156.597,93	984.873,72	45,67	131.517,88	6,10
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.669.838,00	7.653.776,18	2.878.800,36	37,61	1.852.119,07	24,20

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.914.513,32	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		15.307,81	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.929.821,13	0,00

IMARUI, 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 9)

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		2.000.530,00	0,00		2.000.530,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.020.615,12	2.148.781,07	294.265,34	0,00	3.871.834,05
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.020.615,12	2.148.781,07	294.265,34	0,00	3.871.834,05
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.020.085,12	-2.148.781,07	-	-	-1.871.304,05
FONTE:					

FONTE:

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 1)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.349.894,89	13,39	6.952.376,65	27,79	18.067.064,27
	22.801.363,20	22.801.363,20	3.349.894,89	14,69	6.951.171,99	30,49	15.850.191,21
	2.193.246,00	2.193.246,00	59.820,17	2,73	130.401,81	5,95	2.062.844,19
	1.721.440,00	1.721.440,00	53.537,64	3,11	116.066,71	6,74	1.605.373,29
	424.000,00	424.000,00	6.242,53	1,47	14.215,10	3,35	409.784,90
	47.806,00	47.806,00	40,00	0,08	120,00	0,25	47.686,00
	477.000,00	477.000,00	91.971,82	19,28	238.632,89	50,03	238.367,11
	477.000,00	477.000,00	91.971,82	19,28	238.632,89	50,03	238.367,11
	39.750,00	39.750,00	42.761,19	107,58	78.876,96	198,43	-39.126,96
	39.750,00	39.750,00	42.761,19	107,58	78.876,96	198,43	-39.126,96
	15.900,00	15.900,00	1.599,80	10,06	2.404,80	15,12	13.495,20
	15.900,00	15.900,00	1.599,80	10,06	2.404,80	15,12	13.495,20
	636,00	636,00	0,00	0,00	0,00	0,00	636,00
	19.341.735,20	19.341.735,20	3.013.077,07	15,58	6.323.483,82	32,69	13.018.251,38
	19.284.813,20	19.284.813,20	3.006.941,73	15,59	6.310.118,77	32,72	12.974.694,43
	56.922,00	56.922,00	6.135,34	10,78	13.365,05	23,48	43.556,95
	733.096,00	733.096,00	140.664,84	19,19	177.371,71	24,19	555.724,29
	18.020,00	18.020,00	12.664,83	70,28	19.786,78	109,80	-1.766,78
	7.420,00	7.420,00	1.288,71	17,37	11.694,76	157,61	-4.274,76
	548.550,00	548.550,00	13.099,34	2,39	23.291,33	4,25	525.258,67
	159.106,00	159.106,00	113.611,96	71,41	122.598,84	77,05	36.507,16
	2.218.077,72	2.218.077,72	0,00	0,00	1.204,66	0,05	2.216.873,06
	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00
2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00	
42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00	
42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00	
175.147,72	175.147,72	0,00	0,00	1.204,66	0,69	173.943,06	
175.147,72	175.147,72	0,00	0,00	1.204,66	0,69	173.943,06	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.349.894,89	13,39	6.952.376,65	27,79	18.067.064,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)						
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)												
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)			0,00	25.019.440,92	3.349.894,89	13,39	6.952.376,65	27,79	18.067.064,27			
DÉFICIT (VI)			—	—	—	—	—	—	—			
TOTAL (VII) = (V + VI)			25.019.440,92	25.019.440,92	3.349.894,89	13,39	6.952.376,65	27,79	18.067.064,27			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)			—	1.554.392,32	—	—	379.570,54	—	—			
Superávit Financeiro			—	1.554.392,32	—	—	379.570,54	—	—			
Reabertura de Créditos Adicionais			—	0,00	—	—	0,00	—	—			
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	(d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	(e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	
					No Bimestre	Até o Bimestre	(f)	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre	(i) = (e-h)	(j)
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.019.440,92	27.251.833,24		4.800.661,01	10.495.035,96		16.756.797,28	4.076.379,12	6.761.340,08	20.490.493,16	5.429.361,00
	DESPESAS CORRENTES	19.904.794,72	21.178.218,12		3.942.226,80	8.346.254,89		12.831.963,23	3.894.745,51	6.467.074,74	14.711.143,38	5.146.115,39
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.170.907,98	12.388.166,05		2.270.259,58	3.944.597,69		8.443.568,36	2.270.259,58	3.944.597,69	8.443.568,36	3.753.701,97
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	420.260,00	420.260,00		6.853,80	59.319,63		360.940,37	6.853,80	59.319,63	360.940,37	58.684,96
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.313.626,74	8.369.792,07		1.665.113,42	4.342.337,57		4.027.454,50	1.617.632,13	2.463.157,42	5.906.634,65	1.333.728,46
	DESPESAS DE CAPITAL	5.061.646,20	6.020.615,12		858.434,21	2.148.781,07		3.871.834,05	181.633,61	294.265,34	5.726.349,78	283.245,61
	INVESTIMENTOS	4.531.146,20	5.490.115,12		784.001,84	1.963.391,16		3.526.723,96	105.888,40	108.875,43	5.381.239,69	101.807,78
	Amortização da Dívida	530.500,00	530.500,00		74.432,37	185.389,91		345.110,09	75.745,21	185.389,91	345.110,09	181.437,83
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00		0,00	0,00		53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00
	RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—		—	—		—	—	—	—	—
	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)		25.019.440,92	27.251.833,24	4.800.661,01	10.495.035,96	16.756.797,28	4.076.379,12	6.761.340,08	20.490.493,16	5.429.361,00	

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.019.440,92	27.251.833,24	4.800.661,01	10.495.035,96	16.756.797,28	4.076.379,12	6.761.340,08	20.490.493,16	5.429.361,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	191.036,57	—	6.952.376,65
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.019.440,92	27.251.833,24	4.800.661,01	10.495.035,96	—	4.076.379,12	6.952.376,65	—	12.381.737,65

FONTE:

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 14)

Município de IMARUI - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		25.019.440,92	
Previsão Atualizada		25.019.440,92	
Receitas Realizadas		6.952.376,65	
Déficit Orçamentário		5.238.324,43	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		379.570,54	
DESPESAS			
Dotação Inicial		25.019.440,92	
Créditos Adicionais		2.232.392,32	
Dotação Atualizada		27.251.833,24	
Despesas Empenhadas		10.495.035,96	
Despesas Liquidadas		6.761.340,08	
Despesas pagas		5.429.361,00	
Superavit Orçamentário		191.036,57	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		10.495.035,96	
Despesas Liquidadas		6.761.340,08	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		19.786.272,80	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-1.152.171,23
Resultado Primário		0,00	356.869,15
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.178.936,57	0,00	380.895,58
EXECUTIVO	1.178.936,57	0,00	380.895,58
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	613.741,89	0,00	297.552,15
EXECUTIVO	613.741,89	0,00	297.552,15
TOTAL:	1.792.678,46	0,00	678.447,73
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		621.502,41	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.098.270,17	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.530,00
Despesa de Capital Líquida		294.265,34	5.726.349,78

Continua 1/2

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	42.400,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		870.900,14	15,00	20,32	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Secretário de Administração e Finanças

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 2)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	25.019.440,92	27.251.833,24	4.800.661,01	10.495.035,96	100,00	4.076.379,12	6.761.340,08	20.490.493,16
Ação Legislativa	890.000,00	890.000,00	113.689,49	242.865,71	2,31	120.056,45	217.953,78	672.046,22
Judiciária	890.000,00	890.000,00	113.689,49	242.865,71	2,31	120.056,45	217.953,78	672.046,22
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	248.040,00	248.040,00	35.178,58	65.414,60	0,62	34.435,58	64.671,60	183.368,40
Administração	248.040,00	248.040,00	35.178,58	65.414,60	0,62	34.435,58	64.671,60	183.368,40
Planejamento e Orçamento	5.515.361,99	5.515.361,99	736.390,12	1.934.228,71	18,43	858.124,58	1.451.376,68	4.063.985,31
Administração Geral	119.356,00	119.356,00	27.386,89	44.757,19	0,43	26.951,00	43.385,19	75.970,81
Administração Financeira	419.230,00	419.230,00	85.428,17	160.314,75	1,53	79.311,83	143.268,75	275.960,25
Administração Financeira	4.683.049,99	4.683.049,99	602.835,67	1.677.642,76	15,99	723.078,02	1.227.290,48	3.455.759,51
Controle Interno	31.270,00	31.270,00	4.227,58	9.159,76	0,09	4.227,58	9.159,76	22.110,24
Educação de Jovens e Adultos	212.000,00	212.000,00	16.511,81	42.354,25	0,40	24.556,15	28.271,50	183.728,50
Extensão Rural	50.456,00	50.456,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.456,00
Segurança Pública	54.802,00	54.802,00	3.085,72	5.682,43	0,05	3.149,07	4.047,05	50.754,95
Policimento	54.802,00	54.802,00	3.085,72	5.682,43	0,05	3.149,07	4.047,05	50.754,95
Assistência Social	622.008,00	713.738,99	140.503,65	204.567,55	1,95	81.913,96	140.631,62	573.107,37
Assistência ao Idoso	12.720,00	12.720,00	0,00	1.940,00	0,02	0,00	1.940,00	10.780,00
Assistência ao Portador de Deficiência	8.586,00	11.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.930,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	161.650,00	161.650,00	5.785,12	20.140,77	0,19	6.696,38	20.140,77	141.509,23
Assistência Comunitária	431.420,00	519.806,99	134.718,53	182.486,78	1,74	75.217,58	118.550,85	401.256,14
Habitação Urbana	7.632,00	7.632,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.632,00
Saúde	6.937.229,63	7.830.234,92	1.441.954,01	3.593.420,70	34,24	1.334.720,90	2.080.792,38	5.749.442,54
Atenção Básica	6.901.719,63	7.722.752,15	1.426.871,16	3.575.187,25	34,07	1.327.655,35	2.071.826,23	5.650.925,92
Vigilância Sanitária	12.720,00	30.625,33	8.148,85	10.049,45	0,10	4.236,55	6.137,15	24.488,18
Vigilância Epidemiológica	22.790,00	76.857,44	6.934,00	8.184,00	0,08	2.829,00	2.829,00	74.028,44
Trabalho	80.878,00	80.878,00	12.630,08	29.310,98	0,28	12.630,08	29.310,98	51.567,02
Promoção de Produção Agropecuária	80.878,00	80.878,00	12.630,08	29.310,98	0,28	12.630,08	29.310,98	51.567,02
Educação	7.022.669,60	8.180.530,53	1.842.978,84	3.014.200,39	28,72	1.150.165,35	1.924.366,75	6.256.163,78
Alimentação e Nutrição	331.631,60	382.069,90	25.285,31	106.520,03	1,01	62.279,01	67.740,88	314.329,02
Ensino Fundamental	5.246.152,00	6.107.306,38	1.586.205,03	2.482.858,95	23,66	870.215,19	1.465.621,81	4.641.684,57
Ensino Superior	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00
Educação Infantil	1.423.686,00	1.546.469,80	222.608,50	395.941,41	3,77	213.164,35	386.497,26	1.159.972,54
Educação de Jovens e Adultos	0,00	123.484,45	28.880,00	28.880,00	0,28	4.506,80	4.506,80	118.977,65
Cultura	106.212,00	106.212,00	14.205,73	14.205,73	0,14	14.205,73	14.205,73	92.006,27
Difusão Cultural	106.212,00	106.212,00	14.205,73	14.205,73	0,14	14.205,73	14.205,73	92.006,27

RREO – Anexo 2 (LRF Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	27.251.833,24	4.800.661,01	10.495.035,96	100,00	4.076.379,12	6.761.340,08	20.490.493,16
Urbanismo	2.050.886,00	2.111.181,11	297.390,68	1.035.140,79	9,86	345.375,15	616.825,36	1.494.355,75
Infra-Estrutura Urbana	34.238,00	34.238,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.238,00
Serviços Urbanos	1.635.578,00	1.635.578,00	191.021,57	670.338,49	6,39	272.786,34	476.860,66	1.158.917,34
Energia Elétrica	381.070,00	441.365,11	106.369,11	364.804,30	3,48	72.588,81	140.164,70	301.200,41
Saneamento	334.970,00	334.970,00	0,00	57.230,52	0,55	0,00	18.000,00	316.970,00
Saneamento Básico Urbano	334.970,00	334.970,00	0,00	57.230,52	0,55	0,00	18.000,00	316.970,00
Gestão Ambiental	100.266,00	100.266,00	0,00	3.230,52	0,03	0,00	0,00	100.266,00
Preservação e Conservação Ambiental	100.266,00	100.266,00	0,00	3.230,52	0,03	0,00	0,00	100.266,00
Agricultura	413.930,00	413.930,00	76.249,60	161.734,83	1,54	44.289,51	78.453,57	335.476,43
Extensão Rural	413.930,00	413.930,00	76.249,60	161.734,83	1,54	44.289,51	78.453,57	335.476,43
Comércio e Serviços	80.560,00	110.060,00	45.678,28	51.076,81	0,49	36.949,62	42.348,15	67.711,85
Turismo	80.560,00	110.060,00	45.678,28	51.076,81	0,49	36.949,62	42.348,15	67.711,85
Transporte	144.372,00	144.372,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.372,00
Infra-Estrutura Urbana	109.286,00	109.286,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.286,00
Promoção da Produção Agropecuária	29.044,00	29.044,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.044,00
Transporte Rodoviário	6.042,00	6.042,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.042,00
Desporto e Lazer	364.255,70	364.255,70	40.726,23	82.725,69	0,79	40.363,14	78.356,43	285.899,27
Desporto Comunitário	364.255,70	364.255,70	40.726,23	82.725,69	0,79	40.363,14	78.356,43	285.899,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	25.019.440,92	27.251.833,24	4.800.661,01	10.495.035,96	100,00	4.076.379,12	6.761.340,08	20.490.493,16

FONTE:

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 3)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (UL 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.791.209,96	1.501.353,27	1.533.504,67	1.947.260,53	1.774.233,43	1.701.732,01	1.768.233,80	2.287.780,59	2.203.235,30	1.846.875,63	1.866.611,32	1.866.172,09	22.087.232,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	47.264,41	24.279,63	37.185,16	74.550,31	234.827,71	76.938,20	56.419,43	123.298,74	47.754,28	22.827,36	30.828,18	28.991,98	806.163,40
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	11.552,14	121.459,54	16.086,34	4.192,94	8.733,16	2.950,87	47,23	132,43	0,00	165.154,65
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.419,62	3.684,17	8.083,99
I.S.S.	16.621,49	7.453,81	13.111,11	11.794,63	18.979,93	15.922,25	10.157,56	79.175,45	13.904,49	9.925,09	12.155,28	15.056,17	224.257,26
I.T.B.I.	7.244,83	4.449,54	9.492,00	13.897,12	12.449,46	3.598,68	3.600,37	5.814,11	12.496,92	8.592,75	9.020,00	6.690,00	97.405,78
Outras Receitas Tributárias	23.395,09	12.376,28	14.582,05	37.236,42	81.938,78	43.330,93	37.468,56	29.574,02	18.402,00	4.272,29	5.100,65	3.581,65	682.004,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	32.551,11	32.056,68	31.052,17	31.175,77	30.800,14	37.091,38	38.413,21	72.367,36	94.149,79	52.511,28	43.596,23	48.395,59	542.140,71
RECEITA PATRIMONIAL	13.471,62	12.095,71	15.417,01	15.531,74	16.238,70	16.863,71	15.488,56	18.653,62	18.884,23	17.231,54	21.122,68	21.122,68	202.837,63
RECEITA AGROPECUÁRIA	927,50	420,00	2.240,00	1.260,00	2.975,00	2.506,00	4.100,00	1.425,00	665,00	140,00	770,00	829,80	15.900,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.705.837,95	1.411.490,74	1.432.872,66	1.796.897,28	1.474.980,52	1.528.141,18	1.634.488,82	2.051.145,93	2.031.813,79	1.727.426,79	1.641.522,84	1.753.427,75	20.190.244,26
Cota-Parte do FPM	764.119,07	573.039,99	492.168,85	597.901,41	524.110,57	495.338,47	655.643,81	1.054.541,43	799.114,21	815.740,81	594.147,34	641.242,44	8.007.108,40
Cota-Parte do I.C.M.S.	241.879,41	245.393,56	228.039,61	239.238,61	256.522,24	264.474,80	281.787,06	281.055,51	290.288,14	255.749,06	259.854,03	279.333,82	3.136.615,65
Cota-Parte do IPVA	59.781,14	61.780,68	64.185,24	51.260,69	57.334,06	49.079,03	36.557,70	26.725,52	29.933,99	39.897,44	58.098,62	64.779,06	599.415,37
Cota-Parte do ITR	1.858,21	184,80	178,38	149,89	5.452,76	20.343,48	1.960,68	975,40	294,85	393,05	88,97	166,10	32.046,57
Outras Transferências Correntes	247.375,33	161.064,91	305.202,08	541.362,53	257.993,90	308.406,15	240.202,69	281.093,65	404.256,82	142.847,55	271.145,17	267.827,70	3.428.379,48
Transferências da LC 61/1989	3.998,71	3.809,51	3.913,55	4.034,01	3.798,21	4.065,42	4.688,32	4.006,26	6.110,08	3.640,43	3.571,05	3.740,16	49.963,71
Transferências da LC 87/1996	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	1.067,32	2.134,64	0,00	0,00	0,00	4.422,76	14.028,64
Transferências do FUNDEB	395.857,76	365.149,97	338.117,63	361.692,83	369.103,46	385.639,51	402.611,24	400.013,52	501.806,70	466.158,45	454.617,46	491.930,71	4.922.682,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-8.942,63	21.040,51	14.737,67	28.945,42	14.411,36	37.918,54	22.313,78	20.891,94	9.969,21	26.738,66	127.265,56	13.399,28	327.686,30
DEDUÇÕES (II)	214.540,83	177.054,78	157.910,37	178.730,20	169.656,41	166.873,50	198.336,77	207.134,59	225.149,84	223.683,99	183.151,85	198.736,67	2.305.288,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	214.540,83	177.054,78	157.910,37	178.730,20	169.656,41	166.873,50	198.336,77	207.134,59	225.149,84	223.683,99	183.151,85	198.736,67	2.305.288,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.576.669,13	1.324.328,49	1.375.594,30	1.768.530,33	1.604.577,02	1.534.858,51	1.569.897,03	2.080.646,00	1.978.085,46	1.623.191,64	1.682.459,47	1.667.435,42	19.786.272,80

FONTE:

IMARUI - 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRICIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMERISANE DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 4)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015	2014		
Caixa			0,00	0,00		

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015		2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de IMARUI - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI, 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIC MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDE EMANOEL MATOS
Chefe de Auditoria e Controle Interi Contadora CRC/SC 030561/O-1 Secretário de Administração e Fin

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 5)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.594.905,15	2.519.902,79	2.481.442,98
DEDUÇÕES (II)	2.482.093,49	2.986.344,22	2.217.643,69
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.135.308,81	4.587.032,83	3.949.641,25
Demais Haveres Financeiros	-39.473,43	-47.489,50	-53.993,72
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	613.741,89	1.553.199,11	1.678.003,84
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	112.811,66	-466.441,43	263.799,29
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	282.374,86	282.374,86	282.374,86
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-169.563,20	-748.816,29	-18.575,57

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
VALOR	730.240,72	150.987,63

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Feb 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 6)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	22.761.613,20	6.872.295,03	6.314.456,35
Receita Tributária	2.193.246,00	130.401,81	168.125,08
I.P.T.U.	1.017.600,00	3.130,53	1.639,51
I.S.S.	281.642,00	51.041,03	69.232,57
I.T.B.I.	212.000,00	36.789,67	41.033,88
I.R.R.F.	210.198,00	25.105,48	30.589,75
Outras Receitas Tributárias	471.806,00	14.335,10	25.629,37
Receita de Contribuição	477.000,00	238.632,89	134.790,50
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	477.000,00	238.632,89	134.790,50
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	39.750,00	78.876,96	50.196,27
(-) Aplicações Financeiras	39.750,00	78.876,96	50.196,27
Transferências Correntes	19.341.735,20	6.323.483,82	5.831.603,10
F.P.M.	6.381.200,00	2.280.195,93	2.172.654,67
I.C.M.S.	2.569.440,00	870.580,36	779.846,04
Convênios	56.922,00	13.365,05	111.636,33
Outras Transferências Correntes	10.334.173,20	3.159.342,48	2.767.466,06
Demais Receitas Correntes	749.632,00	179.776,51	179.937,67
Dívida Ativa	548.550,00	23.291,33	13.411,84
Diversas Receitas Correntes	201.082,00	156.485,18	166.525,83
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.218.077,72	1.204,66	24.390,00
Operações de Crédito (III)	2.000.530,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	42.400,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	175.147,72	1.204,66	24.390,00
Convênios	175.147,72	1.204,66	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	24.390,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	175.147,72	1.204,66	24.390,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	22.936.760,92	6.873.499,69	6.338.846,35

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.178.218,12	8.346.254,89	7.310.206,29	6.467.074,74	5.551.372,60
Pessoal e Encargos Sociais	12.388.166,05	3.944.597,69	3.541.548,09	3.944.597,69	3.536.874,18
Juros e Encargos da Dívida (IX)	420.260,00	59.319,63	19.037,71	59.319,63	19.037,71
Outras Despesas Correntes	8.369.792,07	4.342.337,57	3.749.620,49	2.463.157,42	1.995.460,71
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	20.757.958,12	8.286.935,26	7.291.168,58	6.407.755,11	5.532.334,89
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.020.615,12	2.148.781,07	593.072,85	294.265,34	359.104,38
Investimentos	5.490.115,12	1.963.391,16	448.285,77	108.875,43	214.317,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	530.500,00	185.389,91	144.787,08	185.389,91	144.787,08
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.490.115,12	1.963.391,16	448.285,77	108.875,43	214.317,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	53.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	26.301.073,24	10.250.326,42	7.739.454,35	6.516.630,54	5.746.652,19
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.364.312,32	-3.376.826,73	-1.400.608,00	356.869,15	592.194,16
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 2 BIMENSTRE (ANEXO 7)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PREO - Anexo 7 (URF, art. 53, inciso V)	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											RP NÃO PROCESSADOS					RS 1,0	
	PODER/ÓRGÃO																	
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)					
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014															
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO	266.044,91	347.696,98	297.552,15	-	316.189,74	135.766,08	1.043.170,49	439.550,82	380.895,58	-	798.040,99	1.114.230,73						
	220.615,44	277.861,84	264.483,58	0,00	234.013,70	49.075,01	870.759,66	348.330,22	309.045,99	0,00	610.786,68	844.802,38						
	0,00	662,46	662,46	0,00	0,00	0,00	4.621,92	3.515,02	3.257,35	0,00	1.364,57	1.364,57						
	260,00	0,00	0,00	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	260,00						
	588,83	1.405,00	0,00	0,00	1.993,83	0,00	4.373,71	2.766,71	2.737,82	0,00	1.635,89	3.629,72						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.248,65	1.248,65	0,00	0,00	0,00	0,00						
	0,00	280,00	55,00	0,00	225,00	0,00	52,61	0,00	0,00	52,61	277,61	277,61						
	0,00	141,90	0,00	0,00	141,90	0,00	1.908,51	0,00	0,00	0,00	1.908,51	2.050,41						
	7.193,92	0,00	0,00	0,00	7.193,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.193,92	7.193,92						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00						
	9.589,41	0,00	0,00	0,00	9.589,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.589,41	9.589,41						
	31.658,61	0,00	31.658,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
	321,00	0,00	0,00	0,00	321,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	321,00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.076,28	0,00	0,00	0,00	5.076,28	5.076,28						
	3.895,08	0,00	738,75	0,00	3.156,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.156,33						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.200,12	0,00	0,00	0,00	3.200,12	3.200,12						
	637,00	0,00	0,00	0,00	637,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	637,00						
	0,00	121,00	0,00	0,00	121,00	0,00	7.225,05	0,00	0,00	0,00	7.225,05	7.346,05						
	212,00	0,00	0,00	0,00	212,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212,00						
	0,00	415,00	0,00	0,00	415,00	0,00	3.388,00	0,00	0,00	0,00	3.388,00	3.803,00						
	1.122,98	0,00	0,00	0,00	1.122,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.122,98						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.236,80	0,00	0,00	0,00	4.236,80	4.236,80						
	369,09	0,00	0,00	0,00	369,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369,09						
	0,00	967,79	0,00	0,00	967,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	967,79						
	2.074,99	0,00	0,00	0,00	2.074,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.074,99						
	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
286,40	0,00	0,00	0,00	286,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	286,40							
0,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00							
108,50	0,00	0,00	0,00	108,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,50							
0,00	161,50	0,00	0,00	161,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161,50							
176,00	0,00	0,00	0,00	176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,00							
0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
510,11	0,00	0,00	0,00	510,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,11							
0,00	4.128,99	621,00	0,00	3.507,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.507,99							
130,74	0,00	0,00	0,00	130,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130,74							
0,00	30.941,44	30.941,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
10.304,60	0,00	0,00	0,00	10.304,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.304,60							
0,00	320,00	0,00	0,00	320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320,00							
622,61	0,00	0,00	0,00	622,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	622,61							
0,00	120,40	120,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
145,00	0,00	0,00	0,00	145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145,00							
0,00	13.296,08	9.067,98	0,00	4.228,10	0,00	0,00	3.621,20	0,00	0,00	0,00	3.621,20							
1.083,67	0,00	0,00	0,00	1.083,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.083,67							
0,00	124,88	124,88	0,00	0,00	0,00	0,00	12.109,96	8.183,96	8.183,96	0,00	3.926,00							
2.741,66	0,00	0,00	0,00	2.741,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.741,66							
0,00	13.812,07	13.812,07	0,00	0,00	0,00	0,00	27.881,96	23.332,06	14.224,04	0,00	13.657,92							
387,40	0,00	0,00	0,00	387,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	387,40							
0,00	13.240,90	13.240,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
5.441,93	0,00	0,00	0,00	5.441,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.441,93							
0,00	18.818,25	18.818,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
2.122,62	0,00	581,04	0,00	1.541,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.541,58							

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	220.615,44	277.861,84	264.463,58	0,00	234.013,70	135.766,08	1.043.170,49	439.550,82	380.895,58	0,00	798.040,39
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	14.098,99	12.248,99	0,00	1.850,00	49.075,01	870.759,66	348.330,22	309.045,99	0,00	610.788,68
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.018,60	0,00	0,00	0,00	1.018,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79,00	0,00	0,00	0,00	1.018,60
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.915,00	0,00	3.915,00	0,00	0,00	2.366,47	0,00	0,00	0,00	0,00	79,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413,00	0,00	0,00	0,00	2.366,47
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.155,00	0,00	0,00	0,00	1.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	644,82	0,00	0,00	0,00	1.155,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	543,00	0,00	0,00	0,00	543,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	644,82
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	543,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	649,00	0,00	0,00	0,00	649,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485,92	0,00	0,00	0,00	649,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	169,00	0,00	0,00	0,00	169,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485,92
SECRETARIA DE DESENV. RURAL, PESCA E MEIO	25.903,20	0,00	0,00	0,00	25.903,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PE	0,00	3.241,90	1.628,00	0,00	1.613,90	0,00	51.125,10	8.463,59	7.895,16	0,00	25.903,20
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	34.292,55	0,00	32.649,00	0,00	1.643,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.229,94
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	1.113,20	0,00	0,00	1.113,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.643,55
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	8.400,35	0,00	1.145,35	0,00	7.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.113,20
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	2.268,10	2.268,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.255,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	7.489,55	0,00	575,60	0,00	6.923,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	97,90	0,00	0,00	97,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.923,95
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	1.423,50	0,00	0,00	0,00	1.423,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,90
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	30.841,55	30.841,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.423,50
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	432,80	0,00	0,00	0,00	432,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	10.112,68	10.112,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	432,80
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	931,30	0,00	137,50	0,00	793,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	1.166,10	0,00	0,00	1.166,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	793,80
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,10
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	152,92	0,00	0,00	152,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	7.079,02	0,00	552,90	0,00	6.526,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	6.531,70	2.962,50	0,00	3.568,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,92
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	107,60	0,00	0,00	0,00	107,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.526,12
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	1.437,65	1.437,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.568,20
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	3.562,90	0,00	385,00	0,00	3.177,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,60
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	12.795,60	12.795,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	987,45	0,00	0,00	0,00	987,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.177,90
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	2.850,00	2.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	223,00	0,00	0,00	0,00	223,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	987,45
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	43.380,20	10.830,33	0,00	32.549,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	705,00	0,00	0,00	0,00	705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.170,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	222,50	0,00	0,00	0,00	222,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	705,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,48	0,00	0,00	0,00	2.170,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	369,31	0,00	0,00	0,00	369,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	436,20	436,20	0,00	0,00	0,00	273.673,64	120.879,66	118.973,59	0,00	110,48
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369,31
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.890,04	25.041,17	24.724,40	0,00	154.700,05
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	25,80	25,80	0,00	0,00	0,00	36.413,42	19.953,27	19.953,27	0,00	2.165,64
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.165,64
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESP. E.	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total (a+b)
PODER/ÓRGÃO	Inscritos				Cancelados	Pagos	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	266.044,91	347.696,98		297.552,15	-	316.189,74	135.766,08	1.043.170,49	439.550,82	380.895,58	-	798.040,99	1.114.230,73
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	220.615,44	277.861,84		264.463,68	0,00	234.013,70	49.075,01	870.759,66	348.330,22	309.045,99	0,00	610.788,68	844.802,38
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E...	0,00	129,00		129,00	0,00	0,00	0,00	18.395,98	3.896,54	3.896,54	0,00	14.499,44	14.499,44
SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	826,32	826,32	826,32	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	2.629,50	628,00		380,00	0,00	2.877,50	0,00	6.674,00	1.384,94	1.384,94	0,00	5.289,06	8.166,56
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	0,00	14.012,08		5.466,72	0,00	8.545,36	0,00	367.371,81	123.646,29	96.547,91	0,00	270.823,90	279.369,26
SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV(C	67.174,77	0,00		10.137,33	0,00	57.037,44	46.708,54	0,00	0,00	0,00	0,00	46.708,54	103.745,98
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	456,00	1.216,00		0,00	0,00	1.672,00	0,00	5.241,36	5.192,04	5.192,04	0,00	49,32	1.721,32
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMARUI	5.898,12	6.433,66		4.788,66	0,00	7.563,12	0,00	15.123,56	3.551,24	3.106,24	0,00	12.017,32	19.580,44
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	69,00		0,00	0,00	69,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,00	69,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	170,00	0,00		0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	170,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	2.985,85		2.067,85	0,00	928,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	928,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	19,50	0,00		0,00	0,00	19,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.095,36		1.095,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	0,00		0,00	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	266,99		266,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	15,00	0,00		0,00	0,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	668,00		0,00	0,00	668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.299,00	0,00		0,00	0,00	1.299,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.299,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.221,50		1.221,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	176,00	0,00		0,00	0,00	176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	60,79		60,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	340,00	0,00		0,00	0,00	340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	66,17		66,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.683,62	0,00		0,00	0,00	3.683,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.683,62
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	15.123,56	3.551,24	3.106,24	0,00	12.017,32	12.017,32
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	170,00	0,00		0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMARUI	39.531,35	63.401,48		28.319,91	0,00	74.612,92	86.691,07	157.287,27	87.669,36	68.743,35	0,00	175.234,99	249.847,91
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	63.401,48		28.319,91	0,00	35.081,57	0,00	157.287,27	87.669,36	68.743,35	0,00	88.543,92	123.625,49
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.	39.531,35	0,00		0,00	0,00	39.531,35	86.691,07	0,00	0,00	0,00	0,00	86.691,07	126.222,42
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-		-	-		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	266.044,91	347.696,98		297.552,15	0,00	316.189,74	135.766,08	1.043.170,49	439.550,82	380.895,58	0,00	798.040,99	1.114.230,73

FONTE:

IMARUI, 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
 Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
 Secretário de Administração e Finanças

MEIRISANE DA SILVA FERNANDES
 Contadora CRC/SC 030561/O-1

PATRICIO ANGELO COSTA JÚNIOR
 Chefe de Auditoria e Controle Interno

RREO 2 BIMESTRE (ANEXO 12)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.263.630,00	2.263.630,00	131.303,64	5,80		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	3.130,53	0,31		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	36.789,67	17,35		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	281.642,00	281.642,00	51.041,03	18,12		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	25.105,48	11,94		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.120,00	2.120,00	644,86	30,42		
Dívida Ativa dos Impostos	532.650,00	532.650,00	7.928,33	1,49		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.420,00	7.420,00	6.663,74	89,81		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.860.340,00	11.860.340,00	4.153.615,61	35,02		
Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	2.850.244,80	35,85		
Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	942,97	8,90		
Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	192.709,31	30,30		
Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	1.088.225,05	34,22		
Cota-Parte IPI-Exportação	68.900,00	68.900,00	17.070,72	24,78		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.840,00	14.840,00	4.422,76	29,80		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.840,00	14.840,00	4.422,76	29,80		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.123.970,00	14.123.970,00	4.284.919,25	30,34		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	82.362,00	82.362,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	45.580,00	45.580,00	32.790,40	71,94		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	127.942,00	127.942,00	32.790,40	25,63		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.952.093,43	5.734.620,30	2.383.751,12	41,57	2.030.162,32	35,40
Pessoal e Encargos Sociais	2.710.950,00	2.964.723,62	1.171.894,95	39,53	1.171.894,95	39,53
Outras Despesas Correntes	2.241.143,43	2.769.896,68	1.211.856,17	43,75	858.267,37	30,99
DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20	2.095.614,62	1.209.669,58	57,72	50.630,06	2,42
Investimentos	1.985.136,20	2.095.614,62	1.209.669,58	57,72	50.630,06	2,42

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IMARUÍ - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20	2.095.614,62	1.209.669,58	57,72	50.630,06	2,42
Investimentos	1.985.136,20	2.095.614,62	1.209.669,58	57,72	50.630,06	2,42
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.937.229,63	7.830.234,92	3.593.420,70	45,89	2.080.792,38	26,57
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.443.901,60	5.322.993,36	2.597.846,30	72,29	1.209.892,24	58,15
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.443.901,60	5.145.085,53	2.597.846,30	72,29	1.209.892,24	58,15
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	177.907,83	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.443.901,60	5.322.993,36	2.597.846,30	72,29	1.209.892,24	58,15
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.493.328,03	2.507.241,56	995.574,40	27,71	870.900,14	41,85
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
228.162,25						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica Outras Subfunções	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
	6.901.719,63 12.720,00 22.790,00 10.600,00	7.722.752,15 30.625,33 76.857,44 10.600,00	3.575.187,25 10.049,45 8.184,00 0,00	99,49 0,28 0,23 0,00	2.071.826,23 6.137,15 2.829,00 0,00
					99,57 0,29 0,14 0,00
TOTAL	6.947.829,63	7.840.834,92	3.593.420,70		2.080.792,38 100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times Ilb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalEMANOEL MATOS
Secretário de Administração e FinançasPATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMEIRISAINÉ DA SILVA FERI
Contadora CRC/SC 030561/I

RREO 2 BIMESTRE (ANEXO 13)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

IMARUI , 29/05/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 081/2015

EDITAL SEAGP Nº 081/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Junho a 15 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 081/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Fiscal Ambiental

Carolina da Silva de Bona

EXTARTO PMI SETEC 2015/114 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETEC 2015/114 A/00

Contratada: ELIVANE SIQUEIRA

C.N.P.J: 21.192.145/0001-01

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PARA REFORMA PARCIAL DA COBERTURA DO CENTRO MULTIMEIOS – USINA DO SABER, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SETEC.

Valor: R\$ 14.269,66 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 60/2015 Pregão 09/2015

Imbituba, 11 de junho de 2015.

Paulo Juchem Sefton

Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Contratante

Elivane Siqueira

Representante Legal

Contratada

EXTRATO PMI PGM 2015/113 A /00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI PGM 2015/113 A/00

Contratada: SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA

C.N.P.J: 82.845.322/0001-04

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO AO SISTEMA SAJ PROCURADORIAS, COM TODOS OS MÓDULOS E FUNCIONALIDADES.

Valor: R\$ 23.205,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 52/2015 Inexigibilidade 02/2015

Imbituba, 08 de junho de 2015.

Daniel Vinicio Arantes Neto

Procurador Geral do Município

Contratante

Softplan Planejamento e Sistemas Ltda.

Representante Legal

Contratada

EXTRATO PMI SEAPI 2015/115 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/115 A/00

Contratada: J.L. CONSTRUTORA LTDA ME.

C.N.P.J: 12.587.530/0001-67

Objeto: IMPLANTAÇÃO DA DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC, SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA ANDRE FERREIRA DE CARVALHO, SITUADA NO BAIRRO ARROIO - IMBITUBA/SC.

Valor: R\$215.457,17 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 54/2015 Pregão 02/2015

Imbituba, 11 de junho de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal da Agricultura Pesca e Infraestrutura
Contratante

J.L. Construtora Ltda Me
Representante Legal
Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 343/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 343, de 12 de junho de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter emergencial, para exercer o cargo/emprego público de Professora II, com carga horária de 30 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Daniela de Souza Carvalho	068.512.979-90	15/06/2015

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de junho de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 344/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 344, de 15 de junho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora RITA GONÇALVES MARCOS BATISTA, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 749.715.819-87, admitida em 19 de agosto de 1999, contrato nº 799, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.09.2015 a 29.11.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 345/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 345, de 15 de junho de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MARGARETE MARTINS DE SOUZA SILVÉRIO, Professora III – 20h, inscrita no CPF sob o n.º 770.039.429-68, admitida em 18 de fevereiro de 2010, contrato nº 5219, referente ao quinquênio devido, com período remodelado em virtude de afastamentos e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
22.05.2002 a 19.01.2008 (período remodelado)	08.06.2015 a 05.09.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 346/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 346, de 15 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 11 de junho de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011 e PORTARIA PMI/DGP Nº 380/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Dilséia João Gonçalves Miguel	Servente Merendeira 40h	749.730.539-53	11/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 15 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 03/2015(PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 57/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2015

Objeto: Locação de stand para a prefeitura de Imbituba durante a XVII quermesse e V festa nacional do bacalhau brasileiro do Município de Garopaba.

Contratada: MDR Produções Ltda.

Valor Total Global: 10.000,00 (Dez Mil Reais).

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 03 de Junho de 2015.

Paulo Juchen Sefton

Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

LEI Nº 4.568, DE 12 DE JUNHO DE 2015.**LEI Nº 4.568, DE 12 DE JUNHO DE 2015.**

Altera denominação de via localizada no bairro Village, Município de Imbituba, e altera dispositivos da Lei nº 3.832, de 27 de dezembro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua Manoel Vicente Lopes, localizada no Bairro Village, Município de Imbituba, passará a denominar-se Rua Ernani Cotrin.

Art. 2º Consoante modificação imposta pela Art. 1º desta Lei, fica alterado o Inciso I do Art. 1º da Lei 3.832, de 27 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro Village, município de Imbituba/SC, e dá outras providências, bem como fica alterado o Inciso III do Art. 2º da mesma Lei, passando os referidos dispositivos a vigorarem com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam ratificadas, sem alteração de designação, as seguintes vias localizadas no bairro Village, neste município:

I – Rua SADY HERCULANO DA ROSA, com início na Rua André Manoel de Oliveira e término na Rua Ernani Cotrin;”

“Art. 2º Ficam denominadas as seguintes vias pertencentes ao bairro Village:

I -

III – Rua ERNANI COTRIN, com início na Rua Sady Herculano da Rosa e término na divisa com o bairro Centro;”

Art. 3º Consoante modificação imposta pelo caput do Art. 1º fica também alterado o Anexo I da Lei nº 3.832, de 27 de dezembro de 2010, conforme Anexo A, parte integrante desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

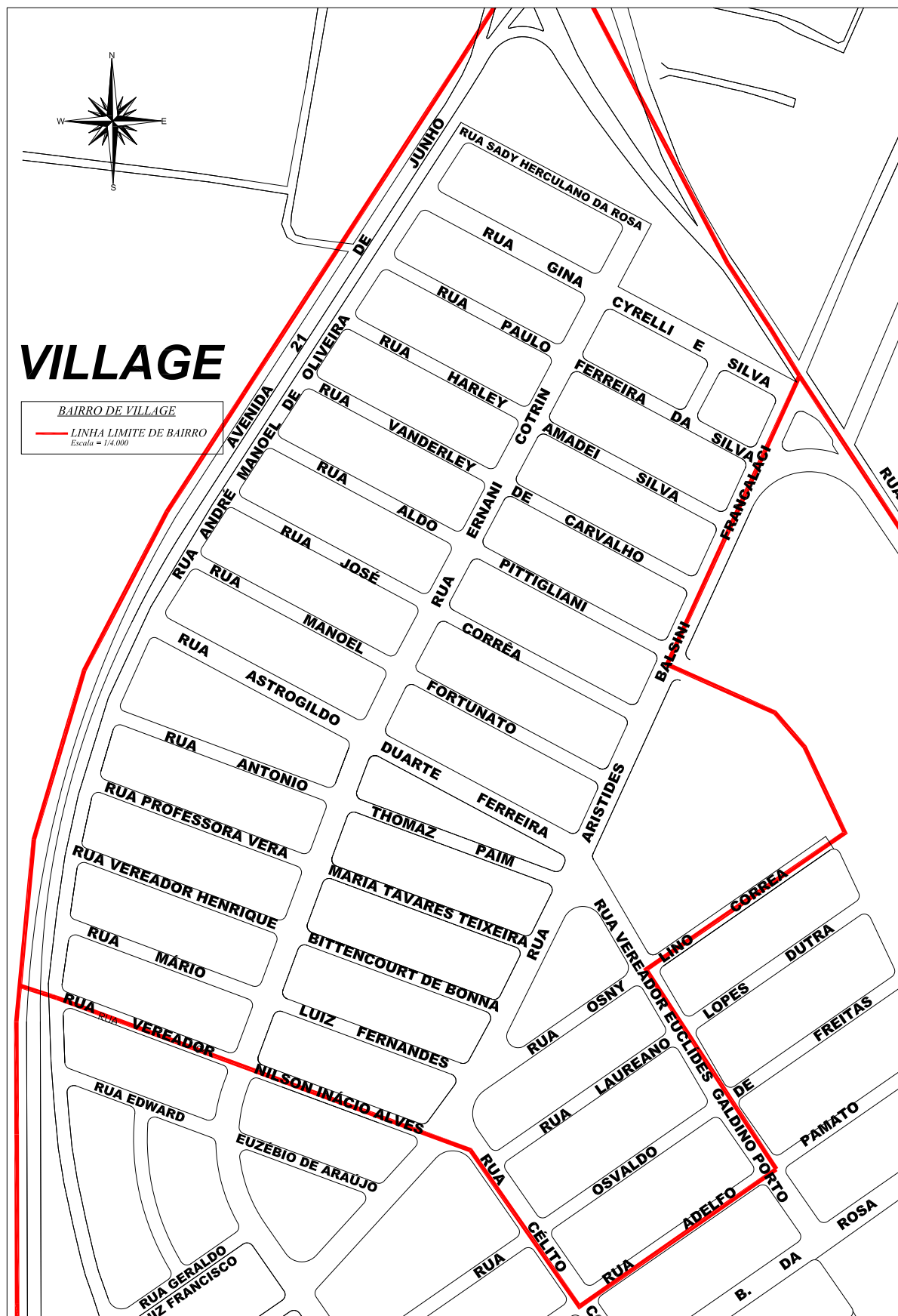
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete



Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1433/158

. DECRETO Nº 1433/15
. De 10 de junho de 2015
Nomeia Diretora Geral/
Carmelita Maria Moser de Oliveira

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, para exercer o cargo em comissão de Diretora Geral – DAE 6, junto a EBM Professora Maria da Graça dos Santos Salai, CARMELITA MARIA MOSER DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01 de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 10 de junho de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1434/15

. DECRETO Nº 1434/15
. De 10 de junho de 2015

Nomeia Diretora I/
Marli Schwanz Pfuetzenreiter

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, para exercer o cargo em comissão de Diretora I – DAE 3, junto a EBM Anna Alves Dias, MARLI SCHWANZ PFUETZENREITER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 01 de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 10 de junho de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1435/15

. DECRETO Nº 1435/15
. De 12 de junho de 2015

Designa integrantes Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 4088 e Decreto nº 2451/12, e, demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam designados para compor o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental de Indaial, os integrantes abaixo, eleitos em setembro de 2014:

· SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
Carmelita Iris Vicenzi
Karine Krüger

· SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Anilse M. Freitas Jacobsen

· INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
Janete Pedrinha Fink dos Santos
Luis Augusto Ebert

· REPRESENTANTE TRABALHADORES
Ivo Ockner

· REPRESENTANTE CULTURA
Maria Salete Koser da Veiga

· REPRESENTANTE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL / CAMAPUAN-ICATU
Márcia Margarida Pfuetzenreiter

· CÂMARA DE VEREADORES
Altair Brassiani

· DEFESA CIVIL
Mario Luiz Packer

· ACIDI
Sheila Wanke

· CLUBES DE SERVIÇO
s/indicação

· PROJETO BUGIO – CEPESBI
Aline N. Dada

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de junho de 2015
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1436/15

. DECRETO Nº 1436/15

. De 15 de junho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.221,99 (vinte mil, duzentos e vinte e um mil, noventa e nove centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1448	CONSTRUÇÃO CENTRO DE POLOS ACADEMIA DA SAÚDE
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
03335408	União – Polos Academia Saúde - E.A.
	Valor: (20.221,99)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1437/15

. DECRETO Nº 1437/15

. De 15 de junho de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.760,37 (dois mil, setecentos e sessenta reais e trinta e sete centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE

30.001.0010.0301.0030.1448	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE POLOS DE ACADEMIA DE SAÚDE.
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
03335408	União – Polos Academia de Saúde
	Valor: (2.760,37)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 284/2014

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 284/2014

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e MARA CRISTINA TAMBOSI FRANZ, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob nº 480.096.609-49 e Cédula de Identidade nº 3R 1.042.769-SSP/SC, residente à Rua Recife, no 90, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina. doravante denominado simplesmente de Locadora, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 277/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 028/2014-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes, que tem como objeto a locação de um imóvel, destinado à instalação da extensão da Unidade de Educação Infantil Ermínio Lanznaster, sendo uma residência construída em alvenaria, com área total construída de 184,26 m² (cento e oitenta e quatro metros quadrados e vinte e seis centésimos), contendo varanda, 02 (duas) salas, 01 (uma) suíte, 02 (dois) quartos 01 (uma) cozinha e copa integradas, 01 (um) BWC social, 01(um) lavabo, 01 (uma) área de serviço, 01 (área de festas), garagem para três veículos, em terreno com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), destinado ao uso exclusivo da Unidade de Educação Infantil Ermínio Lanznaster, fica rescindido a partir do dia 24 de junho de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, em 20 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	MARA CRISTINA TAMBOSI FRANZ Locadora
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 007 DO CONTRATO Nº 135/2014

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 135/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA F&F LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.595.052/0001-37, com sede na rua Marques do Herval, nº 638, bairro centro, na cidade de Ibirama – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Deivid Schlichting, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 042.385.889/08 e Cédula de Identidade nº 4.528.749-0 SSP/SC, residente e domiciliado na rua João Weidmann, nº 346, bairro Centro, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de 02 (duas) coberturas de quadras poliesportivas, com área de cobertura de 622,08 m2 cada (quadra já existente), em estrutura metálica, modelo padrão do FNDE, sendo 01 (uma) na EBM Juvenal Carvalho, e 01 (uma) na EBM Mário Bonessi, passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 02 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 02 de junho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CONSTRUTORA F&F LTDA ME Deivid Schlichting Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1616/2015

DECRETO Nº. 1616 DE 08 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 792/2014 de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 6.616,84 (seis mil e seiscentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
04.01 Departamento de Educação
1002 Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
44900000 Aplicações Diretas
0332 Transferências de Convênios da Educação
R\$ 6.616,84

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 08 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1617/2015

DECRETO Nº. 1617 DE 08 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 792/2014 de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 5.225,04 (cinco mil e duzentos e vinte e cinco reais e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
04.01 Departamento de Educação
1002 Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
44900000 Aplicações Diretas
0132 Transferências de Convênios da Educação
R\$ 5.225,04

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 08 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1618/2015

DECRETO Nº. 1618 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA LOCALIDADE DE BOM SUCESSO - MUNICÍPIO DE IOMERÊ, AFETADA POR ENXURRADAS – COBRADE 1.2.2.0.0.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, ainda, com suporte no artigo 8, inciso VI, da Lei n. 12.608/2012;

CONSIDERANDO:

I – que fortes chuvas atingiram o Município em especial a localidade de Bom Sucesso no dia quatorze de junho de 2015, com média muito superior à previsto para um dia desta época, que ocasionou a queda de uma ponte nesta localidade, deixando os moradores sem acesso;

II – que o Município disponibilizou todo o aparato disponível para minimizar os efeitos do desastre, bem como para assistência e socorro aos afetados;

III – que, em consequência deste desastre resultaram danos materiais e prejuízos econômicos;

IV – que concorrem como agravantes da situação de anormalidade: o grande volume precipitado em um pequeno intervalo de tempo (aproximadamente 160 milímetros no período entre os dias 13 e 14 de junho de 2015), que resultaram em danos materiais e prejuízos econômicos;

V – que o parecer da Comissão Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

DECRETA

Art. 1. Fica declarada Situação de Emergência na localidade de Bom Sucesso, município de Iomerê, em virtude de desastre classificado como Enxurradas - COBRADE – 1.2.2.0.0, IN/MI nº 01/2012.

Art. 2. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação da Defesa Civil local.

Art. 3. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, caso assim de se faça necessário.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Defesa Civil Municipal.

Art. 4. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a tomar as medidas necessárias para amenizar as consequências, inclusive o uso de propriedades particulares;

Art. 5. De acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação de emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6. O presente Decreto vigera por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 7. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 15 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1619/2015

DECRETO Nº 1619 DE 15 DE JUNHO DE 2015

Convoca Servidores Públicos Municipais para participar da V Conferência Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê;

Considerando que a conferência da Saúde é um momento de debates, discussões e planejamento, das ações voltadas para área da saúde, e que nortearão os trabalhos da Secretaria Municipal de Saúde nos próximos quatro anos;

Considerando que a conferência municipal de saúde antecede as conferências estadual e nacional

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado os Servidores Municipais, com exceção da Sec. de Educação, para participarem da V conferência da Saúde que se realizará no dia 23 de junho de 2015 às 13h:30m no auditório municipal.

Art. 2º - O servidor convocado através do presente documento, cujo comparecimento não for registrado, terá descontado os vencimentos correspondentes ao período da convocação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 15 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 289/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL NO CARGO DE PROFESSROA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDREIA VITTO, Matrícula 2424-4, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 3.942.181 e do CPF 051.968.579-23, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 250/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de junho de 2015.

Ipumirim - SC, 15 de junho de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO PL 34, TP 2-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 34/2015 Data do Processo: 30/04/2015

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa (material + mão de obra) para edificação de uma quadra coberta na Comunidade de Linha Serrinha- Ipumirim-SC, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 16/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 22 de Maio de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 001/2012, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 34/2015, Licitação nº. 2/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME neste ato sem representante presente, METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA ME neste ato sem representante presente, CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP neste ato representado pelo Srº. EVERTON ANTONIO SCHWARZ, DIMENZO ENGENHARIA LTDA neste ato sem representante presente, LAJE OESTE LTDA-EPP neste ato sem representante presente, MATEUS SPRICIGO ME neste ato representado pelo Senhor TIAGO SPRICIGO.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 062/2015, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as empresas: LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME neste ato sem representante presente, METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA ME neste ato sem representante presente, CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP neste ato representado pelo Srº. EVERTON ANTONIO SCHWARZ, DIMENZO ENGENHARIA LTDA neste ato sem representante presente, LAJE OESTE LTDA-EPP neste ato sem representante presente, MATEUS SPRICIGO ME neste ato representado pelo Senhor TIAGO SPRICIGO. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa somente as empresas LAJE OESTE LTDA-EPP e DIMENZO ENGENHARIA LTDA não apresentaram a Declaração de Enquadramento de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte as demais empresas apresentaram. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato continuo o Presidente apresenta os envelopes da documentação e da proposta, devidamente lacrados, que foram rubricados por todos os presentes. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação, os quais foram abertos e conferidos pela Comissão e o representantes presentes. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que as empresas acima transcritas apresentaram a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitadas para prosseguir nas fases subseqüentes do presente embate licitatório. Porém considerando a ausência de alguns representantes das empresas presentes e que nem uma das empresas apresentaram o Termo de Renuncia Relativo ao Julgamento da Fase de Habilitação, abre-se prazo de 5(cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme artigo 109 parágrafo 6º da Lei 8.666/93. Comunica-se desta forma todas as empresas. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes da empresas presentes.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 34/2015 Data do Processo: 30/04/2015
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 22 de Maio de 2015

COMISSÃO:

LAUDÉCIR FRANCIO	-	- Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	-	- MEMBRO
CLAUDIMIR ANTONIO ACCADROLI	-	- MEMBRO
FERNANDA PALUDO	-	- MEMBRO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO PL 34, TP 2-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 2/2015 - TP

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 34/2015
 Data do Processo: 30/04/2015

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa (material + mão de obra) para edificação de uma quadra coberta na Comunidade de Linha Serrinha- Ipumirim-SC, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 20/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 2 de Junho de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 001/2012, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 34/2015, Licitação nº 2/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: No dia e hora marcada, foi dado prosseguimento ao presente embate licitatório. A Comissão de Licitação da início a abertura dos envelopes contendo as Propostas Comerciais das empresas: LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME neste ato sem representante presente, METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA ME neste ato sem representante presente, CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP neste ato sem representante presente, DIMENZO ENGENHARIA LTDA neste ato sem representante presente, LAJE OESTE LTDA-EPP neste ato sem representante presente, MATEUS SPRICIGO ME neste ato representado pelo Senhor TIAGO SPRICIGO. Em seguida a comissão da início a abertura envelopes contendo as Propostas Comerciais, onde as mesmas foram rubricadas e conferidas pela Comissão de Licitação e representante presente. Após análise criteriosa das propostas constatou-se que todas as empresas estavam em conformidade com o presente Edital. Declara-se vencedora a empresa: LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, com o valor de R\$ 105.361,70 (cento e cinco mil trezentos e sessenta e um reais e setenta centavos). Segue anexo quadro comparativo de preço das empresas acima mencionadas, que é parte integrante do presente certame. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão.

Participante: 9609 - LORENZATTO E PELLIZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa (material + mão de obra) para edificação de uma quadra coberta na Comunidade de Linha Serrinha- Ipumirim-SC, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.	UN	1,00		0,0000	105.361,70	105.361,70
Total do Participante ----->							105.361,70
Total Geral ----->							105.361,70

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 2 de Junho de 2015

COMISSÃO:

LAUDECI R FRANCIO - - Presidente da Comissão de Licitação
 JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO
 CLAUDIOMIR ANTONIO ACCADROLI - - MEMBRO
 FERNANDA PALUDO - - MEMBRO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 39, PP 16-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2015 Data do Processo: 26/05/2015
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de material esportivo destinado as atividades da Cme, e demais órgãos da administração publica.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 21/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 11 de Junho de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 39/2015, Licitação nº 16/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos onze dias do mês de junho de 2015, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Pública Municipal Jucilene Goldoni Caliarri membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: ROÇA COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA sendo que a mesma encaminhou os envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação via correio por sedex, não tendo, portanto neste ato representante presente, OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, FITFORMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO CONFECÇÕES LTDA - ME e ESPORTE ESPETACULAR COMERCIO E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertarem lances verbais, nos termos do item 3.3 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº. ROBERTO SUNTI sócio proprietário da empresa ESPORTE ESPETACULAR COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, o Srº KLEBER LUIZ LIBANO sócio proprietário da empresa OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME e o Srº. DIRCEU JOÃO BUSSAQUERA representante credenciado da empresa FITFORMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO CONFECÇÕES LTDA - ME. Credenciaram-se como Micro Empresa todas as empresas acima citadas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram as declarações na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise das propostas constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, iniciou-se a fase de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 8117 - ESPORTE ESPETACULAR COM. ARTIGOS ESPORT. LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Bola Oficial de Futsal, Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU Ultra 100%. Possui camada NeoGel, deixando a bola mais macia e elástica, exigindo menos força do atleta para obter a mesma velocidade. - Confeccionada com PU Ultra 100% ULTRA. Acabamento e base de poliuretano (PU) importado e revestimento externo metalizado. - Tecnologia Termotec: os gomos são termo-fundidos, fazendo com que a bola tenha 0% de absorção de água, não alterando o seu peso mesmo em campos molhados. Além de maior precisão, velocidade, durabilidade e menor deformação. - Câmara Airbilty, para maior retenção de ar. - Miolo Slip System, removível e lubrificado. - Circunferência: 61-64cm. - Peso: 410-440g. - Produto nacional.	UN	50,00	PENALTY MAX 1000	0,0000	122,40	6.120,00
5	Bola Oficial de Futebol de Campo, termotec. Material: Em PVC, Circunferência: 68 - 70 cm, Peso Aproximado: 410-450g, 8 gomos, Câmara Airbilty, Miolo Slip System removível e lubrificado, Construção Termotech.	UN	100,00	PENALTY S11R2	0,0000	77,50	7.750,00
6	Coletes para treino de futebol confeccionado em Dry Fit 100% poliéster, com debrum na extremidades.	UN	50,00	J ESPORTE	0,0000	9,90	495,00
10	Escada de agilidade de tecido 4m (10 degraus - 9 espaços). Feita de tecido resistente, 4 pinos para prender a escada ao solo. Tamanho: 4 metros.	UN	2,00	ESTAR FLEX	0,0000	102,90	205,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 16/2015 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 39/2015
 Data do Processo: 26/05/2015

Folha: 2/3

Participante: 8117 - ESPORTE ESPETACULAR COM. ARTIGOS ESPORT. LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	Botijão Térmico: Corpo e Interna Plástica, Bocal largo, Tripé e torneira, Conserva por até 6 horas, Tripé retrátil, Alça e bocal largos, Alta densidade, dimensões e tamanho (DxA): 275x417 mm, peso: 2,495 gr.	UN	1,00	INVICTA	0,0000	2,99	2,99
12	Sacola para fardamento, confeccionadas em nylon 600 emborrachado, com zíper na parte superior, com medidas de 60x30x70.	UN	2,00	POLISPORT	0,0000	25,90	51,80
15	Sapatilha de atletismo, fabricada em tecido sintético leve e de alta resistência, com proteção extra frontal. Entressola em EVA, solado em borracha com prato de sete pregos em fibra plástica durável. Velcro frontal para melhor fixação do calçado ao pé. Excelente custo-benefício	UN	1,00	PISTA E CAMPO	0,0000	479,00	479,00
16	Dardo de alumínio/aço 500 g. Indicado para treinamento. Estrutura de alumínio, cabeça de aço, empunhadura de corda e calda afinada. Peso e dimensões oficiais.	UN	1,00	PISTA E CAMPO	0,0000	459,90	459,90
17	Dardo de alumínio/aço 700 g. Indicado para treinamento. Estrutura de alumínio, cabeça de aço, empunhadura de corda e calda afinada. Peso e dimensões oficiais..	UN	1,00	PISTA E CAMPO	0,0000	549,90	549,90

Total do Participante -----> 16.114,39

Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	BOLA DE FUTSAL TERMOTEC. - Confeccionada com PU Ultra 100% ULTRA. Acabamento e base de poliuretano (PU) importado e revestimento externo metalizado. - Tecnologia Termotec: os gomos são termo-fundidos, fazendo com que a bola tenha 0% de absorção de água, não alterando o seu peso mesmo em campos molhados. Além de maior precisão, velocidade, durabilidade e menor deformação. - Câmara Airbility, para maior retenção de ar. - Miolo Slip System, removível e lubrificado. - Circunferência: 61-64cm. - Peso: 410-440g. - Produto nacional.	UN	25,00	PENALTY MAX 500	0,0000	114,50	2.862,50
3	Bola Oficial de Futsal, Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU Ultra 100%. Possui camada NeoGel, deixando a bola mais macia e elástica. - Confeccionada com PU Ultra 100% ULTRA. Acabamento e base de poliuretano (PU) importado e revestimento externo metalizado. - Tecnologia Termotec: os gomos são termo-fundidos, fazendo com que a bola tenha 0% de absorção de água, não alterando o seu peso mesmo em campos molhados. Além de maior precisão, velocidade, durabilidade e menor deformação. - Câmara Airbility, para maior retenção de ar. - Miolo Slip System, removível e lubrificado. - Circunferência: 55-59 cm. - Peso: 350- 380g. - Produto nacional.	UN	25,00	PENALTY MAX 200	0,0000	84,50	2.112,50
4	confeccionada com PU Ultra 100%. Possui camada NeoGel, deixando a bola mais macia e elástica, exigindo menos força do atleta para obter a mesma velocidade. - Confeccionada com PU Ultra 100% ULTRA. Acabamento e base de poliuretano (PU) importado e revestimento externo metalizado. - Tecnologia Termotec: os gomos são termo-fundidos, fazendo com que a bola tenha 0% de absorção de água, não alterando o seu peso mesmo em campos molhados. Além de maior precisão, velocidade, durabilidade e menor deformação. - Câmara Airbility, para maior retenção de ar. - Miolo Slip System, removível e lubrificado. - Circunferência: 50-55cm - Peso: 300-350 g. - Produto nacional.	UN	25,00	PENALTY MAX 100	0,0000	79,50	1.987,50
7	Cone em PVC flexível modelo chinês	UN	20,00	PANGUE	0,0000	7,30	146,00
8	Cones em PVC de 23 cm de altura, para treinamento físico.	UN	20,00	PANGUE	0,0000	7,40	148,00
9	Rede para bolas fio 04 PE (nylon), malha 10x10 capacidades para 24 bolas.	UN	5,00	PANGUE	0,0000	11,80	59,00
13	Bolsa de Massagista Para Futebol Confeccionado em Nylon. Com isopor, duas bisnagas plásticas e seis bolsos laterais. TAMANHOS: 20 cm largura x 22cm altura	UN	1,00	PANGUE	0,0000	82,50	82,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 16/2015 - PR
Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 39/2015
Data do Processo: 26/05/2015

Folha: 3/3

Participante: 8924 - OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	Bola Oficial de Vôlei, matrizada, com 16 gomos, confeccionada com microfibra. Bola oficial aprovada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Tamanho: 65 - 67 cm de diâmetro. Peso: 260 - 280 g.	UN	25,00	PANALTY 7.0	0,0000	174,50	4.362,50

Total do Participante -----> 11.760,50
Participante: 9799 - ROCA COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Camisetas de treino, confeccionadas e Dry fit 100% poliéster.	UN	200,00	RAMA POLIESTER	0,0000	6,00	1.200,00

Total do Participante -----> 1.200,00
Total Geral -----> 29.074,89

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 11 de Junho de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 34, TP 2-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 34/2015 Data do Processo: 30/04/2015

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 34/2015
b) Licitação Nr.: 2/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 12/06/2015
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa (material + mão de obra) para edificação de uma quadra coberta na Comunidade de Linha Serrinha- Ipumirim-SC, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

	<u>Unid.</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
--	--------------	-------------------	-------------------	-----------------------	----------------------

LORENZATTO E PELLIZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA (9609)

1 contratação de empresa (material + mão de obra) para edificação de uma quadra coberta na Comunidade de Linha Serrinha- Ipumirim-SC, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.	UN	1,00	0,0000	105.361,70	105.361,70
---	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 105.361,70

Total Geral: 105.361,70

Ipumirim, 12 de Junho de 2015.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 39, PP 16-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2015 Data do Processo: 26/05/2015
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2015
b) Licitação Nr.: 16/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/06/2015
e) Objeto da Licitação aquisição de material esportivo destinado as atividades da Cme, e demais órgãos da administração publica.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ESPORTE ESPETACULAR COM. ARTIGOS ESPORT. LTDA (8117)

1 Bola Oficial de Futsal, Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU Ultra 100%. Possui camada NeoGel, deixando a bola mais macia e elástica, exigindo menos força do atleta para obter a mesma velocidade. - Confeccionada com PU Ultra 100% ULTRA. Acabamento e base de poliuretano (PU) importado e revestimento externo metalizado. - Tecnologia Termotec: os gomos são termo-fundidos, fazendo com que a bola tenha 0% de absorção de água, não alterando o seu peso mesmo em campos molhados. Além de maior precisão, velocidade, durabilidade e menor deformação. - Câmara Airbility, para maior retenção de ar. - Miolo Slip System, removível e lubrificado. - Circunferência: 61-64cm. - Peso: 410-440g. - Produto nacional. - Marca: PENALTY MAX 1000	UN	50,00	0,0000	122,40	6.120,00
5 Bola Oficial de Futebol de Campo,termotec.Material: Em PVC, Circunferência: 68 - 70 cm, Peso Aproximado: 410-450g, 8 gomos, Câmara Airbility, Miolo Slip System removível e lubrificado, Construção Termotech . - Marca: PENALTY S11R2	UN	100,00	0,0000	77,50	7.750,00

Ipumirim, 12 de Junho de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2015 Data do Processo: 26/05/2015
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ESPORTE ESPETACULAR COM. ARTIGOS ESPORT. LTDA (8117)

6 Coletes para treino de futebol confeccionado em Dry Fit 100% poliéster, com debrum na extremidades. - Marca: J ESPORTE	UN	50,00	0,0000	9,90	495,00
10 Escada de agilidade de tecido 4m (10 degraus - 9 espaços). Feita de tecido resistente, 4 pinos para prender a escada ao solo. Tamanho: 4 metros. - Marca: ESTAR FLEX	UN	2,00	0,0000	102,90	205,80
11 Botijão Térmico: Corpo e Interna Plástica, Bocal largo, Tripé e torneira, Conserva por até 6 horas, Tripé retrátil, Alça e bocal largos. Alta densidade, dimensões e tamanho (DxA): 275x417 mm, peso: 2,495 gr. - Marca: INVICTA	UN	1,00	0,0000	2,99	2,99
12 Sacola para fardamento, confeccionadas em nylon 600 emborrachado, com zíper na parte superior, com medidas de 60x30x70. - Marca: POLISPORT	UN	2,00	0,0000	25,90	51,80
15 Sapatilha de atletismo, fabricada em tecido sintético leve e de alta resistência, com proteção extra frontal. Entressola em EVA, solado em borracha com prato de sete pregos em fibra plástica durável. Velcro frontal para melhor fixação do calçado ao pé. Excelente custo-benefício - Marca: PISTA E CAMPO	UN	1,00	0,0000	479,00	479,00
16 Dardo de alumínio/aço 500 g. Indicado para treinamento. Estrutura de alumínio, cabeça de aço, empunhadura de corda e calda afinada. Peso e dimensões oficiais. - Marca: PISTA E CAMPO	UN	1,00	0,0000	459,90	459,90
17 Dardo de alumínio/aço 700 g. Indicado para treinamento. Estrutura de alumínio, cabeça de aço, empunhadura de corda e calda afinada. Peso e dimensões oficiais. - Marca: PISTA E CAMPO	UN	1,00	0,0000	549,90	549,90
Total do Fornecedor:					16.114,39

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

2 BOLA DE FUTSAL TERMOTEC. - Confeccionada com PU Ultra 100% ULTRA. Acabamento e base de poliuretano (PU) importado e revestimento externo metalizado. - Tecnologia Termotec: os gomos são termo-fundidos, fazendo com que a bola tenha 0% de absorção de água, não alterando o seu peso mesmo em campos molhados. Além de maior precisão, velocidade, durabilidade e menor deformação. - Câmara Airbility, para maior retenção de ar. - Miolo Slip System, removível e lubrificado. - Circunferência: 61-64cm. - Peso: 410-440g. - Produto nacional. - Marca: PENALTY MAX 500	UN	25,00	0,0000	114,50	2.862,50
---	----	-------	--------	--------	----------

Ipumirim, 12 de Junho de 2015.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2015 Data do Processo: 26/05/2015
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

3 Bola Oficial de Futsal, Termotec, com 8 gomos, confeccionada com PU Ultra 100%. Possui camada NeoGel, deixando a bola mais macia e elástica, - Confeccionada com PU Ultra 100% ULTRA. Acabamento e base de poliuretano (PU) importado e revestimento externo metalizado. - Tecnologia Termotec: os gomos são termo-fundidos, fazendo com que a bola tenha 0% de absorção de água, não alterando o seu peso mesmo em campos molhados. Além de maior precisão, velocidade, durabilidade e menor deformação. - Câmara Airbilty, para maior retenção de ar. - Miolo Slip System, removível e lubrificado. - Circunferência: 55-59 cm. - Peso: 350- 380g. - Produto nacional. - Marca: PENALTY MAX 200	UN	25,00	0,0000	84,50	2.112,50
4 confeccionada com PU Ultra 100%. Possui camada NeoGel, deixando a bola mais macia e elástica, exigindo menos força do atleta para obter a mesma velocidade. - Confeccionada com PU Ultra 100% ULTRA. Acabamento e base de poliuretano (PU) importado e revestimento externo metalizado. - Tecnologia Termotec: os gomos são termo-fundidos, fazendo com que a bola tenha 0% de absorção de água, não alterando o seu peso mesmo em campos molhados. Além de maior precisão, velocidade, durabilidade e menor deformação. - Câmara Airbilty, para maior retenção de ar. - Miolo Slip System, removível e lubrificado. - Circunferência: 50-55cm - Peso: 300-350 g. - Produto nacional. - Marca: PENALTY MAX 100	UN	25,00	0,0000	79,50	1.987,50
7 Cone em PVC flexível modelo chinês - Marca: PANGUE	UN	20,00	0,0000	7,30	146,00
8 Cones em PVC de 23 cm de altura, para treinamento físico. - Marca: PANGUE	UN	20,00	0,0000	7,40	148,00
9 Rede para bolas fio 04 PE (nylon), malha 10x10 capacidades para 24 bolas. - Marca: PANGUE	UN	5,00	0,0000	11,80	59,00
13 Bolsa de Massagista Para Futebol Confeccionado em Nylon. Com isopor, duas bisnagas plásticas e seis bolsos laterais. TAMANHOS: 20 cm largura x 22cm altura - Marca: PANGUE	UN	1,00	0,0000	82,50	82,50
18 Bola Oficial de Vôlei, matrizada, com 16 gomos, confeccionada com microfibr. Bola oficial aprovada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Tamanho: 65 - 67 cm de diâmetro. Peso: 260 - 280 g. - Marca: PANALTY 7.0	UN	25,00	0,0000	174,50	4.362,50
Total do Fornecedor:					11.760,50

Ipumirim, 12 de Junho de 2015.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 16/2015 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 39/2015
Data do Processo: 26/05/2015

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**ROCA COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA (9799)**

14	Camisetas de treino, confeccionadas e Dry fit 100% poliéster. - Marca: RAMA POLIESTER	UN	200,00	0,0000	6,00	1.200,00
----	--	----	--------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 1.200,00**Total Geral: 29.074,89**

Ipumirim, 12 de Junho de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL 04/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2015, Pregão Presencial nº 04/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand, Sra. Patricia Fabiane Fronczak, Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Adilson Lino de Oliveira - representante da empresa Gapski & Cia Ltda - EPP; Sr. Gunars Karlis Zalite - representante da empresa Peçamaq Distribuidora de Peças Ltda; e Sr. Cristiano Carvalho Pupo - representante da empresa G. Maiochi. As empresas a seguir encaminharam seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda: SEDEX DJ 30420445 8 BR; Julio Silvestri Filho ME: SEDEX DJ 30018318 2 BR; BT Comercial Import e Export Ltda: SEDEX DJ 08514191 1 BR. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Gapski & Cia Ltda - EPP; Peçamaq Distribuidora de Peças Ltda; G. Maiochi; Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda; Julio Silvestri Filho ME, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Após consulta com a Advogada Ana Maria Onevecht sugeriu a desclassificação da empresa BT Comercial Import e Export Ltda no item 11 de acordo com o Art. 48, inciso II da Lei 8666/93. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2015, Pregão Presencial nº 04/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand, Sra. Patricia Fabiane Fronczak, Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Adilson Lino de Oliveira - representante da empresa Gapski & Cia Ltda - EPP; Sr. Gunars Karlis Zalite - representante da empresa Peçamaq Distribuidora de Peças Ltda; e Sr. Cristiano Carvalho Pupo - representante da empresa G. Maiochi. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Gapski & Cia Ltda - EPP; G. Maiochi; Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda; Julio Silvestri Filho ME; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. A empresa Peçamaq Distribuidora de Peças Ltda. apresentou o Balanço sem a Autenticação da Junta Comercial, bem como o termo de abertura e encerramento, sendo assim considerada INABILITADA. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata. G Maiochi e Cia Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
05	04	Unidade	Lâmina bico de pato p/ carregadeira W20E	SOMASA	2.129,90	8.519,60
06	04	Unidade	Lamina bico de pato para New Holand	SOMASA	2.124,50	8.498,00
08	20	Unidade	Dente para concha da retroescavadeira Randon RD 406	RCP	29,99	599,80
09	04	Unidade	Lamina para concha da retroescavadeira JCB 3C traçada	RCP	649,99	2.599,96
11	40	Unidade	Lamina 13 furos motoniveladora CAT 120K	RCP	344,80	13.792,00
TOTAL R\$	34.009,36					

Gapski & Cia Ltda – EPP

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
07	20	Unidade	Suporte do escarificador da Motoniveladora CAT 120K	ECOPLAN	87,50	1.750,00
TOTAL R\$	1.750,00					

Julio Silvestri Filho – ME

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	250	Unidade	Unha do escarificador Caterpillar CAT 120K	COLINA	12,00	3.000,00
02	400	Unidade	Parafuso para lâminas CAT 120K	FEY	1,80	720,00

03	400	Unidade	Porca para Lâmina CAT 120K	FEY	0,45	180,00
04	30	Unidade	Dente 5/8 da concha W18	COLINA	105,00	3.150,00
TOTAL	7.050,00					

Irineópolis, 15 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 07/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2015

PREGÃO PRESENCIAL 05/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 07/2015, Pregão Presencial nº 05/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Altair Fabro - representante da empresa Agroprata Comércio de Equipamentos Ltda EPP; Sr. Claber Ribeiro Milani- representante da empresa Milani Comercio de Maquinas Agricolas Ltda - EPP e Sr. Fernando Luis Kutinski - representante da empresa Toni Cerealista Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. A empresa Agroprata Comércio de Equipamentos Ltda EPP; segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Milani Comercio de Maquinas Agricolas Ltda - EPP foi desclassificada por não apresentar folder de acordo com o item 5 alínea 5.1 letra h) solicitado no edital. A empresa Toni Cerealista Ltda foi desclassificada nos Itens 01 e 05 da proposta por não apresentar as características solicitadas no edital. Os representantes das empresas Agroprata Comércio de Equipamentos Ltda EPP e Toni Cerealista Ltda não manifestaram interesse de interposição de recursos. E a empresa Milani Comercio de Maquinas Agricolas Ltda - EPP manifestou interesse de recurso.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 07/2015, Pregão Presencial nº 05/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Altair Fabro - representante da empresa Agroprata Comércio de Equipamentos Ltda EPP; e Sr. Fernando Luis Kutinski - representante da empresa Toni Cerealista Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Toni Cerealista Ltda e Agroprata Comércio de Equipamentos Ltda EPP e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope da empresa Milani Comercio de Maquinas Agricolas Ltda - EPP permanece lacrado no presente processo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Agroprata Comércio de Equipamentos Ltda – EPP

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor R\$
01	01	Unidade	Roçadeira nova com as seguintes especificações: largura mínima de 1900 mm, comprimento no mínimo de 2400 mm, altura de no mínimo 900 mm, largura do corte de no mínimo 1800 mm, com potência requerida de no mínimo 50 CV e Peso total de no mínimo 350 kg.	S.R.ORTH	5.900,00
02	01	Unidade	Arado Subsolador novo com as seguintes características: largura mínima de 1700 mm, comprimento no mínimo de 1900 mm, altura de no mínimo 1200 mm, com potência mínima de no mínimo 50 CV, contendo no mínimo 5 discos de corte com diâmetro de 18" e no mínimo 05 dentes e Peso total de no mínimo 500 kg.	BUDNY	7.450,00
03	01	Unidade	Distribuidor de sementes novo, com capacidade mínima de 600 litros, com largura mínima de distribuição de 6 metros, com pesos de no mínimo 85 kg e dimensões mínimas de 1,25 x 1,05 x 1,30 metros. Potência requerida mínima de no mínimo 8 CV por garra.	MAQTRON	3.500,00
04	01	Unidade	Distribuidor de adubo e calcário novo, com as seguintes características: capacidade de carga mínima 1,4 m³, distribuição de calcário de no mínimo de 7.000 kg/ha, largura de distribuição de 06 à 14 metros, rodado fixo, pneus 7,50 x 16, rotação na TDP de no mínimo 540 Rpm, bitola de 1490 mm, comprimento total de no mínimo 3.600 mm, largura total mínima de 1.750, altura total mínima de 1.550 mm, peso no mínimo 850 kg, Potência no Motor do trator de 60-65 CV.	BUDNY	15.290,00

05	01	Unidade	Grade aradora nova com controle remoto com as seguintes características: com mínimo de 16 discos com diâmetro de no mínimo 26", espaçamento entre discos de no mínimo 230 mm, diâmetro do eixo de no mínimo 1.5x8", largura do trabalho de no mínimo de 1750 mm e profundidade do trabalho entre 100-180 no mínimo, com rodeiro simples com pneus novos de no mínimo 600x16 e potência aproximada de no mínimo entre 80-95, com peso mínimo de 1450kg.	CERVO	17.300,00
VALOR TOTAL R\$		49.440,00			

Irineópolis, 15 de junho de 2015.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

PORTARIA N º 197/2015

PORTARIA N º. 197/2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III – Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR EDSON SCHWITSZKE, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Trator, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 198/2015

PORTARIA N º. 198/2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III – Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR ADEMIR PASCHOALINI, ocupante do cargo de Marteleiteiro (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura

Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Retroescavadeira, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 196/2015

PORTARIA N º 196/2015.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n º 007/2001, de 15/10/2001 e amparado nas disposições da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR, os membros a seguir relacionados, para sob a presidência do primeiro, acompanharem e coordenarem todas as etapas relativas ao Teste Seletivo Edital nº 001/2015 SMS, para a seleção de servidores a serem admitidos em caráter temporário, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde para atuar na área de São Pascoal;

I. Daniela Aparecida Fritzen Randig

II. Francieli Ziemann

III. Igor Daniel dos Santos

Art. 2º - Os membros ora designados são responsáveis pelo acompanhamento coordenação e supervisão de todos os atos relativos ao Teste Seletivo para Contratação Temporária, da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 10 de junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ADENDO 02 PL 032/2015, PP 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

REGISTRO DE PREÇOS

ADENDO 02

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que em razão da necessidade houve alterações no item 7.1 alínea "n" e no Anexo "D", do Edital do Processo Licitatório nº 032/2015, Pregão Presencial nº 023/2015, para possível contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção e limpeza de climatizadores das Secretarias Municipais. Em consequência das alterações do Edital, as propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 30 de junho de 2015 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital e o Adendo nº 02 encontram-se disponíveis no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 15 de junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2015, DISPENSA Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 003/2015, em prol da CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CNPJ nº. 09.427.503/0001-12, visando contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo o acesso ao REGIN. O valor a ser pago é de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), mensais. Fundamentação legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei nº. 8.666/93.

Itá SC., 15 de junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

RESULTADO DO EDITAL CMDCA N.º 01/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 25 de março de 2015, em sua sede localizada na Rua Paulo Klodzinski, nº 580, Centro e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no art. 40 e seguintes, da Lei Municipal nº 645, de 01º de abril de 2015, Resultado da AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA A VAGA DO CONSELHEIRO TUTELAR do Município de Itaiópolis, e dá outras providências: 01-Ernani C. Martinischen (APTO); 02-Silvana Aparecida Castanheiro (APTO); 03- Lucile-ne Cristina P. Franco (APTO); 04-Jefferson B. Silva (APTO); 05-Maria Antonia S. Pereira (NÃO COMPARECEU); 06- Silvana Saidel (APTO); 07- Roseli Aparecida S. Piroski (APTO); 08- Elisabete Gruber (APTO); 09-Maria Ines Chupel (APTO); 10- Madalena Teixeira (DESISTENTE); 11- Edinéia Aparecida A. Kuyava (APTO); 12- Josieli S. Dacalnal (INAPTO); 13- Andreia Zanelato (APTO); 14- Edicarlos A. Alves (APTO); 15 - Edson Zanelato (NÃO COMPARECEU); 16 - Kátia G. Neundorf (APTO); 17- Silvio J. Torquato (APTO); 18-Maria Sueli A. V. Rosa (INAPTO); 19 - Angelina Colaço (APTO); 20 Elis T. Dresseno (APTO); 21- Liliana S. Sieminski (APTO); 22- Sandra Mara da Silva (APTO); 23- Cleiton Koaski (APTO). Presidente do CMDCA Paulo Cesar Pruner Filho

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 105 DE 15/06/2015

DECRETO 105 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições (após os recursos) dos candidatos que preencheram os requisitos exigidos no Edital do Concurso Público nº 01/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79068	Ademir Heck	HOMOLOGADA
81396	Adriane Regina Bettio Vargas	HOMOLOGADA
78993	Aline Schoeninger Wiest	HOMOLOGADA
79144	Andre Vogt	HOMOLOGADA
80555	Andrey Sohn	HOMOLOGADA
80240	Cleison Ariel Back	HOMOLOGADA
79007	Danieli Hensel	HOMOLOGADA
82030	Deivedi Silveira Meira	HOMOLOGADA
81320	Engle Kunst Welter	HOMOLOGADA
80575	Fabio Oswald	HOMOLOGADA
81331	Fernanda Kummer Mueller	HOMOLOGADA
80752	Gessica Balestrin	HOMOLOGADA
79433	Hugo Vinicius Werlang	HOMOLOGADA
79539	Ivana Raquel Krug	HOMOLOGADA
81845	Jair Marcio Mueller	HOMOLOGADA
80620	Jaqueline Lerner Reis	HOMOLOGADA
79223	Jose Gilvane Lauer	HOMOLOGADA
79022	Juliana De Maman	HOMOLOGADA
78995	Juliano Da Rocha Castanhede	HOMOLOGADA
79321	Karine Schneiders	HOMOLOGADA
80342	Karoline Ertel	HOMOLOGADA
79251	Katiana Giehl	HOMOLOGADA
79199	Loreci Alves De Vargas	HOMOLOGADA
81827	Lucir Pedro Guareschi Junior	HOMOLOGADA
81513	Luis Carlos Dall Soto	HOMOLOGADA
79065	Marcos Andrei Machado	HOMOLOGADA
79003	Naissa Carmine Schaurich	HOMOLOGADA
81540	Patricia Reimann	HOMOLOGADA
80129	Rafael Schneider Welter	HOMOLOGADA
80942	Ricardo Rother	HOMOLOGADA
79072	Rodrigo Canssi	HOMOLOGADA
78973	Tatiane Spaniol Walker	HOMOLOGADA
78966	Vanessa Cristina Corti Sturm	HOMOLOGADA
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
80533	Ivanice Teresa Rambo	HOMOLOGADA
81698	Pablo Marangon Dourado	HOMOLOGADA
81291	Patricia Crespan Mantelli	HOMOLOGADA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 15 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artêmio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 106 DE 15/06/2015

DECRETO 106 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO EMPREGO PÚBLICO Nº 02/2015

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições (após os recursos) dos candidatos que preencheram os requisitos exigidos no Edital de Emprego Público nº 02/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 16) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
78954	Camila Anschau	HOMOLOGADA
79226	Chrislaine Yonara Schoenhals Ritter	HOMOLOGADA
79214	Cristiane Giehl	HOMOLOGADA
80903	Ignacio Jose Kappes	HOMOLOGADA
81594	Janete Schwab Mayer	HOMOLOGADA
79153	Jessica Thaina Brisola Kirst	HOMOLOGADA
79233	Larissa Rodrigues De Lima	HOMOLOGADA
80381	Lucia Maria Melz	HOMOLOGADA
79630	Luciana Horst Follmann	HOMOLOGADA
79143	Marilei Klein	HOMOLOGADA
79150	Silesia Maria Kirst	HOMOLOGADA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 17) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
79037	Fabiana Franzen	HOMOLOGADA
78982	Giane Sundermann	HOMOLOGADA
80675	Jaine Finger	HOMOLOGADA
79109	Janete Maria Ruschel Sehn	HOMOLOGADA
79142	Laerte Bourscheidt	HOMOLOGADA
79232	Lisete Antunes Da Silva	HOMOLOGADA
81509	Nair Elisa Rieth Royer	HOMOLOGADA
81821	Valcir Pauli	HOMOLOGADA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 21) - Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
81774	Ademir Kipper	HOMOLOGADA
79399	Aline Schmitz Kirchhof	HOMOLOGADA
80120	Ana Cristina Casagrande Barth	HOMOLOGADA
79623	Cassia Berwanger	HOMOLOGADA
79783	Elice Teresinha Giehl	HOMOLOGADA
81900	Gabriela Staub	HOMOLOGADA

79283	Jaqueline Royer Giehl	HOMOLOGADA
81983	Karine Henn Nicknig	HOMOLOGADA
80245	Leonardo Bourscheidt	HOMOLOGADA
81840	Lidia Thiel Zilles	HOMOLOGADA
81657	Marivane Dietz Preis	HOMOLOGADA
79107	Natalia Maria Reichert	HOMOLOGADA
80287	Renata Casagrande Barth	HOMOLOGADA
80949	Roseli Dutra	HOMOLOGADA
81018	Solange Ott	HOMOLOGADA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 15 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artêmio Antônio Scalón

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 107 DE 15/06/2015

DECRETO Nº 107 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011, e Lei nº 2.153/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologado o resultado (antes dos recursos) da Prova de Títulos dos candidatos inscritos para o Concurso Público nº 01/2015, abaixo relacionados da Prefeitura Municipal de Itapiranga – SC.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
Nº INSC	CANDIDATO(A)	Pontuação dos Títulos
79068	ADEMIR HECK	0,75
78993	ALINE SCHOENINGER WIEST	0,75
79007	DANIELI HENSEL	0,75
81320	ENGLE KUNST WELTER	0,75
79433	HUGO VINICIUS WERLANG	0,75
79539	IVANA RAQUEL KRUG	0,75
80620	JAQUELINE LERNER REIS	0,75
79223	JOSE GILVANE LAUER	0,75
78995	JULIANO DA ROCHA CASTANHEDE	0,75
80342	KAROLINE ERTEL	0,75
79251	KATIANA GIEHL	0,75
79199	LORECI ALVES DE VARGAS	0,75
79003	NAISSA CARMINE SCHAURICH	0,75
81540	PATRICIA REIMANN	0,75
80129	RAFAEL SCHNEIDER WELTER	0,75
78966	VANESSA CRISTINA CORTI STURM	0,75

PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA (Inglês)		
Nº INSC	CANDIDATO	Pontuação dos Títulos
80533	IVANICE TERESA RAMBO	0,75

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 15 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artêmio Antônio Scalón

Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 129/2015

Portaria nº 129 de 15 de junho de 2015

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Ivair Paulo Tavares, Adrissa Arnhold, Nadir Terezinha Etges, Clénice dos Santos Becker, Ricardo Kraemer e Janete Frantz Baumann, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, assessorados pelo Setor Jurídico do Município para comporem a Comissão Municipal do Processo Seletivo, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital de Processo Seletivo nº 04/2015.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 15 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 130/2015

Portaria nº 130 de 15 de junho de 2015

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art 1º. Ficam designados: Jussara Reginatto e Udinara Vanusa Zanchettin, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurados através do Edital de Processo Seletivo nº 04/2015.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações

necessários para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga SC, 15 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 131/2015

Portaria nº 131 de 15 de junho de 2015.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Tatiane Muller matrícula nº 14936/03, no período de 10/6/2015 até 6/12/2015.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 10/6/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 15 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PROCESSO SELETIVO Nº 04/2015

EXTRATO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar 39/2011, lei 2.153/2003, lei Complementar 28/2009 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas para funções temporárias, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na classe inicial das categorias funcionais do Quadro do Magistério do Município de Itapiranga, constantes do quadro a abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.1.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

1.2 PROCESSO SELETIVO – ESTATUTÁRIO e VINCULADOS AO REGIME DE PREVIDÊNCIA – RGPS (INSS)

PROFESSORES HABILITADOS				
Cargo/Função	Nº Vagas	Vencido R\$	Carga Horária Semanal	Habilitação
Professor Ensino Fundamental e Educação Infantil (Educação Infantil)	01 + CR*	2.002,50	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil
Professor Ensino Fundamental e Educação Infantil (Séries Iniciais)	01 + CR*	2.002,50	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior em Pedagogia com Habilitação em Séries Iniciais
Professor de Geografia	01 + CR*	2.122,65	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior específico na área de atuação.
Professor de Artes	01 + CR*	2.122,65	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior específico na área de atuação.
Professor de Ciências	01 + CR*	2.122,65	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior específico na área de atuação.

Professor de Língua Estrangeira (Inglês)	01 + CR*	2.122,65	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior específico na área de atuação.
Professor de Língua Estrangeira (Alemão)	01 + CR*	2.122,65	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior específico na área de atuação.
Professor de Educação Física	01 + CR	2.122,65	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior específico na área de atuação.
Professor de Matemática	01 + CR*	2.122,65	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior específico na área de atuação.
Professor de História	01 + CR*	2.122,65	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior específico na área de atuação.
Professor de Português	01 + CR*	2.122,65	10,20,30,40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior específico na área de atuação.

PROFESSORES NÃO HABILITADOS				
Cargo/Função	Nº Vagas	Vencido R\$	Carga Horária Semanal	Habilitação
Professor Ensino Fundamental e Educação Infantil	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Habilitação mínima no magistério ou portador de atestado de frequência em Pedagogia
Professor de Geografia	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação
Professor de Artes	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação
Professor de Ciências	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação
Professor de Língua Estrangeira (Inglês)	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação
Professor de Língua Estrangeira (Alemão)	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação
Professor de Educação Física	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação
Professor de Matemática	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação
Professor de História	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação
Professor de Língua Portuguesa (Português)	CR*	1.917,78	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08 horas do dia 16/06/2015 às 23h59m do dia 16/07/2015.

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 29/08/2015, às 09h30min, nas dependências da Escola Municipal FUNEI, sito a Rua Matriz nº 351, Centro, Município de Itapiranga - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Itapiranga, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.itapiranga.sc.gov.br.

3.2 As cópias dos documentos para a Prova de Títulos juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado, deverão ser entregues no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itapiranga, sito na Avenida Praça das Bandeiras nº 200, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30m às 11h30m e das 13h às 17h, juntamente com os documentos originais para conferência, os quais serão analisados em data posterior pela comissão do processo seletivo e aferida a pontuação.

3.3 A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itapiranga, sito na Avenida Praça das Bandeiras nº 200, Centro do Município de Itapiranga, contendo apenas cópias autenticadas em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

4. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Itapiranga e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC, 15 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº115/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 115/2015

DATA: 15 DE JUNHO DE 2015

EMENTA: DESIGNA RESPONSÁVEL PELA SEGUNDA ASSINATURA DA CONTA BANCÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPOÁ.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º – Fica designado o Senhor Ernesto Policarpo de Aquino, Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá/SC como responsável pela segunda assinatura da conta corrente 25.000-7, da agência 5439-9 do Banco do Brasil S.A., em nome da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá.

Artigo 2º – Fica revogado o Decreto Legislativo nº 93/2015.

Artigo 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 15 de junho de 2015.

Daniel Silvano Weber Presidente

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 01/2015/FMS AQUISICAO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUICAO NA FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº01/2015

Processo: 01/2015/FMS

Objeto: AQUISICAO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUICAO NA FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 26 de junho de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 26 de junho de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 16 de junho de 2015

CLAUDINEI EYNG

Secretário da Saúde

Jacinto Machado

PREFEITURA

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 01-2015 CMDCA

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 01-2015 CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Jacinto Machado-SC, no uso de suas atribuições legais, juntamente Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar e nomear seus integrantes torna a publico a segunda retificação do Edital de Eleição do Conselho tutelar 01-2015 CMDCA.

Considerando a ausência de quórum de candidatos inscritos fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o período das inscrições, que serão encerradas na data de 13/07/2015.

Considerando que o requisito c do Art. 3º tem impedido a participação na eleição de muitos candidatos fica suprimida a letra c do capítulo II – DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS.

Onde se lê: II – DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 3º–Poderão inscrever-se ao cargo de Conselheiro Tutelar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

- a) Reconhecida idoneidade moral, comprovada através de declaração firmada pelo candidato, com firma reconhecida em cartório; (Anexo I)
- b) Idade igual ou superior a dezoito anos, comprovada através de documento de identidade;
- c) Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) tipo B.

Leia-se: II – DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 3º–Poderão inscrever-se ao cargo de Conselheiro Tutelar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

- a) Reconhecida idoneidade moral, comprovada através de declaração firmada pelo candidato, com firma reconhecida em cartório; (Anexo I)
- b) Idade igual ou superior a dezoito anos, comprovada através de documento de identidade;
- c) Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) tipo B.

Jacinto Machado - (SC), 12 de junho de 2015.

Augustinha Olisete Molgato Possamai Della

Presidente do CMDCA

Joaçaba

PREFEITURA

177/2014 TA 01

CONTRATO Nº 177/2014/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, e a Empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.079.721 e CPF nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 177/2014/PMJ, firmado em 13/06/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 39/2014 - PMJ – Edital CC nº 3/2014 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de ginásio de esportes no Bairro Santa Tereza, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos e supressões solicitados pela CONTRATADA, revistos e devidamente acompanhados pela fiscalização da obra, passam a vigorar de acordo com o relatório, orçamento, cronograma e QCI de reprogramação em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.**

Em virtude das adequações nos quantitativos descritas na cláusula primeira deste Termo, o valor total do contrato original fica acrescido em R\$ 122.467,22 (cento e vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos), sendo R\$ 85.727,05 referentes ao material e meio mecânico e, R\$ 36.740,17 referentes à mão de obra.

Diante do acréscimo, o valor global contratado para a execução do objeto passa a totalizar R\$ 3.379.456,05 (três milhões trezentos e setenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente

com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de junho de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE
RAFAEL LASKE - Prefeito

ADNRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CONTRATADA
SIMAR JOSE ROSA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

PORTARIA N.º 4426

PORTARIA Nº 4.426 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", que apura indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA ME, diante dos registros encaminhados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, bem como, parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, em conformidade com a portaria n.º 4.278/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de junho de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4427

PORTARIA Nº 4.427 DE 15 DE JUNHO DE 2015

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 30 de novembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SOLANO KOZLINSKI DO PRADO, das funções de Motorista Socorrista – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de

Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 05/2014/FMS, para substituição do Sr. Givanildo Amaral Conceição que permanece em auxílio doença.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4428

PORTARIA Nº 4.428 DE 15 DE JUNHO DE 2015

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 04 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) HENRIQUE VENTURA OLMOS, para exercer o cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 007/2014/FMS.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4429

PORTARIA Nº 4.429 DE 15 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARCIA FRANZOI, Professor Nível II (Pós-Graduado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 138.719 de 02 de junho de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 15 de junho de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4430

PORTARIA Nº 4.430 DE 15 DE JUNHO DE 2015

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) JOANITA RIGO, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, em especial pela desistência da Sra. Karoline Hartmann Cesa, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4431

PORTARIA Nº 4.431 DE 15 DE JUNHO DE 2015

“NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) JULIANE JUNGES, Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, nível CC-5, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de junho de 2015

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

IMPRES

RENTABILIDADE CARTEIRA IMPRES MAIO 2015


Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC

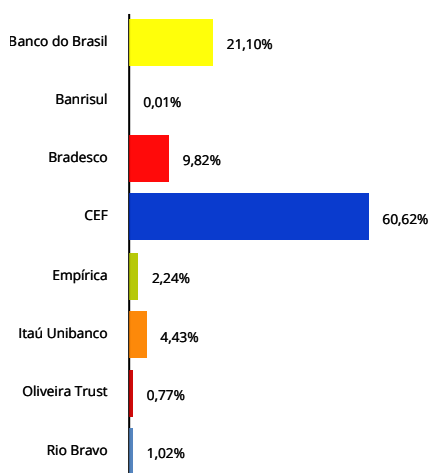
Relatório da Carteira de Investimentos

MAIO

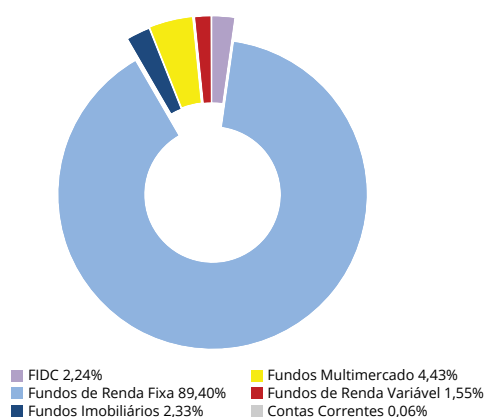
Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



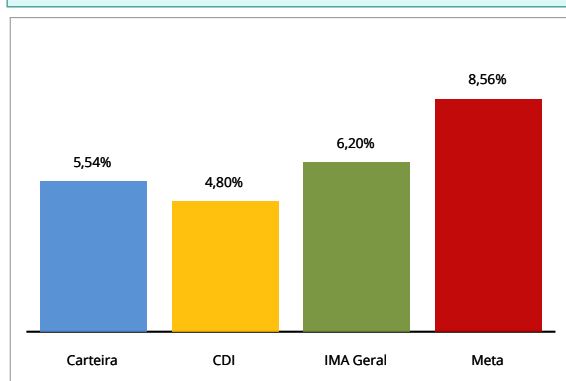
Distribuição da Carteira por Segmento



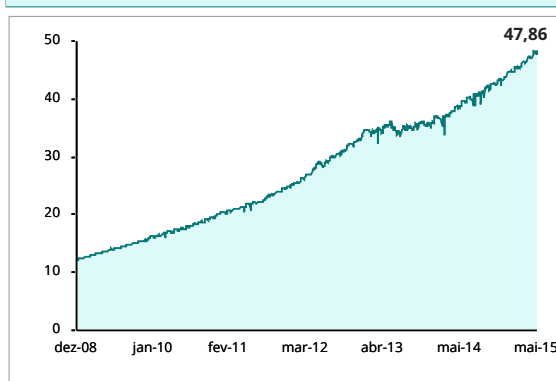
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	1,24%	5,54%	12,37%
CDI	0,98%	4,80%	11,53%
IMA Geral	1,83%	6,20%	11,68%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	1,48%	8,56%	15,24%

Carteira x Indicadores em 2015



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos
Fone: 48 3037 1001
www.smiconsult.com.br



Análise Macroeconômica

No mês de maio ficou claro que o debate sobre o aumento dos juros nos Estados Unidos veio para ficar e deve ganhar cada vez mais relevância, mesmo após o início do movimento de majoração. Já na área do Euro, os riscos advindos da Grécia – que está com dificuldades em realizar os pagamentos a seus credores – permaneceram causando estresse e volatilidade sobre os mercados. A maior parte dos economistas continua acreditando que haverá alguma solução para que o país não precise deixar a Zona do Euro, mas mesmo se for necessária a saída da Grécia, será de maneira coordenada, minimizando os efeitos sobre a região. Na China, mais uma vez em linha com nossa expectativa, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros, aumentando a liquidez global.

A Ata do FOMC de abril, divulgada em meados de maio, voltou a afirmar que após o fraco desempenho do PIB no primeiro trimestre (a primeira prévia havia sido de crescimento de 0,2% anualizados), em parte atribuído a fatores transitórios, o Comitê espera recuperação da economia mais à frente. O Comitê colocou que além do inverno mais rigoroso e da greve portuária na costa oeste americana, dificuldades de dessazonalização do PIB podem ter influído negativamente no resultado.

Paralelamente à divulgação da Ata, o Fed regional de São Francisco publicou um estudo que via indícios de que a dessazonalização feita sobre o PIB americano não estava dando conta de tirar efetivamente todo o efeito da sazonalidade, e, por consequência, o crescimento do primeiro trimestre não teria sido de apenas 0,2%, mas sim de 1,8%.

Além do Fed mostrar-se confiante quanto à retomada da atividade, outros três pontos da ata merecem destaque: em primeiro lugar, o debate a respeito do forward guidance; em segundo lugar, a visão dos membros do Comitê sobre a elevação dos juros na reunião de junho e, em último lugar, a discussão entre os membros sobre qual seria a taxa real de juros de equilíbrio nos EUA.

Quanto ao debate colocado sobre a sinalização dos próximos passos da política monetária – no termo em inglês, o “forward guidance” – a maior parte dos membros entende que é preferível que não haja um sinal na reunião anterior sobre o que se pretende realizar na seguinte. De maneira mais clara: eles não acham que seja uma boa ideia avisar com uma reunião de antecedência que o processo de elevação dos juros ocorrerá na reunião seguinte, porque acreditam que a decisão sobre o aumento dos juros deve ser tomada a cada reunião, sem poder ser antecipada. Por isso, acreditamos que o acompanhamento da política monetária americana será o principal assunto do cenário macroeconômico mundial dos próximos anos. Ora, se o Fed não vai avisar antes de começar a aumentar os juros, quem puder antecipar este movimento – seja um Banco Central de outro país ou uma gestora de recursos – vai ter condições de se prevenir ou de se beneficiar perante os movimentos do BC mais importante do mundo. Além disso, depois do processo ter se iniciado, o debate passará a ser “até onde vão os juros”.

No segundo ponto, ficou claro que a visão dos membros quanto às chances de uma elevação dos juros em junho não é consensual. Alguns poucos membros do Comitê acreditam que os dados de atividade melhorarão de forma que em junho o ciclo possa ser iniciado, enquanto muitos membros acreditam que os dados não serão bons o suficiente para o início do aperto, mas, mesmo assim, não descartam a possibilidade de o ciclo se iniciar em junho. Neste ponto, permanecemos receosos quanto aos riscos e aos desdobramentos no caso da elevação se iniciar na próxima reunião (explicamos detalhadamente este ponto na carta mensal de março). Continuamos acreditando que por motivos econômicos, seria mais razoável o FOMC aguardar o ano de 2016 para realizar a majoração dos juros (tendo em vista a inflação muito baixa e os dados de atividade não estarem se apresentando tão vigorosos). No entanto, acompanhamos a visão da maior parte do mercado de que o aperto monetário se iniciará em setembro.

No último ponto, quanto à taxa real de juros de equilíbrio, os membros não tiveram uma conclusão específica, mas estimam que esta taxa se encontre atualmente em um nível historicamente muito baixo. Este ponto pode ser encarado como um sinal de que o BC americano realizará o aperto monetário de maneira bastante cautelosa, lenta e gradual – ao menos uma notícia positiva que pudemos tirar da Ata do FOMC.

Além da ata, o outro destaque do mês para a economia americana foi a segunda prévia do PIB do primeiro trimestre de 2015, que estranhamente não mexeu com os mercados no dia de sua divulgação. O crescimento foi revisado de uma pequena expansão de 0,2% para uma retração de 0,7%, em decorrência da revisão para baixo do resultado comercial e dos investimentos privados. Assim, mantivemos nossa projeção de que o crescimento americano será de 1,8% neste ano – enquanto a maior parte do mercado espera um crescimento superior a 2%.

A região do Euro continuou surpreendendo muito positivamente com seus números de atividade. O PIB do primeiro trimestre apresentou um crescimento de 0,4%, ante um crescimento de 0,3% no último trimestre do ano. A produção industrial de março teve variação de 1,8% e as vendas no varejo de 1,6% – sinais de que a economia passa



por um lento processo de aceleração. O Presidente do BCE reafirmou que os estímulos monetários que estão sendo colocados (60 bilhões de euros por mês) serão mantidos pelo menos até setembro de 2016, e que espera que a inflação ganhe força nos próximos trimestres (atualmente, encontra-se em 0%). Estas boas perspectivas vindas da região nos fizeram revisar mais uma vez a projeção de crescimento do PIB deste ano, agora em 1,5%. A situação da Grécia permaneceu indefinida durante o mês de maio e deve continuar preocupando os mercados ao longo do mês de junho.

Na Ásia, o Banco Popular da China mais uma vez optou por reduzir a taxa básica de juros – de 5,35% para 5,10%. Temos colocado em nossas cartas mensais que o movimento do BC chinês deve manter a utilização de estímulos monetários (seja cortando juros ou reduzindo o depósito compulsório) enquanto a inflação no país permanecer longe e abaixo da meta e a atividade der sinais claros de desaceleração. Por enquanto, é exatamente o que está ocorrendo.

Maio não foi muito diferente do início do ano, tanto que a votação do ajuste fiscal no Legislativo foi o assunto mais importante. A verdade é que o debate sobre a economia brasileira para 2015 tende a se concentrar sobre a política econômica, uma vez que o resultado da atividade deste ano já é de retração (a maior desde 1990). A inflação certamente irá estourar o teto da meta, de 6,5%. Além disso, a moeda brasileira tem muitos motivos para depreciação ao longo deste ano – há certa dúvida a respeito do tamanho da depreciação, mas não há dúvida de que no final do ano o dólar estará mais caro do que estava ao final de 2014. Já a execução da política econômica coloca um pouco de emoção sobre o debate.

O PIB do primeiro trimestre se retraiu 0,2% – melhor do que o esperado por nós (-0,4%) e do que o estimado pelo mercado (-0,5%). Apesar disso, a composição do PIB mostrou retração considerável do setor de serviços, e queda muito forte da formação bruta de capital fixo (que nada mais é do que os investimentos em imóveis feitos pelas famílias e em expansão de capacidade produtiva por parte das empresas). A deterioração da composição do PIB e o resultado ruim do setor de serviços nos fizeram revisar mais uma vez, para baixo, nossa expectativa para o PIB deste ano e de 2016. Anteriormente, esperávamos retração de 1,4% em 2015 e expansão de 1,1% em 2016. Passamos a esperar retração de 1,7% neste ano e crescimento de 0,9% no próximo ano.

A piora da atividade econômica, somada ao IPCA 15 de maio (que ficou abaixo do que esperávamos), nos fez enxergar uma previsão de comportamento da inflação um pouco mais benigna nos últimos meses deste ano comparada ao que anteriormente acreditávamos. Passamos a esperar que a inflação de 2015 se encerre em 8,5% (antes esperávamos 8,8%), 2 pontos percentuais acima do teto da meta de inflação. Aliás, muito provavelmente no momento da divulgação da inflação de setembro ou outubro deste ano, o teto da meta de inflação de 6,5% já terá sido estourado. Para o ano de 2016, frente à postura mais hawkish do Banco Central brasileiro, passamos a esperar que a inflação se encerre em 5%, ante 5,5% da previsão anterior.

O único ponto que pode oferecer alguma contribuição para o crescimento deste ano – a taxa de câmbio – deve, entretanto, continuar pressionando a inflação. Com a proximidade do momento da elevação dos juros nos Estados Unidos, prevista para setembro, o dólar tende a ganhar força em comparação com as demais moedas do mundo. Como a situação brasileira estará relativamente melhor no final do ano do que estava no início (o ajuste está em curso), e como o real já passou por uma depreciação mais ampla do que as outras moedas, o movimento do dólar ante o real pode ser menos intenso e ir até R\$3,20, com riscos de picos a R\$3,50. O grande risco para esta projeção reside no cenário fiscal, sobre o qual falaremos a seguir.

As Medidas Provisórias 664, 665 e 668, que reduziram benefícios previdenciários, trabalhistas, e aumentaram impostos sobre produtos importados, respectivamente, foram aprovadas no Congresso Nacional. O aumento no superávit estimado com estas medidas é de R\$ 11 bilhões, o que será fundamental para que o Brasil se aproxime da meta de superávit primário deste ano.

No entanto, o Congresso guardou uma surpresa para a presidente e sua equipe econômica, ao incluir na MP 664 o fim do fator previdenciário. O fim do fator implicará em aposentadorias maiores e antecipadas para os trabalhadores do setor privado. Por esta razão, o fim do fator teria um preço excessivamente caro aos cofres públicos, e poderia gerar um aumento de gastos previdenciários de R\$300 bilhões nos próximos 20 anos. É muito clara a necessidade econômica da presidente Dilma Rousseff vetar este ponto antes de sancionar a MP. O risco que o governo corre, entretanto, é de o Senado derrubar o veto, e atrapalhar ainda mais as contas públicas no longo prazo. Aventa-se, inclusive, a possibilidade da presidente desistir da MP e retomar o debate sobre os benefícios previdenciários, o que reduziria o desgaste político do veto, mas aumentaria o custo econômico do adiamento da mudança nas pensões.

No final de maio foi divulgado o superávit primário de abril, que atingiu R\$ 13,4 bilhões. Somado aos três primeiros meses do ano, chegou a R\$ 32,4 bilhões, enquanto a meta para o ano é de R\$ 66 bilhões. O resultado mostra que



o atingimento do superávit primário neste ano será difícil, porém factível.

Na política monetária, o Banco Central manteve ao longo do mês a postura “vigilante” no combate à inflação. A palavra é a chave que o BC utiliza para sinalizar ao mercado que vai continuar subindo os juros até que a expectativa de inflação de 2016 convirja para o centro da meta, de 4,5%. Assim, no início de junho, o BC elevou a meta da taxa Selic de 13,25% a.a. para 13,75% a.a., em linha com nossa expectativa desde abril, e que se tornou a aposta majoritária do mercado nas últimas semanas antecedentes à reunião. Considerando que o Comitê conservou seu comunicado em relação às últimas reuniões, passamos a acreditar que o Copom manterá o ritmo de aperto monetário na próxima reunião, ao final de julho (elevando a Selic em mais 0,50 p.p.) e realizará um aperto adicional de 0,25 p.p. na reunião de setembro. Desta forma, a meta da taxa Selic chegará a 14,5% a.a., o dobro do valor quando do início do ciclo de aperto monetário.

Renda Fixa

Maior foi um mês onde predominaram o alívio no cenário político nacional e a dúvida quanto ao início do aumento dos juros americanos. No cenário interno, o governo cumpriu sua agenda de aprovações das medidas provisórias, trazendo tranquilidade ao mercado e diminuição da pressão sobre a curva de juros, principalmente na ponta longa da curva. O ponto de tensão que ficará para o mês seguinte é o veto ou não do governo em relação ao fator previdenciário.

Quanto às desconfianças em relação ao aumento da taxa de juros americana, paira a dúvida do “quando”. Os EUA estão convictos que estão rumando para uma recuperação da sua economia. Porém, alguns fatores que pressionam a inflação, como a pressão por maiores salários por parte dos trabalhadores, ainda não estão acontecendo. Portanto, achamos precipitado que o aumento aconteça em junho. Outras dúvidas virão à tona após o primeiro aumento, como, por exemplo, qual o ritmo que ele terá. De qualquer forma, esse assunto ainda vai trazer bastante emoção no segundo semestre de 2015.

No Brasil, a curva de juros apresentou comportamento contrário entre a ponta curta e a ponta longa. A parte curta da curva apresentou uma abertura de 1,32% e parte longa fechou em 3,06%. Acreditamos que a ponta curta não cedeu por já estar precificando o aumento da Selic de 50 p.p. que se concretizou na primeira semana de junho. Já os juros de longo prazo refletiram o ambiente mais calmo no campo político nacional. Os juros de curto prazo (FUT DI1 F16, com vencimento em janeiro de 2016), abriram o mês a 13,67% a.a. e fecharam em 13,85% a.a., apresentando tendência de alta ao longo de todo o mês. Os juros de longo prazo (FUT DI1 F21, com vencimento em janeiro de 2021) abriram o mês em 12,74% a.a. e fecharam em 12,35% a.a., após de bater a mínima de 12,26% a.a. Esse movimento refletiu de maneira favorável nos índices de renda fixa IMA-B e IRF-M. O IMA-B fechou com alta de 2,57% e o IRF-M de 1,63%. O CDI apresentou variação de 0,98% no mês de maio.

Em relação ao dólar, a moeda vinha apresentando uma leve alta, de 1,2% até o dia 21 de maio. A partir daí, o que pesou mais no movimento da moeda foi o cenário externo. A moeda americana fechou o mês com alta de 6,19%, praticamente zerando a queda do mês anterior em apenas 6 dias. Os principais motivos foram o otimismo da economia dos Estados Unidos e as tensões em torno do possível calote da Grécia. As taxas de juros de longo prazo dos títulos americanos apresentaram forte alta no mês. Os juros de 10 anos, por exemplo, fecharam o mês de maio em 2,2199% a.a., com alta de 9,26%. A moeda americana fechou o mês em R\$ 3,1788.

Renda Variável

O mês de maio começou embalado com a forte alta do Ibovespa no mês de abril. Nos primeiros dias, chegou a acumular 3,2% de rentabilidade, mas fatores políticos e impactos setoriais fizeram o índice fechar o mês com uma queda de 6,17%. Como havíamos comentado na carta anterior, Michel Temer entrou em campo de forma ativa e conseguiu a aprovação das principais Medidas Provisórias, mas o desgaste com a base petista foi grande, principalmente no Senado. A polêmica ficou em torno do contingenciamento anunciado pelo Ministro do Planejamento, Barbosa, sem a presença de Levy (Fazenda), em um valor de R\$69,9 bilhões. O mercado especulou que a decisão teria desagradado o chefe da Fazenda e que sua permanência no governo estava sob ameaça. A bolsa brasileira refletiu todas essas informações nos preços.

SMI Consultoria de Investimentos
Fone: 48 3037 1001
www.smiconsult.com.br



Do lado externo, um dos fatores de preocupação foi a Grécia, pois não demonstrou capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo. Nos Estados Unidos, a ata do FED reduziu as chances de uma alta nos juros em junho. Os indicadores domésticos também não ajudaram. Os dados de atividade econômica como o varejo e a divulgação do PIB do primeiro trimestre continuam a apontar uma trajetória de retração. A notícia positiva foi o acordo bilateral com a China. A visita do Primeiro Ministro Li Keqiang foi muito importante, sendo fechados 35 acordos e um pacote de US\$ 53 bilhões em investimentos. A parceria com a China trará benefícios para setores como mineração, petróleo, aeronáutico e frigorífico. O lucro de R\$5,3 bilhões da Petrobrás no primeiro trimestre de 2015 também agradou o mercado.

SMI Consultoria de Investimentos
Fone: 48 3037 1001
www.smiconsult.com.br

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 010/2014 - SIMAE**
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2014

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE no município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0052/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/12/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Serviços de Análises Laboratoriais para controle de Qualidade de Água e Esgoto para atender legislação vigente e órgão fiscalizadores, conforme especificações constantes no Anexo IV do Edital Pregão Presencial nº 0052/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS DESCRITOS NOS ANEXOS: ANEXO I, ANEXO VII, ANEXO VIII, ANEXO IX E ANEXO X DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado – LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 2.900,00;

Item 02 – ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS "DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DE DESINFECÇÃO" DESCRITOS NO ANEXO VII DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 02, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado – LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 490,00;

Item 03 – ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS À CLASSIFICAÇÃO/MONITORAMENTO DE UM CORPO HÍDRICO CLASSE 2 CONFORME ART. 15 DA RESOLUÇÃO CONAMA 357/05, INCLUINDO AÍ TAMBÉM TODOS OS PARÂMETROS DA TABELA 1 - CLASSE 1 - ÁGUAS DOCES. Quantidade - 02, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado – LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 2.500,00;

Item 04 – ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE CIANOBACTÉRIAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado – LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 200,00;

Item 05 – ANÁLISE CISTOS DE GIÁRDIA SSP. E OOCISTOS DE CRYPTOSPORIDIUM SSP. EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. Quantidade - 12, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado – LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 450,00;

Item 06 – ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE

MANANCIAL SUBTERRÂNEO IN NATURA, COMPREENDENDO TODOS OS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS CONSTANTES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13 (VERSÃO MARÇO/2012) DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA COMO CONDICIONANTES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 16, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado – LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 290,00;

Item 07 – ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ESGOTO SANITÁRIO IN NATURA E DAS DIVERSAS ETAPAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: COLIFORMES TOTAIS, COLIFORMES TERMOTOLERANTES, PH, OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), TURBIDEZ, DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO), DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO (DBO5), NITROGÊNIO TOTAL, FÓSFORO TOTAL E SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. Quantidade - 40, Unidade de medida - SV.

1º. Colocado – LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP, no valor de R\$ 300,00.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a Contratação de Serviços de Análises Laboratoriais, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0052/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 As coletas deverão ser contínuas e fracionadas de acordo com cronograma estabelecido pelo SIMAE, sendo que algumas análises poderão ser executadas apenas a partir do surgimento da demanda.

4.2 A Contratada será responsável pela coleta e transporte das amostras, podendo a Contratante realizar as mesmas desde que sejam fornecidos todos os equipamentos necessários à coleta, bem como os recipientes adequados para conservação e transporte das amostras, devendo a Contratada arcar com todos os custos do transporte de recipientes e amostras.

4.3 A Contratada será responsável pela disponibilização dos frascos adequados para realização das coletas, bem como fornecimento de recipiente adequado para transporte e conservação das amostras.

4.4 A Contratada terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do relatório com os resultados referente às análises realizadas, a contar da data da coleta das amostras.

4.5 Todos os resultados devem ser de ordem quantitativa, inclusive para coliformes, exceção para cianobactérias (item 04), cujos resultados devem ser quantitativos e qualitativos.

4.6 Todas as análises em amostras de água deverão seguir as metodologias indicadas no art.22 da Portaria MS 2.914/11.

4.7 O limite de quantificação para cada análise deverá ser inferior ao estabelecido como limite máximo, ou valor máximo permitido pelas legislações específicas de acordo com a natureza da amostra Portaria MS 2.914/11, Resolução CONAMA 357/05, Resolução CONAMA 396/08, CONAMA 430/11 e Lei 14.675/09 de acordo com a natureza da amostra.

4.8 A cada amostra de água deverá corresponder a emissão de um laudo de análise em que devem constar todos os dados de identificação da amostra e cliente favorecido, os resultados, as metodologias, limite de quantificação e observações inerentes ao interesse do SIMAE, devidamente assinado por um responsável técnico.

4.9 Além do relatório no formato padrão emitido pelo laboratório, a contratada deverá ainda, para o caso das análises realizadas trimestralmente e semestralmente (parâmetros inorgânicos, orgânicos, agrotóxicos, produtos secundários da desinfecção, radioatividade e de padrão organoléptico), apresentar os resultados de forma agrupada, no formato estabelecido no modelo padrão do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA, do Ministério da Saúde.

4.10 Fica aqui estabelecido que os Laudos das análises serão recebidas:

a) provisoriamente, para verificação dos Laudos das Análises que poderão previamente ser enviadas por e-mail para eta@simae.sc.gov.br e paulo@simae.com.br ou disponibilizadas para acesso online no site da Contratada.

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade das análises com a especificação e a consequente aceitação, liberando o envio dos Laudos assinados com a devida emissão da nota fiscal.

4.11. Os laudos das análises que forem recusadas (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser refeitas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.11.1 Caso seja comprovado que os Laudos das análises entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, com a norma ABNT NBR ISSO/IEC 17025:2005 ou legislação vigente, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com a Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

4.12. Se a substituição dos laudos das análises recusadas, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

4.13 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor

inicial atualizado do contrato, conforme §1º art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) no Pregão, observado o que consta no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.2 O pagamento será efetivado em até 05(cinco) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços pelo Gestor do Contrato, mediante apresentação de nota fiscal.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 O SIMAE, exigirá do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

5.6 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

5.7 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do Material, constituindo-se na única remuneração devida.

5.8 O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

5.9 Em caso de eventual atraso no pagamento da parcela mensal, o SIMAE procederá a atualização do valor mediante correção monetária do período medida pelo índice INPC/IBGE.

5.10 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

Código Dotação 14.01.2.061.3.3.90.39.51

14.01.2.062.3.3.90.39.51

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos Serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os Laudos das análises em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

7.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das amostras recolhidas, das quais acarretará em não conformidade, a fornecedora deverá refazer-las no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.2.1 A não substituição das amostras no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:
 - b.1) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, em caso de não atendimento ao Edital e Contrato em vigor,
 - b.2) 5% no caso da Contratada não realizar os serviços de análise laboratoriais ou pedir a rescisão do Contrato de fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba-(SC), em 18 dezembro de 2014.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeiro

Equipe de Apoio

Monica Saraiva Romani Gláucia Méri Lohmann

Almíria da Rosa Beckhauser de Barros
LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP

HOMOLOGAÇÃO PR 0016/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2015 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 05/05/2015

Folha: 1/8

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 24/2015
b) Licitação Nr.: 1/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/06/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

						(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:						Unid.	Qtidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (8092)							
1	BLOCO POST-IT 38X50MM, AUTOADESIVO, PACOTE COM 4 BLOCOS DE 100 FOLHAS CADA, AMARELO. - Marca: INFORNS	pct	20,00	0,0000	3,00	60,00	
8	CLIPS GALVANIZADO Nº 2, CONFECCIONADO EM ARAME GALVANIZADO FLEXIVEL, SEM OXIDAÇÕES E SEM DEFORMAÇÕES PROVENIENTES DE DESAJUSTES NA FABRICAÇÃO, CORRESPONDENTE AO PADRÃO COMERCIAL, CAIXAS COM 500 GRAMAS - Marca: WIREPLAT	CX	2,00	0,0000	10,75	21,50	
9	CLIPS GALVANIZADO Nº 3/0, CONFECCIONADO EM ARAME GALVANIZADO FLEXIVEL, SEM OXIDAÇÕES E SEM DEFORMAÇÕES PROVENIENTES DE DESAJUSTES NA FABRICAÇÃO, CORRESPONDENTE AO PADRÃO COMERCIAL, CAIXAS COM 500 GRAMAS - Marca: WIREPLAST	CX	2,00	0,0000	10,75	21,50	
10	CLIPS GALVANIZADO Nº 4, CONFECCIONADO EM ARAME GALVANIZADO FLEXIVEL, SEM OXIDAÇÕES OU DEFORMAÇÕES PROVENIENTES DE DESAJUSTES NA FABRICAÇÃO, CORRESPONDENTE AO PADRÃO COMERCIAL, CAIXAS COM 500 GRAMAS - Marca: WIREPLAST	CX	2,00	0,0000	10,75	21,50	

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2015 - PR Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 05/05/2015
	Folha: 2/8

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP (8092)

11	CLIPS GALVANIZADO Nº 6/0, CONFECCIONADO EM ARAME GALVANIZADO FLEXIVEL, SEM OXIDAÇÕES OU DEFORMAÇÕES PROVENIENTES DE DESAJUSTES NA FABRICAÇÃO, CORRESPONDENTE AO PADRÃO COMERCIAL, CAIXAS COM 500 GRAMAS - Marca: WIREPLAST	CX	1,00	0,0000	10,75	10,75
12	CLIPS GALVANIZADO Nº 8/0, CONFECCIONADO EM ARAME GALVANIZADO FLEXIVEL, SEM OXIDAÇÕES OU DEFORMAÇÕES PROVENIENTES DE DESAJUSTES NA FABRICAÇÃO, CORRESPONDENTE AO PADRÃO COMERCIAL, CAIXAS COM 500 GRAMAS - Marca: WIREPLAT	CX	1,00	0,0000	10,75	10,75
17	FITA ADESIVA TRANSPARENTE DE POLIPROPILENO COM ADESIVO A BASE DE RESINA E BORRACHA, LARGURA 12 MM, PEQUENA, ROLO COM 30 METROS, DISPENSADA E CORTADA NO APARELHO DISPENSADOR, COM VALIDADE MINIMA DE 01 ANO - Marca: EUROCEL	RL	5,00	0,0000	1,30	6,50
19	FITA ADESIVA TRANSPARENTE DE POLIPROPILENO BIORENTADA, DE USO GERAL, LARGURA 4,5CM, ROLO COM 45 METROS, TIPO MONOFACE, VALIDADE MINIMA DE 01 ANO - Marca: FLAX	RL	10,00	0,0000	3,50	35,00
24	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, COBREADOS EXTRA, TAMANHO 26/6, FABRICADOS COM ARAME DE AÇO REVESTIDO, EXTRA PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO, CAIXA COM 5000 UNIDADES. - Marca: JOCAR	CX	10,00	0,0000	6,75	67,50
28	PAPEL SULFITE BRANCO ALCALINO A4, 210X297MM, 75G/M2, FIBRA LONGITUDINAL PARA XEROGRAFIA/LASER, CAIXAS COM 10 PACOTES DE 500 FOLHAS CADA - Marca: SOLCOPI	CX	60,00	0,0000	119,75	7.185,00
42	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP1000, AMARELO, C4838A 11, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 28 ML NO MINIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERISTICAS TECNICAS, VALIDADE MINIMA DE 01 ANO - Marca: HP	UN	2,00	0,0000	158,00	316,00
43	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP1000, PRETO, C4844A 10, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 69 ML NO MINIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERISTICAS TECNICAS, VALIDADE MINIMA DE 01 ANO - Marca: HP	UN	2,00	0,0000	157,50	315,00
51	CARTUCHO PRETO HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	84,90	849,00
Total do Fornecedor:					8.920,00	

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2015 - PR Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 05/05/2015
	Folha: 3/8

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LA INFORMATICA E SUPRIMENTO PARA ESCRITORIO LTDA (8216)

2	BLOCO POST-IT 76X102MM, AUTOADESIVO, COM 100 FLS, AMARELO. - Marca: BRW	BLC	20,00	0,0000	3,45	69,00
7	COMPACT DISC VIRGEM REGRAVÁVEL CD-RW 4X-12X, 700 MB, 80 MINUTOS, COM ESTOJO PROTETOR DE ACRÍLICO. - Marca: ELGIN	UN	10,00	0,0000	2,65	26,50
14	DIVISÓRIA PLÁSTICA PARA FICHÁRIO, COLORIDA, PACOTES COM 10 FOLHAS. - Marca: ACP	pct	20,00	0,0000	10,80	216,00
16	ELASTICO SUPER RESISTENTE, BORRACHA NATURAL, AMARELO, SACO COM 100 GRAMAS, APROXIMADAMENTE 200 PEÇAS - Marca: MERCUR	SC	10,00	0,0000	5,45	54,50
18	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MMX40M (DUREX GRANDE) - Marca: ADELBRAS	RL	5,00	0,0000	1,85	9,25
23	FITA CREPE 25MM X 50 MTS, BRANCA, PARA USO GERAL, PINTURA E EMPACOTAMENTO LEVE, UNIÃO E PROTEÇÃO. IMPERMEÁVEL, BOA ADESÃO E BOA RESISTÊNCIA A SOLVENTES E UMIDADE. TEMPO DE APLICAÇÃO DE ATÉ 04 HORAS SEM TRANSFERÊNCIA DE ADESIVO. - Marca: ADELBRAS	PÇ	5,00	0,0000	6,00	30,00
25	LAPISEIRA TECNICA AUTOMATICA, CORPO EM PLASTICO RIGIDO, COR PRETA, COM PONTA DE AÇO INOXIDAVEL, MINA COM MECANISMO METÁLICO, DIMENSÃO DA CARGA 0,5 MM, COM BORDA EMBUTIDA NA PARTE SUPERIOR, TAMP A E CLIP EM AÇO INOXIDAVEL - Marca: CIS	UN	10,00	0,0000	14,65	146,50
27	MOLHA DEDO, EM CREME LIGEIRAMENTE PERFUMADO, NA COR VERMELHA, ANTI FUNGOS E BACTERIAS, PARA UTILIZAÇÃO NO MANUSEIO DE PAPEIS E PAPEL MOEDA, NÃO TÓXICO, NÃO CONTER GLICERINA, PESO LÍQUIDO 12 GRAMAS, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO GRAXO, GLICÓIS, CORANTE ALIMENTÍCIO E ESSÊNCIA AROMÁTICA - Marca: CIS	UN	15,00	0,0000	2,90	43,50
33	PRANCHETA DE EUCATEX, COM ESPESSURA DE 2,5MM, PRENDEDOR DE METAL, MEDINDO 230X330MM - Marca: STALO	UN	10,00	0,0000	4,95	49,50
34	RÉGUA TRANSPARENTE COM 30 CM. - Marca: WALEU	PÇ	10,00	0,0000	1,10	11,00
40	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP1000, CIANO, C4836A 11, COM SELA ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 28 ML NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO - Marca: HP	UN	2,00	0,0000	153,00	306,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2015 - PR Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 05/05/2015
Folha: 4/8	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LA INFORMATICA E SUPRIMENTO PARA ESCRITORIO LTDA (8216)

41	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP1000, MAGENTA, C4837A 11, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 28 ML NO MINIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERISTICAS TECNICAS, VALIDADE MINIMA DE 01 ANO - Marca: HP	UN	2,00	0,0000	153,00	306,00
48	CARTUCHO AMARELO HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	84,00	840,00
49	CARTUCHO CIANO HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	83,00	830,00
55	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA TRIPLA MÓVEL, EM ACRÍLICO, COR FUMÉ. - Marca: WALEU	PÇ	6,00	0,0000	45,00	270,00
58	FITA DE NYLON DUPLO CARRETEL PV PARA MÁQUINA DE CALCULAR LOGOS 662 E 802B. - Marca: MASTERPRINT	PÇ	10,00	0,0000	5,70	57,00

Total do Fornecedor: 3.264,75

REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA (7222)

36	CARTUCHO DE TONER YELLOW TN-210Y PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL BROTHER, MODELO MFC9010CN, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, PARA 1.400 CÓPIAS NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: BROTHER	SV	5,00	0,0000	262,00	1.310,00
37	CARTUCHO DE TONER CIANO TN-210C PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL BROTHER, MODELO MFC9010CN, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, PARA 1.400 CÓPIAS NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: BROTHER	PÇ	5,00	0,0000	262,00	1.310,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2015 - PR Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 05/05/2015
	Folha: 5/8

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA (7222)

38 CARTUCHO DE TONER MAGENTA TN-210M PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL BROTHER, MODELO MFC9010CN, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, PARA 1.400 CÓPIAS NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: BROTHER	PÇ	5,00	0,0000	262,00	1.310,00
39 CARTUCHO DE TONER PRETO TN210BK PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL BROTHER, MODELO MFC9010CN, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, PARA 2.200 CÓPIAS NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: BROTHER	PÇ	5,00	0,0000	282,00	1.410,00
Total do Fornecedor:					5.340,00

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8306)

3 BORRACHA DE LATEX NATURAL, PARA LAPIS E GRAFITE, FORMATO RETANGULAR, Nº40, NA COR BRANCA, QUE NÃO MANCHE O PAPEL NEM SOLTE PEDAÇOS - Marca: REDBOR	UN	10,00	0,0000	1,82	18,20
4 CANETA ESFEROGRAFICA, CORPO SEXTAVADO EM POLIESTIRENO TRANSPARENTE, TUBO EM POLIETILENO COM DIÂMETRO INTERNO DE 3MM, SUPORTE EM POLIACETAL/CELCON INJETADO, PONTA EM LATÃO USINADO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO USINADO, TRAÇO DE ESCRITA 1,0MM, TAMPINHA EM POLIETILENO E TAMPA EM POLIPROPILENO INJETADO, COR DA TINTA AZUL, DIMENSÃO CONJUNTO TUBO COM SUPORTE E PONTA 133,480MM - Marca: INJEXPEX	PÇ	150,00	0,0000	0,80	120,00
5 CANETA ESFEROGRAFICA, CORPO SEXTAVADO EM POLIESTIRENO TRANSPARENTE, TUBO EM POLIETILENO COM DIÂMETRO INTERNO DE 3MM, SUPORTE EM POLIACETAL/CELCON INJETADO, PONTA EM LATÃO USINADO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO USINADO, TRAÇO DE ESCRITA 1,0MM, TAMPINHA EM POLIETILENO E TAMPA EM POLIPROPILENO INJETADO, COR DA TINTA PRETA, DIMENSÃO CONJUNTO TUBO COM SUPORTE E PONTA 133,480MM - Marca: INJEXPEX	PÇ	50,00	0,0000	0,80	40,00
6 CANETA ESFEROGRAFICA, CORPO SEXTAVADO EM POLIESTIRENO TRANSPARENTE, TUBO EM POLIETILENO COM DIÂMETRO INTERNO DE 3MM, SUPORTE EM POLIACETAL/CELCON INJETADO, PONTA EM LATÃO USINADO COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO USINADO, TRAÇO DE ESCRITA 1,0MM, TAMPINHA EM POLIETILENO E TAMPA EM POLIPROPILENO INJETADO, COR DA TINTA VERMELHA, DIMENSÃO CONJUNTO TUBO COM SUPORTE E PONTA 133,480MM - Marca: INJEXPEX	PÇ	50,00	0,0000	0,80	40,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2015 - PR Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 05/05/2015
Folha: 6/8	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8306)

21	FITA CREPE, ADESIVA, DE USO GERAL, LARGURA DE 25 MM, ROLO COM 50 M, COM VALIDADE MINIMA DE 01 ANO - Marca: EUROCEL	RL	5,00	0,0000	6,38	31,90
22	FITA DE PAPEL CREPADO COM DORSO TRATADO, ADESIVO À BASE DE RESINA E BORRACHA, DE USO GERAL, LARGURA 45MM, ROLO COM 50 METROS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO, ALTA QUALIDADE. - Marca: EUROCEL	RL	10,00	0,0000	19,30	193,00
26	MINAS GRAFITE, 0,5 MM, CAIXA COM 12 ESTOJOS PARA LAPISEIRA USO TECNICO - Marca: CIS	CX	5,00	0,0000	35,45	177,25
31	PASTA REGISTRADORA A/Z 70MM OFÍCIO. EM CARTÃO MACIÇO DE ALTA QUALIDADE COM 2,4MM DE ESPESSURA, FORRAÇÃO INTERNA E EXTERNA DE PVC, CANTONEIRA DE PROTEÇÃO NA PARTE INFERIOR DA PASTA, RADOS E OLHAL NIQUELADO, LOMBO DE 70MM. ACOMPANHA ETIQUETA PERSONALIZADA. MEDIDA: 350 X 290 X 70. COR AZUL. - Marca: FRAMA	UN	15,00	0,0000	14,95	224,25
35	PINCEL/MARCADOR PARA RETROPROJETOR, PONTA DE POLIACETAL 2,0MM COM PROTETOR DE METAL, TINTA A BASE DE ALCOOL, PERMANENTE E RESISTENTE A AGUA, COR PRETA, PARA ESCRITAS EM FILMES E TRANSPARENCIAS.	UN	15,00	0,0000	2,79	41,85
52	CANETA FLUORESCENTE, DESTACADORA DE TEXTO, PONTA FACETADA, NAS CORES AMARELO, LARANJA, VERDE E AZUL - Marca: JOCAR	PÇ	50,00	0,0000	1,85	92,50
53	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, DESIGN ERGONÔMICO, FELTRO 100% LÃ, ÓTIMA APAGABILIDADE E DURABILIDADE. ANATÔMICO, ULTRA LEVE E MACIO. - Marca: JOCAR	UN	4,00	0,0000	8,33	33,32
56	GRAMPEADOR GRANDE DE MESA EM ESTRUTURA METÁLICA, TAM 20 CM X 4,5 CM X 8,5 CM, COM ACEITAÇÃO DE GRAMPOS 26/6 E 24/6, CAPACIDADE 30 FOLHAS - Marca: JOCAR	UN	2,00	0,0000	21,00	42,00
Total do Fornecedor:						1.054,27

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. (6384)

13	COLA LAVAVEL TRANSPARENTE, 40 GRAMAS, COMPOSIÇÃO ALCOOL POLIVINILICO E PIGMENTO - Marca: 3M	TB	12,00	0,0000	4,15	49,80
15	DVD-RW, 4.7GB, EM BRANCO, COM CAPA DE ACRÍLICO - Marca: MULTILASER	PÇ	5,00	0,0000	5,24	26,20

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2015 - PR
	Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 05/05/2015

Folha: 7/8

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. (6384)

20 FITA CORRETIVA 4MM X 10 METROS, TIPO ROLLER, CORREÇÃO A SECO, NÃO É NECESSÁRIO ESPERAR SECAR PARA REESCREVER POR CIMA, FORMATO ERGONÔMICO QUE PROPORCIONA CONFORTO E FIRMEZA NA APLICAÇÃO, TAMPA PROTETORA QUE PROTEGE A FITA E A MANTÉM SEMPRE LIMPA. COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, POLÍMEROS, CARGAS E BORRACHA TERMOPLÁSTICA. VALIDADE MÍNIMA DE 11 MESES A CONTAR DA ENTREGA. - Marca: fabercastel	PÇ	50,00	0,0000	10,27	513,50
29 PASTA DE PAPEL CARTÃO PLASTIFICADA, PRETA, COM GRAMPO TRILHO DE METAL, MEDINDO 230X340MM (FECHADA) GRAMATURA: 270g/m2 - Marca: LCL	UN	10,00	0,0000	1,54	15,40
30 PASTA PARA ARQUIVO MORTO 36 X 25 X 14CM (ALT X PROFUN X LARG), PAPELÃO REFORÇADO. - Marca: BRAGNOLO	UN	50,00	0,0000	1,82	91,00
32 PASTA SUSPENSÃO MARMORIZADA, COM GRAMPO TRILHO, VISOR E ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO. - Marca: FRAMA	UN	100,00	0,0000	1,64	164,00
44 CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K5400, PRETO, C9385AL 88, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 20,5 ML NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA 01 ANO - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	65,00	650,00
45 CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K5400, CIANO, C9386AL 88, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 09 ML NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA 01 ANO - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	53,50	535,00
46 CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K5400, MAGENTA, C9387AL 88, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 09 ML NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA 01 ANO - Marca: HP	UN	5,00	0,0000	53,00	265,00
47 CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K5400, AMARELO, C9388AL 88, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 09 ML NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA 01 ANO - Marca: HP	UN	5,00	0,0000	53,00	265,00

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2015 - PR Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 05/05/2015
Folha: 8/8	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. (6384)

50 CARTUCHO MAGENTA HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	81,50	815,00
54 CANETA PARA QUADRO BRANCO, NA COR AZUL, ESPECIAL PARA QUADRO BRANCO, PONTA MACIA, PONTA DE ACRÍLICO 4.0mm ESPESSURA DA ESCRITA 2.0 mm. - Marca: FABER	UN	15,00	0,0000	6,80	102,00
57 PERFURADOR DE PAPEL METALICO, COM CAPACIDADE PARA PERFURAR ATÉ 30 FOLHAS DE 75G/M2, DIÂMETRO DO FURO DE ATÉ 5,5MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80 MM, COM BASE PLÁSTICA PROTETORA PARA ESVAZIAR O CONFETE. - Marca: LYKE	PÇ	2,00	0,0000	16,50	33,00

Total do Fornecedor: 3.524,90

Total Geral: 22.103,92

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (3) Saldo: 325.243,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 272/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 272/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CHV SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 10.720.438/0001-06, sediada a Vila Volta Grande, s/n, Município Alta Bela Vista/SC, CEP 89.730-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 131/2015, correlato a Tomada de Preços nº 18/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Terraplanagem na EMEB Saul de Athayde, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 60 (sessenta), a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 114.852,25 (cento e quatorze mil oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

Lages, 10 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 53/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 53/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: AUTOMATIC IND E COM DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.576.198/0001-18, estabelecida na Rua. Rui Barbosa, 564 – Centro – Luzerna/SC – CEP. 89.609-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 34/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 23/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada com Fornecimento de Material, para Manutenção Preventiva ou Corretiva do Motor de 500CV, modelo 0999AT45 marca WEG, da ERAT-2 (Estação de Recalque de Água Tratada), conforme descritivo em anexo, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 15(quinze) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento- SEMASAAv. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 13.450,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta reais).

Lages, 27 de Maio de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

PP 84 E 85-2015 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 84/2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Hora Máquina.

Tipo: Menor Preço Por Hora

Abertura: 01/07/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 297.580,00

Modalidade: PP 85/2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Veículos

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 01/07/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 22.288,26

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 15 de junho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.394/15

DECRETO Nº 4.394 DE 11 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, na Lei nº 1.812/15,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial, no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 10.625,00 (dez mil, seiscentos e vinte e cinco reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 2.057 – Manutenção do Transporte Escolar.

432 - 3.3.90.30.00.00.00.00.94 – Material de consumo
.....R\$ 10.625,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, de recursos não estimados no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 2.073 – Manutenção do transporte escolar dos alunos que residem a mais de 800 metros da escola.

128 - 3.3.90.39.00.00.00.00.94 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
.....R\$ 10.625,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.395/15

DECRETO Nº 4.395 DE 11 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, na Lei nº 1.813/15,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial, no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna

Unidade: 16 – Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 2.081 – Manutenção dos Encargos Gerais da Administração.

Elemento da Despesa: 3.3.93.39.00.00.00.00.0080 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica...
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, de recursos das seguintes dotações:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna
Unidade: 16 – Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 2.081 – Manutenção dos Encargos Gerais da Administração
Elementos da Despesa:
364 – 3.1.7.1.70.00.00.00.00.0080 – Pessoal – Consórcios PúblicosR\$ 3.564,00
365 – 3.3.7.1.70.00.00.00.00.0080 – Rateio pela participação a Consórcios.....R\$3.960,00
366 – 4.4.7.1.70.00.00.00.00.0080 – Equip. e Mat. Permanente a Consórcios...R\$ 396,00

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 2.005 – Avaliar a ação governamental e a gestão fiscal pelo Controle Interno
Elemento da Despesa: 38 – 4.4.9.0.52.00.00.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente
..... R\$ 2.080,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.396/15

DECRETO Nº 4.396 DE 11 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, na Lei nº 1.814/15,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 04 – Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 2.014 – Contribuição a Entidades Municipalistas
Elemento da Despesa: 367 – 3.3.50.41.00.00.00.00.0080 – Contribuições
.....R\$ 50.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 04 – Secretaria da Fazenda

Projeto/Atividade: 2.012 – Manutenção da Administração Financeira
 Elemento da Despesa: 67 – 3.3.90.36.00.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos no orçamento vigente, das seguintes dotações:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 04 – Secretaria da Fazenda

Projeto/Atividade: 2.012 – Manutenção da Administração Financeira

Elemento da Despesa: 65 – 3.3.90.30.00.00.00.0080 – Material de Consumo
 R\$ 23.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Obras e Saneamento Fazenda

Projeto/Atividade: 2.028 – Construção e manutenção dos abrigos de passageiro

Elemento da Despesa:
 237 – 3.3.90.30.00.00.00.0080 – Material de Consumo
R\$ 100.000,00

240 – 4.4.90.51.00.00.00.0080 – Obras e instalações
 R\$ 27.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Obras e Saneamento Fazenda

Projeto/Atividade: 2.029 – Manutenção e Funcionamento do Transporte Aéreo

Elemento da Despesa: 246 – 4.4.90.51.00.00.00.0080 – Obras e instalações
 R\$ 20.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.002 – Controle e Fiscalização do Trânsito e do Ambiente

Elemento da Despesa: 41 – 3.1.90.16.00.00.00.0080 – Outras despesas variáveis – Pessoal Civil
R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.397/15

DECRETO N.º 4.397 DE 12 DE JUNHO DE 2015

"REMANEJA RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO - PODER LEGISLATIVO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº 1.781, de 22/12/14 e, no Ofício CML/GAB/Nº 096/15 da Presidência do Poder Legislativo,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejada a importância de R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais), dentro da programação de gastos no Orçamento vigente do Poder Legislativo, para a seguinte classificação:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 - Funcionamento e Manutenção da Câmara

Elemento da Despesa:

319094000000000100 – Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 20.000,00

339014000000000100 – Diárias - Civil R\$ 55.000,00

339030000000000100 – Material de Consumo R\$ 20.000,00

339033000000000100 – Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 10.000,00

449052000000000100 – Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 56.000,00

Total Projeto/Atividade: R\$ 161.000,00

P/A: 2070 – Pagamento mensal dos inativos

Elemento da Despesa:

319003000000000100 – Pensões R\$ 85.000,00

Total Projeto/Atividade: R\$ 85.000,00

Total Geral R\$ 246.000,00

Art. 2º Para atender o remanejamento de que trata o art. 1º deste Decreto, fica reduzida em igual valor as seguintes dotações:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 - Funcionamento e Manutenção da Câmara

Elemento da Despesa:

319011000000000100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 120.000,00

319016000000000100 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil R\$ 28.190,00

339036000000000100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$ 10.000,00

339039000000000100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 27.900,00

339092000000000100 – Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 7.007,00

339033000000000100 – Indenizações e Restituições R\$ 3.503,00

Total Projeto/Atividade: R\$ 196.600,00

P/A: 2070 – Pagamento mensal dos inativos

Elemento da Despesa:

319001000000000100 – Aposentadorias e Reformas R\$ 49.400,00

Total Projeto/Atividade: R\$ 49.400,00

Total Geral R\$ 246.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.398/15

DECRETO Nº 4.398 DE 12 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Proj/Atividade: 2.700 – Estender. equipar e manter a rede básica
 Elemento da Despesa: 10 – 3.1.90.94.00.00.00.0080 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R\$ 80.000,00
 Elemento da Despesa: 13 – 3.3.90.30.00.00.00.0080 - Material de Consumo R\$ 200.000,00
 Elemento da Despesa: 16 – 3.3.90.36.00.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 90.000,00
 Elemento da Despesa: 18 – 3.3.90.39.00.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 300.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Proj/Atividade: 2.700 – Estender. equipar e manter a rede básica
 Elemento da Despesa: 07 – 3.1.90.16.00.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 670.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.399/15

DECRETO Nº 4.399 DE 12 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Proj/Atividade: 2.701 – Psf's/Nasf/Pab
 Elemento da Despesa: 62 – 3.3.90.36.00.00.00.0101 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 60.000,00
 Proj/Atividade: 2.706 – Agente Comunitário
 Elemento da Despesa: 70 – 3.1.90.11.00.00.00.0101 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte

dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Proj/Atividade: 2.701 – Psf's/Nasf/Pab
 Elemento da Despesa: 66 – 4.4.90.51.00.00.00.0101 - Obras e Instalações R\$ 60.000,00
 Proj/Atividade: Proj/Atividade: 2.706 – Agente Comunitário
 Elemento da Despesa: 73 – 3.1.90.16.00.00.00.0101 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.400/15

DECRETO Nº 4.400 DE 12 DE JUNHO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 6º da Lei nº 1.781, de 22 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade: 2.710 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar/FAEC
 Elemento da Despesa: 87 – 3.3.90.39.00.00.00.00.0101 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.200.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos do superávit financeiro da fonte de recurso 0101 - Fundo a Fundo Federal - MAC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

LEI 1.811/15

LEI Nº 1.811 DE 11 DE JUNHO DE 2015

"APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, de Laguna, com vigência por 10 (dez) anos (2015-2024), com vistas ao cumprimento na Emenda Constitucional nº 59/2009 e do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação foi elaborado com participação da sociedade civil e governamental, sob a Coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo de Elaboração e Alinhamento do PME de Laguna, nomeada por meio do Decreto nº 4.355/15, subsidiado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Laguna.

Art. 3º O Plano Municipal de Educação de Laguna, foi elaborado em conformidade com o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e Lei nº 896 de 4 de novembro de 2002, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Laguna.

Art. 4º O Plano Municipal de Educação, apresentado em conformidade com a Constituição Federal de 1988, bem como da Lei Orgânica do Município, reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia.

Art. 5º O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município de Laguna, com suas respectivas metas e estratégias, conforme anexo único desta Lei.

Art. 6º Compete ao Fórum Municipal de Educação de Laguna e o Conselho Municipal de Educação de Laguna – COMED, realizarem o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias e, de outros recursos captados no decorrer da execução do Plano.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGUNA (PMEL)

METAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

Estratégias:

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas, privadas e filantrópicas de Educação Infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) Promover a elaboração de um projeto de lei para implantar no município a ampliação de vagas/matrículas para a Educação Infantil na rede privada através de programas federais e/ou outros convênios, respeitando a demanda manifesta do município através da Secretaria Municipal de Educação;

1.3) Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa;

1.4) Manter, periodicamente, em regime de colaboração com outras secretarias do município, levantamento da demanda de vagas por creche para a população de até 03 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município;

1.5) Aderir, manter, ampliar e assegurar, em regime de colaboração, programa de construção de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade;

1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da Educação Infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.7) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 05 (cinco) anos;

1.8) Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autista, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.9) Estimular, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 03 (três) anos de idade;

1.10) Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero)

a 05 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte;

1.11) Reforçar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.12) Promover e publicar, busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parcerias com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 03 (três) anos de idade;

1.13) Implementar e/ou reformar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil, e parque infantil.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Meta 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos.

Estratégias:

- 2.1) Colaborar e acompanhar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do Ensino Fundamental, que será encaminhada ao Conselho Nacional de Educação-CNE até o segundo ano de vigência do Plano Municipal de Educação;
- 2.2) Atualizar a Proposta Curricular, sob a responsabilidade dos órgãos competentes com a participação do corpo docente e demais profissionais da educação, garantindo a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, até o segundo ano de vigência do PME, com a reformulação do currículo;
- 2.3) Prever no Projeto Político Pedagógico- PPP das escolas, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos estudantes do Ensino Fundamental;
- 2.4) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, objetivando ao estabelecimento condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.5) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.6) Oportunizar o oferecimento de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial, das escolas do campo e das comunidades tradicionais;
- 2.7) Possibilitar, no âmbito do sistema de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;
- 2.8) Articular a relação das escolas entre instituições e movimentos culturais, a fim de proporcionar a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem espaços de criação e difusão cultural, com o apoio dos órgãos competentes, com a possibilidade de disponibilizar o transporte;
- 2.9) Incentivar a participação de pais, mães ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.10) Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo e comunidades tradicionais, nas próprias comunidades;
- 2.11) Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas), bem como para estudantes que necessitam de atendimento educacional domiciliar;
- 2.12) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;
- 2.13) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo em habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;
- 2.14) Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando a inclusão das diferentes etnias;
- 2.15) Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região;
- 2.16) Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir das realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;
- 2.17) Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;
- 2.18) Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo para a cidade;
- 2.19) Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores;
- 2.20) Garantir a implementação da Proposta Curricular dos órgãos competentes do município de Laguna de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO MÉDIO

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 90% (noventa por cento).

Estratégias:

- 3.1) Estimular o programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;
- 3.2) Pactuar entre Estado e Município no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio;

- 3.3) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
- 3.4) Auxiliar na manutenção e ampliação de programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;
- 3.5) Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;
- 3.6) Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades tradicionais e da educação especial;
- 3.7) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e a juventude;
- 3.8) Incentivar a promoção da busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e a juventude;
- 3.9) Estimular programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;
- 3.10) Participar na realização dos estudos dos indicadores da demanda vinculados aos órgãos municipais competentes, para redimensionar a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes;
- 3.11) Incentivar o desenvolvimento de formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam as atividades de caráter itinerante (circenses, nômades, ciganos, assentados e artistas);
- 3.12) Auxiliar na implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à identidade sexual, à identidade de gênero e à identidade étnico-racial, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;
- 3.13) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;
- 3.14) Estimular a expansão do estágio para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio Regular através da celebração de convênios com empresas, preservando o caráter pedagógico integrado à formação do estudante visando ao aprendizado de competências próprias das atividades profissionais, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para o mercado de trabalho;
- 3.15) Contribuir na avaliação, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma;
- 3.16) Incentivar a implantação de novos cursos profissionalizantes e estimular o bom funcionamento dos já existentes.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do art. 163 da Constituição Estadual e do art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o último dia de vigência desse Plano.

Estratégias:

- 4.1) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado;
- 4.2) Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007;
- 4.3) Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- 4.4) Ampliar, implementar e manter ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o ensino regular e para o Atendimento Educacional Especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas;
- 4.5) Garantir Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante;
- 4.6) Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio e assessoria, integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicopedagogia e psicologia; também articulado com instituições acadêmicas com estes profissionais, para apoiar no trabalho dos professores da educação básica e o Atendimento Educacional Especializado nas salas Multifuncionais, com os alunos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

4.7) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;

4.8) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdocegos;

4.9) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

4.11) Promover em parcerias com a União e o Estado o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de Atendimento Educacional Especializado;

4.12) Promover a articulação inter setorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do Atendimento Educacional Especializado, segundo professor de turma, professores de áreas específicas, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras e professores bilíngues;

4.14) Definir, no segundo ano de vigência deste Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

4.15) Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista, do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação;

4.16) Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino;

4.17) Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva;

4.18) Desenvolver e consolidar políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica;

4.19) Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o Atendimento Educacional Especializado complementar nas escolas.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças estudantes, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

Estratégias:

5.1) Assegurar, na Proposta Curricular dos órgãos competentes, os processos pedagógicos de alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças estudantes;

5.2) Participar da prova Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA aplicada pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa para aferir a alfabetização das crianças estudantes, aplicados a cada ano, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças estudantes até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;

5.3) Criar política de acompanhamento para o Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental- Anos Iniciais, formando uma Comissão Municipal de Alfabetização;

5.4) Criar o Conselho Municipal de Alfabetização, oportunizando a articulação dos diferentes órgãos competentes no município, a fim de promover ações de acompanhamento da alfabetização;

5.5) Aplicar exame periódico anual específico para avaliar a alfabetização das crianças;

5.6) Garantir a permanência dos professores alfabetizadores para os três primeiros anos do Ensino Fundamental;

5.7) Selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças estudantes, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos;

5.8) Garantir, na Proposta Curricular, a alfabetização de crianças estudantes do campo, de comunidades tradicionais e de populações

itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas) com a produção de materiais didáticos específicos, além de desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna;

5.9) Estimular a formação inicial e promover a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças estudantes, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, articuladas a programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.10) Promover ações que visem a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL

Meta 6: Oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 35% (trinta e cinco por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

Estratégias:

6.1) Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

6.2) Colaborar com um programa de adequação de escolas e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) Estimular a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico;

6.5) Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.6) Orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos(as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7) Atender às escolas do campo e de comunidades tradicionais, com oferta de Educação em Tempo Integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais;

6.8) Garantir a Educação em Tempo Integral para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, assegurando Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados;

6.9) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de temas transversais;

6.10) Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA INDICATIVOS DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB:

	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Estratégias:

7.1) Estabelecer e implantar na Proposta Curricular, as diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos/as estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.;

7.2) Assegurar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste PME, todos os/as estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, através de exames aplicados nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação da educação básica;

7.4) Orientar e monitorar o preenchimento do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE interativo ou outro programa equivalente, além de acompanhar a execução das ações nas escolas de Educação Básica;

7.5) Aderir e executar os Planos de Ações Articuladas - PAR, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores/as e profissionais de serviços ou apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6) Monitorar a prestação de assistência técnica financeira liberada pelo MEC, priorizando as escolas com IDEB abaixo da média nacional e acompanhar para garantir a efetivação de políticas de enfrentamento ao índice abaixo do IDEB das escolas que recebem recurso para esse fim;

- 7.7) Incentivar a participação das escolas nos processos de avaliação da qualidade da Educação Básica e utilizar os resultados das avaliações nacionais nas redes de ensino, para a melhoria das práticas pedagógicas;
- 7.8) Aplicar e desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos/as;
- 7.9) Orientar e monitorar as Unidades Escolares para que atinjam as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem, até o último ano de vigência deste PME;
- 7.10) Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e do IDEB, relativos às escolas, planejando, a partir dos resultados, as estratégias metodológicas que assegurem a ampliação do nível de qualidade de ensino, garantindo a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos/as estudantes, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;
- 7.11) Adquirir tecnologias educacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;
- 7.12) Garantir transporte gratuito para todos/as estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a redução da evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- 7.13) Aderir a programas para o desenvolvimento de pesquisas, conforme levantamento de dados de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo, considerando as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;
- 7.14) Assegurar, até o final da vigência do PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e ampliar a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs;
- 7.15) Monitorar o apoio técnico e financeiro fornecido pelo MEC mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;
- 7.16) Acompanhar e monitorar a ampliação de programas e aprofundamento de ações desenvolvidos pelo MEC de atendimento ao/à estudante, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- 7.17) Assegurar, em parceria com entidades públicas e privadas, a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantindo o acesso dos/as estudantes em espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 7.18) Acompanhar e monitorar a institucionalização e manutenção do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas fornecido pelo MEC, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;
- 7.19) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias das bibliotecas nas instituições educacionais, com acessos a redes digitais de computadores, inclusive a internet;
- 7.20) Monitorar e utilizar como referência, os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, divulgados pelo MEC em relação à infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
- 7.21) Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das Secretarias de Educação, bem como manter Programas de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das referidas Secretarias;
- 7.22) Apoiar políticas de combate à violência na escola, em parceria com órgãos competentes, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores/as para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- 7.23) Aderir a políticas de inclusão e permanência nas escolas para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 11.525, de 24 de setembro de 2007;
- 7.24) Garantir, na Proposta Curricular e no Projeto Político Pedagógico, a aplicação de conteúdos sobre o Ensino da História da África e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de Educação para a Diversidade Étnico-Racial (ERER), conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil;
- 7.25) Consolidar a Educação Escolar no Campo de populações tradicionais, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da Educação; e o atendimento em educação especial;
- 7.26) Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para Educação Escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades, considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para crianças estudantes, adolescentes, jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência;
- 7.27) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a Educação seja assumida como responsabilidade de todos/as e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, bem como, atuar diante das temáticas emergentes na sociedade local, possibilitando desenvolver ações para essas demandas;
- 7.28) Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência

social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.29) Assegurar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos/às estudantes da rede escolar pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.30) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos/as profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional, fortalecendo a participação efetiva das Secretarias de Assistência Social e de Saúde e outros órgãos da Administração Municipal e Estadual, garantindo recursos que subsidiem vacinas (gripe A, Hepatite e outras) e demais ações permanentes que colaborem com a promoção à saúde do profissional da educação;

7.31) Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com a divulgação das informações às escolas e à sociedade;

7.32) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras, a capacitação de professores/as, bibliotecários/as e agentes da comunidade, para atuar como mediadores/as da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.33) Aderir ao Programa Nacional de Formação de professores/as e de estudantes, para promover e consolidar política de preservação da memória municipal, estadual e nacional;

7.34) Promover a regulação da oferta da Educação Básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.35) Estabelecer, em parceria com órgãos públicos e privados, políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB e, outros instrumentos construídos, que levem em consideração o olhar da escola sobre o desenvolvimento humano dos (as) estudantes e a transformação social, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

7.36) Reestruturar os Departamentos das Secretarias de Educação, garantindo a atuação de profissionais de áreas específicas do ensino, contemplando as diferentes etapas da educação básica, além de oferecer infraestrutura adequada e condições de trabalho com equipamentos e materiais necessários ao desempenho dos profissionais.

META E ESTRATÉGIAS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo, até o último ano de vigência deste Plano, em consonância com o PNE, para as populações do campo e populações mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias:

8.1) Ampliar o programa de correção de fluxo, classificação e reclassificação, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) Implementar Programas de Educação de Jovens, Adultos/as e Idosos/as para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão do Ensino Fundamental e Médio;

8.4) Estimular a oferta gratuita de Educação Profissional por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

8.5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado e o Município para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses/as estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6) Promover busca ativa de jovens, adultos/as e idosos/as fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e a iniciativa privada.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO ENTRE JOVENS, ADULTOS/AS E IDOSOS/AS E INCLUSÃO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98% (noventa e oito por cento) e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a todos/as os/as que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria;

9.2) Realizar diagnóstico dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na EJA;

9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as, com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) Articular juntamente à esfera nacional o benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens, adultos/as e idosos/as que frequentarem cursos de alfabetização;

9.5) Realizar chamadas públicas regulares para EJA, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre os entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.6) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens, adultos/as e idosos/as;

9.7) Apoiar ações de atendimento ao/à estudante da EJA, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.8) Assegurar a oferta da EJA, nas etapas de Ensino Fundamental, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos/as professores/as e implementação de diretrizes nacionais, em regime de colaboração;

9.9) Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na EJA, que visem o desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses/as estudantes;

9.10) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos/as empregados/as e com a oferta das ações de alfabetização e da EJA;

9.11) Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem, adulta e idosa, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os/as estudantes com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.12) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos/as, as necessidades dos/as idosos/as, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos/as idosos/as e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas da EJA, no Ensino Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

Estratégias:

10.1) Apoiar o Programa Nacional da EJA voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica;

10.2) Fomentar a expansão das matrículas na EJA, de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores/as e a Educação Profissional, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas e públicas de formação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade e qualificação do/a trabalhador/a;

10.3) Fomentar a integração da EJA com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características desse público, considerando as especificidades das comunidades tradicionais, inclusive na modalidade de Educação a Distância - EAD;

10.4) Ampliar as oportunidades profissionais dos/as jovens, adultos/as e idosos/as com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA, articuladas à Educação Profissional;

10.5) Aderir ao Programa Nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) Estimular a diversificação curricular da EJA, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da Ciência, do Trabalho, da Tecnologia e da Cultura e Cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses/as estudantes;

10.7) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de professores/as das redes públicas que atuam na EJA articulada à Educação Profissional;

10.8) Garantir a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores/as articulada à EJA, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da EJA articulada à Educação Profissional;

10.10) Implantar a EJA articulada à Educação Profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos/as professores/as e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.11) Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos/as jovens e adultos/as trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada.

META E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Meta 11: Elevar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 30% (trinta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.1) Divulgar as matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional;

11.2) Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede pública estadual de ensino;

11.3) Fomentar a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância - EAD, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita, assegurado o padrão de qualidade;

11.4) Estimular a expansão do estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do/a estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) Apoiar e divulgar a oferta de programas de reconhecimento de saberes, para fins da certificação profissional em nível técnico;

11.6) Apoiar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.7) Divulgar a oferta de financiamento estudantil à Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidas em instituições privadas de Educação Superior;

11.8) Cooperar na institucionalização do sistema de avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio das redes pública e privada;

11.9) Expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades tradicionais, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.10) Expandir a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para as pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;

11.11) Desenvolver o Programa de Assistência Estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantia às condições necessárias à permanência dos/as estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.12) Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais ao acesso e permanência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.13) Apoiar o sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional, aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores/as.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Meta 12: Apoiar a ampliação de matrícula na Educação Superior da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

- 12.1) Otimizar, por meio de parcerias, a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;
 - 12.2) Assegurar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;
 - 12.3) Contribuir para o aumento gradativo da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor/a para 19 (dezenove), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;
 - 12.4) Fomentar a oferta de Educação Superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores/as para a Educação Básica, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;
 - 12.5) Contribuir com as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas de Educação Superior;
 - 12.6) Apoiar programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;
 - 12.7) Ampliar, por meio de parcerias, a oferta de estágio remunerado como parte da formação na Educação Superior;
 - 12.8) Ampliar participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;
 - 12.9) Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de Educação Superior, na forma da lei;
 - 12.10) Promover a participação em programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação em âmbito regional, estadual, nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
 - 12.11) Contribuir com a expansão quanto a oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a população carente do município de Laguna e região;
 - 12.12) Colaborar com o mapeamento da demanda para a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de Ciências e Matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do município de Laguna, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica;
 - 12.13) Aderir a programas de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação e programas de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
 - 12.14) Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.
- Meta 13: Articular, com as Instituições de Ensino Superior - IES, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 50% (cinquenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

Estratégias:

- 13.1) Colaborar com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;
- 13.2) Assegurar representação dos Conselhos de Educação no acompanhamento e avaliação do desempenho das IES que ofertam cursos de licenciatura e bacharelado no Município;
- 13.3) Contribuir com o processo contínuo de avaliação das IES, fortalecendo a participação dos Conselhos da Educação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas;
- 13.4) Articular junto às IES oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.

Meta 14: Promover, em regime de colaboração com às IES, plano de incentivo à participação de professores/as nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na área da Educação.

- 14.1) Articular junto às IES oferta de programas de pós-graduação stricto sensu no Município;
- 14.2) Buscar meios para implantar programa de acervo digital de referências bibliográficas no município para dar suporte aos acadêmicos dos cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 14.3) Estimular a pesquisa científica e de inovação buscando parcerias com as IES;
- 14.4) Buscar em parcerias com as IES, políticas de assistência estudantil para assegurar aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos de pós-graduação;
- 14.5) Requerer a oferta de bolsas de estudos de pós-graduação aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas de ensino.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre, o Estado, o Distrito Federal e o Município, no prazo de 01 (um) ano de vigência do PME, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os/as professores/as da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

- 15.1) Realizar levantamento, com base em plano estratégico, diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da Educação, buscando parcerias com Instituições Públicas e Privadas de Educação Superior existentes no Município e no Estado;
- 15.2) Incentivar a participação docente nos programas específicos para formação de profissionais da Educação;
- 15.3) Apoiar a ampliação e divulgação das plataformas eletrônicas (a exemplo da Plataforma Paulo Freire), como também outros programas a fim de organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada para profissionais da Educação;
- 15.4) Valorizar e apoiar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da Educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais;
- 15.5) Apoiar a implementação dos programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados em área diversa a de atuação docente, em efetivo exercício;

15.6) Apoiar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da Educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.7) Consolidar política de formação continuada prevista para o Município;

15.8) Apoiar a implementação de políticas de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre as IES e demais órgãos competentes no campo do sistema educacional do Município;

15.9) Aderir a programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.

Meta 16: Fomentar a formação de 35% (trinta e cinco por cento) dos professores da Educação Básica em cursos de pós-graduação, até o último ano de vigência do PME, e incentivar todos profissionais da Educação Básica a participar de formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação de cursos de pós-graduação para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições pública, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município;

16.2) Consolidar, política em parceria com instituições, de formação de professores da educação básica, com base nas diretrizes estaduais e nacionais, definindo as áreas prioritárias;

16.3) Aderir a programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura, de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os/as professores/as da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4) Apoiar em parceria com Estado políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam na rede pública de ensino;

16.5) Articular junto a esfera estadual Programa de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior pública;

16.6) Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, através de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.

METAS E ESTRATÉGIAS PARA A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 17: Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Estratégias:

17.1) Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes que tenham como tarefa o acompanhamento da evolução salarial e atualização progressiva do valor do piso nacional (calculando o ganho real e considerando a inflação) para os profissionais do magistério público da educação básica até o final do primeiro ano de vigência do PME, utilizando para tanto indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD;

17.2) Implementar, no âmbito do Município, planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.3) Propor a ampliação da assistência financeira específica da União para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, verificando as diferenças salariais do professor em relação a outros profissionais do município que não do magistério.

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

18.1) Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do segundo ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2) Assegurar a permanência da Comissão de Avaliação do estágio probatório que deve ser composta por profissionais experientes e assegurar aos profissionais avaliados acesso a cursos de aprofundamento dos estudos na área de atuação;

18.3) Realizar periodicamente concurso público para provimento de vagas comprovadamente reais;

18.4) Realizar, através do Fórum Municipal de Educação, no prazo de um ano, a partir da aprovação do PME, a revisão e a atualização do plano de Carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, baseada na Resolução CNE/CEB nº 05/2010, que estabelece as diretrizes dos Planos de Carreira do magistério público, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, incentivando a qualificação profissional;

18.5) Realizar anualmente, a partir do primeiro ano de vigência deste PME, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.6) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades tradicionais no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.7) Assegurar e priorizar o repasse de transferências federais voluntárias para valorização dos profissionais da educação da rede pública e progressão de plano de carreira, garantindo que nenhum recurso da educação venha a ser utilizado para outros fins;

18.8) Assegurar a existência de comissões permanentes de profissionais da educação, com representação do sindicato, para acompanhamento, reestruturação e implementação do plano de Carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação;

18.9) Assegurar o direito ao profissional da educação ao salário integral em caso de licenças para tratamento de saúde que por ventura venha a culminar em readaptação;

18.10) Garantir no plano de Carreira, promoção por avaliação de desempenho, gratificação por habilitação e por tempo de serviço, assegurando licenças para aperfeiçoamento, conforme art. 32 da Lei Complementar nº 138/06.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

19.1) Priorizar o uso do repasse de transferências voluntárias da União e do Estado na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2) Estimular a execução dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) Garantir a consolidação do Fórum Permanente de Educação no âmbito municipal, com o intuito de coordenar a conferência municipal bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação;

19.4) Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) Estimular, em todas as redes de educação básica, a criação de conselhos escolares;

19.6) Estimular a participação efetiva e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7) Desenvolver programas de formação de gestores escolares.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

20.1) Assegurar fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional, prioritariamente para educação infantil e fundamental;

20.2) Fiscalizar e apoiar o aperfeiçoamento e a ampliação dos mecanismos previstos no PNE, referentes à arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3) Assegurar que a distribuição de recursos educacionais para as escolas sejam realizadas de forma igualitária proporcionalmente ao número de alunos e a necessidade de demanda;

20.4) Acompanhar o fortalecimento dos mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000 a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre: MEC, Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, Tribunais de Conta do Estaduais e Municipais;

20.5) Produzir, com apoio da contabilidade do município, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno do ensino infantil e fundamental;

20.6) Organizar e mobilizar forças tanto da sociedade civil quanto de entes políticos regionais para que se possa garantir no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PME, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ.

20.7) Organizar e mobilizar forças tanto da sociedade civil quanto de entes políticos regionais para que se possa garantir a implementação do Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação nas modalidades da educação infantil e fundamental, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.8) Organizar e mobilizar forças tanto da sociedade civil quanto de entes políticos regionais para que se possa garantir que o CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos da data de publicação do PME e seja continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Municipal de Educação - FME, pelo Conselho Municipal de Educação - COMED e pela Comissão de Educação;

20.9) Organizar e mobilizar forças tanto da sociedade civil quanto de entes políticos regionais para que se possa garantir a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às desigualdades educacionais regionais;

20.10) Organizar e mobilizar forças tanto da sociedade civil quanto de entes políticos regionais para que se possa garantir que a União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

20.11) Organizar e mobilizar forças tanto da sociedade civil quanto de entes políticos regionais para que se possa garantir a aprovação no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;

20.12) Organizar e mobilizar forças tanto da sociedade civil quanto de entes políticos regionais para que se possa garantir a definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005/2014.

LEI 1.812/15

LEI Nº 1.812 DE 11 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial, no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 10.625,00 (dez mil, seiscentos e vinte e cinco reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361–Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 2.057 – Manutenção do Transporte Escolar.

432 - 3.3.90.30.00.00.00.00.94–Material de consumo
.....R\$ 10.625,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso em igual valor de recursos não estimados no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna
Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 2.073 – Manutenção do transporte escolar dos alunos que residem a mais de 800 metros da escola.

128 - 3.3.90.39.00.00.00.00.94 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
.....R\$ 10.625,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI 1.813/15

LEI Nº 1.813 DE 11 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial, no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna
Unidade: 16 – Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 2.081 – Manutenção dos Encargos Gerais da Administração.
Elemento da Despesa: 3.3.93.39.00.00.00.00.0080 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica... ..

..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso em igual valor de recursos das seguintes dotações:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna
Unidade: 16 – Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 2.081 – Manutenção dos Encargos Gerais da Administração
Elementos da Despesa:
364 – 3.1.7.1.70.00.00.00.0080 – Pessoal – Consórcios PúblicosR\$ 3.564,00
365 – 3.3.7.1.70.00.00.00.0080 – Rateio pela participação a Consórcios.....R\$3.960,00
366 – 4.4.7.1.70.00.00.00.0080 – Equip. e Mat. Permanente a Consórcios...R\$ 396,00

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 2.005 – Avaliar a ação governamental e a gestão fiscal pelo Controle Interno
Elemento da Despesa: 38 – 4.4.9.0.52.00.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente
..... R\$ 2.080,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI 1.814/15

LEI Nº 1.814 DE 11 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 04 – Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Projeto/Atividade: 2.014 – Contribuição a Entidades Municipalistas
Elemento da Despesa: 367 – 3.3.50.41.00.00.00.0080 – Contribuições
.....R\$ 50.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 04 – Secretaria da Fazenda
Projeto/Atividade: 2.012 – Manutenção da Administração Financeira
Elemento da Despesa: 67 – 3.3.90.36.00.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
.....R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente, das seguintes dotações:

Órgão: 09 – Poder Executivo
Unidade: 04 – Secretaria da Fazenda

Projeto/Atividade: 2.012 – Manutenção da Administração Financeira
 Elemento da Despesa: 65 – 3.3.90.30.00.00.00.0080 – Material de Consumo R\$ 23.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo
 Unidade: 07 – Secretaria de Obras e Saneamento Fazenda
 Projeto/Atividade: 2.028 – Construção e manutenção dos abrigos de passageiro
 Elemento da Despesa:
 237 – 3.3.90.30.00.00.00.0080 – Material de ConsumoR\$ 100.000,00
 240 – 4.4.90.51.00.00.00.0080 – Obras e instalações R\$ 27.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo
 Unidade: 07 – Secretaria de Obras e Saneamento Fazenda
 Projeto/Atividade: 2.029 – Manutenção e Funcionamento do Transporte Aéreo
 Elemento da Despesa: 246 – 4.4.90.51.00.00.00.0080 – Obras e instalações R\$ 20.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo
 Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito
 Projeto/Atividade: 2.002 – Controle e Fiscalização do Trânsito e do Ambiente
 Elemento da Despesa: 41 – 3.1.90.16.00.00.00.0080 – Outras despesas variáveis – Pessoal CivilR\$ 80.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

LEI 1.815/15

LEI Nº 1.815 DE 11 DE JUNHO DE 2015
 "CEDE O USO DE PARTE DE BEM IMÓVEL AO DNIT".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Laguna, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Laguna, por intermédio do Poder Executivo, autorizado a conceder o uso, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, por tempo indeterminado e, a título gratuito, de uma parte da Praça Municipal, localizada à Rua Paulo Carneiro, defronte à E.E.B. Saul Ulysséa, Cabeçuda, Laguna/SC., em até 66,258 m2.

Art. 2º A área a ser cedida, destina-se exclusivamente à construção de uma parte da rampa de acesso à passarela de pedestres sobre a rodovia BR 101, decorrente das obras de duplicação realizadas pelo Governo Federal, ficando proibido o uso para fim diverso.

Art. 3º Com a cessão de uso, ficará o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, autorizado a tomar as providências administrativas junto aos órgãos competentes, para utilização da área, correndo às suas expensas, as obras necessárias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

LEI 1.816/15

LEI Nº 1.816 DE 11 DE JUNHO DE 2015
 "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LAGUNA, POR INTERMÉDIO PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Laguna, por seu representante legal, autorizado a receber em doação, bens adquiridos pelo Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, através da Diretoria de Tecnologia - DIRTE, especificados no anexo único desta Lei.

Art. 2º. Os bens identificados no anexo único desta Lei serão destinados à Secretaria de Educação, para atender as unidades de ensino do Município.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município de Laguna.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Nº	BEM DOADO	QUANTIDADE
01	Microcomputador	09
02	Servidor Multimídia	01
03	Monitor de LCD	19
04	Teclados	19
05	Mouses	19
06	Fones de ouvido com microfone	19
07	Impressora Multifuncional com estabilizador	01
08	Estabilizador para servidor e microcomputador	10
09	Roteador ADSL com wi-fi integrado	01
10	Kit de sistema de segurança física	01

LEI 1.817/15

LEI Nº 1.817 DE 11 DE JUNHO DE 2015
 "RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ECONOAGEM COMPLEXO LAGUNAR - AECOL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal iniciou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ECONOAGEM COMPLEXO LAGUNAR", CNPJ nº 20.146.136/0001-11, localizada na Rua Lauro Carneiro 059, Bairro Esperança, neste Município de Laguna, fundada em 19 de fevereiro de 2012 e registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas sob o nº 3770, livro A - 14, folha 233, em 28 de março de 2014.

Art. 2º À "ASSOCIAÇÃO ECONOAGEM COMPLEXO LAGUNAR - AECOL", ficam asseguradas todas as vantagens, prerrogativas, isenções e outros benefícios da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO Nº53/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº53/2015 PMLM

PROCESSO Nº53/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 25 de junho de 2015 às 11:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para Contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de forma parcelada, com máquinas, incluindo operadores/motoristas, na área de pavimentação, drenagem e terraplenagem; conservação, manutenção e limpeza de estradas, ruas, avenidas, rios, valas e córregos no Município de Lauro Muller/SC, para o exercício de 2015 maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 15 de junho de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº60/2015 - PMLM

TOMADA DE PREÇO Nº60/2015 - PMLM

PROCESSO Nº60/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 1 de julho de 2015 às 09:00 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução de reforma (remanescente) do Ginásio de Esporte Nelson Riquetto, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como Convenio nº 2014TR002312 firmado com A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. O edital na íntegra está disponível no site oficial do município www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 15 de junho de 2015

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação

Leoberto Leal

PREFEITURA

EDITAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Nº 001/2015 - RETIFICAÇÃO 001

RETIFICAÇÃO 001 - EDITAL Nº 001/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Presidente do CMDCA, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 15/06/2015, em sua sede localizada na Avenida Adolfo Scheidt, nº 458, com base na lei Municipal nº 939/2012 e;

Considerando que não houve candidatos/inscrições de no mínimo 10 (dez) pessoas, para o cargo de Conselheiro Tutelar, conforme item 3.2.5 do referido Edital;

RESOLVE;

Prorrogar o período de inscrições para o cargo de Conselheiro Tutelar por mais 10 dias (úteis), ficando aberto para inscrições até dia 26/06/2015, passando o Edital nº 001/2015, a vigorar com as seguintes alterações;

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatória, acontecerá no dia 27/06/2015, as 09 horas na Casa da Cidadania.

3.2.2 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 30/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.3 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 30/06/2015 a 07/07/2015, no horário de atendimento ao público (07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

3.2.3.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 07/07/2015 a 13/07/2015, no horário de atendimento ao público (07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

3.2.3.2 A comissão eleitoral terá o período para apresentar resposta quanto às impugnações até o dia 22/07/2015.

3.2.4 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 31/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.5 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

Anexo I

Cronograma

15/04/2015 a 26/06/2015 – Período para registro de candidaturas- inscrição;

27/06/2015 – realização da prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente;

30/06/2015 – publicação dos candidatos inscritos e aprovados na prova;

30/06/2015 a 07/07/2015 – período para impugnação de candidatura;

07/07/2015 a 13/07/2015 – período para manifestação de forma escrita, do candidato impugnado;

22/07/2015 – resposta da comissão eleitoral quanto às impugnações;

31/07/2015 – publicação final da relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas.

As demais condições contidas no Edital Nº 001/2015 do CMDCA, permanecem inalteradas.

SAMUEL JOSÉ ABREU

PRESIDENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DE LEOBERTO LEAL

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 080/15

PORTARIA Nº 080/15 de 08 de junho de 2015

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, JUNE BAHÚ ROVEA, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 14 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, em substituição a LICIANE DE FÁTIMA TELLES, em licença saúde e posterior licença maternidade, com remuneração do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe “A”, do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 001/2015 de 06 de fevereiro de 2015, homologado em 18 de fevereiro de 2015, a partir de 08 de junho de 2015 até 18 de dezembro de 2015, ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de junho de 2015.

Luzerna(SC), 08 de junho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

portaria 3354

PORTARIA N.º 3354/2015

Conceder Férias e Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ao Servidor Publico Municipal Serjo Donato Serighelli, lotado na Secretaria de Saúde, conversão de 10 dias de férias, para pagamento no mês 06/2015, e 20 dias de férias no período de 01/06/15 a 20/06/15.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de junho de 2015.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal**portaria 3355**

PORTARIA N.º 3355/2015

Conceder Férias e Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ao Servidor Publico Municipal, Severino de Oliveira, lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, conversão de 10 dias de férias, para pagamento no mês 06/2015, e 10 dias de férias no período de 15/06/15 a 24/06/15.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de junho de 2015.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal**portaria 3356**

PORTARIA N.º 3356/2015

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, Art.91 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ao Servidor Publico Municipal Eduardo Miguel Zilio, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, no cargo de Analista de Sistemas, 10 dias de férias, no

período de 15/06/2015 a 24/06/2015, .

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de junho de 2015.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal**portaria 3357**

PORTARIA N.º 3357/2015

"Nomeia Comissão de processo Disciplinar."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995,

Considerando que foi constatado que o problema que originou a avaria da bomba hidráulica e filtro do trator de esteira modelo D51Ex-22, originando uma despesa aos cofres públicos de R\$ 23.163,01, se deve à constatação de água no combustível que abastece o equipamento (óleo diesel), e que tal situação somente poderia ter ocorrido pela tentativa e/ou intenção clara de sabotagem por algum funcionário assim tê-lo feito. A Administração Pública não pode permanecer estática diante do prejuízo causado, uma vez que indica desídia na prerrogativa do responsável pela máquina.

Considerando, a necessidade a instalação de processo administrativo para investigar a autoria e o ilícito administrativo decorrente deste ato, objetivando a aplicação da penalidade disciplinar legal. Considerando, o laudo da constatação da avaria, eventuais fotos se existirem, e cópia do processo licitatório.

Considerando, que os atos do processo realizar-se-ão no Paço Público, sede deste Município, que deverá ser concluído no prazo de 60 dias, prorrogáveis por igual prazo se necessário for.

Considerando, que na instrução do feito, deverão os membros da comissão investigar todos os funcionários envolvidos que trabalhem com o trator ou são também responsável por ele.

RESOLVE:

Art. 1- Nomear COMISSÃO DISCIPLINAR na pessoa dos seguintes funcionários:

PRESIDENTE:

Edemar Nicolau Kuhn

SECRETÁRIOS:Ronivon Luiz Bridi,
Adriano Lazarotti,
Ocimar Carlos Pioli;

Art. 2- O presidente da comissão dirigirá o processo administrativo, competindo-lhe:

I – convocar e presidir as reuniões da comissão;

II – exercer o poder de polícia nas reuniões;

III – assegurar ao acusado o direito ao contraditório e ampla defesa;

IV – determinar a produção das provas necessárias à instrução do processo;

V – velar pelo rápido andamento do processo, cumprindo os prazos

determinados;

VI – prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Administração, que representa;

VII – orientar a elaboração do Relatório Final de modo a que represente a verdade real obtida no processo;

VIII – orientar os atos da comissão de forma que as provas sejam apreciadas com isenção;

IX – não retardar, sem motivo justo, o andamento da instrução do processo;

X – substituir o secretário da comissão em suas faltas ou impedimentos;

XI – comunicar à autoridade competente a falta de qualquer membro da comissão, podendo solicitar sua substituição;

XII – assinar, com o secretário, todos os atos da comissão;

Art. 3- Ao secretário da comissão compete:

I - redigir os ofícios, mandados, e demais atos da comissão;

II – executar as ordens emanadas da presidência promovendo citações e intimações;

III- comparecer a todas as reuniões do colegiado, ou não podendo, fazê-lo, comunicar com antecedência ao presidente para que promova sua substituição para o ato;

IV – ter sob sua guarda e responsabilidade, os autos do processo e demais papéis da comissão;

V – fornecer, com autorização do presidente, certidão de qualquer ato do processo.

Observe-se para todos os fins os critérios procedimentais pertinentes e vinculados à administração pública e os princípios legais correspondentes.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 15 de junho 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3358

PORTARIA N.º 3358/2015

"Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica ".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal Edemar N Kuhn, ocupante do cargo efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, 10(dez) dias de Licença Premio, no período de 15/06/2015 a 24/06/2015.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 15 de junho de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3359

PORTARIA N.º 3359, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez ao servidor que especifica, e declara a vacância de cargo público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, nos termos do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, e, do art. 1º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 c/c o art. 28 da Lei Complementar Municipal nº 050, de 01 de ABRIL de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo FUPEM nº 003/2014
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Aposentadoria por Invalidez, de acordo com o art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, e, do art. 1º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 c/c a Lei Complementar Municipal nº 050, de 01 de abril de 2013, ao Servidor Público Municipal PEDRINHO CAMPAGNIN, brasileiro, casado, portador do CPF nº105.132.729-68, e da CI nº 494931/SSP/SC, inscrito no PIS/PASEP nº170.49557.90-9, detento da matrícula funcional nº.50, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Maquinas medias e pesadas, do Quadro de Pessoal da desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º. Autorizo o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, de forma integral referente a remuneração do cargo efetivo, observado o disposto no art. 1º, c/c seu 5º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e o art. 55 da Lei Complementar Municipal nº 50, de 01 de abril de 2013, perfazendo o total de R\$ 1.784,51 (um mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), que será pago mensalmente pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Macieira – FUPEM/RPPS.

Art. 3º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de junho de 2015.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

RESULTADO DA PROPOSTA PREÇO E PONTUAÇÃO FINAL TP 15/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado de Julgamento da Proposta de Preço e Pontuação Final.
Tomada de Preço nº 15/2015

O Município de Maracajá torna público o resultado do julgamento da Propostas de Preço e Pontuação Final do Processo Licitatório nº 15/2015 – Tomada de Preço, referente a Contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo: planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Maracajá(SC) na atividade institucional.

A Comissão de Licitação chegou-se a seguinte classificação para as propostas de preços: em primeiro lugar a empresa CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITARIA LTDA com total de 100 pontos, em segundo lugar a empresa SHOPPING DE IDEIAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, com total de 70 pontos. A Nota Final das empresas participantes, gerou a seguinte Classificação Final: em primeiro lugar a empresa; SHOPPING DE IDEIAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA com pontuação final de 87,731 pontos e em segundo lugar a empresa CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITARIA LTDA com pontuação final de 87,624 pontos..

Maracajá/SC, 15 de junho de 2015.
Karine dos Santos Marques.
Presidente da Comissão de Licitação

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 2.736/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 2.763/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 023/2015 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição e instalação de consultório odontológico completo, novo, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 26 de junho de 2015 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas.

Maravilha - SC, 12 de junho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação da Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente do município Maravilha.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) em reunião ordinária na data de 05/03/2015, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação e Aplicação da Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente do município Maravilha, que utiliza recursos do FIA, bem como seus anexos, dentre eles o que refere-se ao atendimento a demanda do combate ao Trabalho infantil Juvenil, para os anos de 2015/16.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha (SC) 05 de março de 2015

Beatriz M. Beduschi

Presidente CMDCA

Marema

PREFEITURA

PORTARIA Nº 067/2015

Portaria nº067/2015

De 30/04/2015

ADMITE FERNANDO BEHLING EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE FISIOTERAPEUTA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico; CONSIDERANDO o processo seletivo simplificado e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital de Homologação do resultado final do teste Seletivo nº041/2015. CONSIDERANDO decreto 067/2015 de 24/04/2014 sobre a exoneração de Fisioterapia efetiva 40hs.

D E C I D E

Art. 1º - Admitir FERNANDO BEHLING para o exercício da função – de FISIOTERAPEUTA, para suprir a demanda com na unidade de Saúde devido a exoneração da Profissional Efetiva, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 27/04/2015 a 20/12/2015.

Parágrafo Único – Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato e ou prorrogação de Contrato desde que ocorra interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 27/04/2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 068/2015

Portaria nº068/2015

De 08/05/2015

DISPENSA A PEDIDO DE TÉRMINO DE CONTRATO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ELIZZANDRA CASARIL EXERCENDO O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO edital CMDCA n 001/2013. CONSIDERANDO pedido efetuado pela conselheira.

D E C I D E

Art. 1º - Dispensar por pedido a Servidora Pública Municipal ELIZANDRA CASARIL do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar e em consequência do Serviço Público Municipal.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, a contar a partir de 11 de maio de 2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 063/2015

Portaria nº063/2015

De 30/04/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GENI DE LOURDES NADAL CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal GENI DE LOURDES NADAL CERATTO, por um período de 30 dias sendo o período de gozo de 02/07/2015 A 31/07/2015.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 05/07/2014 A 04/07/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 064/2015

Portaria nº064/2015

De 30/04/2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SANDRO FERARRI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal SANDRO FERARRI, por um período de 30 dias sendo o período de gozo de 11/05/2015 a 10/06/2015

§ ÚNICO – Parágrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01/10/2013 a 30/09/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 065/2015

Portaria nº 065/2015

De 30/04/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL NELSON CAREGNATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr Guilherme Wentz Dias CRM/SC 11726 dando conta na necessidade do afastamento do referido servidor.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 15 dias ao Servidor Público Municipal NELSON CAREGNATTO, a contar a partir de 24 de março de 2015 a 11 de maio de 2015.

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 066/2015

Portaria nº066/2015

De 30/04/2015

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE EVERTON CERATTO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERÍODO 27/08/2014 A 27/02/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 6 da Lei Municipal n. 036/2014 de 19 de fevereiro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional do Servidor Público Municipal EVERTON CERATTO com carga horária de 40 horas semanais, na função de MOTORISTA 40HS em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 27/08/2014 A 27/02/2015. QUINTA.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Setor Recursos Humanos

PORTARIA Nº 069/2015

Portaria nº069/2015

De 08/05/2015

ADMITE ANGELICA GRIS EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE FISIOTERAPEUTA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico; CONSIDERANDO o processo seletivo simplificado e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital de Homologação do resultado final do teste Seletivo nº041/2015. CONSIDERANDO decreto 067/2015 de 24/04/2014 sobre a exoneração de Fisioterapeuta efetiva 40hs.

D E C I D E

Art. 1º - Admitir ANGELICA GRIS para o exercício da função – de FISIOTERAPEUTA, para suprir a demanda com na unidade de Saúde devido a exoneração da Profissional Efetiva, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 12/05/2015 a 20/12/2015.

Parágrafo Único – Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato e ou prorrogação de Contrato desde que ocorra interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 08 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

PORTARIA Nº 070/2015

Portaria nº070/2015

De 11/05/2015

ADMITE LUCILEI PEROTTO DE MARCH EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2013. CONSIDERANDO Portaria 068/2015 de 08/05//2015 dando conta da exoneração de Conselheira Titular.

D E C I D E

Art. 1º - Admitir LUCILEI PEROTTO DE MARCH para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR, para o período de 11/05/2015 A 09/01/2016.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 11 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 071/2015

Portaria nº071/2015

De 12/05/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIDINEIA REGINATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal SIDINEIA REGINATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 08/06/2015 a 17/06/2015.

- Gozo de férias por um período de 20 dias para uma data futura a ser marcada em consenso com o departamento de Recursos Humanos.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será

acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 12 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 072/2015

Portaria nº 072/2015

De 12/05/2015

CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA EM TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALDIVA ZANETTI ROMANINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dra. Marcia Morales Longhi dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para acompanhar pessoa da família em tratamento de saúde por um período de 20 dias a Servidora Pública Municipal ALDIVA ZANETTI ROMANINI, a contar a partir de 11 de maio de 2015 a 30 de maio de 2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 073/2015

Portaria nº073/2015

De 12/05/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANDRA ALVES DOS SANTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ELISANDRA ALVES DOS SANTOS, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 25/05/2015 a 03/06/2015.

- Gozo de férias por um período de 20 dias para uma data futura a ser marcada em consenso com o departamento de Recursos Humanos.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 20/01/2015 a 19/01/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 12 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 074/2015

Portaria nº 074/2015

De 12/05/2015

CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA EM TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IARA MENDES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico do Dr. MARCELO L VIEIRA DA CUNHA CRM/SC 12621 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para acompanhar pessoa da família em tratamento de saúde por um período de 21 dias a Servidora Pública Municipal IARA MENDES DOS SANTOS, a contar a partir de 03 de maio de 2015 a 25 de maio de 2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 03 de maio de 2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 12 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 075/2015

Portaria nº075/2015

De 25/05/2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECIR ZANCHIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal CLAUDECIR ZANCHIN, por um período de 30 dias a contar a partir de 15 de junho de 2015 a 14 de julho de 2015.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 07/05/2014 a 06/05/2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 076/2015

Portaria nº 076/2015

De 25/05/2015

DESIGNA TANIA MARIA TOFFOLO, PARA RESPONDER PELO MUNICÍPIO DE MAREMA E FUNDOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo BANCO DO BRASIL.

RESOLVE

Art. 1º – Designar TANIA MARIA TOFFOLO, para responder como TESOUREIRA do:

- MUNICÍPIO DE MAREMA,
- FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA,
- FMDR – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MAREMA,
- FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAREMA,
- FIA – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAREMA.

Compreendendo as funções e poderes, conforme o anexo I, e referindo-se as contas conforme o anexo II.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º– A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 25 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

ANEXO I

FUNÇÕES E PODERES ATRIBUÍDAS AO TESOUREIRO

009 SOLICITAR EMISSÃO CHEQUES

010 SOLICITAR ABERTURA DE CONTAS DE DEPOSITO

011 AUTORIZAR COBRANÇAS

018 UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES

020 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

026 SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

027 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

031 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES

036 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

038 ENDOSSAR CHEQUE

093 EFETUAR TRANSFERENCIAS/PAGAMENTOS

094 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

095 CANCELAR CHEQUES

096 BAIXAR CHEQUES

098 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

099 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA

104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

118 CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS

119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

123 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTO

124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO

126 EMITIR COMPROVANTES

128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

129 EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERARIO

133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

138 CARTAO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF MEIO ELETRONICO

150 ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO

ANEXO II

CONTAS VINCULADAS AOS PODERES DO ANEXO I

CONTA CORRENTE 5428-3 29-9

CONTA CORRENTE 5428-3 37-X

CONTA CORRENTE 5428-3 5113-6

CONTA CORRENTE 5428-3 5243-X

CONTA CORRENTE 5428-3 5178-0

CONTA CORRENTE 5428-3 5451-8

CONTA CORRENTE 5428-3 5919-6

CONTA CORRENTE 5428-3 6129-8

CONTA CORRENTE 5428-3 6171-9

CONTA CORRENTE 5428-3 6242-1

CONTA CORRENTE 5428-3 6243-X

CONTA CORRENTE 5428-3 6244-8

CONTA CORRENTE 5428-3 6245-6

CONTA CORRENTE 5428-3 6257-X

CONTA CORRENTE 5428-3 6258-8

CONTA CORRENTE 5428-3 6271-5

CONTA CORRENTE 5428-3 6272-3

CONTA CORRENTE 5428-3 6413-0

CONTA CORRENTE 5428-3 6414-9

CONTA CORRENTE 5428-3 7066-1

CONTA CORRENTE 5428-3 7074-2

CONTA CORRENTE 5428-3 7082-3

CONTA CORRENTE 5428-3 8140-X

CONTA CORRENTE 5428-3 9903-1

CONTA CORRENTE 5428-3 9987-2

CONTA CORRENTE 5428-3 10344-6

CONTA CORRENTE 5428-3 10365-9

CONTA CORRENTE 5428-3 10709-3

CONTA CORRENTE 5428-3 11602-5

CONTA CORRENTE 5428-3 11604-1

CONTA CORRENTE 5428-3 13622-0

CONTA CORRENTE 5428-3 14172-0

CONTA CORRENTE 5428-3 14285-9

CONTA CORRENTE 5428-3 14690-0

CONTA CORRENTE 5428-3 17453-X

CONTA CORRENTE 5428-3 17468-8

CONTA CORRENTE 5428-3 17504-8

CONTA CORRENTE 5428-3 26761-9

CONTA CORRENTE 5428-3 29507-8

CONTA CORRENTE 5428-3 40349-0

CONTA CORRENTE 5428-3 60003-2

CONTA CORRENTE 5428-3 283141-4

PORTARIA Nº 077/2015

Portaria nº077/2015

De 25/05/2015

DISPENSA A PEDIDO DE TÉRMINO DE CONTRATO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE APARECIDA BETTU EXERCENDO O CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO edital CMDCA n 001/2013. CONSIDERANDO pedido efetuado pela conselheira.

D E C I D E

Art. 1º - Dispensar por pedido a Servidora Pública Municipal SIMONE APARECIDA BETTU do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar e em consequência do Serviço Público Municipal.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 078/2015

Portaria nº078/2015

De 25/05/2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Conceder licença Prêmio a Servidora Pública Municipal ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO, por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 01 de JULHO de 2015 a 30 de JULHO de 2015.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 26/12/2005 A 26/12/2010.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Setor Recursos Humanos

PORTARIA Nº 079/2015

Portaria nº079/2015

De 25/05/2015

ADMITE LUIZA ANA FLECK BATISTA EM FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA, DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2013. CONSIDERANDO portaria 077/2015 de 25/05/2015, que dispensou a Conselheira Titular.

D E C I D E

Art. 1º - Admitir LUIZA ANA FLECK BATISTA para o exercício da função pública temporária de CONSELHEIRA TUTELAR, para o período de 01/06/2015 A 09/01/2016.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de junho de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 080/2015

Portaria nº080/2015

De 09/06/2015

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTIANA CARLA SOTILLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão de ensino médio devidamente registrado no órgão competente.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a Servidora Publica Municipal, CRISTIANA CARLA SOTILLI gratificação por grau de instrução de nível de conclusão de ensino médio, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento da servidora.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 09 de junho de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº 081/2015

Portaria nº081/2015

De 10/06/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOVANDRA DALL BELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal JOVANDRA DALL BELLO, por um período de 30 dias sendo o período de gozo de 02/07/2015 A 31/07/2015.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 01/01/2014 A 31/12/2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 9.2014 - ADITIVO QTDE - EXAMES ULTRASSOM

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - QUANTIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2014

Processo Licitatório nº 23/2014

Pregão Presencial Nº. 15/2014

Aos 01 de Junho do ano de 2015, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 15/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA EMISSÃO DE LAUDOS DE EXAMES RADIOLOGICOS EFETUADOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA EMISSÃO DE LAUDOS DE EXAMES RADIOLOGICOS EFETUADOS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade licitada	Quantidade aditivada	Valor Unit.	Valor Total
01.01	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEN TOTAL	EXAMES	E. C.	300	75	R\$ 69,92	R\$ 5.244,00
01.02	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEN SUPERIOR	EXAMES	E. C.	100	25	R\$ 62,70	R\$ 1.567,50
01.07	INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS	EXAMES	E.C.	210	52	R\$ 77,10	R\$ 4.009,20

1.1. O valor estimado deste aditivo R\$ 10.820,70 (dez mil, oitocentos e vinte reais e setenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital de Processo Licitatório nº. 23/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame acima mencionado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Massaranduba(SC), 01 de Junho de 2015.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MÁRIO FERNANDO REINKE	SUZANE ELISA F. REINKE
Prefeito	Secretária/Gestora - Contratante

INSTITUTO ESPAÇO CLIN SAUDE E EDUCAÇÃO LTDA
JEAN POLIDORO
Contratada

CO 19/2013 - AD 19/1 - SERVIÇO DE GUINCHO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 19 / 2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 19/1

Processo Licitatório nº. 26/2013

Concorrência Concessão nº.02/201

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: JORGE BISEWSKI JUNIOR 07361553923

OBJETO: Concessão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Massaranduba.

Descritivo	Valor inicial	Valor reajuste
Serviços de Remoção por Guincho, para carros de passeio no perímetro urbano ou rural, do Município de Massaranduba (até um raio de 25 km).	R\$ 100,00	R\$ 112,27
Serviços de Remoção por Guincho, para veículos de grande porte, no perímetro urbano ou rural, do Município de Massaranduba (até um raio de 25 km).	R\$ 150,00	R\$ 168,40
Serviços de Remoção por Guincho, para motocicletas no perímetro urbano ou rural, do Município de Massaranduba (até um raio de 25 km).	R\$ 70,00	R\$ 78,59
Diária pela estadia de motocicletas e similares.	R\$ 5,00	R\$ 5,61
Diária pela estadia de automóveis.	R\$ 10,00	R\$ 11,23
Diária pela estadia de utilitários e caminhonetes.	R\$ 15,00	R\$ 16,84
Diária pela estadia de ônibus e caminhões.	R\$ 30,00	R\$ 33,68
Os veículos de passeio apreendidos, que excederem o raio de 25 km do Centro de Massaranduba, tendo como ponto de referência o Destacamento da Polícia Militar, poderá ser acrescido o valor.	R\$ 1,20/km	R\$ 1,35/km
Os veículos de grande porte apreendidos, que excederem o raio de 25 km do Centro de Massaranduba, tendo como ponto de referência o Destacamento de Polícia Militar, poderá ser acrescido o valor	R\$ 3,00/km	R\$ 3,37/km

Massaranduba, 10 de Junho de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE - Prefeito

CO 29.2013 - AD 29.2 - CONCESSÃO ESPAÇO BAR GINÁSIO CENTRO ESPORTIVO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 29 / 2013

SEGUNDO CONTRATO ADITIVO Nº. 29/2

Processo Licitatório nº. 43/2013

Concorrência nº.3/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: JOSE CARLOS SEBOLD

OBJETO: Concessão de espaço para exploração de Bar e Lanchonete no Ginásio Poliesportivo Alfredo Jacobowski, localizado na Rua 11 de Novembro, 1559, na cidade de Massaranduba (SC), totalizando uma área de 121,46 .

VALOR MENSAL: R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais),

VIGENCIA: 26.06.2015 a 26.06.2016.

Massaranduba, 15 de Junho de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CO 45/2014 - AD 45/2 - GINASIO E. ARACY DUARTE

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 45/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – 45/1

Processo Licitatório nº. 53/2014

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº. 6/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: A.R.G. INDUSTRIAL LTDA

OBJETO: fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a construção de quadra esportiva escolar com vestiários, em conformidade com o projeto.

Vigência: 05-05-2015 a 02-11-2015

Massaranduba, 04 de Maio de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

DECRETO Nº 3107 DE 09 DE JUNHO 2015

DECRETO Nº 3107 DE 09 DE JUNHO 2015

Qualifica como Organização Social o Instituto Adonhiran de Assistência à Saúde

O Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista os dispostos no Art. 3º da Lei nº 1663 de 10 de março de 2015 e no § 3º do Art. 6º do Decreto 3081 de 12 de março de 2015, DECRETA:

Art. 1º É qualificado como Organização Social no âmbito Municipal o Instituto Adonhiran de Assistência à Saúde, com sede na cidade de Penha, no estado de Santa Catarina, portador do CNPJ 11.074.062/0001-64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Massaranduba, 09 de junho de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 058/2015

PORTARIA Nº 058/2015 de 11.05.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 04.05.2015, atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde por 30 (trinta) dias,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal MARIVETE ANA SANTOLIN, matrícula nº 1886-4, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, lotada no Departamento Municipal de Educação, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 04.05.2015 a 02.06.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04.05.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 11 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 063/2015

PORTARIA Nº 063/2015 de 21.05.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 15.05.2015, atestando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por 15 (quinze) dias,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ELYSON JEAN KAMMLER, matrícula nº 2139-3, ocupante do cargo efetivo de Auditor Fiscal, lotado no Departamento Municipal de Administração e Fazenda, por motivo de

doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 15.05.2015 a 29.05.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15.05.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 21 de maio de 2015
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 064/2015

PORTARIA Nº 064/2015 de 21.05.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 20.05.2015, atestando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por 30 (trinta) dias, a partir de 11.05.2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 30 (trinta) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal OTAVIO TIMM, matrícula nº 024-8, ocupante do cargo efetivo de Agente de Manutenção e Conservação, lotado no Departamento Municipal de Obras, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 11.05.2015 a 09.06.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11.05.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 21 de maio de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 074/2015

PORTARIA Nº 074/2015 de 12.06.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 10.06.2015, atestando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por 60 (sessenta) dias,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal RODRIGO ALBERTO RAUBER, matrícula nº 1911-9, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Externos, lotado no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 10.06.2015 a 08.08.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10.06.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 12 de junho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

OBJETO: Contratação de: OXIGÊNIO MEDICINAL conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 22/junho/2015 até as 13:50 horas do dia 26/junho/2015.

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 26/junho/2015 às 14:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 – Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 15 de Junho de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 037/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 037/2015

“ALTERA O ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR 009 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, SC, faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - O cargo de “Oficial de Serviços Administrativos Escolares” constante do Anexo III da Lei Complementar 009 de 22 de Dezembro de 2011, passa a ter 07 (sete) vagas.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Junho de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ADILSON PEDRO MACCARI

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

LEI COMPLEMENTAR Nº. 038/2015

Lei Complementar nº. 038/2015

ALTERA A LEI 1.284 DE 24 DE JUNHO DE 2008. REVOGA A LEI 1.299 DE 02 DE MARÇO DE 2009.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito do Município de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de minhas atribuições legais; FAÇO A TODOS SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - A Lei no 1.284, de 24 de junho de 2008, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 4º/A - São cargos de provimento em comissão, com número de vagas e remuneração definida pelo anexo VI, com nomeação discricionária do chefe do poder executivo, demissíveis “ad nutum”, e não integram a carreira dos servidores públicos municipais:

I - Grupo de Assessoramento de Provimento em Comissão - APC: Assessor, Assessor Especial, Coordenador de Área, Coordenador de Programas, Chefe de Gabinete, Diretor de Departamento, Procurador Geral, Secretário e Subprefeito.

§1º- Os cargos de provimento em comissão, a critério do chefe do poder executivo, podem ser subdivididos em cargo em comissão e função de confiança, que fará constar uma das expressões no ato de nomeação.

§2º - A função de confiança será sempre exercida por servidor efetivo, independente de cumprido o estágio probatório.

§3º - A função de confiança será remunerada através do pagamento de gratificação sobre os vencimentos da carreira, incluindo tempo de serviço e progressões por novas habilitações, de 20% a 40% para as funções de secretário, subprefeito, coordenador, chefe de gabinete, assessor especial e procurador geral.

§4º - O cargo em comissão será remunerado através de vencimento, conforme o anexo VI.

§5º - O servidor efetivo, nomeado para cargo em comissão, terá calculado sobre os vencimentos constantes do anexo VI, todas as vantagens que adquiriu durante o desenvolvimento de sua carreira, exceto por nova habilitação.

§6º - A carga horária dos cargos de provimento em comissão será definida pelo poder executivo, no ato de nomeação, de acordo com o art. 19 e seus parágrafos. Os servidores efetivos nomeados para cargo de provimento em comissão cumprirão carga horária respectiva ao cargo efetivo, conforme art. 19.

§7º - O chefe do poder executivo pode usar até no máximo 70% (setenta por cento) dos cargos existentes no anexo VI desta lei, que passam a ser considerados cargos disponíveis, e ficam assim divididos:

I – 45% de livre nomeação e discricionariedade;

II – 25% destinados a servidores efetivos, de livre nomeação e discricionariedade.

Art. 2º - O anexo I desta lei insere o Anexo VI na Lei no 1.284, de 24 de junho de 2008. O anexo II desta lei insere o Anexo VII na Lei no 1.284, de 24 de junho de 2008.

Art. 3º - A Secretaria de Finanças se unifica com a Secretaria de Administração e Planejamento, e passa a denominar-se Secretaria do Sistema Econômico.

Art. 4º - A Secretaria de Educação e Cultura se unifica a Secretaria de Esporte e Turismo, e passa a denominar-se Secretaria do Sistema de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

Art. 5º - A Secretaria da Saúde se unifica à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social e passa a denominar-se Secretária do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 6º - A Secretaria de Obras e Desenvolvimento Econômico se unifica com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e passa a denominar-se Secretaria do Sistema de Infraestrutura.

Art. 7º - Ficam vinculados ao Gabinete do Prefeito os cargos de Subprefeito Distrital, Chefe de Gabinete, Procurador Geral e Assessor Especial.

Art. 8º – Fica revogada a Lei Municipal nº 1.299 de 02 de Março de 2009.

Art. 9º - Fica autorizada a aplicação do dissídio a ser concedido no exercício de 2015 sobre valores constantes desta lei.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Junho de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 038/2015

(Insere o Anexo VI na Lei 1.284/2008)

ANEXO VI

GRUPO DE ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO – APC

Nº DE VAGAS	DENOMINAÇÃO	R\$
04	Secretário (Valor fixado por lei de iniciativa da Câmara de Vereadores)	5.669,30
05	Coordenador de Área	3.650,00
03	Coordenador de Programas	3.110,00
28	Diretor de Departamento I	2.615,59
20	Diretor de Departamento II	2.171,45
20	Diretor de Departamento III	1.806,28
18	Diretor de Departamento IV	1.381,84
03	Assessor Especial I	3.783,41
01	Assessor Especial II	3.350,00
01	Assessor Especial III	2.800,00
11	Assessor I	1.381,84
11	Assessor II	1.184,43
01	Procurador Geral	3.991,08
01	Chefe de Gabinete	3.569,24
01	Subprefeito Distrital	3.650,00

ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 038/2015

(Insere o Anexo VII da Lei 1.284/2008)

ANEXO VII

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - GRUPO - IV

ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC

CARGO: Assessor
GRUPO: IV - ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC
ATRIBUIÇÕES: Prestar assessoramento, aconselhamento e assistência, aos secretários municipais, em determinada área de experiência. Podendo ser vinculada a prática e cotidiano de uma tarefa ou função, bem como em área do conhecimento. Dirigir veículos, quando necessário ao exercício das demais atividades.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
a) Geral: Determinada no ato de nomeação.
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.
RECRUTAMENTO:
a) Geral: Contratação por ato discricionário e exoneração "ad nutum".
CARGO: Assessor Especial
GRUPO: IV - ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC

ATRIBUIÇÕES: Prestar assessoramento, aconselhamento e assistência, ao Prefeito, em determinada área de experiência. Podendo ser vinculada a prática e cotidiano de uma tarefa ou função, bem como em área do conhecimento. Dirigir veículos, quando necessário ao exercício das demais atividades.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: Determinada no ato de nomeação.
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Contratação por ato discricionário e exoneração "ad nutum".

CARGO: Coordenador de Área

GRUPO: IV - ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC

ATRIBUIÇÕES: Recebe através de delegação, descrita no ato de nomeação, parte das atribuições do secretário da pasta ao qual está vinculado e ao qual é hierarquicamente inferior. Sendo que tem autonomia limitada nos termos da delegação para desenvolver as atividades da área da atuação pública que lhe foi dada a responsabilidade. Dirigir veículos, quando necessário ao exercício das demais atividades.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: Determinada no ato de nomeação.
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Contratação por ato discricionário e exoneração "ad nutum".

CARGO: Coordenador de Programas

GRUPO: IV - ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC

ATRIBUIÇÕES: Recebe através de delegação, descrita no ato de nomeação, parte das atribuições e responsabilidade para gestão dos programas vinculados a secretaria da saúde, sendo que tem autonomia limitada nos termos da delegação para desenvolver as atividades da área da atuação pública que lhe foi dada a responsabilidade. Dirigir veículos, quando necessário ao exercício das demais atividades.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: Determinada no ato de nomeação.
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Contratação por ato discricionário e exoneração "ad nutum".

CARGO: Chefe de Gabinete

GRUPO: IV - ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC

ATRIBUIÇÕES: Desenvolve a chefia e a organização da estrutura do gabinete do prefeito, sendo responsável direto pela organização institucional das atividades desenvolvidas pelo chefe do poder executivo. Dirigir veículos, quando necessário ao exercício das demais atividades.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: Determinada no ato de nomeação.
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Contratação por ato discricionário e exoneração "ad nutum".

CARGO: Diretor de Departamento

GRUPO: IV - ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC

ATRIBUIÇÕES: Desenvolve a organização e estruturação da área de atuação dentro do setor ao qual foi designado. Dirigir veículos, quando necessário ao exercício das demais atividades.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: Determinada no ato de nomeação.
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Contratação por ato discricionário e exoneração "ad nutum".

CARGO: Procurador Geral

GRUPO: IV - ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC

ATRIBUIÇÕES: Desenvolve todas as funções atribuídas ao Advogado, cumulado com a chefia e organização do setor. Dirigir veículos, quando necessário ao exercício das demais atividades.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: Determinada no ato de nomeação.
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Contratação por ato discricionário e exoneração "ad nutum".

CARGO: Secretário e Subprefeito

GRUPO: IV - ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC

ATRIBUIÇÕES: Agente Político, desenvolve a administração do município através de delegação de competência concedida pelo chefe do poder executivo, que delimita a sua atuação no ato de nomeação. Dirigir veículos, quando necessário ao exercício das demais atividades.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: Determinada no ato de nomeação.
b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Contratação por ato discricionário e exoneração "ad nutum".

CARGO: Tesoureiro Geral

GRUPO: IV - ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - APC

ATRIBUIÇÕES: Desenvolve todas as funções atribuídas ao Tesoureiro, cumulado com a chefia e organização do setor.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: Determinada no ato de nomeação.

b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados. Dirigir veículos, quando necessário ao exercício das demais atividades.

RECRUTAMENTO:

a) Geral: Contratação por ato discricionário e exoneração "ad nutum".

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N° 79/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRENCIA N° 79/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES PARA ATÉ 02 (DUAS) EMPRESAS, CONDICIONADA A OUTORGA ONEROSA Data da entrega dos envelopes: 31/07/2015 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 31/07/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 15 de junho de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

DECRETO 649-2011 NOMEAÇÃO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n ° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 649 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n ° 127 de 02/12/2011,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social de Navegantes – NAVEGANTESPREV -, simbologia SM1, o senhor JAN ULLRICH.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 03/01/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE DEZEMBRO DE 2011.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 29 de dezembro de 2011.

Jonas de Souza

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 092/2015

DECRETO nº 092/2015

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 002/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Edital de Classificação Final do Processo Seletivo, realizado de acordo com o Edital nos 002/2015, conduzido pela Comissão de Processo Seletivo, para provimento das vagas no âmbito do Poder Executivo Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, cuja relação dos classificados consta no Anexo Único do respectivo Edital objeto da homologação.

Art. 2º O prazo de validade do processo seletivo simplificado ora homologado é de caráter excepcional e temporário, em postos de trabalho, respeitando o prazo máximo correspondente ao tempo de afastamento, ou no caso de vacância, o prazo máximo de 12 (doze) meses, em ambos os casos limitado ao período letivo remanescente no ano de 2015 a contar da data de publicação deste Decreto, nos termos da legislação municipal de regência.

Art. 3º A convocação dos aprovados para a posse nos respectivos cargos dar-se-á por Decreto, na medida das necessidades da Administração Pública municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 15 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 092/2015)

CARGO: PROFESSOR (A) HABILITADO EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Classificação	Nome completo
01	Luciano Amorim

CARGO: PROFESSOR HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA – FUTSAL

Classificação	Nome completo
01	Leandro da Silva

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO GEOGRAFIA

Classificação	Nome completo
01	Leoniria Fátima Anzini Mistura

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Classificação	Nome completo
01	José Arlindo Trainotti
02	Patricia Regina Tell Marchi

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO ARTES

Classificação	Nome completo
---------------	---------------

01	Ronaldo Casagrande
02	Lili Cirene Tell

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO BANDAS E FANFARRAS

Classificação	Nome completo
01	Adriano Bertotti

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO INGLÊS

Classificação	Nome completo
01	Dimas Hueliton Kniss

CARGO: PROFESSOR (A) NÃO HABILITADO "CONTADOR DE HISTÓRIAS"

Classificação	Nome completo
01	Maiara Boettner

DECRETO Nº 094/2015

DECRETO Nº 094, de 15 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Transferência do Feriado Municipal de 09 de julho, Aniversário de Morte de Santa Paulina.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Santa Catarina, no uso das atribuições legais e na forma prevista no inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o Aniversário de Morte de Santa Paulina, 09 de julho, feriado municipal, instituído pela Lei Municipal nº 1.199, de 26/06/1992, neste ano recai numa quinta-feira;

DECRETA:

Art. 1º Transferir, em caráter excepcional, para o dia 10 de julho (sexta-feira) do ano em curso, o feriado de 09 de julho, em comemoração ao Aniversário de Morte de Santa Paulina, no âmbito deste Município.

Art. 2º A data considerada no artigo anterior, no que tange a preservação e o funcionamento dos serviços considerados essenciais, será administrada no âmbito de cada Unidade Administrativa responsável, garantindo o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 526/2015

PORTARIA Nº 526 / 2015

Nomeia o Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do IPREVENT.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Gian Francesco Voltolini, no uso das atribuições que lhe confere o item VIII, do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com os artigos 71, 72 e 74 da Lei nº 1.671 de 31/01/2000, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados que farão parte do Conselho Administrativo do IPREVENT - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, ficando assim constituído:

Diretor Executivo – Moisés Cipriani

I – Representantes do Poder Executivo:

Titular: Valdemir Luiz Quaiatto

Suplente: Rosimar Darós

II - Representantes do IPREVENT:

Titular: Clarisse Cadorin Marchiori

Suplente: Margarette Vanini Vinotti

III - Representantes da Câmara de Vereadores:

Titular: Rosangela Facchini Raizer

Suplente: Cleide Liz Dell ´Antonio

IV - Representantes do SAMAE:

Titular: Maria de Lourdes Rover

Suplente: Emiliana Speranzini

Art. 2º - Nomear os membros que farão parte do Conselho Fiscal do IPREVENT - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, ficando assim constituído:

I - Representantes do Poder Executivo:

Titular: Aprígio José Botameli

Suplente: Adérico Edílio Dalri

II - Representantes da Câmara de Vereadores:

Titular: Rosangela Facchini Raizer

Suplente: Cleide Liz Dell ´Antonio

Fls.02 – Portaria nº 526/2015

III - Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:

Titular: Adilson Luiz Demonti

Suplente: Maria Cipriani

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 20 de abril de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de junho de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 08/2015 - SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 08/2015

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada.: JAIME BALDIN VERGINIO

Valor : 900,00 (novecentos reais) mensal

Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 03/11/2015

Objeto : Aluguel de sala para deposito de bens móveis do SAMAE

Orleans-SC., 15/06/2015

REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO 33/2015 SAÚDE

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Analisado os autos desta licitação e o Parecer Jurídico apresentado acerca do caso em tela, adoto o parecer como razões de decidir, acolhendo referido parecer integralmente, e por esta via agendando NOVA SESSÃO para dar continuidade ao certame, para o dia 22 de Junho do ano corrente, às 14h., no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Orleans.

Ciência aos interessados.

Orleans, SC, 15 de junho de 2015

FÁBIO SALVADOR

Pregoeiro

Ouro

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0003/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0003/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 01/07/2015, às 10hs, o Processo Licitatório n. 0042/2015 na Modalidade de Tomada de Preços para Compras e Serviços n. 0003/2015, tipo menor preço global, sob regime de execução parcelada. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço especializado na área de pediatria na Unidade Básica de Saúde Central. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 10/06/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Paial**PREFEITURA****ATA 08/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Goiás nº 400, Centro, Inscrito no CNPJ Sob o nº 01.614.376/0001-59, neste ato representado por seu titular o senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF sob o nº 325.979-49, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 68/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 015/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa GIARETTA PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob nº 82.708.660/0001-96, representada neste ato pelo Sr. DORACI FRANCISCO GIARETTA, portador do CPF nº. 592.394.259-34, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1.- A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
6	90,00	UN	Recapagem 1000R20 borrachudo frio largura mínima de banda 220 mm e profundidade mínima de sulco de 21 mm	TIPLER	455,00	40.950,00
Total do fornecedor (R\$):	40.950,00					

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de dose meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 015/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 15 de junho de 2015.

ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal ÓRGÃO GERENCIADOR	DORACI FRANCISCO GIARETTA Administrador DETENTORA DA ATA
--	---

Testemunhas:

Antonio Soster CPF: 486.301.449-04	Jania Lucia Dala Vale CPF: 005.696.699-79
---------------------------------------	--

Visto:
Assessor jurídico

ATA 09/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Goiás nº 400, Centro, Inscrito no CNPJ Sob o nº 01.614.376/0001-59, neste ato representado por seu titular o senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF sob o n.º 325.979-49, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 68/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 015/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa F. M. PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob nº 81.374.845/0001-49, representada neste ato pelo Sr. EDUARDO MALDANER, portador do CPF nº. 041.323.499-18, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1.- A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
8	12,00	UN	Recapagem de pneu 17.5x25 super lameiro, com mínimo de banda de 340mm, profundidade de sulco mínima de 26mm e largura mínima de garra de 90mm	VIPAL	1.648,00	19.776,00
10	10,00	UN	Recapagem de pneu 12x16,5 borrachudo com no mínimo 270 mm de largura de banda, 20 mm de profundidade de sulco e 40 mm de largura de garra. (Retroescavadeira dianteiro).	VIPAL	569,00	5.690,00
11	10,00	UN	Recapagem de pneu 12,5/80x18 super lameiro, com mínimo de banda de 340mm, profundidade de sulco mínima de 26mm largura mínima de garra de 90mm.	VIPAL	640,00	6.400,00
12	20,00	UN	Recapagem de pneu 700x16, com no mínimo 10,5 mm de profundidade de sulco.	VIPAL	260,00	5.200,00
13	10,00	UN	Recapagem de pneu 9x17.5	VIPAL	270,00	2.700,00
14	15,00	UN	Recapagem de pneu 215x75x17.5.	VIPAL	300,00	4.500,00
Total do fornecedor (R\$):	44.266,00					

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de dose meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 015/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 15 de junho de 2015.

ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal ÓRGÃO GERENCIADOR	EDUARDO MALDANER Administrador DETENTORA DA ATA
--	---

Testemunhas:

Antonio Soster CPF: 486.301.449-04	Jania Lucia Dala Vale CPF: 005.696.699-79
---------------------------------------	--

Visto:
Assessor jurídico

ATA 10/2015**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Goiás nº 400, Centro, Inscrito no CNPJ Sob o nº 01.614.376/0001-59, neste ato representado por seu titular o senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF sob o nº 325.979-49, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 68/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 015/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa F. VACHILESKI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob nº 93.388.031/0001-42, representada neste ato pelo Sr. FLORIANO VACHILESKI JUNIOR, portador do CPF nº. 532.179.930-04, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1.- A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	30,00	UN	Recapagem pneus 750x16 borrachudo, com no mínimo de 12,5 mm de profundidade de sulco.	Vipal	265,00	7.950,00
5	4,00	UN	Recapagem de pneus 18.4x30 trator com mínimo de banda de 430mm, profundidade de sulco de mínima de 40mm, e largura mínima de garra de 40mm	Vipal	1.347,00	5.388,00
9	12,00	UN	Recapagem de pneu 19.5x24 borrachudo, com no mínimo 400 mm de largura de banda, 30 mm de profundidade de sulco e 8 cm de largura de garra (retroescavadeira).	Vipal	1.543,00	18.516,00
Total do fornecedor (R\$):	31.854,00					

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de dose meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 015/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 15 de junho de 2015.

ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal ÓRGÃO GERENCIADOR	. FLORIANO VACHILESKI JUNIOR Administrador DETENTORA DA ATA
--	---

Testemunhas:

Antonio Soster CPF: 486.301.449-04	Jania Lucia Dala Vale CPF: 005.696.699-79
---------------------------------------	--

Visto:

Assessor jurídico

ATA 11/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Goiás nº 400, Centro, Inscrito no CNPJ Sob o nº 01.614.376/0001-59, neste ato representado por seu titular o senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, prefeito municipal, residente e domiciliado no município de Paial - SC, inscrito no CPF sob o n.º 325.979-49, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 68/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 015/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa BORILLI PNEUS LTDA inscrita no CNPJ-MF sob nº 88.644.877/0001-66, representada neste ato pela Sra. BRUNA BORILLI PASA, portador do CPF nº. 012.750.140-11, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1.- A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	8,00	UN	Recapagem de pneus 18.4x34 trator com mínimo de banda de 430mm, profundidade de sulco de mínima de 40mm, e largura mínima de garra de 40mm	Vipal	1.367,00	10.936,00
3	8,00	UN	Recapagem 14.9x24 com mínimo de banda de 280mm, profundidade de sulco de mínima de 34mm, e largura mínima de garra de 30mm	Vipal	943,00	7.544,00
4	4,00	UN	Recapagem 12.4x24 com mínimo de banda de 280mm, profundidade de sulco de mínima de 34mm, e largura mínima de garra de 30mm	Vipal	745,00	2.980,00
7	30,00	UN	Recapagem de pneu 1.400x24 super lameiro com mínimo de banda de 300mm, profundidade de sulco de mínima de 22mm, e 990,00 largura mínima de garra de 75mm.	Vipal	999,00	29.970,00
Total do fornecedor (R\$):	51.430,00					

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de dose meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 015/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 15 de junho de 2015.

ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal ÓRGÃO GERENCIADOR	BRUNA BORILLI PASA Administradora DETENTORA DA ATA
--	--

Testemunhas:

Antonio Soster CPF: 486.301.449-04	Jania Lucia Dala Vale CPF: 005.696.699-79
---------------------------------------	--

Visto:
Assessor jurídico

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1527/2015.

PORTARIA Nº. 1527/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANETE FERREIRA PINHEIRO, matrícula nº. 400116-1, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/01/2005 a 23/01/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/05/2015 à 04/06/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1531/2015.

PORTARIA Nº. 1531/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora MARLETE VARGAS PORTELA, matrícula nº. 100419-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 20/03/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1534/2015.

PORTARIA Nº. 1534/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a SILENE ISAUINA WAGNER, matrícula nº. 800158-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

COMISSÃO ESPECIAL ELEIÇÃO UNIFICADA CONSELHO TUTELAR 2016/2020

COMISSÃO ESPECIAL ELEIÇÃO UNIFICADA CONSELHO TUTELAR 2016/2020

PARECER DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

DATA: 15 de junho de 2015

LOCAL: Secretaria do CMDCA de Palhoça

No dia 15 junho de 2015, representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Palhoça, integrantes da COMISSÃO ESPECIAL ELEIÇÃO UNIFICADA CONSELHO TUTELAR, 2016/2020, HOMOLOGARAM a nominata e tornam pública as inscrições dos candidatos referentes ao Processo de Escolha UNIFICADO do Conselho Tutelar para a gestão 2016/2020.

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PARECER
001	Nazarete Beatriz Schütz Borges	DEFERIDO
002	Adriana da Rosa	DEFERIDO
003	Lorival Espindola	DEFERIDO
004	Daiani Cristina Estevam	DEFERIDO
005	Daiana Steinmetz	DEFERIDO
006	Odilia Maria marques Steinmetz	DEFERIDO
007	Napoleão do Carmo Portela	DEFERIDO
008	Fabiana Maria dos Reis	DEFERIDO
009	Débora Cristina da Silva	DEFERIDO
010	Vanessa Nunes Silva	DEFERIDO
011	Ivan Carlos Luz	DEFERIDO
012	Vitória Rodrigues do Montte	DEFERIDO
013	Cidiane Roberta Martinho Lofi	DEFERIDO
014	Karla Barcellos Moreira	INDEFERIDO
015	Emmanuela Nadir Felipe da Silva	DEFERIDO
016	Tamara do Nascimento	DEFERIDO

Palhoça, 15 de junho de 2015.

Fernanda Moro Cechinel (Secretaria de Esporte e Cultura) _____

Adriana Morsoletto (Secretaria de Pesca e Agricultura) _____

Carolina Caldas de Freitas (Secretaria de Saúde) _____

Silnaide Stange (CEI Aririú da Formiga) _____

Laura Mª dos Santos (Pró-Brejaru) _____

De acordo com resolução CMDCA/Palhoça Nº. 011 /2015

COMISSÃO ESPECIAL ELEIÇÃO UNIFICADA CONSELHO TUTELAR
CMDCA/Palhoça/SC

.

ERRATA 001 DO PREGÃO 82 - 2015

PREGÃO Nº 82/2015

ERRATA Nº 001

O Município de Palhoça torna público que houve alterações no edital convocatório do Pregão nº 82/2015, ficando aprazado para o dia 29/06/2015, às 14:00 h, a entrega dos envelopes e a sessão de lances. Segue abaixo as alterações.

ONDE SE LIA:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

2 – ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

2.1 - As especificações e quantidades são as constantes deste anexo, sendo dele parte integrante do ato convocatório.

Item	Quant.	Unid.	Preço Máximo	Especificação
01	69.000	Kg	1,92	Hipoclorito de sódio: solução, 8, UN 1791

AGORA SE LÊ:

2 – DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

2.1 - As especificações e quantidades são as constantes deste anexo, sendo dele parte integrante do ato convocatório.

Item	Quant.	Unid.	Preço Máximo	Especificação
01	69.000	Kg	1,92	Hipoclorito de sódio: solução, 8, UN 1791 acondicionada em bombona.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 1524/2015.

PORTARIA Nº. 1524/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUELI WEISS LUCHI, matrícula nº. 800696-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/02/2002 a 02/02/2007, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 06/04/2015 à 06/07/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1525/2015.

PORTARIA Nº. 1525/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ISOLDE HELENA MOURA CARVALHO, matrícula nº. 125888-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 20/04/2015 à 20/05/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1526/2015.

PORTARIA Nº. 1526/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA JOSE AVILA, matrícula nº. 124676-1, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 07/05/2008 a 07/05/2013, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 30/03/2015 à 30/05/2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1528/2015.

PORTARIA Nº. 1528/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALESSANDRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da USB do Médio Aririú da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 23/03/2015 a 23/03/2016.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1529/2015.

PORTARIA Nº. 1529/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta

Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora JUCELANDIA DE SOUZA, matrícula nº. 190018-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 20/03/2015, de acordo com às folhas 10.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1530/2015.

PORTARIA Nº. 1530/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSANGELA SANTINA DA SILVA, matrícula nº. 800990-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 23/02/2015, de acordo com às folhas 10.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1532/2015.

PORTARIA Nº. 1532/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANDRE JOÃO ALVES, matrícula nº. 401389-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 20/03/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1533/2015.

PORTARIA Nº. 1533/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora IRINESIA ADELIA SILVA VIEIRA, matrícula nº. 801832-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.
Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 20/03/2015, de acordo com às folhas 03.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1535/2015.

PORTARIA Nº. 1535/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LUCIANE DA VEIGA DE SOUZA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 20 de março de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1693/2015.

PORTARIA Nº. 1693/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LIDYANI MANGRICH DOS PASSOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Biblioteconomista, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 13/04/2015.

Palhoça, SC, em 01 de abril de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

SUSPENSÃO PREGÃO 78/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015

O Município de Palhoça torna público que fica SUSPENSO por prazo indeterminado o processo licitatório Pregão Presencial 078/2015, que consiste na contratação de empresa para execução de serviços de recuperação da pavimentação asfáltica de extensões de médio e grande porte, incluindo fornecimento de material, a ser utilizado em diversas ruas deste Município. A suspensão se dá em face de solicitações de esclarecimento feitas ao edital, para que haja tempo hábil para que sejam analisadas. Assim que possível será disponibilizada a nova data para abertura do referido processo. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitações no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal diariamente das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 15 de junho de 2015. A PREGOEIRA.

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 056/15

DECRETO Nº 056/2015 De 08 de maio de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de R\$ 46.274,99 (Quarenta e seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos) nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 1.017 – Pavimentação de Vias Urbanas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0013(203) R\$ 27.174,50

TOTAL R\$ 27.174,50

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 1.030 – Construção da Sede do DMER

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000(176) R\$ 600,00

TOTAL R\$ 600,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.03 – Fundo da Defesa Civil

Projeto: 2.033 – Defesa Civil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0012(204) R\$ 851,49

TOTAL R\$ 851,49

DECRETO Nº 056/2015

De 08 de maio de 2015.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários

Projeto: 2.032 – Manutenção do Departamento de Transportes

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0013(174) R\$ 17.649,00

TOTAL R\$ 17.649,00

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º deste Decreto no valor de R\$ 44.823,50

(quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0013- recursos vinculados a convênios com o Estado. O valor de R\$ 851,49 (oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos) são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0012 – recursos vinculados ao governo federal, e o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0000 – recursos ordinários, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 08 de maio de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Ricardo Rodrigues
Chefe de Gabinete.

DECRETO 069/15

DECRETO Nº 069/2015. De 01 de junho de 2015.	DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	--

CONSIDERANDO a informação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos da municipalidade, acerca do lançamento/cobrança equivocado dos serviços de retroescavadeira em relação ao contribuinte Aldoir Antonio Gonçalves, CPF/MF 477.318.189-34, cadastro 5150, eis que a terra retirada daquela propriedade foi aproveitada pelo Município em outro local;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao débito de Serviços Horas/Máquina no valor de R\$ 67,37 (sessenta e sete reais, trinta e sete centavos), do cadastro 5150, em relação ao contribuinte Aldoir Antonio Gonçalves, CPF/MF 477.318.189-34, e, consequentemente, CANCELADO o lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança do serviço do contribuinte.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos

e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome do contribuinte Aldoir Antonio Gonçalves, CPF/MF 477.318.189-34, cadastro nº 5150, referente ao débito acima referido.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos em 01 de junho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 072/15

DECRETO Nº 072/2015 De 08 de junho de 2015.	APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
--	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento da parte Norte da Chácara Rural nº 23, situado na Rua João XXIII, nº 100, bairro Progresso, no Município e Comarca de Palmitos/SC, de propriedade de Silvio Luiz Desordi e Janete Maria Contarin Desordi, com área de 3.016,00 m², matrícula nº 8.170 do Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Palmitos/SC, pretende desmembrar a sua as frações acima indicadas cujas confrontações e medidas estão assim identificadas:

SITUAÇÃO PROPOSTA À DESMEMBRAR

Parte sudeste da parte norte da Chácara Rural nº 23, com 325,00 m².

Confrontações:

Norte: do vértice 4 (coordenadas UTM E:285441 e N:7002966) ao vértice 1 (coordenadas UTM E:285442 e N:7002953), numa extensão de 25,00 metros, confrontando com parte da mesma chácara nº 23 de Silvio Luiz Desordi.

Sul: do vértice 2 (coordenadas UTM E:285417 e N:7002952) ao vértice 3 (coordenadas UTM E:285416 e N:7002964), numa extensão de 25,00 metros, confrontando com parte da mesma chácara nº 23 de Rosangela Picon Schaefer, Duílio Pedro Schaefer e Rodrigo Pedro Schaefer.

Leste: do vértice 1 (coordenadas UTM E:285442 e N:7002953) ao vértice 2 (coordenadas UTM E:285417 e N:7002952), numa extensão de 13,00 metros, confrontando com a Rua João XXIII.

Oeste: do vértice 3 (coordenadas UTM E:285416 e N:7002964) ao vértice 4 (coordenadas UTM E:285441 e N:7002966), numa extensão de 13,00 metros, confrontando com parte da chácara nº 23 de Silvio Luiz Desordi.

REIDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

Parte maior da parte norte da Chácara Rural nº 23, com 2.691,00 m².

DECRETO Nº 072/2015

De 08 de junho de 2015.

Confrontações:

Norte: do vértice 6 (coordenadas UTM E:285437 e N:7003001) ao vértice 1 (coordenadas UTM E:285441 e N:7002966), numa extensão de 65,00 metros, confrontando com terrenos do Loteamento Parque Progresso – sendo, com o Lote Urbano nº 12, por um alinhamento de 15,50 m de Adriano Cezar Soligo; com o Lote Urbano nº 11, por uma linha de 16,00 m de Marilene Maria Dezordi; com o Lote Urbano nº 10, por uma linha de 15,00 m, de Ivaldino Luiz Alievi e com o Lote Urbano nº 09, por uma linha de 18,50 m, de Nicanor Rosa da Silva.

Sul: do vértice 2 (coordenadas UTM E:285416 e N:7002964) ao vértice 3 (coordenadas UTM E:285417 e N:7002952), numa extensão de 25,00 metros, confrontando com parte da mesma chácara nº 23 de Silvio Luiz Desordi; e do vértice 4 (coordenadas UTM E:285380 e N:7002949) ao vértice 5 (coordenadas UTM E:285373 e N:7002994), numa extensão de 37,07 metros, confrontando com parte da mesma chácara nº 23 de Rosangela Picon Schaefer, Duílio Pedro Schaefer e Rodrigo Pedro Schaefer.

Leste: do vértice 1 (coordenadas UTM E:285441 e N:7002966) ao vértice 2 (coordenadas UTM E:285416 e N:7002964), numa extensão de 35,00 metros, confrontando com a Rua João XXIII; e do vértice 3 (coordenadas UTM E:285417 e N:7002952) ao vértice 4 (coordenadas UTM E:285380 e N:7002949), numa extensão de 13,00 metros, confrontando com parte da mesma chácara nº 23 de Silvio Luiz Desordi.

Oeste: do vértice 5 (coordenadas UTM E:285373 e N:7002994) ao vértice 6 (coordenadas UTM E:285437 e N:7003001), numa extensão de 45,87 metros, confrontando com parte da chácara rural nº 20 de Genor Boeri.

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapas, memorial descritivo e A.R.T. firmado pelo Engenheiro Agrônomo, CREA/SC 31.551-4, Parecer Técnico nº 066/2015, do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico e cópia da Matrícula nº 8.170, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submete-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

DECRETO Nº 072/2015

De 08 de junho de 2015.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 055/2015.

Município de Palmitos/SC, em 08 de junho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 031/2015

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 005/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.802.002/0001-02, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de procedimentos de enfermagem para o uso do Fundo Municipal de Saúde e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde;
- 1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 19.155,18 (dezenove mil, cento e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos), referente aos itens 04, 16, 18, 30, 43, 44, 54, 65, 67, 77, 86, 117, 121, 126, 143 e 156, objeto do processo licitatório Pregão Eletrônico Registro de Preços 005/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.
- 2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do

objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

- 4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- 4.2 - Fornecer ao Fundo Municipal de Saúde, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente Ata de Registro de Preços.
- 4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário ao fornecimento do objeto adjudicado, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- 4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho para o fornecimento do objeto.
- 4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.
- 5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.
- 5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município.
- 5.4 - A critério do Fundo Municipal de Saúde, poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;
- 6.2 - Será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;
- 6.3 - Deverá manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- 6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 7.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;

b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Fundo Municipal de Saúde poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e o Fundo Municipal de Saúde não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A contratada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 29 de maio de 2015.

_____- Ricardo Zenfe - Pregoeiro
_____- Erli Edivina Wunche Bacellar -

Equipe de Apoio

_____- Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____- Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

_____- Maicon Cordova Pereira – Pela
Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035/2015

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 005/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.157.032/0001-22, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de procedimentos de enfermagem para o uso do Fundo Municipal de Saúde e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 233.410,96 (duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e dez reais e noventa e seis centavos), referente aos itens 03, 06, 11, 14, 17, 22, 23, 25, 33, 34, 39, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 63, 68, 69, 70, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 87, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 11, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 15, e 159, objeto do processo licitatório Pregão Eletrônico Registro de Preços 005/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela

estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

4.2 - Fornecer ao Fundo Municipal de Saúde, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente Ata de Registro de Preços.

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário ao fornecimento do objeto adjudicado, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, incluindo as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho para o fornecimento do objeto.

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município.

5.4 - A critério do Fundo Municipal de Saúde, poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Eletrônico nº 005/2015 e seus anexos;

6.2 - Será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 - Deverá manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a

instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - Fundo Municipal de Saúde poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, o objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e o Fundo Municipal de Saúde não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A contratada não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Fundo Municipal de Saúde.

10.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 29 de maio de 2015.

- Ricardo Zenfe - Pregoeiro

- Erli Edivina Wunche Bacellar -
Equipe de Apoio

- Otávio Hunka - Equipe de Apoio

- Sônia Terezinha Mendes Novack
- Equipe de Apoio

- Jorge Henrique da Silva - Pela
Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048/2015

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 049/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 12/06/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa COMASO CONSTRUÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 02.674.801/0001-68, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por

ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de britas, pó de pedra, pedrisco, pedra rachão e areia para a manutenção de estradas vicinais do município, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 835.500,00 (oitocentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais), relativos aos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, objeto do pregão presencial registro de preços 049/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 049/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A Contratada deverá iniciar a entrega dos materiais, imediatamente após receber as devidas ordens de serviços e/ou solicitação(ões) da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução

do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 049/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência na entrega dos materiais após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) material(is) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanova, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 12 de junho de 2015.

_____ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ – Erli Edivina Wunsche Bacellar - Equipe de Apoio
_____ – Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ – Sônia Terezinha Mendes Novack - Equipe de Apoio
_____ – Marcelo Vinicius Prust – Pela Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

DECRETO N° 2536, DE 20.05.2015 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA BEM IMÓVEL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO

DECRETO N° 2536, DE 20.05.2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA BEM IMÓVEL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos V e VI do artigo 59 da Lei Orgânica do Município, combinado com a alínea "h" do Art. 5º, mais o artigo 6º, ambos do Decreto-lei nº 3365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA

Art. 1º. Fica Declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, o imóvel urbano, situado neste Município de Papanduva/SC, com a área total de 676,85 m2 (seiscentos e setenta e seis metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 5.577 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaiópolis/SC, de propriedade de ROBERTO NOVACK e SUELI TEREZINHA IZIDORO, com as seguintes confrontações e descrições:

I - Situado de frente para a Av. Papa João XXIII lado ímpar, a 81,00m da esquina com a Rua Antonio Borges Bueno lado ímpar, nesta cidade de Papanduva/SC. Faz frente de 17,00m com o lado ímpar da Av. Papa João XXIII; Divisa pelo lado direito em 39,80m com a propriedade Roberto Novack e Sueli Terezinha Izidoro; Divisa pelo lado esquerdo em 39,85m com a propriedade de Roberto Novack e Sueli Terezinha Izidoro; Faz fundos de 17,00m com o prolongamento da Rua Alois Adolfo Werka.

Art. 2º. O imóvel ora declarado de utilidade pública será utilizado para fins de prolongamento da Rua Alois Adolfo Werka.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 20 de maio de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

PORTARIA 124/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 124 DE, 01 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ROSANA DA SILVA RODRIGUES MONTEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade apartir de 01/06/2015, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Rosana da Silva Rodrigues Monteiro, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 125/2015

PORTARIA Nº 125, DE 01 DE JUNHO DE 2015
“DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 – Lucilene Cardoso Porto Técnico em Contabilidade

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 126/2015

PORTARIA 126 DE 03 DE JUNHO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Rosilei de Souza Moreira, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Rosilei de Souza Moreira, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 127/2015

PORTARIA Nº 127, DE 03 DE JUNHO DE 2015

“DESIGNA MAIRA DA SILVA PACHECO, PROFESSOR EM CARÁTER EFETIVO, PARA OCUPAR O CARGO DE VICE- DIRETOR NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUNDAMENTAL MANOEL RODRIGUES DA SILVA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis nº 669/2009; 736/2011 e 805/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Maira da Silva Pacheco, Professor em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Vice - Diretora na Escola Municipal de ens. Fundamental Manoel Rodrigues da Silva.

Art. 2º - A servidora acima designada fará jus a gratificação estabelecida no artigo 39 da Lei 736/2011, ficando suspenso quando findar a execução do cargo mencionado no caput deste artigo .

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M.de Administração e Finanças

PORTARIA 128/2015

PORTARIA Nº 128, DE 03 DE JUNHO DE 2015

“CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº.118 DE 04 DE MAIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Amaurete Joaquim Kejellim que trata o artigo 1º da Portaria nº 118 de 04 de maio de 2015 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças.

PORTARIA 129/2015

PORTARIA Nº 129, DE 03 DE JUNHO DE 2015

“DESIGNA AMAURETE JOAQUIM KEGELLIM, PROFESSOR EM CARÁTER EFETIVO, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IGNÁCIA CARDOSO”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis nº 993/2015; 736/2011 e 805/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Amaurete Joaquim Kegellim, Professor em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Diretora no Centro de Educação Infantil Ignácia Cardoso no Bairro Barra Velha.

Art. 2º - A servidora acima designada fará jus a gratificação estabelecida no artigo 39 da Lei 736/2011, ficando suspenso quando findar a execução do cargo mencionado no caput deste artigo .

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M.de Administração e Finanças

PORTARIA 130/2015

PORTARIA Nº 130, DE 08 DE JUNHO DE 2015

“DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 – Ana carla Maciak Professor MAG LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 08 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 131/2015

PORTARIA Nº 131, DE 08 DE JUNHO DE 2015

“DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 – Talia Woichimevski Marcos Motorista

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 08 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 132/2015

PORTARIA Nº 132, DE 08 DE JUNHO DE 2015
"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio

Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 – Roger da Silva Gonçalves Fiscal de Obras

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 10/2015

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 10, de 15 de junho de 2015

"NOMEIA MEMBRO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA"

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Nomear o vereador André Porto Silveira à relator da Comissão de Constituição e Justiça, em substituição ao vereador Sérgio Delfino Joaquin, que renunciou a vaga.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Pedro Paulo Bitencourt
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva
1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO Nº 359, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 359, de 12 de junho de 2015

"CONVOCA A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de realização Conferência Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO, ainda, a necessidade designar comissão para a organização da conferência;

DECRETA:

Art. 1º. Fica CONVOCADA a V Conferência Municipal de Saúde com o tema "SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 2º. A Conferência será realizada no dia 15 de julho de 2015, no Centro Comunitário da Matriz, localizado na Rua da Praça, Centro, neste Município, com início às 8h.

Art. 3º. Ficam designados os servidores abaixo nominados para compor a Comissão Organizadora da Conferência:

I - Elisiani Denardin Bortolini;

II - Lucelia Rumpel Monteiro;

III - Nilvania Bortolini de Oliveira;

IV - Osvaldir Alves;

V - Vandriely Arcari Aires Cavalheiro.

Parágrafo único: A Comissão será presidida pelo Sr. Osvaldir Alves, Secretário Municipal de Saúde, e terá as atribuições constantes do Regimento.

Art. 4º. A organização e execução da Conferência Municipal será normatizada pelo Regimento com a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na sua data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 12 de junho de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 360, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 360, de 15 de junho de 2015

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, do art. 10 da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e nos termos do Edital de Concurso Público nº 001/2015;

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público nº 001/2015 para a contratação de servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais estabelece que o concurso deverá ser homologado pela autoridade competente do órgão que o promover;

CONSIDERANDO o disposto no item 12 do Edital do Concurso, que prevê a homologação do resultado final por meio de decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015, e o acompanhamento de todo Concurso Público pela Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada através do DECRETO Nº 337, de 19 de fevereiro de 2015.

CONSIDERANDO, por fim, que o Processo Administrativo de realização do Concurso Público nº 001/2015 encontra-se encerrado, não havendo mais possibilidade de qualquer recurso administrativo, assim como não havendo qualquer pendência a ser resolvida, tendo sido realizado dentro da legalidade e observados todos os princípios que regem a Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO o resultado final do Concurso Público nº 001/2015, em conformidade com o Edital nº 001/2015, para provimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde, Agente de Defesa Civil, Auxiliar Consultório Odontológico, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Serviços Gerais – Gari, Enfermeiro, Fiscal de Tributos, Jardineiro, Mecânico, Motorista, Nutricionista, Odontólogo, Operador de Máquinas (motoniveladora), Operador de Máquinas (retroescavadeira), Operador de Máquinas (trator de esteira), Operador de Máquinas (trator agrícola com pneus), Operador de Máquinas (escavadeira hidráulica), Pedreiro, Professor de Educação Física, Técnico de Enfermagem e Trabalhador Especializado, conforme relação anexa.

Art. 2º. Os candidatos classificados no Concurso Público nº 001/2015 observada, rigorosamente, a ordem de classificação, deverão atender a convocação para investidura no cargo, sob pena de perderem o direito de admissão em favor do interessado seguinte.

Art. 3º. A convocação de candidatos será feita de acordo com o interesse e necessidade de cada Secretaria Municipal, respeitando-se a disponibilidade orçamentária e financeira da Municipalidade.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 15 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

CÂMARA DE VEREADORES DE PASSOS MAIA**LEI Nº 753/2015**

LEI Nº 753/2015

(ORIGINADA DA EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2015 E PROJETO DE LEI Nº 060, DE 23 DE ABRIL DE 2015.)

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOSÉ DA ROCHA BUENO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 27, III, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reajuste da ordem de 8,41% sobre o vencimento básico de todos os servidores públicos municipais dos poderes executivo e legislativo, e sobre o subsídio dos agentes políticos, a ser implementado a partir do mês de maio, para reposição da inflação acumulada do período de março de 2014 a março de 2015, calculada pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE, exceto aos Profissionais da Educação que já receberam o reajuste no mês de Janeiro de 2015, da seguinte forma:

I – Reajuste de 4,41% a partir de 01 de maio de 2015;

II – Reajuste de 4,00% a partir de 01 de junho de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Passos Maia - SC, 15 de junho de 2015.

JOSÉ DA ROCHA BUENO

PRESIDENTE

Paulo Lopes

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 10/2015

PORTARIA Nº. 10/15

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, com base no Prejulgado 1277 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolve:

PRORROGAR

Por mais 30 dias, em regime de urgência, os serviços contábeis realizados pela servidora Luceni Firmino Silvano Fermiano, contadora, efetiva, do Poder Executivo, desempenhados temporariamente, para esta Casa Legislativa, devido a vacância do cargo de contador da Câmara, em face do pedido de exoneração do funcionário efetivo.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 15 de junho de 2015.

Oziel Evaldo Silva
Presidente

Publicada a presente Portaria em 15 de junho de 2015.

Penha

PREFEITURA

ERRATA PP27/2015 - PMP

ERRATA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2015 - PMP

O MUNICÍPIO DE PENHA/SC, mediante o Pregoeiro Sr. LEANDRO DE LIMA BORBA e pelos membros da Equipe de Apoio, composta pelas Senhoras Gabriela Garbini Strelow, Maria do Carmo Coutinho de Souza e Juliana Bueno Perciani, instituídas pela Portaria nº. 65/2015 torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICO, do TIPO MENOR PREÇO – POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 935/12 de 02 de Fevereiro de 2012, e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

Onde se Lê:

Servidor de Rede com as seguintes especificações mínimas:

(...)

b) Memória

- quantidade de 16 x 4GB (totalizando 64 GB)
- capacidade de armazenamento igual ou superior a 4 GB
- tecnologia compatível PC3-10600 (1333MHz)
- arquitetura tipo DDR3
- contendo ECC

d) Disco Rígido (HD)

- quantidade mínima de 4 x 3TB, apresentada num total mínimo de 12 TB
- capacidade de armazenamento mínima de 3 TB
- velocidade de rotação igual ou superior a 7200 RPM
- interface tipo Serial ATA III 6.0 GB/s
- buffer mínimo de 16 MB de cachê

m) Sistema Operacional

- Windows server STD 2012 R2 X64 Brazilian 1 pk DspOeiDvd 2cpu/2vm (uma unidade)
- Windows server cal 2012 Brazilian 1pk DspOem 5 Cal's1 (uma unidade)
- Microsoft Office Professional 2013 (uma unidade).

Leia-se

No Item "b": cujo se refere à MEMÓRIA: admite-se equipamento com no mínimo 04 (quatro) pentes de 16 GB (4x16 GB), totalizando 64 GB no sistema, estaremos atendendo ao edital.

No item "d": cujo se refere ao: DISCO RÍGIDO, admite-se equipamento com no mínimo 03 (três) discos SATA III de 7.200 RPM com capacidade de 4TB cada, totalizando 12 TB no sistema.

No item "m", onde se refere ao SISTEMA OPERACIONAL: Tal equipamento deverá ser apresentado com a versão do Office Home & Business da linha "365" da Microsoft.

Ficam inalteradas as demais cláusulas, inclusive as que se referem as datas e prazos estabelecidos no edital.

Penha (SC), 15 de junho de 2015.

Daniele S. de S. Lunge

Secretária da Administração

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 33/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL, NAS MODALIDADES FUTSAL, VOLEIBOL E HANDEBOL. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 26/06/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 16 de junho de 2015. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

ANEXOS RREO 2 BIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

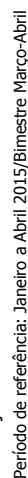
Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril



RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	14.332.075,04	14.332.075,04	2.579.080,47	18,00	5.248.559,30	36,62	9.083.515,74
RECEITAS CORRENTES	14.327.051,04	14.327.051,04	2.230.197,25	15,57	4.620.184,12	32,25	9.706.866,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	761.800,00	761.800,00	89.358,06	11,73	142.286,16	18,68	619.513,84
Impostos	523.600,00	523.600,00	64.197,21	12,26	100.940,29	19,28	422.659,71
Taxas	205.200,00	205.200,00	25.160,85	12,26	41.345,87	20,15	163.854,13
Contribuição de Melhoria	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	547.200,00	547.200,00	94.750,98	17,32	154.466,35	28,23	392.733,65
Contribuições Sociais	490.000,00	490.000,00	83.077,12	16,95	131.524,52	26,84	358.475,48
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	57.200,00	57.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.200,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	11.673,86	0,00	22.941,83	0,00	-22.941,83
RECEITA PATRIMONIAL	479.230,00	479.230,00	145.503,13	30,36	317.268,33	66,20	161.961,67
Recetas Imobiliárias	8.400,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.400,00
Recetas de Valores Mobiliários	429.030,00	429.030,00	141.820,56	33,06	309.972,39	72,25	119.057,61
Receta de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	41.800,00	41.800,00	3.682,57	8,81	7.295,94	17,45	34.504,06
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
Receta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Agropecuárias	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	33.000,00	33.000,00	5.105,00	15,47	12.335,00	37,38	20.665,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.327.641,04	12.327.641,04	1.878.090,75	15,23	3.966.804,37	32,18	8.360.836,67
Transferências Intergovernamentais	12.206.641,04	12.206.641,04	1.866.164,53	15,29	3.954.878,15	32,40	8.251.762,89
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	121.000,00	121.000,00	11.926,22	9,86	11.926,22	9,86	109.073,78
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 4



Continuação
Em Reais

Continua 2/4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RRERO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

SALDO DE EJERCICIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionales)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)										
Superávit Financeiro										
Reatertura de Créditos Adicionais										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	SALDO	
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
										(g) = (e-f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.284.946,65	16.415.360,51	3.073.676,03	6.770.242,42	9.645.118,09	2.556.762,12	4.467.699,54	4.261.472,77	11.947.660,97	
DESPESAS CORRENTES	13.331.847,04	13.653.938,32	2.754.502,84	5.817.548,99	7.836.389,33	2.171.055,36	3.779.853,51	3.680.784,74	9.874.084,81	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.717.672,00	6.783.342,35	1.407.161,73	2.359.454,01	4.423.888,34	1.002.685,97	1.954.978,25	1.938.965,91	4.828.364,10	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.000,00	60.000,00	5.394,58	12.638,71	47.361,29	5.394,58	12.638,71	12.638,71	47.361,29	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.554.175,04	6.810.595,97	1.341.946,53	3.445.456,27	3.365.139,70	1.162.974,81	1.182.236,55	1.729.180,12	4.998.359,42	
DESPESAS DE CAPITAL	744.595,61	2.552.918,19	319.173,19	952.693,43	1.600.224,76	385.706,76	687.846,03	580.689,03	1.865.072,16	
INVESTIMENTOS	513.224,00	2.321.546,58	272.735,46	859.833,93	1.461.712,65	339.269,03	594.986,53	487.828,53	1.726.560,05	
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	230.371,61	230.371,61	46.437,73	92.859,50	137.512,11	46.437,73	92.859,50	92.859,50	137.512,11	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	
RESERVA DO RPPS	195.504,00	195.504,00	0,00	0,00	195.504,00	0,00	0,00	0,00	195.504,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.006.528,39	1.006.528,39	131.522,85	204.740,06	801.788,33	131.522,85	204.740,06	204.740,06	801.788,33	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.291.475,04	17.421.888,90	3.205.198,88	6.974.982,48	10.446.906,42	2.688.284,97	4.672.439,60	4.466.212,83	12.749.449,30	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.291.475,04	17.421.888,90	3.205.198,88	6.974.982,48	10.446.906,42	2.688.284,97	4.672.439,60	4.466.212,83	12.749.449,30	
SUPERÁVIT (XIII)										
SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	15.291.475,04	17.421.888,90	3.205.198,88	6.974.982,48	10.446.906,42	2.688.284,97	4.672.439,60	4.466.212,83	11.968.437,04	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES		959.400,00	959.400,00	131.522,85	13,71	204.892,56	21,36	754.507,44
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		959.400,00	959.400,00	131.522,85	13,71	204.892,56	21,36	754.507,44
Contribuições Sociais		959.400,00	959.400,00	131.522,85	13,71	204.892,56	21,36	754.507,44
TOTAL		959.400,00	959.400,00	131.522,85	13,71	204.892,56	21,36	754.507,44

Continua 3 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

Em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	986.900,00	986.900,00	127.597,09	196.888,54	790.011,46	127.597,09	196.888,54	196.888,54	790.011,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	971.900,00	971.900,00	124.759,89	191.439,41	780.460,59	124.759,89	191.439,41	191.439,41	780.460,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00	15.000,00	2.837,20	5.449,13	9.550,87	2.837,20	5.449,13	5.449,13	9.550,87
DESPESAS DE CAPITAL	19.628,39	19.628,39	3.925,76	7.851,52	11.776,87	3.925,76	7.851,52	7.851,52	11.776,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	19.628,39	19.628,39	3.925,76	7.851,52	11.776,87	3.925,76	7.851,52	7.851,52	11.776,87
TOTAL	1.006.528,39	1.006.528,39	131.522,85	204.740,06	801.788,33	131.522,85	204.740,06	204.740,06	801.788,33

FONTE: Sistema e-Pública (1417-5463-195). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 08:38.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL
ORDENADOR DA DESPESA

SIMONE RABUSKE OLIVO
CONTADORA
CRC Nº 031218/O-9

Sandra Bressan
Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
		(a)	(b)				SALDO A REALIZAR	(c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		6.300,00	73.273,33				-66.973,33	
Alienação de Bens Móveis		1.300,00	16.948,79				-15.648,79	
Alienação de Bens Imóveis		5.000,00	56.324,54				-51.324,54	
DESPESAS			DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR
			(d)			(e)		(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)		159.650,30	81.451,50	61.032,76	19.208,28	20.418,74	0,00	140.442,02
DESPESAS DE CAPITAL		159.650,30	81.451,50	61.032,76	19.208,28	20.418,74	0,00	140.442,02
Investimentos		159.650,30	81.451,50	61.032,76	19.208,28	20.418,74	0,00	140.442,02
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		2014 (h)	2015 (i) = (Ib - (IIe + IIIf))				SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)	
VALOR (III)		0,00	54.065,05				54.065,05	

FONTE: Sistema e-Pública (1484-0065-081). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 09:53.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	533.170,00	533.170,00	104.477,89	19,60
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	103.400,00	103.400,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	66.000,00	66.000,00	19.121,93	28,97
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	200.200,00	200.200,00	43.257,90	21,61
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	154.000,00	154.000,00	38.560,46	25,04
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.650,00	1.650,00	11,73	0,71
Dívida Ativa dos Impostos	5.500,00	5.500,00	2.803,29	50,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.420,00	2.420,00	722,58	29,86
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.367.300,00	12.367.300,00	4.103.698,17	33,18
Cota-parte FPM	6.963.000,00	6.963.000,00	2.137.683,62	30,70
Cota-parte ITR	3.300,00	3.300,00	54,65	1,66
Cota-parte IPVA	462.000,00	462.000,00	157.836,89	34,16
Cota-parte ICMS	4.840.000,00	4.840.000,00	1.773.374,55	36,64
Cota-parte do IPI - Exportação	70.400,00	70.400,00	27.540,88	39,12
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	28.600,00	28.600,00	7.207,58	25,20
Desoneração ICMS (LC 87/96)	28.600,00	28.600,00	7.207,58	25,20
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.900.470,00	12.900.470,00	4.208.176,06	32,62

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	618.405,04	618.405,04	195.312,91	31,58
Provenientes da União	571.103,04	571.103,04	184.517,41	32,31
Provenientes dos Estados	47.302,00	47.302,00	10.795,50	22,82
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	618.405,04	618.405,04	195.312,91	31,58

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	3.108.341,54	3.222.591,23	1.352.608,10	41,97	898.502,80	27,88	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.591.700,00	1.633.769,97	478.514,98	29,29	478.514,98	29,29	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.516.641,54	1.588.821,26	874.093,12	55,02	419.987,82	26,43	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	124.705,00	193.816,87	73.992,31	38,18	66.984,67	34,56	0,00
Investimentos	124.705,00	193.816,87	73.992,31	38,18	66.984,67	34,56	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.233.046,54	3.416.408,10	1.426.600,41	41,76	965.487,47	28,26	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	626.605,04	809.966,60	317.713,75	22,27	250.919,35	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	626.605,04	809.966,60	317.713,75	22,27	250.919,35	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	626.605,04	809.966,60	317.713,75	22,27	250.919,35	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.606.441,50	2.606.441,50	1.108.886,66	77,73	714.568,12	74,01	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%^{4 e 5}	16,98
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]⁶	83.341,71

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PREPROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	3.243.445,54	3.426.807,10	1.442.781,66	99,83	981.668,72	99,75	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.200,00	8.200,00	2.418,75	0,17	2.418,75	0,25	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	3.501,00	3.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.255.146,54	3.438.508,10	1.445.200,41	100,00	984.087,47	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1347-3342-727). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 09:55.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		15.291.475,04		
Previsão Atualizada		15.291.475,04		
Receitas Realizadas		5.453.451,86		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		942.027,07		
DESPESAS				
Dotação Inicial		15.291.475,04		
Créditos Adicionais		2.130.413,86		
Dotação Atualizada		17.421.888,90		
Despesas Empenhadas		6.974.982,48		
Despesas Liquidadas		4.672.439,60		
Despesas Pagas		4.466.212,83		
Superávit Orçamentário		781.012,26		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		6.974.982,48		
Despesas Liquidadas		4.672.439,60		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		13.651.286,22		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		423.984,57		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		204.761,76		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		219.222,81		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-200.000,00	-788.612,55	394,31
Resultado Primário		-109.032,00	544.529,62	-499,42
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	240.726,81	1.930,97	161.198,44	77.597,40
Poder Executivo	240.726,81	1.930,97	161.198,44	77.597,40
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	240.726,81	1.930,97	161.198,44	77.597,40
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		1.378.457,75	25,00	32,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		215.129,00	60,00	58,13
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		714.568,12	15,00	16,98
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (2009-0174-321). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 09:59.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.284.946,65	16.415.360,51	3.073.676,03	6.770.242,42	97,06	2.556.762,12	4.467.699,54	11.947.660,97
LEGISLATIVA	609.000,00	609.000,00	72.774,45	129.037,33	1,85	66.924,45	123.187,33	485.812,67
Ação Legislativa	609.000,00	609.000,00	72.774,45	129.037,33	1,85	66.924,45	123.187,33	485.812,67
ADMINISTRAÇÃO	2.162.752,00	2.202.352,00	485.496,55	1.128.426,47	16,18	376.952,91	685.175,94	1.517.176,06
Administração Geral	2.162.752,00	2.202.352,00	485.496,55	1.128.426,47	16,18	376.952,91	685.175,94	1.517.176,06
SEGURANÇA PÚBLICA	45.690,00	143.506,91	5.785,00	11.551,02	0,17	5.785,00	11.551,02	0,25
Policimento	20.790,00	108.226,81	5.263,00	6.987,80	0,10	5.263,00	6.987,80	0,15
Defesa Civil	24.900,00	35.280,10	522,00	4.563,22	0,07	522,00	4.563,22	0,10
ASSISTÊNCIA SOCIAL	968.098,00	1.008.176,06	127.217,49	258.746,65	3,71	173.357,54	254.005,81	754.170,25
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	732,00	732,00	0,01	732,00	732,00	0,02
Assistência Comunitária	958.098,00	998.176,06	126.485,49	258.014,65	3,70	172.625,54	253.273,81	744.902,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.113.000,00	1.113.000,00	508.136,49	609.237,52	8,73	103.660,73	204.761,76	908.238,24
Previdência do Regime Estatutário	1.113.000,00	1.113.000,00	508.136,49	609.237,52	8,73	103.660,73	204.761,76	908.238,24
SAÚDE	3.019.146,54	3.202.508,10	493.949,09	1.405.953,54	20,16	527.143,21	944.840,60	2.257.667,50
Atenção Básica	3.007.445,54	3.190.807,10	491.530,34	1.403.534,79	20,12	524.724,46	942.421,85	2.248.385,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.200,00	8.200,00	2.418,75	2.418,75	0,03	2.418,75	2.418,75	0,05
Abastecimento	3.501,00	3.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.501,00
EDUCAÇÃO	2.315.990,50	3.002.851,89	497.798,97	1.276.514,59	18,30	503.799,70	966.845,36	2.036.006,53
Ensino Fundamental	2.037.689,50	2.642.534,71	442.737,35	1.195.880,39	17,15	465.698,08	903.171,16	1.739.363,55
Ensino Superior	66.000,00	66.000,00	7.550,00	13.650,00	0,20	7.550,00	13.650,00	52.350,00
Educação Infantil	189.201,00	271.217,18	26.511,62	45.984,20	0,66	23.551,62	43.024,20	228.192,98
Educação Especial	23.100,00	23.100,00	21.000,00	21.000,00	0,30	7.000,00	7.000,00	16.100,00
CULTURA	203.000,00	203.000,00	2.432,87	2.651,28	0,04	2.432,87	2.651,28	200.348,72
Difusão Cultural	203.000,00	203.000,00	2.432,87	2.651,28	0,04	2.432,87	2.651,28	200.348,72
URBANISMO	310.294,00	695.163,89	65.271,82	112.133,26	1,61	27.149,06	53.571,76	641.592,13
Infra-Estrutura Urbana	63.504,00	448.373,89	0,00	27.648,74	0,40	0,00	7.230,00	441.143,89
Serviços Urbanos	246.790,00	246.790,00	65.271,82	84.484,52	1,21	27.149,06	46.341,76	200.448,24
HABITAÇÃO	22.001,00	22.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.001,00
Habituação Urbana	22.001,00	22.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.001,00
SANEAMENTO	5.501,00	5.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501,00
Saneamento Básico Urbano	5.501,00	5.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501,00
GESTÃO AMBIENTAL	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00

1 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

PROCESO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)		
				No Bimestre	Até o bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre		Até o bimestre (d)	% (d/total d)
AGRICULTURA	Extensão Rural	595.670,00	637.700,63	85.724,80	235.975,65	3,38	401.724,98	84.027,62	172.112,98	3,68	465.587,65
	Promoção da Produção Agropecuária	583.668,00	583.668,00	70.714,80	220.965,65	3,17	362.702,35	84.027,62	172.112,98	3,68	411.555,02
	INDÚSTRIA	12.002,00	54.032,63	15.010,00	15.010,00	0,22	39.022,63	0,00	0,00	0,00	54.032,63
		5.401,00	5.401,00	0,00	0,00	0,00	5.401,00	0,00	0,00	0,00	5.401,00
	Promoção Industrial	5.401,00	5.401,00	0,00	0,00	0,00	5.401,00	0,00	0,00	0,00	5.401,00
	COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
		11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
	Turismo	2.033.526,00	2.638.629,69	632.495,45	1.353.705,78	19,41	1.284.923,91	549.807,81	805.165,82	17,23	1.833.463,87
	TRANSPORTE	2.033.526,00	2.638.629,69	632.495,45	1.353.705,78	19,41	1.284.923,91	549.807,81	805.165,82	17,23	1.833.463,87
	Desporto Rodoviário	112.501,00	163.192,73	23.351,96	93.332,12	1,34	69.860,61	62.480,13	90.852,67	1,94	72.340,06
DESPORTO E LAZER	112.501,00	163.192,73	23.351,96	93.332,12	1,34	69.860,61	62.480,13	90.852,67	1,94	72.340,06	
ENCARGOS ESPECIAIS	Desporto Comunitário	540.371,61	540.371,61	73.241,09	152.977,21	2,19	387.394,40	73.241,09	152.977,21	3,27	387.394,40
	Outros Encargos Especiais	540.371,61	540.371,61	73.241,09	152.977,21	2,19	387.394,40	73.241,09	152.977,21	3,27	387.394,40
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	208.504,00	208.504,00	0,00	0,00	0,00	208.504,00	0,00	0,00	0,00	208.504,00
	Reserva de Contingência	208.504,00	208.504,00	0,00	0,00	0,00	208.504,00	0,00	0,00	0,00	208.504,00
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.006.528,39	1.006.528,39	131.522,85	204.740,06	2,94	801.788,33	131.522,85	204.740,06	4,38	801.788,33
	TOTAL (III) = (I + II)	15.291.475,04	17.421.888,90	3.205.198,88	6.974.982,48	100,00	10.446.906,42	2.688.284,97	1.672.439,60	100,00	12.749.449,30

Continua 2 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
					% (b/total b)		% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.006.528,39	1.006.528,39	131.522,85	204.740,06	100,00	131.522,85	204.740,06	801.788,33
LEGISLATIVA	13.000,00	13.000,00	1.615,00	2.422,50	1,18	1.615,00	2.422,50	10.577,50
Ação Legislativa	13.000,00	13.000,00	1.615,00	2.422,50	1,18	1.615,00	2.422,50	10.577,50
ADMINISTRAÇÃO	152.000,00	152.000,00	22.776,90	34.240,89	16,72	22.776,90	34.240,89	117.759,11
Administração Geral	152.000,00	152.000,00	22.776,90	34.240,89	16,72	22.776,90	34.240,89	117.759,11
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00	4.000,00	476,70	562,55	0,27	476,70	562,55	3.437,45
Assistência Comunitária	4.000,00	4.000,00	476,70	562,55	0,27	476,70	562,55	3.437,45
SAÚDE	236.000,00	236.000,00	24.115,87	39.246,87	19,17	24.115,87	39.246,87	196.753,13
Atenção Básica	236.000,00	236.000,00	24.115,87	39.246,87	19,17	24.115,87	39.246,87	196.753,13
EDUCAÇÃO	282.900,00	282.900,00	39.890,06	59.788,63	29,20	39.890,06	59.788,63	223.111,37
E ensino Fundamental	244.400,00	244.400,00	35.183,18	52.918,47	25,85	35.183,18	52.918,47	191.481,53
Educação Infantil	38.500,00	38.500,00	4.706,88	6.870,16	3,36	4.706,88	6.870,16	31.629,84
AGRICULTURA	72.000,00	72.000,00	10.199,04	15.250,94	7,45	10.199,04	15.250,94	56.749,06
Extensão Rural	72.000,00	72.000,00	10.199,04	15.250,94	7,45	10.199,04	15.250,94	56.749,06
TRANSPORTE	212.000,00	212.000,00	25.686,32	39.927,03	19,50	25.686,32	39.927,03	172.072,97
Transporte Rodoviário	212.000,00	212.000,00	25.686,32	39.927,03	19,50	25.686,32	39.927,03	172.072,97
ENCARGOS ESPECIAIS	34.628,39	34.628,39	6.762,96	13.300,65	6,50	6.762,96	13.300,65	21.327,74
Outros Encargos Especiais	34.628,39	34.628,39	6.762,96	13.300,65	6,50	6.762,96	13.300,65	21.327,74
TOTAL	1.006.528,39	1.006.528,39	131.522,85	204.740,06	100,00	131.522,85	204.740,06	801.788,33

FONTE: Sistema e-Pública (1270-6206-518). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 08:42.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL
ORDENADOR DA DESPESA

SIMONE RABUSKE OLIVO
CONTADORA
CRC Nº 031218/O-9

Sandra Bressan
Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.493.258,66	1.353.830,18	1.183.296,31	1.256.529,21	1.157.564,96	1.187.943,47	1.351.049,75					
Receita Tributária	150.802,00	119.140,26	22.925,67	33.353,21	26.258,53	16.285,95	31.799,36					
IPJU	42.650,12	4.673,60	379,45	528,49	211,90	106,49	72,11					
ISS	19.366,68	47.913,09	13.963,20	14.424,78	13.292,14	9.390,41	11.011,30					
ITBI	2.550,00	4.180,48	782,00	4.935,78	2.029,59	0,00	13.000,00					
IRRF	516,77	50.660,79	1.445,68	11.483,69	8.356,01	1.557,14	3.477,16					
Outras Receitas Tributárias	85.718,43	11.712,30	6.355,34	1.980,47	2.368,89	5.231,91	4.238,79					
Receitas de Contribuições	51.338,20	45.638,86	45.157,55	46.093,16	46.030,87	46.942,70	47.386,22					
Receita Patrimonial	81.357,66	62.205,20	69.746,05	80.237,08	39.122,97	54.115,11	67.960,72					
Receita Agropecuária	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	3.200,00	2.443,91	4.001,09	2.185,00	2.460,00	4.120,00	3.160,00					
Transferências Correntes	1.195.951,10	1.098.591,47	1.031.085,63	1.085.722,21	1.034.547,71	1.060.151,88	1.194.731,75					
Cota-Parte FPM	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.303,84	491.732,86					
Cota-Parte do ICMS	392.359,40	398.058,20	369.909,48	388.075,69	416.111,99	429.012,05	473.316,05					
Cota-Parte do IPVA	55.040,31	53.120,64	57.799,22	39.786,23	35.905,50	41.903,60	28.407,33					
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	6,37	0,00	663,04	1.407,66	55,45					
Transferências da LC 87/1996	1.732,46	1.732,46	1.732,46	1.732,46	1.732,46	1.732,46	1.732,46					
Transferências da LC 61/1989	6.423,16	6.117,73	6.284,80	6.478,24	6.096,36	6.528,70	7.496,89					
Transferências do FUNDEB	94.928,08	89.833,66	83.183,14	88.980,61	90.806,22	94.874,64	99.049,65					
Outras Transferências Correntes	72.378,39	119.948,79	143.083,53	112.242,93	90.149,20	113.188,93	92.941,06					
Outras Receitas Correntes	10.549,70	25.810,48	10.381,32	8.938,55	9.144,88	5.727,83	6.011,70					
DEDUÇÕES (II)	224.340,22	197.272,27	180.648,05	196.547,60	190.509,59	190.013,67	220.266,01					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	18.611,51	19.510,65	19.684,44	19.648,04	19.791,33	19.996,24	19.717,99					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	205.728,71	177.761,62	160.963,61	176.899,56	170.718,26	170.417,43	200.548,02					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.268.918,44	1.156.557,91	1.002.648,26	1.059.981,61	967.055,37	997.329,80	1.130.783,74					

1 / 2



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Continuação
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses									
		Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015	Abril/2015	Total	Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2015		
RECEITAS CORRENTES (I)											
Receita Tributária		1.750.809,24	1.453.725,75	1.372.161,64	1.255.018,03	1.360.017,51	16.174.604,71	16.174.604,71		16.749.911,04	
IPTU		103.417,04	9.257,31	43.670,79	41.198,90	48.159,16	646.268,18	646.268,18		761.800,00	
ISS		1.264,49	0,00	0,00	0,00	0,00	49.886,65	49.886,65		103.400,00	
ITBI		27.303,61	3.261,93	13.410,27	12.979,41	13.606,29	199.923,11	199.923,11		200.200,00	
IRRF		3.255,92	3.536,75	2.424,77	6.754,00	6.406,41	49.855,70	49.855,70		66.000,00	
Outras Receitas Tributárias		68.253,59	492,49	13.616,87	14.039,28	10.411,82	184.311,29	184.311,29		154.000,00	
Receitas de Contribuições		3.339,43	1.966,14	14.218,88	7.426,21	17.734,64	162.291,43	162.291,43		238.200,00	
Receita Patrimonial		95.466,00	10.614,97	49.100,40	47.006,68	47.744,30	578.519,91	578.519,91		547.200,00	
Receita Agropecuária		54.460,30	99.890,46	71.874,74	74.656,50	70.846,63	826.472,42	826.472,42		479.230,00	
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00		1.100,00	
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Transferências Correntes		5.905,00	7.141,79	88,21	1.870,00	3.235,00	39.810,00	39.810,00		33.000,00	
Cota-Parte FPM		1.478.065,20	1.325.594,73	1.199.019,41	1.081.757,41	1.181.171,63	13.966.390,13	13.966.390,13		14.750.501,04	
Cota-Parte do ICMS		540.132,51	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	5.754.357,74	5.754.357,74		6.963.000,00	
Cota-Parte do ICMS		455.908,10	473.009,34	421.665,64	423.480,68	455.218,89	5.096.125,51	5.096.125,51		4.840.000,00	
Cota-Parte do IPVA		16.736,02	27.714,37	30.186,59	49.846,27	50.089,66	486.495,74	486.495,74		462.000,00	
Cota-Parte do ITR		0,00	42,10	0,00	0,00	12,55	2.187,17	2.187,17		3.300,00	
Transferências da LC 87/1996		3.464,92	0,00	0,00	0,00	7.207,58	22.799,72	22.799,72		28.600,00	
Transferências da LC 61/1989		7.397,24	9.871,95	5.873,24	5.761,45	6.034,24	80.364,00	80.364,00		70.400,00	
Transferências do FUNDEB		98.410,67	96.630,39	89.326,95	87.115,50	94.265,56	1.107.405,07	1.107.405,07		1.144.000,00	
Outras Transferências Correntes		356.015,74	118.990,91	40.161,38	69.942,99	87.411,33	1.416.455,18	1.416.455,18		1.239.201,04	
Outras Receitas Correntes		13.495,70	1.226,49	8.408,09	8.528,54	8.860,79	117.084,07	117.084,07		177.080,00	
DEDUÇÕES (II)		244.654,72	221.994,48	234.227,08	203.254,73	219.590,07	2.523.318,49	2.523.318,49		2.697.860,00	
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência		39.927,14	0,00	20.321,04	18.315,17	19.691,34	234.814,89	234.814,89		275.000,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB		204.727,58	221.994,48	213.906,04	184.939,56	199.898,73	2.288.903,60	2.288.903,60		2.422.860,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)		1.506.154,52	1.231.731,27	1.137.934,56	1.051.763,30	1.140.427,44	13.651.286,22	13.651.286,22		14.052.051,04	

FONTE: Sistema e-Pública (1293-1303-784). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 08:43.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL
ORDENADOR DA DESPESA

SIMONE RABUSKE OLIVO
CONTADOR
CRC Nº 031218/O-9

Sandra Bressan
Controlador Interno
CPF: 560.708.299-72





MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	563.000,00	563.000,00	258.767,25	0,00
RECEITAS CORRENTES	563.000,00	563.000,00	258.767,25	0,00
Receitas de Contribuição dos Segurados	275.000,00	275.000,00	58.327,55	0,00
Pessoal Civil	275.000,00	275.000,00	58.327,55	0,00
Ativo	275.000,00	275.000,00	58.327,55	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	200.000,00	200.000,00	200.439,70	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	200.000,00	200.000,00	200.439,70	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	745.504,00	745.504,00	165.217,32	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	1.308.504,00	1.308.504,00	423.984,57	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.107.500,00	1.107.500,00	609.237,52	0,00	204.761,76	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	1.107.500,00	1.107.500,00	609.237,52	0,00	204.761,76	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	599.467,15	0,00	194.991,39	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	520.079,32	0,00	169.002,60	0,00
Pensões	0,00	0,00	79.387,83	0,00	25.988,79	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.107.500,00	1.107.500,00	9.770,37	0,00	9.770,37	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.107.500,00	1.107.500,00	9.770,37	0,00	9.770,37	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	1.107.500,00	1.107.500,00	609.237,52	0,00	204.761,76	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	201.004,00	201.004,00	-185.252,95	0,00	219.222,81	0,00

1 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			0,00
Plano Financeiro			0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			0,00
Recursos para Formação de Reserva			0,00
Outros Aportes para o RPPS			0,00
Plano Previdenciário			0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			0,00
Outros Aportes para o RPPS			0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor			195.504,00
BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
Caixa		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00
Investimentos		4.958.455,04 D	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO	
		INICIAL	ATUALIZADA
		RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)		745.504,00	745.504,00
Receita de Contribuições		745.504,00	745.504,00
Patronal		745.504,00	745.504,00
Pessoal Civil		745.504,00	745.504,00
Ativo		745.504,00	745.504,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial		0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	13.300,65
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)		745.504,00	745.504,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		DOTAÇÃO	
		INICIAL	ATUALIZADA
		DESPESAS EMPENHADAS	
		Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)		0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						Em Reais
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1269-5387-325). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 08:46.



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	363.873,04	314.708,58	263.162,02
Deduções(II)	3.126.891,15	4.008.391,45	3.814.792,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.126.891,15	4.010.938,21	3.813.690,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	227,07	1.102,22
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	2.773,83	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-2.763.018,11	-3.693.682,87	-3.551.630,66
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-2.763.018,11	-3.693.682,87	-3.551.630,66

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	142.052,21	-788.612,55

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-200.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	3.750.872,71	3.750.872,71	3.750.872,71
Passivo Atuarial	3.750.872,71	3.750.872,71	3.750.872,71
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	4.736.396,68	4.839.766,99	4.958.455,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	4.736.396,68	4.839.766,99	4.958.455,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	-985.523,97	-1.088.894,28	-1.207.582,33
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	-985.523,97	-1.088.894,28	-1.207.582,33

FONTE: Sistema e-Pública (2026-1754-554). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 09:43.

EÚZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL
ORDENADOR DA DESPESA

SIMONE RABUSKE OLIVO
CONTADORA
CRC Nº 031218/O-9

Sandra Bressan
Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		14.857.421,04	4.515.104,29	4.284.407,28	
Recargas Tributárias		761.800,00	142.286,16	109.542,18	
IPTU		103.400,00	0,00	3.990,18	
ISS		200.200,00	43.257,90	35.507,99	
ITBI		66.000,00	19.121,93	5.401,46	
IRRF		154.000,00	38.560,46	24.498,52	
Outras Receitas Tributárias		238.200,00	41.345,87	40.144,03	
Recargas de Contribuições		1.506.600,00	359.358,91	317.630,81	
Outras Receitas de Contribuições		1.020.504,00	223.544,87	235.801,86	
Recarga Patrimonial Líquida		486.096,00	135.814,04	81.828,95	
Recarga Patrimonial		50.200,00	7.295,94	7.256,71	
(-) Aplicações Financeiras		479.230,00	317.268,33	253.528,94	
Transferências Correntes		429.030,00	309.972,39	246.272,23	
FPM		12.327.641,04	3.966.804,37	3.796.107,55	
ICMS		5.621.000,00	1.710.147,02	1.629.491,04	
Convênios		3.872.000,00	1.418.699,99	1.265.226,66	
Outras Transferências Correntes		121.000,00	11.926,22	21.769,84	
Demais Receitas Correntes		2.713.641,04	826.031,14	879.620,01	
Dívida Ativa		211.180,00	39.358,91	53.870,03	
Diversas Receitas Correntes		8.250,00	12.981,26	17.017,53	
		202.930,00	26.377,65	36.852,50	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		5.024,00	628.375,18	325.497,54	
Operações de Crédito (III)		2,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		5.000,00	45.309,11	92.469,49	
Transferência de Capital		22,00	583.066,07	233.028,05	
Convênios		22,00	583.066,07	204.199,26	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	28.828,79	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		22,00	583.066,07	233.028,05	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		14.857.443,04	5.098.170,36	4.517.435,33	



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III) Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.640.838,32	6.014.437,53	5.138.679,32	3.976.742,05	3.638.214,98
Pessoal e Encargos Sociais	7.755.242,35	2.550.893,42	1.890.189,26	2.146.417,66	1.861.371,98
Juros e Encargos da Dívida (IX)	75.000,00	18.087,84	26.759,39	18.087,84	26.759,39
Outras Despesas Correntes	6.810.595,97	3.445.456,27	3.221.730,67	1.812.236,55	1.750.083,61
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.565.838,32	5.996.349,69	5.111.919,93	3.958.654,21	3.611.455,59
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.572.546,58	960.544,95	1.133.202,02	695.697,55	370.278,06
Investimentos	2.321.546,58	859.833,93	1.032.472,05	594.986,53	269.548,09
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	250.000,00	100.711,02	100.729,97	100.711,02	100.729,97
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.322.546,58	859.833,93	1.032.472,05	594.986,53	269.548,09
Reserva de Contingência (XVI)	13.000,00				
Reserva RPPS (XVII)	195.504,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.096.888,90	6.856.183,62	6.144.391,98	4.553.640,74	3.881.003,68
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.239.445,86	-1.758.013,26	-1.626.956,65	544.529,62	636.431,65
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	942.027,07	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência				VALOR CORRENTE	-109.032,00

FONTE: Sistema e-Pública (1626-1266-343). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 09:43.



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.726,81	161.198,44	161.198,44	1.930,97	77.597,40
EXECUTIVO											
Município de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.188,35	100.555,71	100.555,71	1.930,97	54.701,67
Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.538,46	60.642,73	60.642,73	0,00	22.895,73
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.726,81	161.198,44	161.198,44	1.930,97	77.597,40

FONTE: Sistema e-Pública (1183-9919-668). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 09:44.



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	533.170,00	533.170,00	104.477,89	19,60
1.1-Receita resultante do IPTU	111.100,00	111.100,00	3.300,24	2,97
1.1.1-IPTU	103.400,00	103.400,00	0,00	0,00
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	4.400,00	4.400,00	2.592,12	58,91
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	708,12	32,19
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	66.000,00	66.000,00	19.121,93	28,97
1.2.1-ITBI	66.000,00	66.000,00	19.121,93	28,97
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	202.070,00	202.070,00	43.495,26	21,52
1.3.1-ISS	200.200,00	200.200,00	43.257,90	21,61
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	550,00	550,00	11,73	2,13
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	211,17	19,20
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	220,00	220,00	14,46	6,57
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	154.000,00	154.000,00	38.560,46	25,04
1.4.1-IRRF	154.000,00	154.000,00	38.560,46	25,04
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.367.300,00	12.367.300,00	4.103.698,17	33,18
2.1-Cota Parte FPM	6.963.000,00	6.963.000,00	2.137.683,62	30,70
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.963.000,00	6.963.000,00	2.137.683,62	30,70
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	4.840.000,00	4.840.000,00	1.773.374,55	36,64
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	28.600,00	28.600,00	7.207,58	25,20
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	70.400,00	70.400,00	27.540,88	39,12
2.5-Cota-Parte ITR	3.300,00	3.300,00	54,65	1,66
2.6-Cota-Parte IPVA	462.000,00	462.000,00	157.836,89	34,16
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.900.470,00	12.900.470,00	4.208.176,06	32,62
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	196.900,00	196.900,00	73.471,86	37,31
5.1-Transferências do Salário-Educação	121.000,00	121.000,00	57.239,14	47,31
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00	8.396,00	25,44

1 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	41.800,00	41.800,00	6.173,96	14,77
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	1.100,00	1.100,00	1.662,76	151,16
6-Transferências de convênios	122.103,00	122.103,00	272.729,81	223,36
6.1-Transferências de convênios	121.003,00	121.003,00	267.175,29	220,80
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	1.100,00	1.100,00	5.554,52	504,96
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	319.003,00	319.003,00	346.201,67	108,53

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.422.860,00	2.422.860,00	820.738,81	33,87
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.342.000,00	1.342.000,00	427.536,60	31,86
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	968.000,00	968.000,00	354.674,56	36,64
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	5.720,00	5.720,00	1.441,51	25,20
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	14.080,00	14.080,00	5.508,18	39,12
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	660,00	660,00	10,92	1,65
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	92.400,00	92.400,00	31.567,04	34,16
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.149.500,00	1.149.500,00	370.092,04	32,20
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.144.000,00	1.144.000,00	367.338,40	32,11
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	5.500,00	5.500,00	2.753,64	50,07
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.278.860,00	-1.278.860,00	-453.400,41	35,45

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	919.600,00	919.600,00	215.129,00	23,39	215.129,00	23,39	0,00
13.1-Com Educação Infantil	117.700,00	117.700,00	32.864,07	27,92	32.864,07	27,92	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	801.900,00	801.900,00	182.264,93	22,73	182.264,93	22,73	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	229.900,00	229.900,00	86.744,92	37,73	86.744,92	37,73	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	229.900,00	229.900,00	86.744,92	37,73	86.744,92	37,73	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.149.500,00	1.149.500,00	301.873,92	26,26	301.873,92	26,26	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	8.988,21
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	8.988,21
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	8.988,21
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹	292.885,71
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	58,13
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	21,01
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	20,86
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	8.988,21
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²	8.988,21

Continua 2 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100	
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³	3.225.117,50	3.225.117,50	1.052.044,02				32,62
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	227.701,00	309.717,18	52.854,36	17,07	49.894,36	16,11	0,00
23.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2-Pré-escola	227.701,00	309.717,18	52.854,36	17,07	49.894,36	16,11	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	117.700,00	117.700,00	32.864,07	27,92	32.864,07	27,92	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	110.001,00	192.017,18	19.990,29	10,41	17.030,29	8,87	0,00
24-ENSINO FUNDAMENTAL	2.160.539,50	2.710.774,67	1.174.807,68	43,34	886.904,83	32,72	0,00
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	1.031.800,00	1.040.788,21	277.998,06	26,71	277.998,06	26,71	0,00
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.128.739,50	1.669.986,46	896.809,62	53,70	608.906,77	36,46	0,00
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	66.000,00	66.000,00	13.650,00	20,68	13.650,00	20,68	0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	23.100,00	23.100,00	21.000,00	90,91	7.000,00	30,30	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.477.340,50	3.109.591,85	1.262.312,04	40,59	957.449,19	30,79	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor	
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-453.400,41	
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00	
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						2.753,64	
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						8.988,21	
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00	
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00	
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						0,00	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						-441.658,56	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						1.378.457,75	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						32,76	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	121.550,00	176.160,04	73.991,18	42,00	69.184,80	39,27	0,00
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	121.550,00	176.160,04	73.991,18	42,00	69.184,80	39,27	0,00
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	243.100,00	352.320,08	147.982,36	42,00	138.369,60	39,27	0,00
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.720.440,50	3.461.911,93	1.410.294,40	40,74	1.095.818,79	31,65	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00	0,00	
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00	0,00	
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR		
					FUNDEB (h)		FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					8.988,21	0,00	
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					367.645,85	0,00	
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					294.566,26	0,00	

Continua 3 / 4

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	294.566,26	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.753,64	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	84.821,44	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2022-7227-595). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 12/06/2015 e hora de emissão: 09:45.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.945 DE 12 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 2.945 DE 12 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 31.728,39 (trinta e um mil setecentos e vinte e oito reais trinta e nove centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03120000 – Convênio de Trânsito - Prefeitura R\$ 4.100,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2011 – Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03620200 – Transporte Escolar Estado R\$ 27.628,39

TOTAL R\$ 31.728,39

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Pomerode, 12 de junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Administração e Fazenda

Porto Belo

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 01/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Prezados Senhores,

O Poder Executivo Municipal, pelas atribuições da Lei 1873/2010, tem pelo presente Edital à finalidade de NOTIFICAR os responsáveis pelos túmulos abaixo relacionados, para que em 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, executem os serviços necessários à identificação e conservação da sepultura localizada no Cemitério Municipal de Porto Belo/SC, vez que tais sepulturas não possuem nenhuma identificação e encontram-se em estado de abandono e/ou ruína.

Lei. 1873/2010.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, constatando o abandono ou ruína da sepultura em qualquer das hipóteses do art. 1º, elaborará laudo de vistoria e notificará o responsável pela sepultura ou seu representante legal, para que no prazo de 10 (dez) dias execute os serviços necessários à identificação ou conservação indicados no laudo.

§ 2º Se os serviços ou obras não forem realizados no prazo previsto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a proceder à exumação dos restos mortais, colocando-os em ossuário ou outro local apropriado.

Relação de Sepulturas:

- a) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra A, ao lado direito da sepultura C-126;
- b) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra B, C-57, ao lado de Olinda Peixoto;
- c) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra C, 39, ao lado de Seferino;
- d) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra D, próximo ao D-182;
- e) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra E, atrás de Raimundo;
- f) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra F, ao lado de Maria Paula;
- g) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra G, ao lado de João Jordelino;
- h) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra H, ao lado de Edson Hoff;
- i) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra I, ao lado de Zulmira;
- j) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra J, ao lado de Francisco;
- k) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra L, ao lado de Anilio;
- l) Sepultura sem identificação numérica, identificada pela letra M, ao lado de Leonardo;

Caso as providências já tenham sido tomadas, favor desconsiderá-la, ficando este ente Municipal a inteira disposição de V. Senhoria para dirimir quaisquer dúvidas.

Valmor Guerreiro Filho
Procurador Geral
OAB/SC 21.189

Porto Belo/SC, 15 de junho de 2015.

Porto União

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/2015 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Porto União-SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 04 de maio de 2015, em sua sede localizada na Rua Jorge Lacerda, 18 – Bairro Santa Rosa – Porto União – SC e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 3.113 de 24 de outubro de 2005, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Porto União-SC, e dá outras providências.

1. Do Cargo e Das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.1.1 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.1.2 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. Da Remuneração, Da Carga Horária e Do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 3.113/2005, é assegurado o direito a:

I – vencimento de R\$ 2.044,56 (dois mil e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais de nível superior;

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina.

2.1.1 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.1.2 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.1.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.1.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.2 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.2.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.2.1.1 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.2.1.2 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 As inscrições de candidaturas serão realizadas do dia 22 de junho à 17 de julho de 2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público das 13:00 às 17:00hs, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada nas dependências da Central da Cidadania, na Rua Jorge Lacerda, 18 – Bairro Santa Rosa – Porto União-SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I- reconhecida idoneidade moral;

II- idade superior a 21 anos;

III- residir no Município de Porto União;

IV- diploma de nível superior ou Declaração de Conclusão;

V- reconhecida experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, de no mínimo 01 (um) ano, no trato com crianças ou adolescentes, mediante comprovação através de declaração de experiência, expedida pelo empregador com reconhecimento de firma, contendo a função que desempenhou, a data de início e data de saída, acompanhada de relatório das atividades desenvolvidas na área da criança e do adolescente no período, e fotocópia do alvará profissional autônomo, se for o caso;

VI- apresentação de termo de trabalho voluntário ou declaração de estágio, com experiência de no mínimo dois anos no trato com crianças ou adolescentes, ambos expedidos pela Instituição, em papel timbrado, assinado por no mínimo dois representantes da diretoria, com reconhecimento de firma, contendo a função que desempenhou, a data de início e data de saída, acompanhada de relatório das atividades desenvolvidas na área da criança e do adolescente no período, também com assinatura do responsável pela Instituição;

VII- participação, com frequência de 100% (cem por cento), em curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre Política de Atendimento à criança e ao adolescente.

VIII- não exercer função cumulativa, pública ou privada, comprometendo-se a trabalhar única e exclusivamente como Conselheiro Tutelar;

IX- ser habilitado para conduzir automóvel, categoria B;

X- ser eleitor no Município de Porto União;

XI- se do sexo masculino, estar quites com o serviço militar.

3.1.3 Os candidatos farão a inscrição mediante requerimento, a ser fornecido no local das inscrições, e deverão levar para anexar a inscrição, os seguintes documentos (cópias autenticadas), sob pena de não ser aceito o requerimento:

- I- curriculum vitae;
- II- diploma, declaração ou certificado de conclusão de curso superior;
- III- comprovante de residência (talão de luz, água ou telefone);
- IV- fotocópias da carteira de identidade, do CPF e do título de eleitor;
- V- declaração de reconhecida experiência de, no mínimo 01 (um) ano, no trato com crianças e/ou adolescentes, firmada por entidade pública ou privada;
- VI- fotocópia da CNH, categoria B;
- VII- certidão de antecedentes criminais da Comarca;
- VIII- atestado de saúde física e mental;
- IX- Aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da Criança e do Adolescente e estar APTO na Avaliação Psicológica

3.1.4 A Comissão Especial de Eleição dos Conselheiros Tutelares terá o prazo de até dois dias úteis, após a data do encerramento das inscrições, para efetuar a apreciação prévia dos requerimentos de candidatura, análise de currículos e documentos. A relação dos pré-candidatos ao cargo de Conselheiro(a) Tutelar, será publicada e estará disponível e exposta no local de inscrição e no mural de publicações oficiais do município no prédio da Prefeitura Municipal de Porto União-SC.

3.2 No ato da inscrição, será informado ao pré-candidato o local do curso promovido pelo CMDCA sobre políticas de atendimento à criança e ao adolescente, como condição obrigatória ao candidato à Conselheiro(a) Tutelar.

3.2.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadil, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado;

3.2.1.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.2.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.2.1.3 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4. Das provas

4.1 Os pré-candidatos a Conselheiros(as) Tutelares inscritos, deverão prestar prova específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a qual conterà questões de múltipla escolha, devendo também serem considerados aptos em avaliação psicológica.

4.1.1 A prova objetiva terá duração de 04 (quatro) horas, tendo caráter eliminatório de múltipla escolha com 40 (quarenta) questões, valendo 0,25 (zero vinte e cinco avos) cada, no total de 10 (dez) pontos.

4.1.2 Serão aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima 05 (cinco).

4.1.3 A avaliação psicológica terá como resultado Apto ou Inapto.

5. Da Publicação das Candidaturas

5.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 17 de agosto de 2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

5.1.1 Depois de aprovados nos exames, o CMDCA homologará as inscrições, publicará a lista e qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura desde que apresente provas contundentes, no período 18 a 20 de agosto de 2015, no horário de atendimento ao público (13:00 as 17:00 horas), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que serão apreciadas pela Comissão do CMDCA, também no prazo de 48 horas.

5.1.2 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período compreendido entre 21 e 24 de agosto de 2015, no horário de atendimento ao público (13:00 as 17:00 horas), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.1.3 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 28 de agosto de 2015.

5.1.4 O edital com a relação dos candidatos elegíveis que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 04 de setembro de 2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

5.2 Após o resultado da prova e divulgação dos candidatos aprovados, abrir-se-á o prazo de 48 horas para impetração de recurso junto ao CMDCA.

5.2.1 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

5.2.2 Serão considerados habilitados a candidatos para o processo de eleição de Conselheiro(a) Tutelar todos os que apresentarem a documentação necessária, participarem do curso promovido pelo CMDCA, tiverem sido aprovados na prova objetiva e na avaliação psicológica, após julgados os recursos.

6. Da Propaganda Eleitoral

6.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

6.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

6.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato.

6.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

6.1.4 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

6.2 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

6.2.1 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

6.2.1.1 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

6.2.1.2 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

6.2.1.3 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

6.2.1.4 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

6.3. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

6.3.1 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.3.1.2 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

6.3.1.3 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

7. Da Eleição

7.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 (data estabelecida para a eleição unificada), no horário de 13:00 às 17:00, nos seguintes locais:

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTONIO GONZAGA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NILO PEÇANHA
SALÃO PAROQUIAL DA IGREJA SÃO PEDRO
NÚCLEO EDUCACIONAL JOÃO FERNANDO SOBRAL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CORONEL CID GONZAGA
NÚCLEO EDUCACIONAL FREI DEODATO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CLEMENTINO BRITTO

7.1.1 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

7.1.2 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, O Título de Eleitor, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

7.1.3 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente

da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

7.1.4 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

7.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

7.2.1 O eleitor votará uma única vez no candidato por ele escolhido na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

8. Do Voto

8.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

8.1.1 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

8.1.2 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

9. Da Cédula Oficial

9.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

9.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

9.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

9.1.3 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

10. Das Mesas Receptoras

10.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

10.1.1 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

10.1.2 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

10.1.3 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

10.1.4 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

10.2. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da

eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

10.2.1 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

10.2.2 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

10.2.3 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

11. Da Apuração

11.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

11.1.1 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral no ato.

11.1.2 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

11.1.3 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

11.1.4 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

11.2 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

11.2.1 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

12. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

12.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05 de outubro em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

12.1.1 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.1.2 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

12.1.3 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

12.1.4 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

12.2. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

13. Disposições Finais

13.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 3.113/2005, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.1.1 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

13.1.2 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.1.3 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital.

13.1.4 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.2 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.2.1 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.2.2 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

13.2.3 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

13.2.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 15 de junho de 2015.

CLAUDINEI JOSÉ KZIOZEK

Presidente Comissão Especial de Eleição

ANEXO

CRONOGRAMA

Publicação do edital	15 junho 2015
Inscrições	22 de junho à 17 julho 2015
Curso aos candidatos	25 de julho/2015
Divulgação pré-candidatos (local da prova e avaliação psicológica)	27 julho/2015
Prova escrita e avaliação psicológica	02 agosto/2015
Divulgação do resultado	10 de agosto/2015
Prazo para recurso	48 horas da divulgação do resultado
Homologação dos candidatos inscritos e aptos	17 agosto/2015
Prazo para impugnações	24 agosto/2015
Julgamento das impugnações	27 e 28 de agosto/2015
Publicação da lista dos candidatos elegíveis	04 setembro/2015
Campanha eleitoral	06 de setembro à 2 de outubro/2015
Dia da eleição	04 out/2015
Divulgação dos eleitos	05 out/2015

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 045/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 080/2015 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 045/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço global, do tipo presencial, para a perfuração e detonação do volume de 20.000m³ in situ ou 23.000m³ detonado, execução de 1.116/ML de furação, com malha de 1,5 x 3,00, e diâmetro do furo de 2.1/2 polegadas, na pedreira do Rio Bonito. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 30 de junho de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 010/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 078/2015 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Tomada de Preços 010/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação menor preço por item, para contratação de um (a) advogado (a) para compor a equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com carga horária de 08 (oito) horas semanais. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 02 de julho de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2015 - FMS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 007/2015 – SAÚDE

Pregão Eletrônico 002/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

A. G. KIENEN E CIA LTDA,
ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA,
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS,
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,
CENTERMEDI COM. PROD. MAT. HOSPITALARES,
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,
CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS,
COMERCIAL CANDIMÉDICA MEDICAMENTOS,
CRISTAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS,
DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA,
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME,
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA PROD.,
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS,
NOVASUL COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA,
PHARMALOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA,
PROFARMA SPECIALTY S/A,
PROMEFARMA PRODUTOS MÉDICOS E,
PROSAUDE-DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA,
S E R DISTRIBUIDORA LTDA,
SIDD COMERCIAL DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA,
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP e
WAN MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Porto União SC, 29 de maio de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 100/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 99/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JÚLIO RAMOS LUZ
OBJETO:	Credenciamento de Leiloeiros Oficiais para elaboração, assessoria e realização de leilão para alienação de bens inservíveis de propriedade deste Município.
VIGÊNCIA:	15/06/2015 a 31/12/2015.

CONTRATO NR. 101/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 101/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ANDERSON LUCHTENBERG
OBJETO:	Credenciamento de Leiloeiros Oficiais para elaboração, assessoria e realização de leilão para alienação de bens inservíveis de propriedade deste Município.
VIGÊNCIA:	15/06/2015 a 31/12/2015.

CONTRATO NR. 99/2015

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 99/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JÚLIO RAMOS LUZ
OBJETO:	Credenciamento de Leiloeiros Oficiais para elaboração, assessoria e realização de leilão para alienação de bens inservíveis de propriedade deste Município.
VIGÊNCIA:	15/06/2015 a 31/12/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:45 (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 26 (vinte e seis) de junho de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano de 2015, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 15 DE JUNHO DE 2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 217/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2015 firmado em 04/02/2015, com término previsto para 30/06/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVÂNIO CARLOS DE MEDEIROS portador(a) do CPF nº 014.551.589-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 08/06/2015, com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Geografia, com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Guilherme Butzke (20h) e Centro Educacional Willy Schleumer (10h), em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/06/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

IVÂNIO CARLOS DE MEDEIROS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

DECRETO Nº 4753, DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 4753, de 15 de junho de 2015

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02. DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 034/2015, de 24.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

EDUARDO RINNERT SCHULZE

Chefe de Gabinete

ANEXO AO DECRETO Nº 4753/2015

Pregão Presencial nº 034/2015, de 23.03.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO. GABINETE DO PREFEITO.

Participantes:

- ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/15

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Raul Carlos Pamplona Júnior	Xxx.795.879-xx	152728
Neiva Ramos dos Santos	Xxx.015.139-xx	152845
Rosana de Fátima Gomes	Xxx.774.249-xx	152130
Amalia Sofka	Xxx.618.449-xx	153387
J Ramos Empreiteira Ltda ME	xx.303.430/ 0001-xx	151309
Maicon Costa Santos	Xxx.980.869-xx	143841
Jaime Bernardi	Xxx.178.329-xx	153146
Elene Pereira de Souza Belli	Xxx.521.889-xx	150399
Vilmar Batista da Silva	Xxx.208.659-xx	152851
Mara Sandra Taube Bonin	Xxx.403.369-xx	152588
Terezinha Dias	Xxx.147.059-xx	153333
Theos Representações Comerciais Ltda	xx.753.620/ 0001-xx	151583
Valdir Coelho	Xxx.229.019-xx	153037
Giane Suellen Porto Muller	Xxx.168.129-xx	152037

Amélia Mazzini	Xxx.523.719-xx	153315
Rogério Urdapilleta Rodrigues	Xxx.612.740-xx	153092
Edilson Antunes de Lima	Xxx.122.939-xx	150268

Rio do Sul, 15 de Junho de 2015

LEONICE WITTE
Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal da Fazenda

JANAÍNA SENS EICHHOLZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAÍNA SENS EICHHOLZ, portador(a) do CPF nº 059.354.359-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 184/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 22/05/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANAÍNA SENS EICHHOLZ
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: CPF:
Nome: CPF:

PORTARIA 0402/RH

PORTARIA Nº 0402/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 12/06/2015 a 10/08/2015, a servidora municipal ANA CAROLINA DE CASTRO FREITAS SANTOS, ocupante da função de Assistente Social (ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria Nº 0397/2015

PORTARIA Nº. 0397/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, a partir de 06/06/2015, o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ocupado pelo(a) servidor(a) OSNI DOS SANTOS, em virtude de seu falecimento em 06/06/2015, conforme Certidão de Óbito Matrícula nº 105262 01 55 2015 4 00045 198 0016902 13 da cidade e comarca de Rio do Sul – Santa Catarina, nos termos do inciso VII do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0403/2015

PORTARIA Nº. 0403/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01/06/2015, o percentual da gratificação paga a servidora ADRIANA MARTINS DA SILVA SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, designada para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Grande Porte" da Rede Pública Municipal – Centro Educacional Anibal de Barba, em face da quantidade de alunos atualmente matriculados na Unidade Educacional, sendo tipificado como "Médio Porte", fazendo jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0404/2015

PORTARIA Nº. 0404/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01/06/2015, o percentual da gratificação paga ao servidor PAULO CESAR WOLF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, designado para atuar como Diretor de Unidade Educacional de "Extra Porte" da Rede Pública Municipal – Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, em face da quantidade de alunos atualmente matriculados na Unidade Educacional, sendo tipificado como "Grande Porte", fazendo jus além da

remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 60% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0405/2015

PORTARIA Nº. 0405/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01/06/2015, o percentual da gratificação paga a servidora VERA LUCI ROVEDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, designada para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Médio Porte" da Rede Pública Municipal – Centro de Educação Infantil Belmarli da Silva, em face da quantidade de alunos atualmente matriculados na Unidade Educacional, sendo tipificado como "Pequeno Porte", fazendo jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0406/2015

PORTARIA Nº. 0406/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01/06/2015, o percentual da gratificação paga a servidora MARILSE ELIANE MATTOS POMPILIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedagogo, designada para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Médio Porte" da Rede Pública Municipal – Centro de Educação Infantil Ruth Schroeder Ohf, em face da quantidade de alunos atualmente matriculados na Unidade Educacional, sendo tipificado como "Pequeno Porte", fazendo jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

RESOLUÇÃO Nº 0415 SME

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

Dispõe sobre credenciamento e autorização de funcionamento e reconhecimento de instituição educacional integrante do Sistema Municipal de Ensino.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 22 do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 10 de junho de 2015, mais o Parecer nº 04/CME/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Os Pareceres emitidos às unidades educacionais é o ato legal pelo qual se concede o credenciamento e a autorização de funcionamento e reconhecimento, de acordo com o que dispõe as Resoluções nº 09/2000 e nº 01/2006 do Conselho Municipal de Educação do município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Credenciar e autorizar o funcionamento e reconhecimento da instituição educacional abaixo nomeada:

SESI (Serviço Social da Indústria) – Educação Infantil

Art. 3º As instituições certificadas oficialmente, com credenciamento e autorização de funcionamento, estarão passíveis de supervisão pelo Conselho Municipal de Educação deste município, para acompanhamento e verificação das condições de funcionamento, estando sujeitas à notificação.

Art. 4º De acordo com o que dispõe o Parecer sobredito, identificadas as deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, de 12 (doze) meses, haverá reavaliação.

Art. 5º Constatando-se a permanência das deficiências e irregularidades na reavaliação, a mesma resultar-se-á na suspensão temporária ou desativação do nível e/ou modalidade de ensino da Unidade.

Art. 6º A certificação de credenciamento e autorização de funcionamento deverá ser renovada a cada 5 (cinco) anos, mediante verificação "in loco", pelos membros do Conselho Municipal de Educação de Rio do Sul

Art. 7º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 10 de junho de 2015
Lara Aparecida Guse Ramos
Presidente do Conselho Municipal de Educação

SILVIA APARECIDA BATISTA - 14º TERMO ADITIVO

14º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 721/2009, firmado em 04/08/2009, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVIA APARECIDA BATISTA, portador(a) do CPF nº 941.844.539-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 721/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 721/2009, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 23/06/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 22/06/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SILVIA APARECIDA BATISTA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 808, DE 15 DE JUNHO DE 2015

RESOLUÇÃO No 808, DE 15 DE JUNHO DE 2015

Autoriza inscrição em palestra a servidores e vereadores.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizada a inscrição na palestra “Invista em você”, do Palestrante Steven Dubner, a ser realizada no dia 16 de junho do corrente ano, às 19:45 horas, no Parque Universitário Norberto Frahm, aos servidores Inolésia Lindacir Lunelli Vicentin, João Henrique Fachini, Jorge Luis Machado de Oliveira, Victor Matheus Teixeira Pompilio e aos vereadores José Eduardo Rothbarth Thomé, Jeferson Alexandre Vieira e Zeli da Silva, no valor total de R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente da Mesa

ZELI DA SILVA
Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO
1º Secretário

MÁRIO MIGUEL
2º Secretário

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 035/2015

DECRETO Nº 035/2015 - DE 03 DE JUNHO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 269.100,00 (Duzentos e Sessenta e Nove Mil e Cem Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1010 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 269.100,00

Fonte: 1134.00000

RED: 96

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 03 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 012 2015

Resolução Legislativa n. 012, de 10 de junho de 2015.

Dispõe sobre o ressarcimento de despesas com combustíveis aos agentes políticos e servidores da Câmara Municipal de Salto Veloso e dá outras providências.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º -. Fica determinado que os agentes políticos e servidores da Câmara Municipal de Salto Veloso que estiverem a serviço do Poder Legislativo mediante o uso de veículos particulares serão ressarcidos das despesas com combustíveis no valor de R\$ 0,75(setenta e cinco centavos) por quilômetro rodado.

Art. 2º - O ressarcimento das despesas descritas no artigo primeiro fica condicionado a realização de requerimento escrito com no mínimo dois dias de antecedência e mediante preenchimento de relatório devidamente fundamentado.

Paragrafo único - É obrigatória a comprovação dos gastos mediante a apresentação de notas fiscais contendo placa do veículo e nome do proprietário além de recibos ou quaisquer documentos que comprovem a efetiva estada do agente ou servidor, no local de destino.

Art. 3º - O valor da quilometragem será reajustado anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), a cada início de exercício financeiro.

Art. 4º - As despesas decorrentes do presente Projeto de Resolução, correrão à conta das dotações próprias dos orçamentos vigentes.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Presidente

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 107/2015 VALMIR Malfati

PORTARIA Nº 107/2015
CONTRATA SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica contratado o Senhor VALMIR Malfati, CPF nº 020.589.439-96 RG nº 3298508, aprovado no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR, carga horária de 40 horas semanais, código 1005, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Junho de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI
Diretora de Recursos Humanos
Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 108/2015 NOMEAÇÃO THAIS G. F. ZANIN

PORTARIA Nº 108/2015
NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora THAIS GABRIELA FLUCK ZANIN, CPF nº 065.289.849-13 RG nº 5517250, para desempenhar a função de DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, carga horária de 40 horas semanais, código 1024, CC-02 do Quadro de Pessoal Comissionado do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Junho de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI
Diretora de Recursos Humanos
Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 109/2015 ATRIBUI FUNÇÃO THAIS G. F. ZANIN

PORTARIA Nº 109/2015

ATRIBUI FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica atribuída função de Responsável pelo Setor de Compras a servidora pública Sra. Thais Gabriela Fluck Zanin, Mat. 12734/01, Ocupante do cargo de Diretor de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º. Caberá a funcionária atribuída todas as funções inerentes ao cargo, conforme legislação em vigor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso SC, 15 de Junho de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

TERMO DE POSSE 100/2015 VALMIR Malfati

TERMO DE POSSE

Aos 15 dias do mês de Junho de 2015, na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no Departamento de Administração e Fazenda, perante o Prefeito Municipal Sr. JACOB GILMAR JUNGES, compareceu o Sr VALMIR Malfati, admitido pela portaria nº 107/2015 de 15/06/2015, para exercer a função efetiva de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR conforme concurso publico 002/2015 publicado no Mural Publico Municipal e Diário Oficial dos Município, o que satisfaz as exigências do estatuto dos Servidores Públicos Municipais e prestou o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições, responsabilidades e proibições relativas ao exercício pertinente, prometendo cumpri-los com dedicação e zelo, em respeito a lei, ao bem do Município e dos meus cidadãos, declarando, que não exerço outra função publica e que não existe incompatibilidade legal para o exercício do cargo"

E para constar foi lavrado e assinado o presente pelo Senhor Prefeito Municipal e o interessado.

JACOB GILMAR JUNGES VALMIR Malfati
Prefeito Municipal Motorista de Transporte Escolar.

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 60/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 71/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 60/2015.
Objeto: Aquisição de jornais e revistas para registro dos atos da Administração Pública do município de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de junho de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de junho de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 12 de junho de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 143/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2015

A Secretaria de Administração torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2015, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS, PASTAS E FOLDERS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O PROJETO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA APROVADO PELA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MEDIANTE PROPOSTA Nº 37602/2014 E CONVÊNIO Nº 802633/14 - SDH/PR, CONFORME ANEXO, para a empresa: GRÁFICA SÃO BENTO LTDA, VENCEDORA DO LOTE 02 NO TOTAL R\$ 1.990,00.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Autoridade Competente - Secretário de Administração

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 110/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2015

A Secretaria de Administração torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2015, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BANDA MARCIAL DA EBM DALMIR PEDRO CUBAS, CONFORME PROCESSO Nº SPP ER252560143 - CONVÊNIO Nº 2014TR0002398 DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA/SC, para as empresas: MAURÍCIO MACHADO DE SOUZA & CIA LTDA, VENCEDORA DO LOTE 01 NO TOTAL R\$ 11.000,00; JOTAGE CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA, VENCEDORA DOS LOTES 02 E 03 NO TOTAL R\$ 11.070,00 E BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA VENCEDORA DO LOTE 04 NO TOTAL R\$ 17.493,00, TOTALIZANDO EM R\$ 39.563,00.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Autoridade Competente - Secretário de Administração

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO 143/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2015

A Secretaria de Administração torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2015, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS, PASTAS E FOLDERS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O PROJETO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA APROVADO PELA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MEDIANTE PROPOSTA Nº 37602/2014 E CONVÊNIO Nº 802633/14 - SDH/PR, CONFORME ANEXO, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa: GRÁFICA SÃO BENTO LTDA.

São Bento do Sul, 12 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Autoridade Competente - Secretário de Administração

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 110/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2015

A Secretaria de Administração torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2015, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BANDA MARCIAL DA EBM DALMIR PEDRO CUBAS, CONFORME PROCESSO Nº SPP ER252560143 - CONVÊNIO Nº 2014TR0002398 DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA/SC, o qual a Comissão após analisar detalhadamente as propostas julgaram vencedoras as empresas: MAURÍCIO MACHADO DE SOUZA & CIA LTDA, JOTAGE CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA E BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Autoridade Competente - Secretário de Administração

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2015

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2015

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 75, inscrito no CNPJ nº 86.051.398/0001-00, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Convênio:

I – Marca Fiat, Modelo Doblô ELX 1.8, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação/modelo 2004/2005, cor vermelha, chassi nº 9BD11975451020969, placa MCX 3586, (AAT) Auto Atividades Técnica, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 25.816,00 (vinte e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem destina-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar, no Município de São Bento do Sul, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CESSIONÁRIO:

- a) Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga e pelos efeitos dessas);
- e) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

II - DO CEDENTE:

- a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
- b) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira para o bem descrito na cláusula primeira no ano de 2015 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias e financeiras para assumi-los, exceto quando em substituição a outro veículo (embarcação) cedido ao Estado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos do Convênio com o município de São Bento do Sul e consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, de 05 de Abril de 1990, CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, no seu Art. 8º - Ao município cabe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pelas Constituições Federal e Estadual, e especialmente: no inciso - VII - firmar acordos, convênios e ajustes com o Estado, a União e outros municípios, para execução de suas Leis, serviços e decisões, desde que não afetem a soberania de seu povo, a intocabilidade dos direitos humanos, a não-ingerência recíproca nos assuntos internos dos municípios conveniados, e a emancipação e o progresso da sociedade

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a

contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Bento do Sul - SC,

FERNANDO TURECK Prefeito Municipal	Coronel BM – ONIR MOCELLIN Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
---------------------------------------	---

TESTEMUNHAS:

PEDRO IVO DIENER
Chefe de Gabinete
CPF nº 020.084.599-34

CLEUSA PICOLLI VIEIRA
Assessora de Gabinete
CPF nº 422.708.639-68

São Carlos

PREFEITURA

ATA DE REG DE PREÇOS N.30-31-32-2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:030/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:ARTES K ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
Objeto :AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO
Valor :R\$16.087,50
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.
59/2015
Vigência : 12 MESES.
SAO CARLOS,12 DE JUNHO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.: 031/2015
Contratante.: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.: LEONIR SESTRON SCHERER ME
Objeto : AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO
Valor : R\$20.313,00
PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.
59/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS,12 DE JUNHO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:032/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:RAFAELA WILBERT ME
Objeto :AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO
Valor :R\$15.650,00
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N.
59/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS,12 DE JUNHO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

AVISOS N.63-64-65/2015-INEXIGIBILIDADE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.64/2015
Contratada:TRANSPORTES AIR LTDA
Objeto : TRANSPORTES DE IDOSOS
Valor :R\$10.555,00
JUSTIFICATIVA FUNDAMENTADA NO ART.25 DA LEI 8.666/93
PRAZO: 31.12.2015
SAO CARLOS, 15 de junho de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Edital: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.63/2015
Contratada:TRANSPORTES COLETIVOS SÃO CARLOS LTDA
Valor: R\$11.505,00
JUSTIFICATIVA FUNDAMENTADA NO ART.25 DA LEI 8.666/93
PRAZO: 31.12.2015
SAO CARLOS, 15de junho de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Edital: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.65/2015
Contratada: SÃO CARLOS TUR LTDA
Valor: R\$7.185.,00
JUSTIFICATIVA FUNDAMENTADA NO ART.25 DA LEI 8.666/93
PRAZO: 31.12.2015
SAO CARLOS, 15 de junho de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

TERMO DE CESSÃO DE USO 10/2015

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 10/2015. PARTICIPES:

O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros

Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC e o Município de

São Cristóvão do Sul. OBJETO: Cessão do veículo Caminhão

Mercedes Benz Modelo L 1113, combustível diesel, ano de fabricação

1980, chassi 34403312514522, placa ABT 8567. VIGÊNCIA: 10

(dez) anos a contar da data de assinatura.

DATA: São Cristóvão do Sul, 03 de junho de 2015.

SIGNATÁRIOS: Onir Moellin, pelo CBMSC e Sisi Blind, pelo Município.

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1999 DE 12 06 15 DISPENSA A PEDIDO A EMPREGADA PÚBLICA MUNICIPAL CRISTIANE ANSOLIN

DECRETO Nº 1999, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a dispensa de empregada pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº 0045, de 06 de novembro de 2012; e

· Considerando requerimento protocolado de nº 991/2015, solicitando a dispensa do emprego;

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a pedido a servidora pública municipal Cristiane Ansolin do emprego de Assistente Social (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1764, de 24 de março 2015 no que se refere a servidora;

Art. 3º Fica extinto o Contrato nº 042, de 28 de fevereiro 2011, firmado entre o Município de São Domingos e Cristiane Ansolin, a pedido da empregada.

Art. 4º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

São Domingos (SC), 12 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2000 DE 12 06 15 CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE ALTERA DATA

DECRETO Nº 2000, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Altera data para realização da V Conferência Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada;

· Considerando o previsto na Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

· Considerando o artigo 116B da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de conferências nas áreas da saúde, assistência social, criança e adolescente, meio ambiente e política urbana;

· Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a melhoria e implementação da Política de Saúde no município;

· Considerando deliberação do Conselho Municipal de Saúde, em decisão proferida na última reunião, do dia 11 de junho do corrente ano, objetivando a alteração da data para realização da V Conferência Municipal de Saúde;

· Considerando a aprovação, pelos membros do Conselho Municipal de Saúde, do Regimento Interno da V Conferência Municipal de

Saúde de São Domingos;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Saúde e Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sra. Eliéze Comachio;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a data para a realização da V Conferência Municipal de Saúde, que passa do dia 19 de junho de 2015, sexta-feira, para o dia 22 de junho de 2015, segunda-feira, no Centro de Múltiplo Uso de São Domingos, às 08h15min., tendo como tema central: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art. 2º As normas de organização e funcionamento desta Conferência, serão deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde em regimento próprio aprovado pelo respectivo conselho.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão por conta de dotação consignada do orçamento do Fundo Municipal de Saúde (FMS), deste Município de São Domingos

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário contidas no Decreto nº 1967, de 11 de maio de 2015.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2001 DE 15 06 15 NOMEIA ABIGAIL HAVANA DE FREITAS PARA O CARGO DE ASSESSOR DE SECRETARIA

DECRETO Nº 2001, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Abigail Havana de Freitas, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, neste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Commissionados, Código 71.08, Nível CC-07, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada, a partir desta data, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2002 DE 15 06 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1997 DE 09 06 15 A NOMEAÇÃO DE JUCIMARA CAMPANA NO CARGO DE AGENTE EDUCATIVO

DECRETO Nº 2002, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1997, de 09 de junho de 2015, o qual nomeou candidata aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

- Considerando o Edital de Concurso nº. 007/2013, que homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013;
- Considerando que a candidata nomeada pelo Decreto nº 1997, de 09 de junho de 2015, apresentou pedido de desistência conforme protocolo nº 1249/2015, de 11/06/2015;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1997, de 09 de junho de 2015, que nomeou Jucimara Campana para exercer o cargo de Agente Educativo, pela razão acima exposta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2003 DE 15 06 15 NOMEIA TÉCNICA DE SAÚDE BUCAL ANA LUCIA DE LIMA BRAGANHOLI

DECRETO Nº 2003, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia candidata aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

• Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

• Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

• Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Ana Lucia de Lima Braganholi, para exercer o cargo de Técnica de saúde Bucal, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrada no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 41.04, Grupo 4 (TÉCNICO PROFISSIONAL- TEPRO), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1789 DE 08 06 2015 LICENÇA MATERNIDADE DENISE DIAS DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1789, DE 08 DE JUNHO DE 2015.

Concede licença à servidora pública municipal gestante.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar nº 0032 de 03/09/2011; Lei Complementar 0042, de 04/04/12 atualizada;

• Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora pública Denise Dias de Oliveira ocupante do cargo público de Professor PD/D-IV (ACT), no período compreendido entre 08 de junho de 2015 a 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1790 DE 09 06 15 AUTORIZA A CONDUZIR VEÍCULOS ANDRESSA LORENZON

PORTARIA Nº 1790, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

Autoriza servidora a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

* Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Administração e Fazenda Ana Claudia Barizon Fontana da Luz;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Andressa Lorenzon, ocupante do cargo de Consultor Técnico, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 04896367244.

Art. 2º A servidora ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1791 DE 09 06 15 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DIRCEO VOL

PORTARIA Nº 1791, DE 09 DE JUNHO DE 2015.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/12 atualizada;

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO/EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Dirceo Voll	Auxiliar de Serviços Gerais	31/05/12 a 30/05/15	30	10/06/15 a 09/07/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de junho de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretário de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 040 - ALTERA DECRETO 001-15 - QUE NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

DECRETO Nº 040/15, DE 15/06/2015.

ALTERA O ARTIGO 2º DO DECRETO 001/2015 QUE NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º. Fica alterada a nomeação dos membros que compõe a equipe de apoio do artigo 2º do Decreto 001/2015, que passam a ser:

Art. 2º.

..... Katia Margareth Becker Dilkin e Vivian Markwardt Arones.

Art. 2º. Os demais dispositivos do Decreto 001/2015 ficam inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 15 de junho de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

DECRETO 041 - ALETRA ART. 1º DO DECRETO 002-15 QUE NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

DECRETO Nº 041/15, DE 15/06/2015.

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO 002/2015 QUE DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE E DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETAS E DESCENTRALIZADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade ao que determina a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1995,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a composição dos membros da Comissão Permanente de Licitações do Município de São João do Oeste constante no artigo 1º do Decreto 002/2015 que passa a ser:

Art. 1º

Presidente: Vanei Rogério Ritter

Secretário: Katia Margareth Becker Dilkin

Membro Titular: Vivian Markwardt Arones

Membro Suplente: Roseli Inês Ludwig Kipper.

Art. 2º. Os demais dispositivos do Decreto 002/2015 ficam inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 15 de junho de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção- LTDA

ORIGEM: Tomada de Preços nº 01/2015

OBJETO: "Contratação de empresa por regime de empreitada global, para a conclusão da edificação de um pavimento com área de 469,08², do projeto da câmara de vereadores do município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 16.06.2015 até 22.10.2015

VALOR: R\$ 194.706,41

São João do Oeste – 16 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Vanusa Dias Eireli- EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 07/2015

OBJETO: "Aquisição de Materiais Odontológicos e Ambulatoriais para a Secretaria da Saúde."

VIGÊNCIA: 15.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 2.983,37

São João do Oeste – 15 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Fusão Comércio de Produtos Odontológicos LTDA- EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 07/2015

OBJETO: "Aquisição de Materiais Odontológicos e Ambulatoriais para a Secretaria da Saúde."

VIGÊNCIA: 15.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 6.242,83

São João do Oeste – 15 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Odontosul- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 07/2015

OBJETO: "Aquisição de Materiais Odontológicos e Ambulatoriais para a Secretaria da Saúde."

VIGÊNCIA: 15.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 3.593,50

São João do Oeste – 15 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares- Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 07/2015

OBJETO: "Aquisição de Materiais Odontológicos e Ambulatoriais para a Secretaria da Saúde."

VIGÊNCIA: 15.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 3.644,21

São João do Oeste – 15 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Dental Oeste- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 07/2015

OBJETO: "Aquisição de Materiais Odontológicos e Ambulatoriais para a secretaria da saúde."

VIGÊNCIA: 15.06.2015 até 31.06.2015

VALOR: R\$ 3.641,85

São João do Oeste – 15 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Santa Lúcia Produtos para Saúde Eireli- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 07/2015

OBJETO: "Aquisição de Materiais Odontológicos e Ambulatoriais para a Secretaria da Saúde."

VIGÊNCIA: 15.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 2.937,17

São João do Oeste – 15 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção- LTDA

ORIGEM: Tomada de Preços nº 04/2015

OBJETO: "Contratação de empresa para a reforma e ampliação dos sanitários do Ginásio Municipal de Esportes Valnei Ertel, situado na cidade de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 12.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 56.987,91

São João do Oeste – 12 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Lucinéia de Franca Eireli- Me

ORIGEM: Tomada de Preços nº 05/2015

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e instrumentos musicais

para a manutenção das atividades culturais do município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 12.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 45.800,00

São João do Oeste – 12 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Semex do Brasil Com. Imp. Exp. Ltda

ORIGEM: Tomada de Preços nº 05/2015

OBJETO: "Aquisição de Sêmen pontuado e sexado das raças Jersey e Holandesa, para o programa de melhoramento genético, do rebanho bovino do Município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 12.06.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 7.486,00

São João do Oeste – 12 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Teletrônica Pinhal- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 38/2015

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e instrumentos musicais para a manutenção das atividades culturais do município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 12.06.2015 até 10.06.2015

VALOR: R\$ 8.198,80

São João do Oeste – 12 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e JV- Itech Informática Tecnol. Impressão LTDA- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 38/2015

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e instrumentos musicais para a manutenção das atividades culturais do município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 12.06.2015 até 10.06.2015

VALOR: R\$ 343,00

São João do Oeste – 12 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e A. D. Cardoso.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 38/2015

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e instrumentos musicais para a manutenção das atividades culturais do município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 12.06.2015 até 10.06.2015

VALOR: R\$ 20.938,80

São João do Oeste – 12 de Junho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 72/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 72/2015

Pregão Presencial: 28/2015

Objeto contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 30/06/2015 às 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 15 de junho de 2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 75/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 75/2015

Pregão Presencial: 30/2015

Objeto Aquisição de veículo para Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente- SAMA

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 01/07/2015 às 14:00 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 15 de junho de 2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PROCESSO 73/2015 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 73/2015

Pregão Presencial 29/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção da rede de Iluminação Pública.

Tipo: Menor preço por item – Registro de preço

Abertura: 25/06/2015 - 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 116.700,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 15 de junho de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 092/2015 – IN 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 092/2015 – IN 005/2015 – Processo 127/2015 - Contratado: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CATARINA – COOAF/SC. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Prazo: O prazo de vigência para fornecimento do objeto deste Contrato será até o dia 31 de dezembro de 2015, com efeitos a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$ 343.094,40 - trezentos e quarenta e três mil, noventa e quatro reais e quarenta centavos. Data da Assinatura do Contrato: 21 de maio de 2015.

DECRETO Nº 4611/2015

DECRETO Nº 4611/2015

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE 1ª INSTÂNCIA DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal e o artigo 43 da Lei Complementar nº 053/2011 e pelo artigo 41 da Lei Complementar nº 054/2011;

DECRETA:

Art. 1º – Fica alterado o Artigo 2º do Decreto nº 37.242/2012 que designa Comissões de 1ª Instância dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração da Administração Direta e Indireta do Município de São José que passa a vigorar da seguinte forma.

“Art. 2º – Para compor a Comissão de 1ª Instância referida no artigo 34 da Lei Complementar nº 054/2011, ficam designados como membros titulares os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- a) TATIANA DE ANDRADE LEMOS;
- b) WANUSA GRASIELA AMANTE DE SOUZA;
- c) LIA MÁRCIA BRUNO;
- d) HELOISA HELENA MADALOZZO SEIFERT;
- e) CELIA DANIELA VIEIRA COUNAGO DE LIMA.”

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 2514/2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 12 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 4612/2015

DECRETO Nº 4612 /2015
EXONERA SERVIDOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor EDMO CIDADE DE JESUS do cargo de Assessor Técnico Jurídico – CCM8, com lotação na Procuradoria Geral.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de junho de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

IN - 02/2015

IN-02/2015	TERRAPLENAGEM
------------	---------------

Dispõe sobre os critérios para a análise e autorização das atividades de terraplenagem e “bota-fora” realizadas no Município de São José/SC e dá outras providências.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.048/1997 que a instituiu, com atribuições alteradas pela Lei Complementar nº 14/2004, Lei Complementar nº 32/2009 e Decreto Municipal nº 30.431/2009, bem como nos moldes do Decreto Municipal nº 6.434/1997 que aprovou o seu Regimento Interno, DELIBERA:

Artigo 1º. Para efeitos desta instrução normativa entende-se por:

I – Atividade de Terraplenagem: Atividades correlatas à movimentação de terra que promovam variações topográficas em terrenos, contemplando atividades de cortes, aterros, para fins de empréstimos ou nivelamento do terreno;

II – Cortes: São movimentações de terra ou rochas cuja execução exige escavação do material que compõe o terreno natural no interior dos limites das seções projetadas;

III – Aterros: São áreas implantadas com o depósito, a regularização de superfície e a compactação de materiais provenientes de cortes ou empréstimos, no interior dos limites das seções de projeto (“off-sets”);

IV – Empréstimos: São escavações destinadas a prover ou complementar o volume necessário a execução de aterros por insuficiência de volume dos cortes, por motivos de ordem tecnológica de seleção de materiais ou razões de ordem econômica;

V – Área ou local de Bota-Fora: Áreas externas a terraplenagem utilizadas para dispor o volume de materiais escavados nos cortes.

VI – Movimentação de terras: Operação de remoção de solo ou de material inconsolidado ou intemperizado, de sua posição natural;

VII – Desmonte de material in natura: Operação de remoção, do seu estado natural, de material rochoso de emprego imediato na construção civil;

Artigo 2º. Serão considerados passíveis de Autorização Ambiental os aterros em área superior a 700m² e/ou com volume de movimentação de terra superior a 1000m³ (elevação máxima: greide de até 1,5m).

Artigo 3º. Ficam estabelecidas as normas e procedimentos pré-vios obrigatórios para a análise do requerimento e concessão de autorização para terraplenagem, inclusive "bota-fora" e áreas de empréstimo, em áreas, lotes ou terrenos, públicos ou privados situados no município São José - SC.

Parágrafo único. Para obtenção de autorização ambiental para a atividade de terraplenagem e bota-fora, com exceção daquela considerada de pequeno porte, a pessoa física/jurídica responsável deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados:

- I – Requerimento padrão devidamente preenchido (ANEXO I);
- II – Formulário de informações devidamente preenchido (ANEXO II);
- III – Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida (ANEXO III);
- IV – Cópia dos documentos de identificação do requerente (CPF e/ou CNPJ) e do comprovante de residência e/ou da sede da empresa;
- V – Quando se tratar de pessoa jurídica deverá juntar cópia do CNPJ da empresa que solicita a autorização ambiental para terraplenagem com o respectivo contrato social, contendo as últimas alterações e cópia da certidão simplificada da Junta Comercial, expedidos em no máximo 30 (trinta) dias;
- VI – Cópia da matrícula do cartório de registro de imóveis atualizada (máximo 90 dias), do imóvel onde será realizada a terraplenagem;
- VII – Autorização do proprietário do terreno, com firma reconhecida (caso seja terreno de terceiros) ou condomínio (ata da assembleia), onde será realizada a terraplenagem;
- VIII – No caso de terreno de marinha apresentar cópia da inscrição de ocupação do Patrimônio da União;
- IX – No caso de posse, deverá preencher declaração (ANEXO IV), com firma reconhecida e anexar documentos para sua comprovação, a citar:
 - a) contas de água antigas e atuais;
 - b) contas de luz antigas e atuais;
 - c) contas de telefone antigas e atuais;
 - d) contrato de compra e venda devidamente registrado;
 - e) demais documentos.
- X – No caso de propriedade de domínio público, autorização oficial do gestor legal da propriedade envolvida no processo, acompanhada do ato constitutivo;
- XI – Justificativa para a realização da obra.
- XII – Memorial descritivo contendo:
 - a) descrição detalhada da vegetação existente na área;
 - b) descrição do volume de terra a movimentar (volume de corte e volume de aterro);
 - c) nos casos em que houver material excedente deverá indicar e/ou licenciar o bota-fora;
 - d) comprovação da origem e tipo do material utilizado através de apresentação de contrato entre as partes e as licenças pertinentes;
 - e) dimensão da área (m2) a ser terraplenada e/ou aterrada;
 - f) cronograma de atividades;
 - g) descrição dos equipamentos a serem utilizados;
- XIII – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do memorial descritivo acima indicado;
- XIV – Apresentar autorização do proprietário para utilização da área proposta para "bota-fora" e/ou empréstimo, quando for o caso;
- XV – Localização da área onde se propõe o bota-fora e/ou área de empréstimo, quando for o caso.
- XVI – Planta de situação/localização, contendo rede hidrográfica (nascentes, rios, lagoas, canais);
- XVII – Levantamento planialtimétrico georreferenciado com legenda, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s);
- XVIII – Perfil da projeção atual e futura do terreno, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s);
- XIX – Caso haja(m) talude(s) indicar medidas de drenagem e

contenção, de forma a garantir a sua estabilidade e evitar o desenvolvimento de processos erosivos, inclusive das áreas de bota-fora e empréstimo;

XX – Comprovante de pagamento da taxa de análise para Autorização de Terraplenagem, em até 72 horas após a emissão, sob pena de arquivamento do processo. A taxa será emitida após análise do pedido e encaminhada ao requerente para pagamento e posterior emissão da Autorização de Terraplenagem.

Artigo 4º. O licenciamento de obras de terraplenagem emitido por esta Fundação não licencia ou permite, em nenhuma hipótese, a exploração mineral, atividade que deve ser licenciada pelo DNPM, FATMA e Fundação em processo específico para esta finalidade.

Parágrafo único. O material excedente não poderá ser comercializado, somente doado a entidades públicas para emprego em obras de cunho social, visto que a venda do material caracteriza a atividade de exploração mineral, nos termos da Portaria 441/2009 do DNPM.

Artigo 5º. No caso de desmonte de rochas com explosivos será necessário apresentar o Certificado de Registro emitido pelo Ministério da Defesa e Plano de Lavra, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s);

Artigo 6º. Quando a atividade de terraplenagem ou de bota-fora importar em supressão de vegetação, deverá o responsável obter a referida Autorização para Corte – AuC (árvores isoladas ou supressão de vegetação), conforme as Instruções Normativas específicas;

Artigo 7º. No caso de geração de taludes que possam acarretar risco de ruptura/deslizamento, tanto em áreas de empréstimo ou de bota-fora, será obrigatório:

- a) A construção de proteção com valetas de crista para taludes com grandes alturas;
- b) A contenção de sedimentos e energia das águas pluviais.

Artigo 8º. À Critério da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de São José - SC, em função das características geológicas da área, critérios geotécnicos da atividade, dentre outros, poderá ser exigida a apresentação de estudos e documentos complementares para análise do requerimento de terraplenagem.

Artigo 9º. Toda obra licenciada pela FMADS deverá ter afixada, em local de fácil acesso visual, a autorização/licença ambiental expedida, bem como a indicação do nome do técnico responsável pela sua execução, número de registro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e a empresa executora do projeto.

Artigo 10. Será interditada a atividade, ainda que licenciada de acordo com esta Instrução Normativa, caso, posteriormente, se verifique que sua exploração acarreta perigo ou dano à vida, à saúde pública, à propriedade, ou se realize em desacordo com o projeto apresentado, ou, ainda, quando se constatem danos ambientais não previstos por ocasião do licenciamento.

Artigo 11. A Autorização para Terraplenagem possuirá validade de até (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada, mediante solicitação prévia e nova avaliação técnica da situação.

Artigo 12. Revogam-se todas as disposições em contrário

Artigo 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 10 de junho de 2015.

MOACIR DA SILVA

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal n.o 4411/2015

ANEXO I

REQUERIMENTO PADRÃO FMADS/SJ					
Identificação do Requerente					
Nome/Razão social:					
Nome fantasia:					
Inscrição estadual:	CNPJ/CPF nº:				
End. correspondência:	nº:				
Complemento:	Tel.:				
Bairro:	CEP:	Município:			
Identificação do Representante					
Nome:	CPF nº:				
End. correspondência:	nº:				
Complemento:	Tel.:				
Bairro:	CEP:	Município:			
Dados da Atividade a ser Licenciada					
Nome do Empreendimento:					
End. do licenciamento:	nº:				
Complemento:	Tel.:				
Bairro:	CEP:	Município:			
Coordenadas UTM x:	Coordenadas UTM y:				
Latitude (s):	Longitude (w):				
Informações sobre a Atividade					
Código da Atividade (CONSEMA):					
Autorização/Licença requerida:					
Autorização/Licença Anterior:	n.o				
Características:					
REQUERIMENTO					
O requerente acima qualificado, vem a presença de Vossa Senhoria, com vistas a obtenção de licença/autorização para a atividade _____, requerer a análise dos documentos, projetos e estudos ambientais em anexo. Nestes Termos, pede deferimento.					
São José	Data:				
Nome do Requerente:	CREA:				
Assinatura do Requerente:					

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES – TERRAPLENAGEM/BOTA-FORA			
Características da Área			
Topografia:			
Recursos hídricos (nascentes, cursos d'água, lagoa, entre outros):			
Cobertura vegetal:			
Área de Preservação Permanente diretamente afetada			
Faixa marginal de curso d'água ()	Manguezal ()		
Entorno de lago e lagoa ()	Borda de Tabuleiros ou chapadas ()		
Entorno de reservatórios artificiais ()	Topo de Morro ()		
Entorno de nascentes ()	Altitude Superior 1.800m ()		
Declividade superior a 45º ()	Veredas ()		
Restingas ()	Plano diretor ()		
Demais áreas de preservação permanente:			

Informações sobre a Atividade	
Volume (m3) a ser escavado:	
Área (m2) a ser escavada:	
Outras informações:	
Declaração de Responsabilidade	
Declaro, sob as penas da Lei, a veracidade das informações prestadas na presente Instrução Normativa.	
São José	Data:
Nome do Declarante:	CREA:
Assinatura do Declarante:	

ANEXO III

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) o(a) outorgado(a) abaixo qualificado(a) para representá-lo(a) junto à Fundação do Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS.

Dados do(a) Outorgante																			
RAZÃO SOCIAL/NOME:																			
ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:	CARGO:																	
NACIONALIDADE:	RG:	CNPJ/CPF:																	
Endereço do(a) Outorgante																			
CEP:	LOGRADOURO:																		
COMPLEMENTO:	BAIRRO:																		
MUNICÍPIO:	UF:																		
Dados do(a) Outorgado(a)																			
RAZÃO SOCIAL/NOME:																			
ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:	CARGO:																	
NACIONALIDADE:	RG:	CNPJ/CPF:																	
Endereço do(a) Outorgado(a)																			
CEP:	LOGRADOURO:																		
COMPLEMENTO:	BAIRRO:																		
MUNICÍPIO:	UF:																		
Dados da Área do Empreendimento/Atividade																			
EMPREENHIMENTO/ATIVIDADE:																			
CEP:	LOGRADOURO:																		
BAIRRO:	MUNICÍPIO:	UF:																	
Assinaturas																			
LOCAL E DATA	,	DE	DE																
Outorgante	Outorgado(a)																		

ANEXO IV

Declaração de Posse

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade sob o nº _____ expedida pelo _____, (estado civil) _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, proprietário (a) das benfeitorias necessárias e úteis, localizada no terreno situado à _____, município de São José, estado de Santa Catarina, venho declarar que exerço a posse do terreno e de sua benfeitoria desde _____, de boa fé, mansa e pacificamente e sem qualquer contestação, relação fática essa reconhecida por testemunhas idôneas, abaixo assinadas qualificadas.

Declaro que o referido imóvel tem uma área de _____, sendo certo que a posse do terreno e da benfeitoria nele edificada possui o valor econômico do mercado, valendo a presente declaração como garantia da eficácia do Direito perante terceiros, autenticidade e perpetuidade.

(Bairro)

São José, _____ de _____ de _____

Assinatura



TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____

Identidade: Identidade:

CPF: CPF:

PORTARIA Nº 59/2015

PORTARIA Nº 59/2015

RETIFICA A PORTARIA 056/2015, QUE NOMEIA A COMISSÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, no parágrafo único do art. 66, inciso II,

RESOLVE:

Art. 1º - O art. 1º, da Portaria 56/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Designar os seguintes servidores para compor a Comissão Especial de Contratualização de Prestadores de Serviços de Saúde (CCP), sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pelo membro do inciso II:

I – Claudete Cazonatti, matrícula 347450;

II – Juliana Duarte de Almeida, matrícula 349771;

III – Robson Chaves Câmara, matrícula 153826;

IV – Kellen Cristina Marques, matrícula 102202;

V – Mariana Rodrigues Pereira, matrícula 350648."

Parágrafo Único – A comissão desempenhará as funções previstas no Decreto Municipal nº 36.743/12.

Art. 2º - Com base "nos estudos técnicos das demandas dos serviços de saúde necessários à população do Município, apurando a oferta de serviços próprios e as possibilidades de ampliação dessas

ofertas", mencionadas no art. 2º do Decreto 36.743/12, a Comissão deverá emitir um Plano Operativo, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho municipal de Saúde, bem como suas alterações.

Art. 3º - Além das competências previstas no Decreto nº 36.743/12, a Comissão terá as seguintes atribuições:

I – Realizar as vistorias técnicas nos proponentes participantes das Chamadas Públicas;

II - Emitir ata das reuniões;

III – Manifestar-se nos casos omissos.

Art. 4º - A Comissão Especial de Contratualização dos Prestadores de Serviços de Saúde poderá ser alterada conforme a necessidade técnica ou pedido de retirada de qualquer membro através de Portaria.

Art. 5º - Poderão ser convidados para as reuniões, bem como para realizar vistorias técnicas e emitir pareceres de acordo com os assuntos da pauta, representantes das demais áreas da Secretaria Municipal de Saúde e pessoas de notório conhecimento dos temas tratados.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São José (SC), 10 de junho de 2015.

Suzana Senna Bousfield

Secretária Municipal da Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA DO CONVITE N.º 02/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA DO CONVITE N.º 02/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 021/2015

Objeto:

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ARQUITETURA E PROJETOS COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA, COM AS CORRESPONDENTES APROVAÇÕES NOS ÓRGÃOS COMPETENTES, BEM COMO SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ -SC, QUE SERÁ CONSTRUÍDA NA AVENIDA BEIRA MAR DE SÃO JOSÉ-SC, COM ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA EM 3.600,00M²

A Câmara Municipal de São José comunica aos interessados sobre a nova data de abertura do presente Convite com data período do recebimento dos envelopes de habilitação e proposta até: dia 24/06/2015 às 14h:00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia: 24/06/2015 às 14h30min.

A íntegra do Convite com alterações estará disponível no Portal Eletrônico da CMSJ no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/index.php/editais>

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 16 de junho de 2015

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA

Diretora de Administração

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº. 107/2014 - SF

DECRETO Nº. 107/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 54.984,35 (cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO. DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
"308"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações
..... R\$54.984,35

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 54.984,35 (cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO. DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
"306"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$20.162,69
"307"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$34.821,66

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.11/2015

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2015

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 11/2015, Edital de Pregão Nº 11/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: aquisição de medicamentos para farmácia básica, psicotrópicos, hipertensos e diabéticos para distribuição de livre demanda na farmácia básica. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 14:00 horas do dia 26/06/2015. No mesmo horário será feito o credenciamento das proponentes, dos representantes e realizado a abertura das propostas para lançamento no sistema. O início da etapa de lances e julgamento da habilitação será às 08:00 horas do dia 29/06/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.65/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº65/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 65/2015, Edital de Pregão Nº 65/2015, Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços em mídia digital ao município de São José do Cedro. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 30/06/2015. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 30/06/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2015 - TP Nº 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/07/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2015, TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG., Nº 013/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, BEM COMO, MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ALTERAÇÃO DA ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA NA EDIFICAÇÃO DO SENAI DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 15 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Administração	17.847.868,57	18.785.076,17	1.766.342,41	4.930.440,15	100,00	2.481.854,22	3.719.742,93	15.065.333,24
Administração Geral	2.070.907,04	2.074.447,04	255.842,10	736.658,41	14,94	277.781,87	560.625,90	1.513.821,14
Administração Financeira	1.272.589,04	1.276.129,04	169.955,85	546.518,84	11,08	190.309,61	382.533,58	893.595,46
Controle Interno	733.600,00	733.600,00	77.842,69	172.666,40	3,50	79.388,80	160.619,15	572.980,85
Assistência Social	64.718,00	64.718,00	8.043,56	17.473,17	0,35	8.083,46	17.473,17	47.244,83
Assistência ao Portador de Deficiência	661.568,16	730.464,85	52.718,42	172.094,15	3,49	59.348,22	108.849,46	621.615,39
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	5.000,00	0,00	4.435,00	0,09	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Comunitária	88.500,00	88.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.500,00
Saúde	568.068,16	636.964,85	52.718,42	167.659,15	3,40	59.348,22	108.849,46	528.115,39
Atenção Básica	3.116.323,10	3.652.400,56	344.424,03	1.140.367,90	23,13	345.380,18	658.674,84	2.993.725,72
Vigilância Sanitária	3.046.190,10	3.532.128,30	335.653,22	1.125.393,19	22,83	336.600,17	644.171,38	2.887.956,92
Vigilância Epidemiológica	55.293,00	92.123,09	7.468,81	13.672,71	0,28	7.478,01	13.201,46	78.921,63
Educação	14.840,00	28.149,17	1.302,00	1.302,00	0,03	1.302,00	1.302,00	26.847,17
Alimentação e Nutrição	3.698.798,27	3.777.087,19	261.165,30	867.240,89	17,59	512.839,33	758.631,01	3.018.456,18
Ensino Fundamental	190.264,00	194.108,62	14.448,88	74.307,62	1,51	15.781,26	32.547,34	161.561,28
Ensino Médio	3.038.769,43	3.093.971,70	209.056,93	695.919,84	14,11	457.248,07	639.278,15	2.454.693,55
Ensino Profissional	40.810,00	47.124,29	1.026,00	4.394,00	0,09	978,00	4.346,00	42.778,29
Educação Infantil	10.000,00	10.000,00	4.049,00	5.898,00	0,12	3.914,00	5.763,00	4.237,00
Cultura	100.000,00	100.000,00	16.719,46	21.433,16	0,43	16.719,46	21.433,16	78.566,84
Artes e Cultura	318.954,84	331.882,58	15.864,03	65.288,27	1,32	18.198,54	55.263,36	276.619,22
Arquitetura e Urbanismo	96.500,00	98.396,00	3.896,00	10.646,00	0,22	1.000,00	2.500,00	95.896,00
Urbanismo	96.500,00	98.396,00	3.896,00	10.646,00	0,22	1.000,00	2.500,00	95.896,00
Infra-Estrutura Urbana	1.310.906,00	1.493.960,44	13.863,81	213.400,39	4,33	45.396,05	93.019,67	1.400.940,77
Habituação	1.310.906,00	1.493.960,44	13.863,81	213.400,39	4,33	45.396,05	93.019,67	1.400.940,77
Habituação Urbana	213.500,00	213.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.500,00
Agricultura	213.500,00	213.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.500,00
Abastecimento	1.822.966,00	1.852.473,39	230.487,75	551.087,34	11,18	295.774,01	429.527,57	1.422.945,82
Extensão Rural	60.000,00	68.678,10	11.189,40	18.977,40	0,38	10.091,20	17.879,20	50.798,90
Promoção da Produção Agropecuária	1.594.306,00	1.618.675,29	175.794,07	438.773,30	8,90	220.673,53	340.886,73	1.277.788,56
Indústria	168.660,00	165.120,00	43.504,28	93.336,64	1,89	65.009,28	70.761,64	94.358,36
Promoção Industrial	850.000,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.000,00
Produção Industrial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Transporte	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
Transporte Rodoviário	3.534.450,00	3.534.450,00	574.000,68	1.035.362,46	21,00	903.317,34	1.024.572,47	2.509.877,53
	3.534.450,00	3.534.450,00	574.000,68	1.035.362,46	21,00	903.317,34	1.024.572,47	2.509.877,53

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.847.868,57	18.785.076,17	1.766.342,41	4.930.440,15	13.854.636,02	2.481.854,22	3.719.742,93	100,00
Desporto e Lazer	145.400,00	145.400,00	10.678,73	26.705,13	118.694,87	10.862,03	13.564,51	0,36
Desporto Comunitário	145.400,00	145.400,00	10.678,73	26.705,13	118.694,87	10.862,03	13.564,51	0,36
Encargos Especiais	321.550,00	357.496,70	19.265,59	176.877,48	180.619,22	30.155,19	69.777,50	1,88
Outras Transferências	133.780,00	135.539,47	0,00	128.759,47	6.780,00	13.985,99	29.748,02	0,80
Outros Encargos Especiais	187.770,00	221.957,23	19.265,59	48.118,01	173.839,22	16.169,20	40.029,48	1,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.847.868,57	18.785.076,17	1.766.342,41	4.930.440,15	13.854.636,02	2.481.854,22	3.719.742,93	100,00

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 31/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 - 3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ULT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.000.889,10	834.409,83	791.183,15	866.374,74	798.148,40	824.261,96	953.296,26	1.226.587,35	1.007.792,01	994.906,18	824.180,56	837.384,48	11.029.414,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	37.018,42	15.159,91	32.348,46	20.426,07	37.190,73	18.048,54	26.394,39	35.196,27	4.321,88	31.653,87	18.110,48	48.444,63	316.386,09
I.P.T.U.	18.909,41	879,58	750,10	29,96	0,00	0,00	0,00	206,60	0,00	0,00	1.883,65	4.831,27	24.480,00
I.R.R.F.	10.128,90	10.247,13	10.543,02	10.709,06	12.844,63	11.301,63	11.186,12	19.596,59	0,00	15.284,01	996,64	27.216,81	140.054,54
I.S.S.	2.130,35	1.854,00	4.671,74	3.110,61	7.125,67	2.333,48	11.348,08	8.535,28	2.996,96	2.885,29	3.203,06	6.554,91	56.300,00
IT.B.I.	3.461,96	1.820,00	16.113,50	6.268,20	16.502,59	4.152,00	3.440,00	6.149,80	1.270,20	9.526,42	7.200,00	8.500,00	53.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.387,80	359,20	270,10	306,24	717,84	261,43	419,19	707,80	54,72	3.861,45	4.827,13	1.341,64	13.780,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.484,35	1.512,71	1.545,35	1.483,64	1.523,06	1.755,83	1.929,56	1.971,20	2.004,84	0,00	0,00	0,00	19.080,00
RECEITA PATRIMONIAL	9.774,90	9.546,74	13.373,80	9.304,84	8.174,82	19.259,31	9.524,40	12.161,81	9.497,33	11.554,56	14.283,11	11.930,32	54.414,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.008,03	5.330,69	8.658,95	17.582,01	4.490,85	6.231,46	6.963,74	17.101,61	3.602,09	2.322,28	2.314,71	4.496,14	88.302,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	941.646,64	801.088,00	703.367,25	815.889,12	745.238,85	777.249,46	906.406,20	1.156.185,51	983.574,26	949.142,65	786.251,23	864.379,73	10.430.418,90
Cota-Parte do F.P.M.	573.099,30	429.779,99	369.126,63	448.428,05	393.082,94	371.503,84	491.739,86	790.906,07	599.335,67	611.905,61	445.610,52	489.931,82	6.005.331,30
Cota-Parte do I.C.M.S.	220.892,60	222.798,08	207.312,11	217.230,12	232.869,31	240.362,11	264.771,36	254.761,80	257.750,60	229.212,32	226.725,33	243.723,40	2.818.519,14
Cota-Parte do I.P.V.A.	10.524,63	13.196,01	9.054,13	9.505,30	9.502,53	10.138,96	3.891,99	1.275,57	5.257,03	7.587,31	10.411,62	8.802,75	172.500,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	9,65	515,15	626,70	8,16	7,45	0,00	12,12	6,27	25,33	1.610,00
Outras Transferências Correntes	86.823,67	87.709,77	73.380,29	93.325,08	61.208,35	104.358,73	93.196,13	55.813,31	66.781,64	51.877,90	56.036,60	75.788,34	1.835.394,76
Transferências da LC 61/1989	3.556,11	3.387,01	3.479,51	3.586,62	3.375,19	3.614,54	4.150,57	4.095,41	5.285,67	3.144,61	3.084,62	3.230,73	43.990,59
Transferências da LC 87/1996	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	1.916,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12.720,00
Transferências do FUNDEB	45.712,03	43.258,84	40.056,28	42.846,00	43.727,08	45.886,28	47.696,83	47.389,00	49.163,65	45.502,78	44.376,27	48.018,43	572.130,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.956,76	1.771,78	1.689,34	1.679,06	1.530,29	1.717,36	2.077,97	3.970,95	4.791,61	226,82	3.211,03	1.949,66	26.572,63
DEDUÇÕES (II)	165.418,65	134.023,71	117.985,94	135.943,05	128.060,49	125.440,72	153.102,53	317.217,27	173.525,62	170.352,25	136.790,74	147.163,89	1.905.078,86
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	165.418,65	134.023,71	117.985,94	135.943,05	128.060,49	125.440,72	153.102,53	160.441,82	173.525,62	170.352,25	137.167,47	148.114,39	2.103.760,80
Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-201,50	-508,42	-53,50
Deduções de Receita do IPTU - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-108,21	-275,55	-29,00
Deduções de Receita do IPTU - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-68,02	-166,53	-17,50
Devolução Rem.Dép.Banc.Rec.Vinc.Educação-União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.944,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.944,11
Parcela Ref. à CF, art. 159, I, alínea d - FPM 1%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.773,56	0,00	0,00	0,00	0,00	160.773,56
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	835.470,45	700.386,12	643.197,21	730.431,69	670.087,91	698.821,24	800.193,73	909.316,08	834.266,39	824.553,93	687.389,82	790.220,59	9.124.335,16
FONTE:													14.594.584,27

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 31/05/2015

Silvio Richardt
Secretário Administrativo e Fazenda

Sirlei Fatima Puntel
Contadora - CPF-SC 021.445/0-3

Ginelei Antonio Guith
Prefeito Municipal

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - 1 BIM

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	752.142,41	837.828,29	1.000.893,10	834.409,83	761.183,15	866.374,74	798.148,40	824.261,96	953.296,26	1.226.587,35	1.007.792,01	994.906,18	10.957.819,68
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.928,01	20.196,34	37.018,42	15.159,91	32.348,46	20.267,07	37.190,73	18.049,54	26.394,39	35.196,27	4.321,88	31.659,87	316.396,09
I.P.T.U.	0,00	5.142,15	18.909,41	879,58	750,10	29,96	0,00	0,00	0,00	206,80	0,00	0,00	24.480,00
I.R.R.F.	8.231,52	8.723,88	10.128,90	10.247,13	10.543,02	10.709,06	12.844,63	11.301,63	11.186,12	19.595,59	0,00	15.284,01	128.796,49
I.S.S.	1.877,46	2.778,69	2.130,35	1.854,00	4.671,74	3.110,61	7.125,67	2.333,48	11.349,08	8.535,28	2.996,96	2.885,29	51.648,61
I.T.B.I.	3.481,84	2.260,00	3.461,96	1.820,00	16.113,50	6.288,20	16.502,59	4.152,00	3.440,00	6.149,80	1.270,20	9.526,42	74.446,51
Outras Receitas Tributárias	3.337,19	1.291,62	2.387,80	359,20	270,10	308,24	717,84	261,43	419,19	707,80	54,72	3.964,15	14.079,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.577,43	1.517,48	1.494,35	1.512,71	1.545,35	1.493,64	1.523,06	1.795,63	1.929,56	1.871,20	2.004,84	0,00	18.315,45
RECEITA PATRIMONIAL	7.755,37	8.321,21	9.774,90	9.546,74	13.373,80	9.304,84	8.174,62	19.259,31	9.524,40	12.161,81	9.497,33	11.554,56	128.248,89
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.698,70	5.737,78	9.008,03	5.330,69	8.888,95	17.582,01	4.490,85	6.231,46	6.963,74	17.101,61	3.602,09	2.322,28	92.282,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	712.308,83	888.614,79	941.646,64	801.088,00	703.387,25	815.589,12	745.238,85	777.249,46	906.406,20	1.156.185,51	983.574,26	946.142,65	10.390.712,56
Cota-Parte do F.P.M.	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.616,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	790.906,07	599.335,67	611.805,61	5.895.628,35
Cota-Parte do I.C.M.S.	221.220,42	216.775,59	220.882,60	222.796,08	207.312,11	217.230,12	232.869,31	240.362,11	264.771,36	254.781,80	257.750,60	229.212,32	2.786.066,42
Cota-Parte do I.P.V.A.	8.730,14	9.544,66	10.524,63	13.196,01	9.054,13	9.905,30	9.502,53	10.138,96	3.891,99	1.275,87	5.257,03	7.587,31	98.208,56
Cota-Parte do ITR.	0,00	6,24	0,00	0,00	9,65	0,00	51,15	626,70	8,16	1.275,87	0,00	12,12	1.185,47
Outras Transferências Correntes	61.072,77	196.207,59	86.823,67	87.709,77	73.380,29	93.325,08	61.208,35	104.358,73	93.196,13	55.813,31	66.781,64	51.877,90	1.031.755,23
Transferências da LC 61/1989	3.000,03	3.269,50	3.556,11	3.387,01	3.479,51	3.866,62	3.375,19	3.614,54	4.150,57	4.095,41	5.285,67	3.144,61	43.944,77
Transferências da LC 87/1996	0,00	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	958,30	1.916,60	0,00	0,00	9.583,00
Transferências do FUNDEB	41.493,18	41.806,81	45.712,03	43.258,84	40.056,28	42.848,00	43.727,08	45.686,28	47.696,83	47.389,00	49.163,65	45.502,78	534.340,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.873,07	3.440,69	1.565,76	1.771,78	1.689,34	1.679,06	1.530,29	1.717,36	2.077,97	3.970,95	4.791,61	226,82	32.725,70
DEDUÇÕES (II)	121.946,58	133.148,36	165.418,65	134.023,71	117.995,84	135.943,05	128.060,49	125.440,72	153.102,53	317.271,27	173.525,62	170.352,25	1.876.221,17
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	121.946,58	133.148,36	165.418,65	134.023,71	117.995,84	135.943,05	128.060,49	125.440,72	153.102,53	160.441,82	173.525,62	170.352,25	2.103.760,80
Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-53,50
Deduções de Receita do IPTU - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29,00
Deduções de Receita do IPTU - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-17,50
Devolução Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. Educação - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.944,11	0,00	0,00	-3.944,11
Parcela Ref. à CF - art. 159, I, alínea d - FPM 1%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.773,56	0,00	0,00	160.773,56
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	630.195,83	804.679,93	835.474,45	700.386,12	643.187,31	730.431,69	670.087,91	698.821,24	800.193,73	909.316,08	834.266,39	824.553,93	9.081.056,51

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 31/05/2015

Ginelei Antonio Gueth
Prefeito Municipal

Serlei Fátima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 - 3

Silvio Richardt
Secretário Administrativo e Fazenda

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.547.643,69	20.547.643,69	1.872.432,79	9,11	3.884.681,64	16.662.962,05
RECEITAS CORRENTES	16.781.083,69	16.781.083,69	1.772.432,79	10,56	3.784.681,64	12.996.402,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	316.392,09	316.392,09	65.367,18	20,66	101.468,33	214.923,76
IMPOSTOS	302.506,09	302.506,09	59.059,11	19,52	91.021,99	211.484,10
TAXAS	13.356,00	13.356,00	6.308,07	47,23	10.446,34	2.909,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	530,00	530,00	0,00	0,00	0,00	530,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.080,00	19.080,00	6.184,00	32,41	8.188,84	10.891,16
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	19.080,00	19.080,00	6.184,00	32,41	8.188,84	10.891,16
RECEITA PATRIMONIAL	54.414,00	54.414,00	26.087,39	47,94	47.139,28	7.274,72
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	54.414,00	54.414,00	26.087,39	47,94	47.139,28	7.274,72
RECEITA DE SERVIÇOS	83.422,00	83.422,00	6.810,85	8,16	12.735,22	70.686,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.256.075,60	16.256.075,60	1.662.822,68	10,23	3.604.970,85	12.651.104,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.264.455,60	15.264.455,60	1.653.218,47	10,83	3.593.302,33	11.671.153,27
Transf. de Conv.	991.620,00	991.620,00	9.604,21	0,97	11.668,52	979.951,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.700,00	51.700,00	5.160,69	9,98	10.179,12	41.520,88
Multas e Juros de Mora	21.959,00	21.959,00	307,66	1,40	503,10	21.455,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	374,55	0,00	374,55	-374,55
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	19.141,00	19.141,00	217,60	1,14	708,59	18.432,41
RECEITAS DIVERSAS	10.600,00	10.600,00	4.260,88	40,20	8.592,88	2.007,12
RECEITAS DE CAPITAL	3.766.560,00	3.766.560,00	100.000,00	2,65	100.000,00	3.666.560,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	31.800,00	31.800,00	0,00	0,00	0,00	31.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	31.800,00	31.800,00	0,00	0,00	0,00	31.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.834.760,00	2.834.760,00	100.000,00	3,53	100.000,00	2.734.760,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.834.760,00	2.834.760,00	100.000,00	3,53	100.000,00	2.734.760,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.547.643,69	20.547.643,69	1.872.432,79	9,11	3.884.681,64	16.662.962,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	20.547.643,69	1.872.432,79	9,11	3.884.681,64	16.662.962,05
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.547.643,69	20.547.643,69	1.872.432,79	9,11	3.884.681,64	16.662.962,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	908.728,26	—	—	88.535,88	—
Superávit Financeiro	—	908.728,26	—	—	88.535,88	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.847.868,57	18.785.076,17	1.766.342,41	4.930.440,15	13.854.636,02	2.481.854,22	3.719.742,93	15.065.333,24	2.187.025,96
DESPESAS CORRENTES	11.346.785,45	11.822.465,69	1.384.764,07	3.833.802,54	7.988.663,15	1.429.264,22	2.651.760,50	9.170.705,19	2.179.544,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.673.210,52	5.695.398,90	738.515,33	1.506.126,36	4.189.272,54	738.379,66	1.466.703,11	4.228.695,79	1.188.638,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.673.574,93	6.127.066,79	646.248,74	2.327.676,18	3.799.390,61	690.884,56	1.185.057,39	4.942.009,40	990.906,21
DESPESAS DE CAPITAL	6.496.083,12	6.957.610,48	381.578,34	1.096.637,61	5.860.972,87	1.052.590,00	1.067.982,43	5.889.628,05	7.481,43
INVESTIMENTOS	6.496.083,12	6.957.610,48	381.578,34	1.096.637,61	5.860.972,87	1.052.590,00	1.067.982,43	5.889.628,05	7.481,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.847.868,57	18.785.076,17	1.766.342,41	4.930.440,15	13.854.636,02	2.481.854,22	3.719.742,93	15.065.333,24	2.187.025,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.847.868,57	18.785.076,17	1.766.342,41	4.930.440,15	13.854.636,02	2.481.854,22	3.719.742,93	15.065.333,24	2.187.025,96
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	3.261.933,38
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.847.868,57	18.785.076,17	1.766.342,41	4.930.440,15	—	2.481.854,22	3.719.742,93	—	5.448.959,34

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 31/05/2015

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 - 3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 212/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 212/2015

Concede férias ao servidor SILVIO EDUARDO BERNARDO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor SILVIO EDUARDO BERNARDO, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 18 dias que gozará a partir de 15/06/2015 a 02/07/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto n.º 217/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de junho de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 213/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 213/2015

Concede férias ao servidor DANIEL SILVEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor DANIEL SILVEIRA, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, férias por 18 dias que gozará a partir de 15/06/2015 a 02/07/2015, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto n.º 217/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de junho de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 214/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 214/2015

Exonera CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA do cargo de Odontóloga do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA do cargo de Odontóloga do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho n.º 062/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de junho de 2015.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 215/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 –
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 215/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, ocupante do cargo de Operador de Máquina II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar n.º 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 05/6/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/06/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de junho de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

REABERTURA DO PREGÃO 27.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da Reabertura do Processo nº 27/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar transporte de passageiros em Ônibus, Micro-Ônibus para atender as necessidades de todas as Secretarias e Coordenadorias da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo deste edital.

DATA DA REABERTURA: 30/06/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no pelo email: compras@pmspa.sc.gov.br e licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 15/06/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015-PMS

PROCESSO Nº. 109/2015-PMS

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, Centro, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, senhor Osvaldo Jurck, torna público, para conhecimento dos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, torna público que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA.

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na realização de serviços médicos, na área de Saúde Ocupacional, para realização exames admissionais e demissionais, periódicos, complementares, retorno ao trabalho, audiometria, acuidade visual e espirometria, emissão de atestados e/ou laudos médicos para atender ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, do Município de Schroeder, mediante adesão às condições previstas neste Edital, conforme ANEXO VII – TERMO REFERÊNCIA.

Recebimento dos Envelopes de Habilitação: A partir do dia 17 de junho de 2015, as 08h, até dia 30 de novembro de 2015, às 17h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 16 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2015-PMS

PROCESSO Nº. 111/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo

com a Norma Regulamentadora do MTE; Atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais de acordo com a Norma Regulamentadora do MTE; Atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de acordo com a Norma regulamentadora do MTE para as necessidades do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de junho de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 29 de junho de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.332/2015 DE 28 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3.332/2015 de 28 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Obras e Instalacoes R\$ 50.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.342/2015 DE 8 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3.342/2015 de 8 de junho de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 542,00 (quinhentos e quarenta e dois reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.08.243.3016.2.349 - Manutenção do Fundo de Assistência a Criança e Adolescente

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0288 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 542,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 08 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.343/2015 DE 10 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3.343/2015 de 10 de junho de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 44.671,06 (quarenta e quatro mil seiscentos e setenta e um reais e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0066 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 44.671,06

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.346/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3.346/2015 de 12 de junho de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0066 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.347/2015 DE 12 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3.347/2015 de 12 de junho de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.080,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no

DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.351/2015 DE 15 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 3.351/2015 de 15 de junho de 2015
HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR
EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 5.006 de 22 de fevereiro de 2013.

Considerando a Ata nº 103, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório,

NOTIFICAÇÃO 02/2015 - SMSGA

NOTIFICAÇÃO 02/2015- SMSGA

Fica a empresa CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA, CNPJ nº 05.325.514/0001-30, NOTIFICADA do inadimplemento do Contrato de nº 267/2014, firmado com o Município de Schroeder, eis que recebendo a Ordem de Compra com o Numero de Empenho 1265/15, não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Clausula segunda do contrato supracitado.

Por essa notificação, a empresa terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato, efetuando a entrega dos produtos abaixo relacionados, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto às penalidades previstas no § 3º, Cláusula Sétima do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, poderá apresentar justificativa em 10 (dez) dias uteis.

EMPENHO (O.C)	PRODUTOS	DATA DA ENTREGA DA ORDEM DE COMPRA	PRAZO DESOBEDECIDO
1265/15	ITEM 06 – Luva de correr PVC, JEI, PBA. Conforme Edital.	25/03/2015	25/04/2015
	ITEM 48 – Luva soldável PVC 60 mm. Conforme Edital.		
	ITEM 55_ Joelho 90º, soldável, 25 mm. Conforme Edital.		

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida, e a defesa se apresentada, sendo indeferida, ensejará as aplicação das sanções previstas em lei.

Schroeder, 15 de Junho de 2015.
VALDEMAR DOS SANTOS
Diretor de Saneamento e Gestão Ambiental

A

que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 103/2015 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

§ Samanta Patrícia Doring Sievers
§ Fabio Luiz Albrecht
§ Ricardo Gneipel
§ Jéssica Aline Karsten
§ Rozemar Pauli
§ Roseni Uliano
§ Viviane Maria Rodrigues
§ Alicio Oss-Emer
§ Leidy Maria Fogolari
§ Eliane Medeiros Correia Ludewig
§ Marcelo de Oliveira
§ Maria Aparecida Fanderuff da Silva
§ Eliane Cristina Raimundi
§ Daniela Silva Felipe

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 15 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

CONEXA TUBOS E CONEXOES LTDA
CNPJ 05.325.514/0001-30

PORTARIA Nº 6.091/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.
PORTARIA Nº 6.091/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do servidor, Sr. Ilceu Bachmann, com efeitos retroativos a partir de 13 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK RUDIBERT TANK
Prefeito Municipal Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.092/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.
PORTARIA Nº 6.092/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Angelin Dambrós, para exercer o cargo Comissionado de Assessor de Esportes e Lazer, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 11 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.093/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.
PORTARIA Nº 6.093/2015, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a quebra do contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. João Carlos Nascimento em 01 de junho de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Antonia Maria do Nascimento Silva para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 004/2014/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA CONCORRÊNCIA 02/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2015 - CC Processo Administrativo: Processo de Licitação: 87/2015 Data do Processo: 30/04/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 77/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Projeto Espaço Educativo Urbano 12 salas de aula, sendo área total construída com 3.228,08m² no Município de Schroeder/SC, de acordo com o Termo de Compromisso PAR nº. 31365/2014, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA. - EPP, CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. - EPP, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - EPP, MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. - EPP e CONEMBRA CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial as empresas WDX CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. e W&L ENGENHARIA EIRELI - EPP devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatou-se que os representantes das empresas FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA. - EPP, CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. - EPP, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - EPP, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, e CONEMBRA CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA., está credenciado para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP apresentou Certidão Simplificada sem autenticar, documento exigido no item 5.1.3 o qual deve ser apresentado de acordo com o edital no item 5.1.3.1, sendo assim o representante da empresa MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP não está credenciado pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Constatou-se que a empresa CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. - EPP apresentou Contrato Social com autenticação digital, porém a mesma não está mais válida, conforme verificado no site da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, documento exigido no edital no item 5.1.2 o qual deve ser apresentado de acordo com o edital no item 5.1.3.1, sendo assim o representante da empresa CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. - EPP não está credenciado pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Constatou-se que as empresas WDX CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. e W&L ENGENHARIA EIRELI - EPP não apresentaram documentos para credenciamento. Foram abertos o envelope de habilitação das empresas FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA. - EPP, CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. - EPP, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - EPP, MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. - EPP, CONEMBRA CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA., WDX CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. e W&L ENGENHARIA EIRELI - EPP cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA. - EPP, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - EPP, VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, CONSTRUTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. - EPP, CONEMBRA CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA., WDX CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. e W&L ENGENHARIA EIRELI - EPP apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. A representante da empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP retirou-se da sessão. O representante da empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. retirou-se da sessão. O processo foi paralisado às 11h40min e o mesmo será retomado às 13h30min. Constatou-se que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP apresentou a Proposta dentro do envelope intitulado de Nº. 01 - Habilitação, sendo assim a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP está inabilitada, pois não apresentou a documentação de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP apresentou Certidão Simplificada sem autenticar, documento exigido no item 8.1.12 o qual deve ser apresentado de acordo com o edital no item 8.4, visto também que a empresa não apresentou este documento corretamente no credenciamento, sendo assim a empresa MINAS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP não está habilitada, pois não apresentou a documentação de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. - EPP apresentou Certidão de Registro da empresa vencido em 31/03/2015, documento exigido no edital no item 8.1.15, sendo assim a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. - EPP não está habilitada, pois não apresentou a documentação de acordo com o edital. Constatou-se que a

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2015 - CC Processo Administrativo: Processo de Licitação: 87/2015 Data do Processo: 30/04/2015
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 77/2015 (Sequência: 1)

empresa WDX CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. apresentou CNP de FGTS vencida em 05/03/2014, tratando-se de uma Microempresa e atribuindo-lhe os benefícios da Lei 123/2006, este documento foi consultado na internet e o mesmo encontra-se válido até 09/07/2015, sendo este documento então juntado à documentação da empresa. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 22 de junho de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 23 de junho de 2015, às 09h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 15 de Junho de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ANDERSON LUIZ BUTTURA	- - Representante
DAVID ALENCAR DA SILVA	- - Representante
LUCAS MICHELON	- - Representante
ALEX SANDRO BOLIGON	- - Representante
CRISTINA ISABEL VOLTOLINI VACCHI	- - Representante
LINO ANTONIO DA SILVA NETO	- - Representante
MARCELO RODRIGUES NUNES	- - Representante
EMERSON LUIZ GALVAN	- - Representante
HEBER MACHADO MENEZES	- - Representante
ALESSANDRO TRUPPEL MACHADO	- - Representante
ILMAR JOSÉ PEREIRA BORGES FILHO	- - Setor de Engenharia

DISPENSA Nº 06/2015-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 6/2015 - DL**CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 10/2015
Data: 15/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: WALDENIR HANG
Endereço: MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº 3069, SALA 0
Cidade: Schroeder - SC
CPF: 018.157.059-90**Código:** 13119**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Locação de imóvel em alvenaria com 101,00m² para atender as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	Locação de imóvel em alvenaria com 101,00m², subdivido em 03 salas, 03 banheiros, 01 cozinha, localizado na Rua João Arnoldo Moritz, nº 65, centro, neste Município de Schroeder/SC	UN	1.200,00	14.400,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a solicitação de aditamento do contrato do aluguel aonde se instala o CREAS por 12 meses, a contar do mês de Julho/2015 à Julho/2016. A estrutura física comporta toda a estrutura de equipamentos (eletrônicos, mesas, cadeiras) e recursos humanos dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a estrutura é bem localizada e de fácil acesso ao público. Possui salas amplas e confortáveis para que seja feito um atendimento qualificado ao usuário.

Esta previsto a entrega da sede própria para CREAS Município que foi contemplado com a construção, conforme Resolução nº13, de 27 de março de 2013 da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/SC, mas até o momento não recebemos retorno do Estado de uma previsão formal e precisa de quando será feita esta concessão.

Schroeder, 15 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2015 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Nr.: 10/2015 Data: 15/06/2015
		Folha: 2/2

15/6/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Junho de 2015

Valor da Despesa: 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Siderópolis

PREFEITURA

27 2015 AVISO DE SUSPENSAO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE SUSPENSÃO REFERENTE AO EDITAL FMS Nº 27/2015– PREGÃO PRESENCIAL 03/2015

OBJETO: Aquisição de computadores desktop e notebook para utilização nos consultórios médicos e odontológicos das Unidades Básicas de Saúde em atendimento ao programa e-SUS AB do Ministério da Saúde que visa desenvolver, reestruturar e garantir a integração dos Sistemas de Informação na Atenção Básica.

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica aos interessados no Processo Licitatório Pregão Presencial nº 03/2015, que o mesmo encontra-se SUSPENSO em virtude de adequações no Termo de Referência. Maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3435.3188 - Setor de Licitações com Fabíola C. Comin, ou através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 16 de junho de 2015.

FABIOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 22/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 22/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Msystem Informática Ltda ME

Objeto: aquisição parcelada de material de consumo e peças para computadores e impressoras e prestação de serviços técnicos na área de informática para o Fundo Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul/SC.

Valor: R\$42.188,00 (quarenta e dois mil, cento e oitenta e oito reais) global estimado

Vigência: de 10/06/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 47/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 47/2015

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Ideal Comunicação Visual Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de faixas, adesivos e outros para realização e divulgação das atividades da administração municipal de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 11.950,00 (onze mil novecentos e cinquenta reais) global estimado

Vigência: de 11/06/2015 a 31/12/2015

Timbó

PREFEITURA

ATA DECISÃO HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA N. 09 2015 FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº. 09/2015 - FCT

Às quatorze horas, do décimo quinto dia, do mês de junho de dois mil e quinze (15/06/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luíza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para julgamento da Habilitação da Concorrência nº 09/2015 - FCT, tendo em vista o parecer contábil emitido acerca da documentação de habilitação das empresas MOISES GUILHERME CARESIA ME, TOYS PARK ENTRETENIMENTO LTDA e JOAQUIM SILVERIO DOS REIS JUNIOR ME.

Do parecer contábil emitido pela contadora, Sra. Kathia E. Gumz Howe, sobre o item 6.1.3 (Qualificação Econômico-financeira) do Edital, verificou-se que:

- JOAQUIM SILVERIO DOS REIS JUNIOR ME: atende aos índices estabelecidos no Edital, porém, ressaltou que "a análise foi baseada num balanço constante na documentação da licitação apresentada pela empresa que tem-se a impressão que foi feito fora de um sistema contábil (...)";

- as empresas TOYS PARK ENTRETENIMENTO LTDA e MOISES GUILHERME CARESIA ME atenderam aos índices contábeis estabelecidos no edital.

Da análise dos documentos, conforme consta na ata de abertura dos envelopes de habilitação, em relação aos documentos apresentados pela empresa JOAQUIM SILVERIO DOS REIS JUNIOR ME: a Certidão de regularidade fiscal com o FGTS (item 6.1.2, "a" do Edital) está fora do prazo de validade (27/05/2015); o balanço patrimonial apresentado não está de acordo com as exigências do item 6.1.3, letra "a" do Edital; não foi apresentado o Demonstrativo da Saúde Financeira da empresa, conforme exigência do item 6.1.3, letra "b"; não foi apresentada a Certidão do Poder Judiciário, de acordo com a exigência do item 6.1.3, letra "d" do Edital, não apresentou a declaração exigida no item 6.1.4, letra "c" do Edital; faltou apresentar os documentos de qualificação técnica do item 6.1.5 do Edital.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação das empresas TOYS PARK ENTRETENIMENTO LTDA e MOISES GUILHERME CARESIA ME e inabilitação da empresa JOAQUIM SILVERIO DOS REIS JUNIOR ME.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

PRISCILA MACEDO
Membro

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 47 DE 09 DE JUNHO DE 2015

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 47 DE 09 DE JUNHO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "HAROLD PISKE", situado no lado ímpar da Rua Saudades, esquina formada com o lado par da Rua Quintino Bocaiúva, nesta Cidade, com a área de 4.082,44m² (Quatro mil, oitenta e dois metros e quarenta e quatro décimos quadrados), processo D-012/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente HAROLD PISKE, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 3.735, datado de 05 de junho de 2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 25.178, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.07.058.0300.001, sendo constituído:

De 02 (dois) lotes e mais uma área remanescente, abaixo transcritos:

01 – Lote nº 01 (um) - com área de 483,77m² (Quatrocentos e oitenta e três metros e setenta e sete décimos quadrados), situado no lado par da Rua Quintino Bocaiúva, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 114,81 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Araranguá; estremando na frente em 15,65 metros com o lado par da Rua Quintino Bocaiúva; fundos estrema em 15,00 metros com a Área Remanescente; lado direito estrema em 30,00 metros com terras de Leonir Marta Valler Dalcastagne, matrícula nº 5.580, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 36,52 metros com o Lote nº 02;

02 – Lote nº 02 (dois) - com área de 569,63m² (Quinhentos e sessenta e nove metros e sessenta e três décimos quadrados), situado no lado par da Rua Quintino Bocaiúva, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 99,16 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Araranguá; estremando na frente em 15,65 metros com o lado par da Rua Quintino Bocaiúva; fundos estrema em 14,43 metros com a Área Remanescente; lado direito estrema em 36,52 metros com o Lote nº 01; e, lado esquerdo estrema em

43,05 metros com terras de Benno Conti, matrícula nº 10.850, livro 2;

03 – Área Remanescente - com área de 3.029,04m² (Três mil, vinte e nove metros e quatro decímetros quadrados), situada no lado ímpar da Rua Saudades, esquina formada com o lado par da Rua Quintino Bocaiúva, edificada com uma casa sob nº 1.896; estremando na frente em 40,19 metros com o lado ímpar da Rua Saudades; fundos estrema em 29,43 metros, sendo em 14,43 metros com o Lote 02, e em 15,00 metros com o Lote 01; lado direito

Continuação da Certidão n.º 47/2015, fls. 02

estrema em 74,80 metros, sendo em 30,00 metros com terras de Eliana Maria Moser, matrícula nº 15.388, livro 2, e em 44,80 metros com terras de Benno Conti, matrícula nº 10.850, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 9,34 metros com a curva de transição formada com o lado par da Rua Quintino Bocaiúva, em 44,77 metros com o lado par da Rua Quintino Bocaiúva, em 16,00 metros e em 25,43 metros com terras de Leonir Marta Valler Dalcastagne, matrícula nº 5.580, livro 2.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 09 de junho de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 48 2015 PMT - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CAPS E BOMBEIROS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó
OBJETO: Registro de preço destinado fornecimento de gêneros alimentícios pouco perecíveis e perecíveis para os usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e à corporação de Bombeiros Militar.
EMPRESA FORNECEDORA: JK Comércio de Frutas e Verduras Ltda Epp.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 7117,10
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 14/06/2016

Timbó, 15/06/2015
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

WIEGOLD STARKE
Coordenador da Defesa Civil

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO 2015.77

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/77.

CONTRATANTE: Município de Timbó. CONTRATADA: Engeplan Teraplenagem, Saneamento e Urbanismo Ltda. OBJETO: retificação do valor total do contrato que passa a ser de R\$ 18.895.183,10 (dezoito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos). OBRA: Implantação do Anel Viário - Rua Araponguinhas Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, eixo pavimentação e qualificação de vias urbanas - 2ª etapa (Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte do Ministério das Cidades) - Edital de Concorrência nº 171/2014. Data da assinatura: 11/06/15.

PORTARIA Nº TIMBOPREV-071, DE 03 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-071, DE 03 DE JUNHO DE 2015

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Adelina Valcanaia Florêncio.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal ADELINA VALCANAIA FLORÊNCIO, brasileira, casada, nascida em 07 de dezembro de 1954, portadora do CPF sob nº 293.191.379-00, RG nº 1.634.816-8, residente na rua Paineira nº 328, Bairro Padre Martinho Stein, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-23, matrícula nº 1909.7, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos calculados de forma integral ao seu vencimento, com direito à paridade remuneratória, com base no art.6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, no valor de R\$ 1.384,88 (um mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 027/2015, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 16/2015**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 16/2015 - Dispõe sobre a realização do evento comemorativo ao "Dia do Colono", que integra o Programa de Desenvolvimento Rural.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior

Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre a realização do evento comemorativo do "Dia do Colono". Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 18 de maio corrente e encaminhado a esta Comissão no dia 19 maio pelo Presidente da Mesa Diretora em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 03 de junho a Comissão de Legislação, Justiça e Redação teve como pauta o projeto em sua reunião ordinária, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando os autos, verifica-se que, no que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998, respeitado, portanto, o §5º do art. 101 do Regimento Interno.

É competência da Câmara de Vereadores a autorização para concessão de auxílios e subvenções (art. 15, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal).

A Câmara Municipal deve fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo em geral, incluindo os da administração indireta e fundacional, sob os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Por ser uma Casa de representação popular, tem sem dúvida uma natureza com forte prevalência política. Porém, pelo seu ofício constitucional, é dotada de responsabilidade, no âmbito legal, uma vez que é também a Casa das Leis.

Dentre as festas que podem ser realizadas sob as expensas do erário, aquelas de natureza histórico-cultural-municipais teriam, no nosso entendimento, a tolerância legal.

Como poder do estado, o poder discricionário está presente na Administração Pública, como o que é concedido à Administração de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo, cabendo às comissões de mérito esta análise no caso em tela.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta de forma favorável neste Parecer para que o Projeto de Lei nº 16/2015 siga a tramitação regimental.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 03 de Junho de 2015.

Rubens Borchardt	
Presidente	
Douglas Emanuel Marchetti	Reimar Raddatz
Relator	Membro

Três Barras

PREFEITURA

CONTRATO Nº 029/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2015

Vigência: 10/06/2015 até 10/10/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Greyce Gisleine Cornelsen .

CPF nº. 051.210.959-10.

Objeto: Contratação de serviços técnicos de Paisagismo e Jardinagem para elaboração do projeto de revitalização e readequação paisagística nos principais pontos de acesso do Município de Três Barras – SC.

Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 16 junho de 2015.

CONTRATO Nº 030/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2015

Vigência: 10/06/2015 até 31/12/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Edinei José Wassoaski - MEI.

CNPJ nº. 17.223.878/0001-99.

Objeto: Prestação de Serviços através de veículos de Comunicação Online (Portal Ou Site) Para Divulgação de Atos Oficiais e Institucionais da Administração Pública do Município De Três Barras – SC, a saber: programas e campanhas educativas sobre as atividades do Órgão Contratante, Leis, Convênios, Atos Oficiais e Institucionais Administrativos, com a finalidade de dar cumprimento ao princípio constitucional da publicidade e as disposições contidas no § 1º, do art. 37, da Constituição Federal, bem como Lei 12.527/2011, fornecidas pela Assessoria de Imprensa.

Valor: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 16 junho de 2015.

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO PP 45-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 45/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Treze Tílias comunica aos interessados a prorrogação da data de abertura dos envelopes contendo “a proposta” e documentação para as 09h00min do dia 29/06/2015. Sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de madeiras para manutenção de pontes do interior do município, recuperação de pontos de ônibus e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria de Transportes e Obras do Município de Treze Tílias em conformidade com as especificações do Anexo I do edital..

MAURO DRESCH

Prefeito

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 39/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. N.º.: 39/2015

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º.: 39/2015

Tipo : Menor Preço/ Por Item

Objeto: Registro de Preços para aquisição de serviços mecânicos – “Homem Hora”, para manutenção corretiva na parte elétrica dos veículos, caminhões, ônibus e máquinas e equipamentos do Município de União do Oeste, Fundo Municipal de Saúde, conveniados e ou cedidos legalmente, incluindo-se todos os serviços necessários, pela relação de preço homem/hora, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação da Administração Municipal de União do Oeste do orçamento das peças a serem substituídas.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 26 de Junho de 2015.

Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 26 de Junho de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (049) 3348 1202, ou através do e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br

União do Oeste - SC, 15 de Junho de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 29/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 29/2015/PMU

Objeto: aquisição de peças e serviços para manutenção de veículos rodoviários. Recebimento dos envelopes: até as 14h do dia 29/06/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 14h do dia 29/06/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

Vargem Bonita

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

“Estabelece normas para a contratação temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Saúde do Município de Vargem Bonita e dá outras providências”.

CONSIDERANDO que as atividades da Secretaria de Saúde, no que tange ao atendimento médico, deve ser contemporâneo a demanda, devendo, portanto ocorrer disponibilidade imediata de médico na Unidade de Saúde;

CONSIDERANDO que o atual profissional médico ginecologista anunciou formalmente seu desligamento do serviço público municipal e não há tempo hábil para concursar outro profissional sem a interrupção do serviço;

CONSIDERANDO também que existe permanentemente um grupo de gestantes a serem acompanhadas e atendidas. Tendo em vista que a falta de profissional prejudica a pontualidade nos serviços e compromete a sua finalidade;

CONSIDERANDO que não existem profissionais concursados, nem mesmo em cadastro de reserva para preenchimento desta vaga;

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, em caráter emergencial por se tratar de atendimento na área de saúde.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no diário oficial do Município - DOM e no Mural Público e, consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissional para contratação em caráter de emergência em contrato temporário pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público ou seleção em concurso para provimento efetivo.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito.

1.9. O prazo para chamamento deste seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 16 de junho de 2015 até 26 de junho de 2015, das 13:30hs às 17:30hs, no setor de Tributos Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, na Rua Coronel Vitória, 966 devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação ou através do e-mail: tributos@vargembonita.sc.gov.br devendo o candidato enviar obrigatoriamente por SEDEX, no endereço Prefeitura de Vargem Bonita, Rua Coronel Vitória, 966, Centro, Vargem Bonita, CEP: 89.675-000, cópia de todos os documentos solicitados, devidamente rubricadas.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- Habilitação do Conselho Regional de Medicina;
- CPF;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- CURRÍCULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas;
- Cópia autenticada dos certificados dos cursos específicos para o cargo de interesse;

- Comprovante de endereço/telefone para contato.

2.3. **ATENÇÃO:** O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Teste Seletivo Simplificado de Títulos para:

Cargo	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Médico Ginecologista	01	10 h	R\$ 5.663,78

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do CURRÍCULUM VITAE de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento, anexando ao currículo cópia do certificado de conclusão dos respectivos títulos.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 05 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, devendo ser expedidos pela Instituição de Ensino.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e ou declaração da instituição/ou empresa em que atuou.

4.5 Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

4.6 O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 30 de junho de 2015 no site da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita e no mural público.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do teste seletivo simplificado, será considerada a publicação da homologação do resultado final.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior idade;
- maior tempo de serviço na área de atuação do cargo a ser ocupado;

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação da documentação exigida pelo Departamento Pessoal no ato de sua contratação.

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM – Diário Oficial do Município.

8.3. Os candidatos serão contratados em Regime Estatutário no que couber, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita(SC), 16 de junho de 2015.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

ANEXO I

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Médico Ginecologista

GRUPO OCUPACIONAL: Grupo VI - Ocupação Nível Superior

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

1. Realizar atendimento na área de ginecologia;
2. Desempenhar funções da Medicina preventiva e curativa;
3. Realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade, no âmbito domiciliar, ambulatorial e hospitalar;
4. encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contrareferência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Teste Seletivo de Títulos

ESCOLARIDADE: 3º grau com especialização na área

REMUNERAÇÃO: R\$ 5.663,78

CARGA HORÁRIA: 10 horas

ANEXO II

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Cursos, seminários, simpósios, congressos relacionados à área de atuação do cargo (últimos 05 anos)	1,0 (cada 40 horas)
Tempo de serviço na atividade	1,0 (cada ano – sem fração)

OBS 01: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com o cargo pretendido e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE VARGEM BONITA TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDITAL 001/2015

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição:

() Carteira de Identidade;

() Cadastro de Pessoa Física – CPF;

() Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral;

() Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.086/15

DECRETO Nº 12.086/15, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.927/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 9820/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.927/15, que nomeou CRYSTIAN CORREIA DA SILVA, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.087/15

DECRETO Nº 12.087/15, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.839/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 9821/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.839/15, que nomeou MARISA SABRINA RUTZ CARELLE, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.088/15

DECRETO Nº 12.088/15, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LAIS DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.089/15

DECRETO Nº 12.089/15, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, TIAGO LUDWIG, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.090/15

DECRETO Nº 12.090/15, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MAIARA DREHER SCORTEGAGNA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.092/15

DECRETO Nº 12.092/15, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VINICIUS ANDRE CORREA DE SIQUEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.093/15

DECRETO Nº 12.093/15, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.622/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 9856/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.622/15, que nomeou VILMAR ANTONIO DA SILVA, para exercer o cargo de Auxiliar Operacional, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.094/15

DECRETO Nº 12.094/15, DE 12 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14 de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 338.600,00 (Trezentos e trinta e oito mil e seiscentos reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
1.022 – Construção/Ampliação/Reforma de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	8.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0068.0 – Aplicações Diretas	4.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	85.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0049.0 – Aplicações Diretas	40.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Ações de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	338.600,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014 e excesso de arrecadação de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.095/15

DECRETO Nº 12.095/15 DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14 de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 5.590,55 (cinco mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0510 – Aplicações Diretas	R\$ 5.590,55
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 5.590,55

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0500 – Aplicações Diretas	R\$ 5.590,55

TOTAL DA ANULAÇÃO	R\$ 5.590,55
-------------------	--------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2015

Ata de Registro de Preços nº: 87/2015

Data de Assinatura: 01.06.2015

Fornecedor....: Britagem Vanz Ltda

Valor : R\$ 106.500,00

Licitação : Pregão Presencial nº 66/2015-PMV

Vigência : Início: 01.06.2015 Término: 01.06.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEDRAS PARA SEREM UTILIZADAS NO CONSERTO DE CALÇAMENTOS, REPAROS DE PASSEIOS E DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2015

Ata de Registro de Preços nº: 88/2015

Data de Assinatura: 01.06.2015

Fornecedor....: Britagem Gaspar Ltda- Filial 02

Valor : R\$ 87.250,00

Licitação : Pregão Presencial nº 66/2015-PMV

Vigência : Início: 01.06.2015 Término: 01.06.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEDRAS PARA SEREM UTILIZADAS NO CONSERTO DE CALÇAMENTOS, REPAROS DE PASSEIOS E DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2015

Ata de Registro de Preços nº: 89/2015

Data de Assinatura: 01.06.2015

Fornecedor....: WLPN Transportes de Resíduos Ltda ME

Valor : R\$ 136.123,00

Licitação : Pregão Presencial nº 62/2015-PMV

Vigência : Início: 01.06.2015 Término: 01.06.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURA E DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR DO MUNICÍPIO (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2015

Ata de Registro de Preços nº: 90/2015
Data de Assinatura: 03.06.2015
Fornecedor....: AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda
Valor : R\$ 149.920,81
Licitação : Pregão Presencial nº 05/2015-FMAS
Vigência : Início: 03.06.2015 Término: 03.06.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE CESTAS BÁSICAS PARA SUBSISTÊNCIA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA AOS IDOSOS QUE RESIDEM NO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2015

Ata de Registro de Preços nº: 91/2015
Data de Assinatura: 11.06.2015
Fornecedor....: SLS Comércio de Equipamentos de Informática Ltda
Valor : R\$ 10.278,00
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2015-PMV
Vigência : Início: 11.06.2015 Término: 11.06.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MÓVEIS, DE FORMA PARCELADA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR- MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2015

Ata de Registro de Preços nº: 92/2015
Data de Assinatura: 11.06.2015
Fornecedor....: Famovesc Indústria e Comércio de Móveis Ltda.
Valor : R\$ 1.040,00
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2015-PMV
Vigência : Início: 11.06.2015 Término: 11.06.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MÓVEIS, DE FORMA PARCELADA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR- MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2015

Ata de Registro de Preços nº: 93/2015
Data de Assinatura: 11.06.2015
Fornecedor....: Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Ltda
Valor : R\$ 99.560,00
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2015-PMV
Vigência : Início: 11.06.2015 Término: 11.06.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MÓVEIS, DE FORMA PARCELADA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR- MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2015

Ata de Registro de Preços nº: 94/2015
Data de Assinatura: 11.06.2015
Fornecedor....: VW Comércio Atacadista Ltda ME
Valor : R\$ 27.896,00
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2015-PMV
Vigência : Início: 11.06.2015 Término: 11.06.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MÓVEIS, DE FORMA PARCELADA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR- MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2015

Ata de Registro de Preços nº: 95/2015
Data de Assinatura: 11.06.2015
Fornecedor....: L.A CN Informática Ltda ME
Valor : R\$ 3.290,00
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2015-PMV
Vigência : Início: 11.06.2015 Término: 11.06.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MÓVEIS, DE FORMA PARCELADA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR- MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2015

Ata de Registro de Preços nº: 96/2015
Data de Assinatura: 11.06.2015
Fornecedor....: Ala Comércio Ltda - EPP
Valor : R\$ 1.096,00
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2015-PMV
Vigência : Início: 11.06.2015 Término: 11.06.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MÓVEIS, DE FORMA PARCELADA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR- MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2015

Ata de Registro de Preços nº: 97/2015
Data de Assinatura: 11.06.2015
Fornecedor....: Luis Cesar Reis EPP
Valor : R\$ 9.900,00
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2015-PMV
Vigência : Início: 11.06.2015 Término: 11.06.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MÓVEIS, DE FORMA PARCELADA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR- MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, ASSESSORIA JURÍDICA, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2015

Ata de Registro de Preços nº: 98/2015

Data de Assinatura: 12.06.2015

Fornecedor....: Valesan Materiais para Construção Ltda

Valor : R\$ 30.562,50

Licitação : Pregão Presencial nº 74/2015-PMV

Vigência : Início: 12.06.2015 Término: 12.12.2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DE FORMA PARCELADA, PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE INFRAESTRUTURA E PARA A POLÍCIA MILITAR.

EXTRATO CONTRATO Nº 111/2015

Contrato nº: 111/2015

Data de Assinatura: 03.06.2015

Fornecedor....: Locomaq Comércio e Locação de máquinas e Equipamentos Ltda

Valor : R\$ 61.702,94

Licitação : Pregão Presencial nº 70/2015-PMV

Vigência : Início: 03.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO TRATOR DE ESTEIRA FD-9, ANO 2002, FROTA 106, DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO CONTRATO Nº 108/2015

Contrato nº: 108/2015

Data de Assinatura: 01.06.2015

Fornecedor....: Ecoban Banheiros Químicos Ltda ME

Valor : R\$ 800,00

Licitação : Pregão Presencial nº 64/2015-PMV

Vigência : Início: 01.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO 4º ENCONTRO DE CARROS ANTIGOS E CLÁSSICOS DE VIDEIRA, NO DIA 14 DE JUNHO DE 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 112/2015

Contrato nº: 112/2015

Data de Assinatura: 10.06.2015

Fornecedor....: Sociedade Esportiva e Recreativa Perdigão- SERP

Valor : R\$ 110.000,00

Licitação : Inexigibilidade nº 10/2015-PMV

Vigência : Início: 10.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : LOCAÇÃO DA SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA PERDIGÃO - SERP PARA REALIZAÇÃO DA EXPOVIDEIRA/2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 109/2015

Contrato nº: 109/2015

Data de Assinatura: 01.06.2015

Fornecedor....: Zilio Eventos ME

Valor : R\$ 3.325,00

Licitação : Pregão Presencial nº 64/2015-PMV

Vigência : Início: 01.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO 4º ENCONTRO DE CARROS ANTIGOS E CLÁSSICOS DE VIDEIRA, NO DIA 14 DE JUNHO DE 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 113/2015

Contrato nº: 113/2015

Data de Assinatura: 10.06.2015

Fornecedor....: Programa Nacional de Controle de Qualidade

Valor : R\$ 3.801,36

Licitação : Dispensa nº 04/2015-FMS

Vigência : Início: 06.07.2015 Término: 06.07.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSCRIÇÃO EM PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE DE EXAMES LABORATORIAIS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 110/2015

Contrato nº: 110/2015

Data de Assinatura: 03.06.2015

Fornecedor....: Chapemáquinas Comércio e Serviços Ltda ME

Valor : R\$ 21.536,00

Licitação : Pregão Presencial nº 69/2015-PMV

Vigência : Início: 03.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO TRATOR ESTEIRAFD-9, ANO 1997, FROTA 94 DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO CONTRATO Nº 114/2015

Contrato nº: 114/2015

Data de Assinatura: 11.06.2015

Fornecedor....: Fazan e Cia Ltda EPP

Valor : R\$ 3.750,00

Licitação : Pregão nº 73/2015-PMV

Vigência : Início: 11.06.2015 Término: 31.12.2015

Objeto : AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS EM POLIESTER PARA SEREM UTILIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

LEI COMPLEMENTAR Nº 160/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 160/15, DE 10 DE JUNHO DE 2015

Altera disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 052/2007, que Estabelece o Plano de Carreira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID, Reestrutura seu Quadro de Pessoal, revoga disposições das Leis Complementares nº 023/2002, 041/2006 e 046/2007 e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 052/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Fica reestruturado nos termos desta Lei o Quadro de Pessoal do INPREVID e instaurado e aprovado o Plano de Carreira dos Servidores da autarquia previdenciária municipal.

§ 1º O Quadro de Pessoal do INPREVID será composto da seguinte forma:

I - Cargos de Provimento Efetivo:

- a) 01 (um) Analista Previdenciário;
- b) 01 (um) Agente de Serviços Gerais;
- c) 01 (um) Contador.
- d) 01 (um) Advogado.

II - Funções Gratificadas:

- a) 01 (um) Presidente, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, após a realização do processo eleitoral definido no art. 74 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002;
- b) 01 (um) Tesoureiro, indicado pelos membros do Conselho Administrativo do INPREVID e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O ocupante da função gratificada de Tesoureiro deverá apresentar até 05 (cinco) dias antes de sua nomeação os seguintes documentos, sob pena de inviabilizá-la:

I - diploma de graduação, em qualquer área, expedido por entidade de ensino reconhecida pelo MEC;

II - Certidão Negativa de Execuções Fiscais e Certidão Negativa Criminal expedida pelo juízo da Comarca de Videira;

III - Certidão Negativa de Débitos, expedida pelo Sistema de Proteção ao Crédito - SPC/CDL;

IV - declaração de entidade bancária a que esteja vinculado de forma habitual, que indique a inexistência de restrições no sistema bancário.

§ 3º As Certidões indicadas nos incisos II e III do § 2º devem ser renovadas e apresentadas até 31 de janeiro de cada ano.” (NR)

Art. 2º O cargo de Agente Técnico Administrativo-Previdenciário - código: ANI-II, fica extinto a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 3º O art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 052/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 A Tabela de Vencimento dos cargos de provimento efetivo é constituída de 2 (dois) Níveis, conforme Anexo III, dispostos da seguintes forma:

I - Nível I: corresponde a Categoria Funcional ANS - Atividades de Nível Superior;

II - Nível II: corresponde a Categoria Funcional ANB - Atividades de Nível Básico.

§ 1º Cada Nível é composto de 15 (quinze) Referências, onde se realizará a progressão horizontal decorrente da avaliação de desempenho do servidor.

§ 2º O ingresso nos cargos far-se-á na Referência inicial do respectivo Nível do cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se a escolaridade e habilitações definidas nesta Lei.

§ 3º O tempo de serviço funcional anteriormente desenvolvido no Município de Videira, não será utilizado para efeitos de posicionamento em Referência distinta da inicial, quando da nomeação para provimento de cargo efetivo no INPREVID.” (NR)

Art. 4º Fica autorizada, em caráter definitivo, a ampliação da carga horária fixada para o cargo de provimento efetivo de Advogado do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 5º O valor do vencimento inicial do cargo de provimento efetivo de Advogado do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira – INPREVID, com carga horária de 40 (quarenta) horas, fica fixado em R\$ 5.162,31 (Cinco mil e cento e sessenta e dois reais e trinta e um centavos).

Art. 6º O Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 052/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“

ANEXO I

DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO INPREVID

CARGO:ANALISTA PREVIDENCIÁRIO CÓDIGO: ANS-I-AP
NÍVEL: I
REFERÊNCIA DE INGRESSO INICIAL NA CARREIRA: A
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA: GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS OU DIREITO.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES DO CARGO

1. Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet;
2. Operar máquina fotocopadora, extraindo cópias conforme requisição dos órgãos interessados;
3. Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo;
4. Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos;
5. Preencher formulários, fichas, mapas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações, pré-determinadas;
6. Expedir, receber papéis, documentos, processos e materiais providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento;
7. Executar serviços de datilografia e digitação em geral, copiando textos, tabelas, quadros demonstrativos, bem como emitindo formulários, certidões, relatórios, alimentar banco de dados, entre outros;
8. Efetuar levantamento e prestar auxílio em pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior;
9. Executar atividades de cadastramento e censo, mediante levantamentos originais ou de atualização, conforme determinação de chefia;
10. Auxiliar e/ou efetuar cálculos e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia;
11. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo;
12. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços do INPREVID;
13. Realizar o controle de empréstimos consignados, lançamentos relacionados ao desconto de Imposto de Renda e de qualquer outro lançamento obrigatório ou facultativo relacionado à folha de pagamento dos servidores ativos da Autarquia, e ao pagamento de proventos dos inativos e pensionistas;
14. Registrar e controlar, dentro outros, empréstimos de livros, revistas, periódicos, documentos, projetos e publicações em geral;
15. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço;
16. Informar processos administrativos, relacionados a qualquer unidade administrativa interna da autarquia ou externa da Administração Pública;
17. Executar atividades de recepção, atendendo servidores de outras unidades administrativas, beneficiários do INPREVID e visitantes, identificando-os e indagando suas pretensões para informá-los ou encaminhá-los às pessoas ou órgãos desejados;
18. Realizar o atendimento dos beneficiários do INPREVID, prestando informações acerca da concessão de benefícios, sistema de contribuições dentre outras matérias atinentes aos serviços prestados na autarquia;
19. Analisar documentos funcionais e pessoais dos beneficiários do INPREVID para efeito de concessão de aposentadorias e pensões;
20. Instruir e montar processos de concessão, manutenção e revisão de aposentadorias e pensões de acordo com os padrões estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Ministério da Previdência Social;
21. Responder as diligências e processos instaurados pelo Tribunal de Contas do Estado;
22. Realizar estudos técnicos e estatísticos;
23. Realizar o censo cadastral dos beneficiários do INPREVID, promovendo sua constante atualização;
24. Realizar levantamento de dados para a realização do cálculo atuarial;
25. Realizar a confecção de ofícios, portarias e outros expedientes sempre que solicitado;
26. Elaborar a folha de pagamento dos beneficiários e servidores da autarquia, operacionalizando sistemas e controlando seus gastos;
27. Atender aos procedimentos de controle de processos administrativos e judiciais determinados pela Presidência e pela unidade jurídica do INPREVID;
28. Operar e realizar o gerenciamento do sistema COMPREV ou qualquer outro que venha substituí-lo, que visa a realização dos procedimentos de compensação previdenciária entre os diversos sistemas de previdência;
29. Operar e realizar o gerenciamento do sistema SIPREV ou qualquer outro que venha substituí-lo disponibilizado ou não pelo Ministério da Previdência Social, que visa a realização da coleta de dados previdenciários dos servidores ativos, inativos e pensionistas do INPREVID;
30. Realizar a gestão e operacionalização dos dados fornecidos para a realização do calculo atuarial do RPPS administrado pelo INPREVID;
31. Realizar a gestão da folha de pagamento dos beneficiários do INPREVID;
32. Efetuar registros contábeis de pequena complexidade;
33. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
34. Executar tarefas correlatas;
35. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS CÓDIGO: ANB-II-ASG
NÍVEL: II
REFERÊNCIA DE INGRESSO INICIAL NA CARREIRA: A

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA: ENSINO FUNDAMENTAL

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES DO CARGO

1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com produtos/materiais adequados;
2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, ou limpando-os com produtos/materiais adequados;
3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
5. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
6. Preparar e servir chá, café ou água, bem como outras substâncias desde que não alcoólicas ou tóxicas;
7. Executar serviços de limpeza da área externa da sede do INPREVID, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas;
8. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
9. Regar e cuidar das flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa da sede do INPREVID;
10. Transportar, carregar e descarregar materiais de viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
11. Executar serviços de coleta e entrega de documentos. Processo, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas do INPREVID;
12. Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone e fax;
13. Executar atividades de recepção, atendendo servidores de outras unidades administrativas, beneficiários do INPREVID e visitantes, identificando-os e indagando suas pretensões para informá-los ou encaminhá-los às pessoas ou órgãos desejados;
14. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: CONTADOR CÓDIGO: ANS-I-CON

NÍVEL: I

REFERÊNCIA DE INGRESSO INICIAL NA CARREIRA: A

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA: GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

HABILITAÇÃO OBRIGATÓRIA: INSCRIÇÃO VÁLIDA E MANTIDA NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRC

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES DO CARGO

1. Supervisionar técnica e administrativamente a contabilidade da autarquia municipal, observando com rigor as determinações da Lei Federal nº 4.320/64 e suas posteriores alterações e, a Portaria do Ministério da Previdência Social nº 916/2003 e suas posteriores alterações, bem como todas as demais normas expedidas por órgãos de controle interno e externo;
2. Controlar as transações financeiras, observando com precisão as determinações do Ministério da Previdência Social e do Conselho Monetário Nacional, ou outros que venham expedir normas acerca desta matéria para aplicação na autarquia municipal;
3. Orientar subordinados sobre normas ou modificações da prática contábil;
4. Fiscalizar e orientar a perfeita contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do INPREVID;
5. Fiscalizar o empenho de recursos que passam pelos cofres da autarquia, através de balanços anuais, balancetes mensais e de prestações de contas à Administração Direta e ao Poder Legislativo, quando couber;
6. Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária da autarquia (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual);
7. Efetuar auditorias e perícias contábeis, informar processos, efetuar cálculos e suas memórias;
8. Efetuar as prestações de contas;
9. Controlar/avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária da autarquia;
10. Levantar balanços e balancetes exigidos pelas normas de direito financeiro;
11. Apurar e quantificar haveres e avaliação de direitos e obrigações;
12. Reavaliar bens e direitos patrimoniais;
13. Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico-Profissional;
14. Contribuir para o equilíbrio das contas públicas através do planejamento e elaboração dos programas financeiros e orçamentários, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado;
15. Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da Prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária;
16. Realizar atividades de programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente;
17. Analisar o custo do serviço público e propor medidas para sua racionalização;
18. Avaliar o desempenho da autarquia, elaborando relatórios e sugestões visando o seu aperfeiçoamento;
19. Contabilizar as operações que traduzem a situação orçamentária, financeira e patrimonial da autarquia;
20. Elaborar a folha de pagamento dos servidores da autarquia, operacionalizando sistemas e controlando seus gastos;
21. Elaborar demonstrativos e relatórios solicitados pelo Ministério da Previdência Social;
22. Realizar auditorias com a finalidade de examinar:
 - a) a regularidade da arrecadação e recolhimento da receita, bem como da realização da despesa;
 - b) a compatibilidade entre a execução de programas de trabalho e do orçamento, com a finalidade de possibilitar a avaliação, por autoridade competente, dos resultados alcançados pelos administradores;
 - c) o cumprimento de contratos, convênios, acordos e ajustes de natureza financeira;
 - d) a probidade dos responsáveis pela guarda e aplicação de dinheiros, valores e outros bens do INPREVID;
 - e) a eficiência e o grau de qualidade dos controles financeiros, orçamentários e patrimoniais;

- f) o registro da execução dos programas quanto à obediência das disposições legais e normas estabelecidas para o Serviço Público;
23. Realizar relatórios e pareceres acerca da Taxa de Administração utilizada pela autarquia e efetivar o seu controle;
24. Realizar tarefas ligadas à Contabilidade Pública Geral;
25. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
26. Executar tarefas correlatas;
27. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho.

CARGO:ADVOGADO CÓDIGO: ANS-I-ADV
NÍVEL: I
REFERÊNCIA DE INGRESSO INICIAL NA CARREIRA: A
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA: GRADUAÇÃO EM DIREITO.
HABILITAÇÃO OBRIGATÓRIA: INSCRIÇÃO VÁLIDA E MANTIDA NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB/SC; COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA POR PELO MENOS DOIS ANOS ATRAVÉS DE CERTIDÃO(ÕES) FORNECIDA(S) PELO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL OU FEDERAL.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES DO CARGO

1. Representar o INPREVID, em juízo ou administrativamente, em qualquer esfera ou órgão, inclusive perante os Tribunais Superiores, quando assim lhe for outorgado mandato, em processos em que o mesmo seja parte, autor, réu ou litisconsorte, devendo comparecer às audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável, bem como realizar o acompanhamento processual contínuo;
2. Redigir ou elaborar documentos jurídicos, análises, interpretações, pronunciamentos, pareceres, editais, contratos, termos de compromissos e outras informações de natureza previdenciária, administrativa, tributária, trabalhista ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada;
3. Atender e prestar assessoramento jurídico ao Presidente do INPREVID e aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da autarquia municipal;
4. Emitir pareceres e interpretações legais aos Projetos de Lei e Resoluções oriundos dos Poderes Executivo e Legislativo;
5. Acompanhar alterações, revisões e atualizações da legislação federal, estadual e municipal relacionadas ao Regime Próprio de Previdência Social, e especialmente as relacionadas ao Direito Constitucional, Previdenciário, Administrativo, Tributário e Processual;
6. Confeccionar minutas de projetos de lei, minutas de resoluções e portarias que envolvam matérias de interesse do INPREVID, no âmbito de suas competências legais;
7. Emitir pareceres para a concessão de benefícios previdenciários;
8. Emitir pareceres para qualquer matéria que envolva os interesses do INPREVID;
9. Participar de sindicâncias de processos administrativos instaurados no âmbito da autarquia municipal;
10. Representar o INPREVID quando designado, em comissões e conselhos de que o mesmo faça parte;
11. Confeccionar Informações para Mandados de Segurança impetrados contra o Presidente do INPREVID;
12. Realizar o acompanhamento de todos os processos judiciais e administrativos em que o Presidente do INPREVID for autor, réu ou litisconsorte, em face ao exercício de suas atribuições perante a autarquia municipal e durante o mandato;
13. Acompanhar o registro e homologação dos processos do INPREVID perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, prestando informações, apresentando recursos e formulando sustentação oral quando necessário;
14. Acompanhar os processos administrativos internos referentes a licitações, na aposição de visto em geral, em especial referentes a contratações diretas, dispensa e inexigibilidade de licitação, contratos administrativos e convênios a serem firmados pelo INPREVID, dirimindo dúvidas suscitadas quanto ao aspecto jurídico das questões a estes atinentes;
15. Acompanhar os processos administrativos internos referentes aos assentamentos funcionais e outros assuntos de interesse da autarquia municipal;
16. Realizar o atendimento dos beneficiários do INPREVID, prestando informações jurídicas acerca da concessão de benefícios, sistema de contribuições dentre outras matérias atinentes aos serviços prestados na autarquia;
17. Analisar documentos funcionais e pessoais dos beneficiários do INPREVID para efeito de concessão de aposentadorias e pensões;
18. Acompanhar a instrução e montagem dos processos de concessão, manutenção e revisão de aposentadorias e pensões de acordo com os padrões estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Ministério da Previdência Social;
19. Responder as diligências e processos instaurados pelo Tribunal de Contas do Estado;
20. Realizar a confecção de ofícios, portarias e outros expedientes sempre que solicitado;
21. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;
22. Executar tarefas correlatas;
23. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho.” (NR)

Art. 7º O Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 052/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III - DA TABELA DE VENCIMENTO E PROGRESSÃO HORIZONTAL																	
NÍVEL	SUB NÍVEL	REFE- RÊNCIAS															
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	
I	ANS-I- CO 40H	3.514,66	3.620,10	3.725,54	3.830,98	3.921,42	4.041,86	4.147,30	4.252,74	4.358,18	4.463,62	4.569,06	4.674,50	4.779,94	4.885,38	4.990,82	5.096,26

	ANS-I-AP 40H	3.514,66	3.620,10	3.725,54	3.830,98	3.921,42	4.041,86	4.147,30	4.252,74	4.358,18	4.463,62	4.569,06	4.674,50	4.779,94	4.885,38	4.990,82	5.096,26
	ANS-I- ADV 40H	5.162,31	5.317,18	5.472,05	5.626,92	5.781,79	5.936,66	6.091,53	6.246,40	6.401,26	6.556,13	6.711,00	6.865,87	7.020,74	7.175,61	7.330,48	7.485,35
II	ANB-II- ASG 40H	788,00	811,64	835,28	858,92	882,56	906,20	929,84	953,48	977,12	1.000,76	1.024,40	1.048,04	1.071,68	1.095,32	1.118,96	1.142,60

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

LEI Nº 3.252/15

LEI Nº 3.252/15, DE 10 DE JUNHO DE 2015

Dá Denominação de CONTORNO SUL LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica denominado "CONTORNO SUL LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA", correspondente a área que inicia no entroncamento da Avenida Marginal Sul, Bairro Panazzolo, passando pelo Rio do Peixe, seguindo no sentido Sul numa extensão de 5,50 Km e termina no entroncamento com a Rodovia SC 135, Bairro Campo Experimental, conforme mapa e memorial descritivo anexo.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0434/15

PORTARIA nº 0438/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9844/15,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015, o gozo de férias da servidora SONIA RITA GHELLER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 05 de junho de 2013 até 04 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Videira, 11 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0438/15

PORTARIA nº 0438/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9844/15,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015, o gozo de férias da servidora SONIA RITA GHELLER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 05 de junho de 2013 até 04 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Videira, 11 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 85/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE CONCRETO USINADO, DE FORMA PARCELADA, PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 30/06/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 15 de Junho 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 86/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA MOTONIVELADORA HWB DRESSER, FROTA 170, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 26/06/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 15 de Junho 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 017/15

PORTARIA Nº 017/2015

Concede Adicional de Titulação a Servidora ROSEMIR TEREZINHA RALDI PERUCHIN.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Conceder adicional de titulação a servidora ROSEMIR TEREZINHA RALDI PERUCHIN, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Zeladora, Nível I, nos termos do Processo Administrativo nº 001/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08, produzindo seus efeitos a partir do mês de junho de 2015.

Videira (SC), 17 de junho de 2015.
CHRISTIANE ZIMMER JACSON DARCI LOCATELLI
Presidente Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
1º Secretário

PORTARIA Nº 018/2015 - CMV
PORTARIA Nº 018/2015

Designa Pregoeira e Componentes da Equipe de Apoio.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, CHRISTIANE ZIMMER, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Designar a servidora LUCELIA FEDRIGO, nos termos da Resolução Legislativa nº 001/2015 e da Lei Federal nº. 10.520/2002, como Pregoeira e, como integrantes da Equipe de Apoio, as servidoras KALYNE DANIELEWICZ TAIETTI e BRUNA WERLE DE OLIVEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 15 de Junho de 2015.
CHRISTIANE ZIMMER
Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
1ª Secretário

PORTARIA Nº 019/2015 - CMV
PORTARIA Nº 019/2015

Nomeia Comissão Especial de Licitações.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, CHRISTIANE ZIMMER, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Designar o servidor EZEQUIEL CARLOS DE OLIVEIRA, BRUNA WERLE DE OLIVEIRA e LUCELIA FEDRIGO, para em conjunto, constituírem a Comissão Especial de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores, para julgamento de processos licitatórios, sob a presidência do primeiro citado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 15 de Junho de 2015.
CHRISTIANE ZIMMER
Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
1ª Secretário

Vitor Meireles

PREFEITURA

EDITAL N. 006/2015 - CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	---------------------

EDITAL N. 006/2015 – RETIFICA O EDITAL Nº 005/2015 QUE DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, na Assembleia 023/2015 realizada no dia 10 de junho de 2015, em sua sede localizada na Casa da Cidadania, e considerando o disposto nos artigos 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e a Lei Municipal 0880 de 05 de maio de 2014, prorroga o prazo para as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Vitor Meireles e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função, é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 0880/2014, é assegurado o direito a:

I – Vencimento de R\$ 829,87 (oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), para uma jornada de 20 (vinte) horas semanais, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	---------------------

II – Cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – Licença-maternidade;

V – licença-Paternidade;

VI – Gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, passarão a receber a remuneração estabelecida para o conselheiro tutelar, conforme legislação vigente à época da posse.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno será das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	---------------------

2.5.3. Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 15/06/2015 a 30/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00 na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto a Casa Da Cidadania, localizada na Rua Santa Catarina, Nº 2800.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	---------------------

3.1.2. Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencham os seguintes

requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I – Reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II – Idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III – Residir no município há pelo menos dois anos, demonstrada por comprovante de residência, à publicação deste Edital;

IV – Conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio.

Parágrafo Único: Exclusivamente para compor o critério de desempate na votação, os candidatos que possuírem experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, protocolarão no ato da inscrição documentação que comprove a atividade mediante apresentação de:

a) declaração timbrada e assinada fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração timbrada e assinada emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	---------------------

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	---------------------

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 11/07/2015, no Mural do Átrio e no site da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 15/07/2015 a 20/07/2015, no horário de atendimento ao público, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto a Casa Da Cidadania, localizada na Rua Santa Catarina, Nº 2800.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 21/07/2015 a 24/07/2015, no horário de atendimento das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto a Casa Da Cidadania, localizada na Rua Santa Catarina, Nº 2800.

3.2.2.2 A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 26/07/2015.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 26/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive,

determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no horário de 8:h às 17:hs, nos seguintes locais:

- Escola de Educação Básica Victor Meireles – Rua Leopoldo Krambeck, 003
- Escola de Educação Básica Dom Pedro I – Estrada Geral Barra da Prata
- Escola Municipal Salto Dollmann – Estrada Geral Salto Dollmann
- Escola Municipal Serra da Abelha – Estrada Geral Serra da Abelha I
- Posto avançado de Saúde do Fachinal – Estrada Geral Fachinal

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira de identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato que comprovar experiência de atuação na área da infância e juventude, comprovados no ato da inscrição.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 0880/2014, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital,

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Vitor Meireles - SC
--	------------------------

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Getúlio para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 10 de junho de 2015.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VITOR MEIRELES

Xanxerê

PREFEITURA

3 ADITIVO CONTRATO Nº 0074/2014

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0074/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras LTDA.

Objeto: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, em diversas ruas do município.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 120 dias, contados a partir de 21 de junho de 2015 vigorando até 18 de outubro de 2015, conforme requerimento da contratada e ofício do setor de engenharia anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 15 de junho de 2015.

Ademir J Gasparini

Prefeito Municipal.

REABERTURA TP 0005

AVISO DE REABERTURA PRAZO

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC.

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que está reabrindo o prazo de abertura da Tomada de Preços nº 0005/2015, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a execução dos Serviços de Construção de Sistema de Tratamento de Efluente Doméstico. O recebimento das propostas será até às 13:45h, do dia 02/07/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital no website da Prefeitura Municipal www.xanxere.sc.gov.br, ou no Setor de licitações da Prefeitura. Informações complementares através do email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 15 de junho de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 / 2015

(Origem Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2015)

Autor: Comissão de Finanças, Orçamentos, Tributação e Fiscalização

APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2007, CONFORME PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL

WILSON MARTINS DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, SC

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal votou e aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Vereadores Xanxerê, relativas ao exercício financeiro do ano de 2007, conforme o parecer exarado pela comissão de Finanças, Orçamentos, Tributação e Fiscalização da Câmara Municipal de Xanxerê, anexo constante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ

21 DE MAIO DE 2015

WILSON MARTINS DOS SANTOS

Presidente da Câmara

Xavantina

PREFEITURA

PP 22/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para a possível prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de máquinas do município e seus fundos, sendo peças genuínas da marca das máquinas ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras e, serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 29/06/2015.

Abertura: dia 29/06/2015, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 16 de junho de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 061/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE XAXIM
PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 061/2015

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, visando a contratação de empresa para fornecimento de equipamento/materiais para projeto político pedagógico (laboratório de música, informática e biologia), destinado ao Fundo Municipal de Infância e Adolescência desenvolvido pela Casa Familiar Rural de Xaxim – recurso proveniente da doação da Souza Cruz. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 29 de junho de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 15 de junho de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 60/2015

MUNICÍPIO DE XAXIM
PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 060/2015
LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Xaxim – SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa especializada em serviços de organização, planejamento e realização de Concurso Público para preenchimento de vagas do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Xaxim-SC – Secretaria de Esportes, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 26 de junho de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 15 de junho de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 153/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015. "ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2007, DE 1º DE JUNHO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

LEI COMPLEMENTAR Nº 153/2015 de 18 de maio de 2015.

"ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2007, DE 1º DE JUNHO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado no Anexo I, da LC 038/2007, referente ao valor do nível de vencimento Art. 1º - O § 4º, do Artigo 11, da Lei Complementar nº 37, de 1º de junho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. ...

...

§ 4º À Procuradoria Geral do Município, compete por seu titular e respectivos membros, representar e assistir o Município em juízo, como Representante Legal; elaborar, com redação apropriada, minutas de atos oficiais; examinar e aprovar, previamente, as minutas de editais, de contratos, acordos, convênios ou ajustes; atender consultas e emitir pareceres sobre matéria de interesse do Município; proceder à cobrança da Dívida Ativa do Município, por via judicial ou extrajudicial; assessorar o Prefeito e os demais órgãos da Administração, em assuntos de ordem legislativa, administrativa, fiscal, trabalhista e jurídica, em geral; acompanhar todos os contenciosos em que for parte o Município; desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas por ato expresso do Prefeito Municipal. A Procuradoria Geral do Município será ocupada por Advogados regularmente inscritos nos quadros da OAB, sendo composta pelo Procurador-geral e pelo Subprocurador-geral, sendo que este representará o Município, na falta daquele.

Art. 2º - Fica acrescido ao anexo I da Lei Complementar nº 37, de 1º de junho de 2007a, alterado pela Lei Complementar nº 88/2011, que dispõe sobre a organização da Estrutura administrativa do governo municipal:

ANEXO I

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA FUNCIONAL HIERÁRQUICA DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO

ÓRGÃO DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO		IDENTIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DOS CARGOS
Gabinete do Prefeito	Procuradoria Geral	Procurador-geral e Subprocurador-geral

Art. 3º - Fica acrescido ao anexo II da Lei Complementar nº 37, de 1º de junho de 2007, alterado pela Lei Complementar nº 88/2011, que dispõe sobre o quadro de cargos de provimento em comissão:

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO: SUBPROCURADOR-GERAL

ATRIBUIÇÕES	VAGAS	PADRÃO	VALOR (R\$)
Subprocurador Geral – Ao Subprocurador Geral, compete representar e assistir o Município em juízo, como Representante Legal; elaborar, com redação apropriada, minutas de atos oficiais; examinar e aprovar, previamente, as minutas de editais, de contratos, acordos, convênios ou ajustes; atender consultas e emitir pareceres sobre matéria de interesse do Município; proceder à cobrança da Dívida Ativa do Município, por via judicial ou extrajudicial; assessorar o Prefeito e os demais órgãos da Administração, em assuntos de ordem legislativa, administrativa, fiscal, trabalhista e jurídica, em geral; acompanhar todos os contenciosos em que for parte o Município; desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas por ato expresso do Prefeito Municipal. O cargo será ocupada por Advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB, sendo que este representará o Município, na falta do Procurador-geral.	01	cc	5.983,80

Art. 4º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizadas dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, e previsões na LDO e PPA para o exercício de 2015, ficando autorizada a abertura dos créditos adicionais necessários.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 22 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI COMPLEMENTAR Nº 154/2015 DE 19 DE MAIO DE 2015. "ALTERA A LEI COMPLEMENTARE Nº 37/2007, CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, REAJUSTA A TABELA REMUNERARÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

LEI COMPLEMENTAR Nº 154/2015 de 19 de maio de 2015.

"ALTERA A LEI COMPLEMENTARE Nº 37/2007, CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, REAJUSTA A TABELA REMUNERARÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. A revisão geral anual será concedida à todos os Servidores Públicos ativos e inativos, sem distinção de índices, assegurado a recomposição das perdas inflacionárias em razão do percentual a ser aplicado que é de 14,63% (catorze com sessenta e três).

Parágrafo único. Em relação aos anos de 2013/2014, o acumulado no período pelo INPC é de 5,81%; e 2014/2015, pelo mesmo índice, acumulado de 8,34%.

Art. 2º. Aos Servidores do Magistério Público Municipal será concedido reposição de 13,01% (treze com um décimo), em razão do reajuste do piso nacional do magistério, divulgação pelo MEC.

Parágrafo único. No que tange às vantagens agregadas, incidirá o reajuste de 8,34%.

Art. 3º. A menor remuneração paga à Servidor Público Municipal de provimento efetivo, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais será de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais).

Art. 4º. O Anexo I da Lei Complementar nº 038/2007, passa a vigorar conforme anexo primeiro do presente projeto de Lei Complementar.

Art. 5º. O Anexo V da Lei Complementar nº 038/2007, passa a vigorar conforme anexo segundo do presente projeto de Lei Complementar.

Art. 6º. Acresce o § 7º, ao art. 8º da Lei Complementar nº 038/2007, com a seguinte redação:

Art. 8º. [...]

[...]

§ 7º. Ao Servidor, que após o transcurso do estágio probatório, ocupante do Cargo de Auxiliar de Enfermagem (Código 013 – Categoria III – Quadro de pessoal de provimento efetivo), e que apresentar habilitação técnica, ser-lhe-á assegurada a obtenção de vantagem pecuniária de 8% sobre o vencimento base, não retroativo à emissão do certificado, sob a mesma denominação do previsto no § 2º deste artigo.

Art. 7º. As despesas decorrentes para a aplicação desta Lei complementar correrão por conta dos recursos do orçamento municipal, em cada exercício, respeitado os princípios estabelecidos no art. 19, art. 20, art. 21, art. 22, art. 71 e art. 72 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF).

Art. 8º. Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, com vigência a partir de 1º de maio de 2015, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 22 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

ANEXO PRIMEIRO

ANEXO I

(LC 038/2007)

QUADRO DE PESSOAL DE

PROVIMENTO EFETIVO

TABELA DE CARGOS EFETIVOS					
CÓDIGO	CARGO	CARGA HORÁRIA	CÓDIGO NÍVEL	TOTAL DE VAGAS	VENCIMENTO R\$
CATEGORIA I - ATIVIDADES DE APOIO GERAL - AAG					
1002	COZINHEIRA	40	009	40	1.150,00
CATEGORIA II - ATIVIDADES OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO – AOM					
1003	ELETRICISTA	40	012	03	1.400,00
1004	ENCANADOR	40	014	03	1.450,00
1005	MECÂNICO	40	042	02	3.000,00
1006	MOTORISTA	40	012	35	1.400,00
1007	OPERADOR	40	018	30	1.600,00
1008	PEDREIRO	40	016	05	1.500,00
1087	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	40	026	04	2.050,00
1088	OPERADOR DE CARREGADEIRA	40	026	04	2.050,00
1089	OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA	40	026	08	2.050,00
1090	OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA	40	028	04	2.200,00
1091	OPERADOR DE MOTO NIVELADORA	40	030	04	2.300,00
1116	MECANICO II	40	025	02	2.000,00
1117	AUXILIAR DE MECANICO	40	012	02	1.400,00
1118	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR/DESPORTIVO	40	023	10	1.800,00
CATEGORIA III - ATIVIDADES DE SERVIÇOS AUXILIARES – ASA					
1009	AGENTE ADMINISTRATIVO	40	018	25	1.600,00
1010	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	40	014	12	1.450,00
1011	ATENDENTE DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	40	014	04	1.450,00
1013	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	40	018	45	1.600,00
1014	FISCAL SANITARISTA	40	018	06	1.600,00
1015	INSTRUTOR DE ARTESANATO	40	014	06	1.450,00
1016	TELEFONISTA	30	009	06	1.150,00

1119	MONITOR DO ABRIGO MUNICIPAL	40	014	10	1.450,00
CATEGORIA IV - ATIVIDADES TÉCNICO PROFISSIONAL – ATP					
1017	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	40	028	25	2.200,00
1018	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	40	028	02	2.200,00
1019	FISCAL DE TRIBUTOS	40	033	06	2.500,00
1020	INSEMINADOR	40	028	03	2.200,00
1021	OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	40	030	03	2.300,00
1022	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	40	028	05	2.200,00
1023	TECNICO EM AGROPECUÁRIA	40	028	08	2.200,00
1024	TECNICO EM CONTABILIDADE	40	033	04	2.500,00
1025	TECNICO EM EDIFICAÇÕES	40	028	02	2.200,00
1026	TECNICO EM ENFERMAGEM	40	024	04	1.914,73
1027	TECNICO EM INFORMATICA	40	028	02	2.200,00
1028	TECNICO EM INSPEÇÃO	40	028	03	2.200,00
1029	TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO	40	028	01	2.200,00
1030	TECNICO EM TRIBUTOS	40	028	05	2.500,00
CATEGORIA V - ATIVIDADES TÉCNICO CIENTÍFICO – ATC					
1031	ADVOGADO	40	053	02	4.650,00
1032	ARQUITETO E URBANISTA	40	050	01	3.750,00
1033	ASSISTENTE SOCIAL	30	040	22	2.860,00
1034	CONTADOR	40	046	04	3.400,00
1035	ENFERMEIRO	40	046	15	3.400,00
1036	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	40	046	03	3.400,00
1037	ENGENHEIRO CIVIL	40	052	02	4.500,00
1038	ENGENHEIRO CIVIL	20	029	02	2.250,00
1039	ENGENHEIRO SANITARISTA	20	029	01	2.250,00
1040	FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO	40	046	05	3.400,00
1041	FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO	20	020	02	1.700,00
1042	FISCAL DE SAUDE PUBLICA	40	040	02	2.860,00
1043	FISCAL DO MEIO AMBIENTE	40	040	02	2.860,00
1044	FISIOTERAPEUTA	30	040	04	2.860,00
1045	FISIOTERAPEUTA	20	013	03	1.430,00
1046	FONOAUDIÓLOGO	20	016	03	1.500,00
1047	MÉDICO	40	061	12	13.820,00
1048	MÉDICO	30	060	06	10.365,00
1049	MÉDICO	20	055	06	6.910,00
1050	MÉDICO	10	048	06	3.455,00
1051	MÉDICO DO TRABALHO	10	048	01	3.455,00
1052	MEDICO PLANTONISTA	40	057	04	7.860,00
1053	MÉDICO VETERINÁRIO	40	049	04	3.580,00
1054	MÉDICO VETERINÁRIO	20	022	02	1.790,00
1055	MONITOR SOCIAL DESPORTIVO	40	030	06	2.300,00
1056	MONITOR SOCIAL DESPORTIVO	20	009	06	1.150,00
1057	MONITOR SOCIAL PEDAGÓGICO	40	030	03	2.300,00
1058	NUTRICIONISTA	40	040	03	2.860,00
1059	ODONTÓLOGO	20	043	13	3.100,00
1060	ODONTÓLOGO	10	017	05	1.550,00
1061	PSICÓLOGO	40	040	10	2.860,00
1062	PSICÓLOGO	20	013	03	1.430,00
1063	PSICOPEDAGOGO	40	036	01	2.650,00
1064	TERAPEUTA OCUPACIONAL	30	040	02	2.860,00
1065	ZOOTECNISTA	40	044	01	3.200,00
1092	MEDICO PSIQUIATRA	20	059	02	8.600,00
1093	MEDICO CARDIOLOGISTA	20	059	02	8.600,00
1094	MEDICO ORTOPEDISTA	20	059	02	8.600,00
1095	MEDICO GERIATRA	20	059	02	8.600,00
1096	MEDICO PEDIATRA	20	059	04	8.600,00
1097	MEDICO GINECOLOGISTA	20	059	04	8.600,00
1098	ODONTOLOGO	40	054	10	6.200,00

1099	BIOLOGO	40	040	02	2.860,00
CATEGORIA VI - AGENTES DE SAÚDE E COMBATE A ENDEMIAS - ASE					
1100	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	40	008	85	1.080,00
1101	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	40	008	10	1.080,00
CARGOS EM EXTINÇÃO – EXTINTOS QUANDO VAGAR					
1001	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40	007	100	1.050,00
1082	MONITOR DE CEI	20	001	02	550,00
1085	OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO	40	046	02	3.400,00

ANEXO SEGUNDO

ANEXO V
(LC 038/2007)
TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS

CÓDIGO NÍVEL	VALOR (R\$)
001	550,00
002	700,00
003	800,00
004	900,00
005	950,00
006	1.000,00
007	1.050,00
008	1.080,00
009	1.150,00
010	1.200,00
011	1.300,00
012	1.400,00
013	1.430,00
014	1.450,00
015	1.475,00
016	1.500,00
017	1.550,00
018	1.600,00
019	1.650,00
020	1.700,00
021	1.750,00
022	1.790,00
023	1.800,00
024	1.914,73
025	2.000,00
026	2.050,00
027	2.100,00
028	2.200,00
029	2.250,00
030	2.300,00
031	2.400,00
032	2.450,00
033	2.500,00
034	2.550,00
035	2.600,00
036	2.650,00
037	2.700,00
038	2.750,00
039	2.800,00
040	2.860,00
041	2.900,00
042	3.000,00
043	3.100,00

044	3.200,00
045	3.300,00
046	3.400,00
047	3.442,50
048	3.455,00
049	3.580,00
050	3.750,00
051	3.780,00
052	4.500,00
053	4.650,00
054	6.200,00
055	6.910,00
056	7.000,00
057	7.860,00
058	8.000,00
059	8.600,00
060	10.365,00
061	13.820,00

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2015 DE 18 DE MAIO DE 2015. "REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA FINS DE EXPEDIÇÃO DA LICENÇA MUNICIPAL PARA EXTRAÇÃO MINERAL A SEREM EXPEDIDAS PELO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2015 de 18 de maio de 2015.

"REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA FINS DE EXPEDIÇÃO DA LICENÇA MUNICIPAL PARA EXTRAÇÃO MINERAL A SEREM EXPEDIDAS PELO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O processo administrativo para fins de expedir a licença municipal para extração mineral, quando não se tratar de renovação deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I. Requerimento em nome da empresa responsável pela atividade extrativa, ou representante em posse de procuração;
- II. Cartão CNPJ;
- III. Cópia do Contrato Social;
- IV. Cópia do alvará de funcionamento;
- V. Cópia da Escritura do Imóvel;
- VI. Cópia da Autorização do Proprietário do Imóvel;
- VII. Consulta de Viabilidade Municipal atualizada (máximo de 90 dias);
- VIII. Planta Topográfica do empreendimento (área útil de lavra) contendo a localização das Áreas de Preservação Permanente - APP incidentes no imóvel;
- IX. ART do Responsável Técnico pelo acompanhamento da atividade extrativa;
- X. Planta de situação/localização indicando pontos de referência;
- XI. Comprovante de recolhimento da taxa de expediente;

XII. Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, com as medidas mitigadoras e compensatórias a serem adotadas pelo empreendedor;
XIII. Aceite das Medidas Mitigadoras/Compensatórias através de Termo de Compromisso com o Poder Executivo Municipal, após análise do EIV in loco pelo técnico do Município.

§ 1º Fica condicionado o início da atividade extrativa a apresentação da Licença Ambiental de Operação - LAO, expedida pela FATMA.

§ 2º O Termo de Ajustamento de Conduta será assinado pelo Requerente e pelo Diretor de Meio Ambiente da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, após prévio parecer da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º O processo administrativo para fins de expedir a licença municipal para extração mineral, quando se tratar de renovação deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I. Requerimento de renovação em nome da empresa responsável pela atividade extrativa, ou representante em posse de procuração;
- II. Cartão CNPJ recente (30 dias);
- III. Consulta de Viabilidade Municipal atualizada, com prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- IV. Cópia da Licença de Extração Municipal a ser renovada;
- V. Cópia da Licença Ambiental de Operação - LAO, expedida pela FATMA;
- VI. Cópia da licença expedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;
- VII. Relatório de Volume de Produção Anual, referente ao período de vigência da Licença a ser renovada;
- VIII. Cópia dos comprovantes de quitação junto ao DNPM, conforme apresentado no Relatório de Volume de Produção Anual;
- IX. Relatório resumido de acompanhamento anual do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD com ART, devendo o mesmo possuir um registro fotográfico com comparativo entre a situação do Relatório do ano anterior e a situação atual;
- X. Comprovante de recolhimento da taxa de expediente;
- XI. Aceite das Medidas Mitigadoras/Compensatórias.

Art. 3º Fica autorizada a revisão de ofício de todos os processos ingressados no Município.

Art. 4º Os processos iniciais que cumprirem na íntegra os critérios contidos no Artigo 1º desta Lei e às condicionantes do licenciamento ambiental deverão ser analisados em prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único - Caso sejam necessários esclarecimentos, juntada de documentos ou ações na área, acrescentar-se-á ao prazo de análise do caput o tempo de espera dos mesmos.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua

publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4076/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015. DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEI Nº 4076/2015 de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito especial no orçamento de 2015 e dá outras providências”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais), na seguinte programação de despesa dentro do orçamento vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade	
17.01	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	1.010 – Apoio ao Sistema Habitacional	
Modalidade	Fonte	Valor R\$	
4.4.90.00.00	1000	187.000,00	

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesa nas seguintes programações de despesa:

Código	Unidade	Projeto atividade	
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.037 - Manutenção do Fundo de Assistência Social	
Modalidade	Fonte	Valor R\$	
3.3.90.00.00	1000	93.500,00	

Código	Unidade	Projeto atividade	
10.01	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITACÃO	2.038 - Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência	
Modalidade	Fonte	Valor R\$	
3.3.90.00.00	1000	93.500,00	

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4077/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015. ALTERA LEI Nº 3.996/2014; QUE "DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ELEIÇÃO E DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC".

LEI Nº 4077/2015 de 12 de maio de 2015.

ALTERA LEI Nº 3.996/2014; QUE "DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ELEIÇÃO E DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos II e IV do art. 24 da Lei 3.669/2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. [...]

[...]

II – comprovação de experiência profissional, de no mínimo 1 (um) ano em trabalho direto na área da defesa ou atendimento a crianças, adolescente ou família;

[...]

IV – residir no Município nos últimos 01 (um) ano;

Art. 2º. Acresce ao art. 26, o §4º, I, alíneas "a" e "b", com a seguinte redação:

§4º. Poderá o Conselho de Direitos da Criança e Adolescente optar por aplicação de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente e avaliação psicológica dos candidatos, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora idônea e especializada, designada pelo Conselho Municipal de Direitos com não menos que 5 (cinco) profissionais.

I - Estão proibidos de participar da aplicação da prova e avaliação psicológica, profissionais: cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de candidatos inclusive;

a) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

b) algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4078/2015 DE 19 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM O CLUBE RECREATIVO ESPORTIVO XAXIENSE - CREX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4078/2015 de 19 de maio de 2015.

Autoriza Contribuir Financeiramente com o Clube Recreativo Esportivo Xaxiense - CREX e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com o CLUBE RECREATIVO ESPORTIVO XAXIENSE - CREX, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.406.371/0001-03, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º Os recursos repassados conforme Art. 1º não sofrerão reajustes e serão destinados ao custeio de despesas para a manutenção de suas atividades, de acordo com o orçamento vigente.

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos transferidos de acordo com as normas da Contabilidade e Auditoria da Prefeitura Municipal de Xaxim, em especial da Resolução TC - 16/94 e de acordo com a Instrução normativa n.º 001 de 12 de março de 2001 e IN 14/2012 do TCE/SC.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente de cada exercício.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3808/2013, de 21 de fevereiro de 2013.

Gabinete do Prefeito, em 22 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4079/2015 DE 19 DE MAIO DE 2015. RECONHECE DÍVIDAS DO EXERCÍCIO DE 2014 QUE ESPECÍFICA, EM VIRTUDE DO SERVIÇO PRESTADO E/OU DO MATERIAL FORNECIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4079/2015 de 19 de maio de 2015.

RECONHECE DÍVIDAS DO EXERCÍCIO DE 2014 QUE ESPECÍFICA, EM VIRTUDE DO SERVIÇO PRESTADO E/OU DO MATERIAL FORNECIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reconhecer, processar, liquidar e efetuar o pagamento de despesas contraídas no exercício de 2014, em relação à:

I – TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 04.303.600/0001-80, no valor de

R\$ 1.847,00 (um mil, oitocentos e quarenta e sete reais), em razão das NF's sob os nºs 000.002.810 e 000.002.806;
II – NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTA – ME., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, no valor de R\$ 1.266,84 (um mil, duzentos e sessenta e seis reais, com oitenta e quatro centavos), em razão da NF sob o nº 000.001.321;
Parágrafo único. O valor dos recursos financeiros, de que trata o 'caput' deste artigo será pago em parcela única, em até 30 (trinta) dias da sanção da lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de maio de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4080/2015 DE 19 DE MAIO DE 2015. PROMOVE DOAÇÃO DE VEÍCULO PARA FINS E USO DE INTERESSE SOCIAL, EM FAVOR DA APAE DE XAXIM/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4080/2015 de 19 de maio de 2015.

PROMOVE DOAÇÃO DE VEÍCULO PARA FINS E USO DE INTERESSE SOCIAL, EM FAVOR DA APAE DE XAXIM/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, nos termos do artigo 17, II, "a" da Lei Federal nº 8.666/1993, para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Avelino Lunardi, nº 247, nesta cidade de Xaxim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.480.837/0001-30, para fins de uso de interesse social, do bem móvel abaixo descrito:

Automóvel marca Fiat, modelo Uno Mille Fire, ano de fabricação 2005, modelo 2005, combustível gasolina, categoria oficial, cor branca, placas MEH7591, chassi nº 9BD15822554658667, Renavan nº 846668742, de propriedade do Município de Xaxim/SC.

Art. 2º. A doação de que trata o artigo anterior desta Lei, independente de licitação, em vista da existência de relevante interesse social.

Art. 3º. A donatária obriga-se a utilizar o bem descrito no artigo 1º desta Lei para os estritos fins da entidade em benefício da coletividade.

Art. 4º. A donatária obriga-se, no prazo de 30 dias a contar da sanção da presente Lei, registrar a transferência do bem móvel objeto da presente Lei, sob pena de reversão.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de maio de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4081/2015 DE 19 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CELEBRAR CONTRATO DE COMODATO COM A PEARSON EDUCATION DO BRASIL S.A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4081/2015 de 19 de maio de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CELEBRAR CONTRATO DE COMODATO COM A PEARSON EDUCATION DO BRASIL S.A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a celebrar o Contrato de Comodato com a empresa PEARSON EDUCATION DO BRASIL S.A, inscrita no CNPJ sob nº 01.404.158/0001-90, objetivando o empréstimo gratuito de 01 (uma) unidade da prancha de leitura inclinada com lupa deslizante de 22º (vinte e dois graus) positivos (dioptrias) 5m de diâmetro, aumento 6x, com ajuste de foco individualizado (podendo ser utilizada separadamente ou em conjunto) para utilização dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A minuta do Contrato de Comodato faz-se anexo a esta Lei.

Art. 3º O Contrato dar-se-á por prazo indeterminado, onde a Administração se responsabiliza sobre a guarda do mesmo, sendo que o desgaste natural não será objeto de ressarcimento à comandante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

LEI Nº 4082/2015 DE 26 DE MAIO DE 2015. AUTORIZA CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO PRIMAVERA ESPORTE FUTEBOL CLUBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4082/2015 de 26 de maio de 2015.

Autoriza Contribuir Financeiramente com a Associação Primavera Esporte Futebol Clube e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por esta Lei a contribuir financeiramente com a Associação Primavera Esporte Futebol Clube, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.062.136/0001-26, no valor de até R\$ 15. 000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º Os recursos repassados conforme Art. 1º não sofrerão reajustes e serão destinados para as despesas que a Associação terá quando da requalificação do campo de futebol de acordo com o Plano de Trabalho apresentado que deste fica fazendo parte integrante.

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos transferidos de acordo com as normas da Contabilidade e Auditoria da Prefeitura Municipal de Xaxim, em especial da Resolução TC - 16/94 e de acordo com a Instrução normativa n.º 001 de 12 de março de 2001 e Instrução Normativa 14/2012.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente de cada exercício.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de maio de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

Associações

AMMVI

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E RESULTADO DA CONTAGEM DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS NA FUNÇÃO DE ESTAGIÁRIOS EDITAL 01-2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E RESULTADO DA CONTAGEM DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS

A Comissão Especial designada para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), destinado a classificação de candidatos habilitados a integrar CADASTRO PARA RECRUTAMENTO, na função de Estagiário(a), em atendimento a necessidade de recursos humanos, de que trata o Edital nº 01/2015, torna pública a relação nominal das inscrições homologadas e o resultado da contagem dos títulos dos candidatos, na forma que segue:

I – Estagiário(a) – Ensino Técnico:

Nome	Inscrição	DN	Titulação (item 3.1.1, II)	Total	Observação	
			3.1.1, II, "a"	3.1.1, II, "b"		

II – Estagiário(a) – Ensino Superior:

Nome	Inscrição	DN	Titulação (item 3.1.1, II)	Total	Observação	
			3.1.1, II, "a"	3.1.1, II, "b"		
Alexandre de Assis Pereira	02	11/01/1979	2,5	4,4	6,9	Direito
Fernanda de Souza	03	15/07/1993	2,5	2,1	4,6	Direito
Fabricio Roberto Hahne	01	04/05/1977	-	10,0	10,0	Ciências Contábeis
Matheus Lucídio Rodrigues	04	23/03/1993	-	10,0	10,0	Engenharia
Antonio Gabriel Neumann	05	12/09/1996	-	-	-	Direito
Suelen Reis da Silva	06	01/07/1985	-	-	-	Administração

O candidato que deseja interpor recurso contra a contagem de títulos disporá de 2 (dois) dias, conforme critério previsto no item 4.1 do edital 01/2015.

Informações relativas ao Processo Seletivo serão prestadas no local e endereço acima ou pelo Fone (47) 3331-5817. A íntegra do Edital, inclusive com a readequação do cronograma previsto para função de Estagiário(a), encontra-se a disposição no site da AMMVI, em www.ammvi.org.br.

Blumenau, SC, em 16 de Junho de 2015.

José Rafael Correa	Luiz Claudio Kades	Valdete Korz Marques
Secretário Executivo	Assessor Jurídico	Contadora

Consórcios

AGIR

ATA Nº 040 DE 27.03.2015 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGIR

ATA Nº 040/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015 DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1.706, Página 645, de 19.03.2015, no site e no mural da AGIR, reuniram-se no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às oito horas em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação, a mesma foi aberta às oito horas e trinta minutos em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Marildo Domingos Felippi, Prefeito em Exercício do Município de Rio dos Cedros, para assumir os trabalhos, representando nesta Assembleia o senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros, que não pôde estar presente nesta Assembleia em razão de estar em gozo de férias na data desta Assembleia. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhora Vanessa Fernanda Schmitt – Diretora Administrativa da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Hartwig Persuhn, Prefeito Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Douror Pedrinho; senhor Nicanor Morro, Prefeito do Município de Apiúna; senhor Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo; senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial; senhor Moacir Polidoro, Prefeito do Município de Ascurra; senhor Matias Kohler, Prefeito do Município de Guabiruba e do senhor Rolf Nicolodelli, Prefeito do Município de Pomerode, além de demais interessados, conforme a lista de presença anexa. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 – Prestação de Contas 2014; 3 – Reajuste Anual dos Servidores, Auxílio Alimentação e Jetom para 2015; 4 – Nova identificação visual da AGIR; 5 – Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, o senhor Marildo Domingos Felippi agradeceu a presença de todos e cumprimentou os presentes. Após, prosseguiu diretamente ao item 1 da pauta (Leitura e Aprovação da Ata Anterior), a qual teve sua leitura dispensada em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia 18.03.2015, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos a respeito do item 2 (Prestação de Contas 2014), o senhor Marildo Domingos Felippi passou a palavra a senhora Vanessa Fernanda Schmitt que explanou a respeito Prestação de Contas 2014. Foram apresentados a todos e entregues a cada prefeito presente relatórios referentes à Prestação de Contas 2014, incluindo-se informações contábeis tais como as receitas, despesas e superávit do período. Posta a referida Prestação de Contas em análise dos prefeitos, a mesma foi aprovada por todos. Em continuidade, acerca do item 3 (Reajuste Anual dos Servidores, Auxílio Alimentação e Jetom para 2015), a senhora Vanessa Fernanda Schmitt apresentou aos Prefeitos Consorciados presentes a aplicação do Reajuste Anual aos servidores da AGIR. Informou que o referido reajuste, aplicado a partir de março de 2015, compreendeu o percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC de março/2014 até fevereiro/2015, ficou em 7,68% (sete vírgula sessenta e oito por cento), mais os 0,5% (zero vírgula cinco por cento) de aumento real concedido na última Assembleia, resultando em 8,18% (oito vírgula dezoito por cento) de

reajuste nos vencimentos, auxílio alimentação e no jeton pago aos Conselheiros do Comitê de Regulação da AGIR. Esclareceu ainda que, o pagamento de jeton é devido à contribuição de Conselheiro Titular do Comitê e relativo à Reunião em que ocorra o comparecimento do Conselheiro. O próximo tema de pauta em discussão foi o item 4 (Nova identificação visual da AGIR). O senhor Marildo Domingos Felippi, passou a palavra a Diretora Administrativa da AGIR, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, que apresentou a logomarca da AGIR, com as proposta de alteração solicitada pelos Prefeitos presentes na reunião anterior. Após discussão, nova logomarca aprovada. Pertinente ao item 5 (Assuntos Gerais) o senhor Marildo Domingos Felippi passou a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold que discorreu a respeito da Fiscalização da Equipe Técnica da AGIR no município de Benedito Novo. Na sequência, passou a palavra a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, a qual relembrou aos presentes acerca da realização do 1º Workshop AGIR: Perdas de Água e Experiências Exitosas em Saneamento. Informou também que o tema de Perdas de Água foi um dos assuntos solicitados pelos municípios e prestadores em uma pesquisa realizada pela AGIR, na qual demandaram os temas de maior interesse quanto ao saneamento básico. O senhor Marildo Domingos Felippi complementou ponderando a respeito da crise hídrica no país, onde as perdas possuem grande importância neste cenário e ressaltou a relevância do Workshop ao abordar este assunto. O senhor Sérgio Almir dos Santos, ressaltou a importância de se pensar nas fontes de captação da água, por ser de fundamental necessidade. Comentou ainda que a gestão deve ser melhorada e buscadas novas opções para que não ocorra a falta de água nestas fontes. Igualmente, o senhor Marildo Domingos Felippi solicitou que a AGIR solicite aos municípios consorciados que se atentem às suas redes pluviais. Deste modo, o senhor Heinrich Luiz Pasold observou que a drenagem, vertente do saneamento básico, será fiscalizada pela AGIR a partir do próximo ano. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor Marildo Domingos Felippi, Vice-Prefeito do Município de Rio dos Cedros e representando o senhor Fernando Tomaselli Presidente da Diretoria Executiva e Prefeito do Município de Rio dos Cedros, agradeceu a presença de todos encerrando esta Assembleia Geral Extraordinária, e determinando que eu, Vanessa Fernanda Schmitt, secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Prefeito em Exercício do Município de Rio dos Cedros/SC.

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Secretária "ad hoc"

Diretora Administrativa da AGIR.

ATA Nº 041 DE 22.05.2015 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGIR

ATA Nº 041/2015, DE 22 DE MAIO DE 2015 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1.737, Página 448, de 07.05.2015, no site e no mural da AGIR, reuniram-se no Auditório da Associação dos Municípios

do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, Estado de Santa Catarina, às oito horas e trinta minutos em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação, a mesma foi aberta às nove horas em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor Hartwig Persuhn, Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Doutor Pedrinho/SC, em razão da ausência do Presidente e Vice-Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, para assumir os trabalhos. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhora Ana Claudia Hafemann – Agente Administrativa da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Hartwig Persuhn, Prefeito Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Doutor Pedrinho; senhor Nicanor Morro, Prefeito do Município de Apiúna; senhor Jean Michel Grundmann, Prefeito do Município de Benedito Novo; senhor José Luiz Colombi, Prefeito do Município de Botuverá; senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do Município de Gaspar; senhor Matias Kohler, Prefeito do Município de Guabiruba; senhor Aires Rogério Dalfovo, Vice-Prefeito do Município de Ascurra e representando o senhor Moacir Polidoro, Prefeito do Município de Ascurra; senhor Marildo Domingos Felippi, Vice-Prefeito do Município de Rio dos Cedros, representando o senhor Fernando Tomaselli, Prefeito do Município de Rio dos Cedros e do senhor Darcísio Bona, Vice-Prefeito do Município de Timbó, representando o senhor Laércio Schuster Júnior, Prefeito do Município de Timbó, além de demais interessados, conforme a lista de presença anexa. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura e Aprovação da Ata Anterior; 2 – Fiscalizações Setor Técnico da AGIR; 3 – Apresentação do Relatório Anual de 2014; 4 – Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, em razão da impossibilidade de comparecimento do senhor Fernando Tomaselli, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Rio dos Cedros, o senhor Hartwig Persuhn, Tesoureiro desta Diretoria Executiva, agradeceu a presença de todos e cumprimentou os presentes. Após, o senhor Hartwig Persuhn prosseguiu diretamente ao item 1 da pauta (Leitura e Aprovação da Ata Anterior), a qual teve sua leitura dispensada em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados no dia 11.05.2015, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos a respeito do item 2 (Fiscalizações Setor Técnico da AGIR), o senhor Hartwig Persuhn passou a palavra ao senhor Ricardo Hübner, Diretor Técnico da AGIR, que explanou acerca da segunda etapa de fiscalizações nos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios consorciados. Destacou que as fiscalizações tem o objetivo de verificar a qualidade, regularidade e continuidade nos serviços prestados aos usuários. Relatou que o segundo relatório de fiscalização encaminhado deve apresentar o cumprimento das indicações de melhorias apontadas na primeira etapa de fiscalizações, juntamente com as propostas identificadas na segunda etapa. Dentre os locais visitados, foram diagnosticadas situações como adutoras com problemas, mananciais sem cercamento em seu entorno permitindo o acesso a animais e possível contaminação, assim como problemas físicos e operacionais de algumas estações de tratamento, ponderou que algumas apresentaram projetos de reforma. Também chamou a atenção, em algumas visitas, os riscos de segurança aos funcionários das operadoras, a conservação dos equipamentos e a alta turbidez da água nos reservatórios. No entanto, itens positivos foram verificados, itens que foram adequados pelas operadoras em reposta às primeiras fiscalizações realizadas pela AGIR. Na sequência, o senhor Nicanor Morro, Prefeito do Município de Apiúna, solicitou intervenção da AGIR quanto a possibilidade da CASAN implantar um sistema de captação de água bruta e instalação de Estação de Tratamento de Água - ETA no próprio município, as quais atualmente estão localizadas no Município de Ascurra. Em continuidade, o senhor Hartwig Persuhn passou a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold que realizou a apresentação de uma prévia do Relatório Anual da AGIR 2014, aprovado e em fase de finalização, para visualização dos senhores prefeitos. Na sequência, o senhor Heinrich Luiz Pasold ainda comentou acerca

da participação da AGIR no 9º Congresso Brasileiro da Regulação, da Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR, onde a AGIR pretende estar em um estande com a Agência Reguladora Intermunicipal do Saneamento – ARIS e a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – ARES-PCJ, a proposta foi autorizada pelos presentes. Comentou também acerca da Proposta de Resolução Normativa nº 007/2015: disciplina o procedimento administrativo para o reajuste e revisão de tarifas nos serviços públicos de saneamento básico nos municípios regulados pela AGIR e da Proposta de Instrução Normativa nº 001/2015: padronização dos serviços de pavimentação e repavimentação do entorno de poços de visita e terminal de limpeza das redes coletoras de esgoto sanitário e outros serviços públicos existentes nos logradouros públicos. Destacou que Proposta de Resolução Normativa nº 007/2015 e a Proposta de Instrução Normativa nº 001/2015 serão levadas à reunião do Comitê de Regulação do dia 25 de maio de 2015 para aprovação e também, que a Proposta de Resolução Normativa nº 007/2015 será encaminhada para Consulta Pública conforme dispõe o Regimento Interno da AGIR. Por fim, relatou acerca da sua participação juntamente com o senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial e atual Presidente do Consórcio Intermunicipal - CIMVI, na condição de convidados do 2º Seminário de Política Nacional de Resíduos Sólidos, realizado no dia 11 de maio, na cidade de Fortaleza/CE. Na oportunidade, o senhor Sérgio Almir dos Santos realizou uma apresentação no Painel Gestão Integrada de Resíduos Sólidos por meio de Consórcios e Desafios para os Municípios na implantação da PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos. Também frisou os valores que levaram os municípios consorciados a optar por um único aterro e ainda fez uma breve manifestação sobre a usina de biometanização, um projeto da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI. Nada mais havendo para ser tratado, o Tesoureiro da Diretoria Executiva, senhor Hartwig Persuhn, agradeceu a presença de todos encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, e determinando que eu, Ana Claudia Hafemann, secretária “ad hoc”, lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Tesoureiro, será assinada e publicada nos termos estatutários.

HARTWIG PERSUHN

Tesoureiro da Diretoria Executiva da AGIR
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

ANA CLAUDIA HAFEMANN

Secretária “ad hoc”
Agente Administrativa da AGIR.

ARIS**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº135/2014 - TERMO NOTIFICAÇÃO Nº091/2014 - TROMBUDO CENTRAL**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 135/2014

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 091/2014

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN – MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

OBJETO: NÃO-CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DECISÃO Nº 45/2015

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu Termo de Notificação nº 91/2014 em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tendo em vista o Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Trombudo Central – RF – SAA 02/2014, com as seguintes não-conformidades:

N.	NÃO CONFORMIDADE	PRAZO PARA ADE- QUAÇÃO (em dias)
I	QUANTO À CAPTAÇÃO	
11	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação do ponto de captação de água.	60
12	Foi constatado que o entorno da tomada de água está em condições inadequadas de limpeza, com vegetação a ser aparada.	60
II	QUANTO À ESTAÇÃO DE RECALQUE DE ÁGUA BRUTA - ERAB	
13	Foi constatado que a cerca de proteção da ERAB está em condições inadequadas de conservação.	150
14	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação da ERAB.	60
III	QUANTO AOS RESERVATÓRIOS	
15	Foi constatado que a cerca de proteção dos reservatórios R04 está em condições inadequadas de conservação.	150
IV	QUANTO ÀS ESTAÇÕES DE RECALQUE DE ÁGUA TRATADA – ERAT's	
16	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação da ERAT 01 (ERAT Rua Agrolândia).	60
17	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação da ERAT 02 (ERAT Rua Estados Unidos).	60
18	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação da ERAT 03 (ERAT Bracatinga).	60
V	QUANTO AOS PRESSURIZADORES	
19	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação do Booster 01.	60
20	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação do Booster 02.	60
21	Foi constatada a inexistência de conjunto motobomba reserva instalado no Booster 01.	150
22	Foi constatada a inexistência de conjunto motobomba reserva instalado no Booster 02.	150
VI	QUANTO AOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS	
23	Foi constatada a inexistência de cadastro georreferenciado do sistema de abastecimento de água.	270
24	Foi constatada a inexistência de planta de pressões da rede de abastecimento de água.	360
25	Foi constatada a inexistência de outorga de uso da água nos mananciais supridores do SAA.	270
26	Foi constatada a inexistência de licenciamento ambiental do SAA.	270
27	Foi constatada a inexistência de plano de limpeza de reservatórios.	90

Devidamente notificada, a CASAN não apresentou resposta.

As medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram realizadas pela Concessionária Estadual.

Assim, as não conformidades de nºs 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26 e 217, elencadas no Termo de Notificação nº 91/2014 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o parecer técnico nº 61/2015, da Coordenadoria de Fiscalização, fls. 50.

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação, favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II – Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as inconformidades encontradas no SAA do Município de Trombudo Central, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não-conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não-conformidades elencadas, no prazo legal.

Tem-se, de maneira incontestada, conduta negativa da CASAN em solucionar as não-conformidades identificadas na notificação nº 91/2014.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 1728/2012, que autorizou o ingresso do Município de Trombudo Central e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do

Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III – embargo de obra ou serviço;

IV – intervenção administrativa; e

V – declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º – Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º – Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º – Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu os artigos 11, XI, XII, 12, XIV, XIX e XX, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda à adequação do serviço as normas de regulação, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas no TN nº 91/2014.

III – Decisão

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e II, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 135/2014.

Florianópolis, 12 de junho de 2015.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS

CPIMMOC**COMISSÃO LICITATÓRIA Nº 03 DE JUNHO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 04 DE JUNHO DE 2015.

Constitui Comissão de Licitação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO-CPIMMOC, estabelecida em JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão para abertura, julgamento e classificação de propostas da licitação nas modalidades de Convite, Tomada de Preços, Concorrências e outras (exceto pregão) com todos os poderes necessários para os atos de julgar a habilitação dos proponentes, analisar e julgar as propostas de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame licitatório que for instituído pelo Consórcio.

Art. 2º Nomear as seguintes pessoas para comporem a Comissão:

Vanderlei Roberto Piccinini – Presidente

Marize Coletti – Secretária;

Rafael Nicolli – Membro;

Andreia Fleck da Silva – Membro

Art. 3º - A comissão fica instituída pelo prazo de 01 ano a contar da publicação desta resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 04 de Junho de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Publicado na Secretaria da CPIMMOC em 04 de Junho de 2015

Presidente

Marize Coletti

Diretora Executiva